



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

José Antonio de Andrade

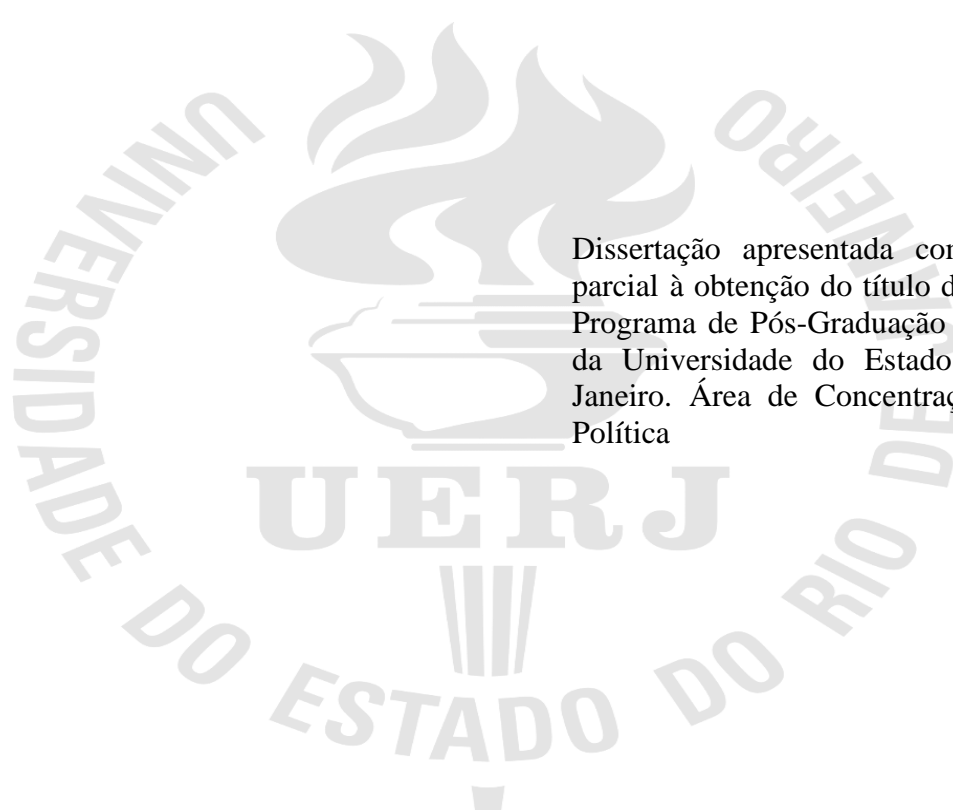
**Forjando o inimigo: Getúlio Vargas, a mídia e o grande medo do
comunismo**

Rio de Janeiro

2022

José Antonio de Andrade

Forjando o inimigo: Getúlio Vargas, a mídia e o grande medo do comunismo



Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política

Orientador: Prof. Dr. Orlando de Barros

Co-orientador: Prof. Dr. Thiago Cavaliere Mourelle

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A553 Andrade, José Antonio de.
Forjando o inimigo: Getúlio Vargas, a mídia e o grande medo do comunismo / José Antonio de Andrade. – 2022.
214 f.

Orientador: Orlando de Barros.
Coorientador: Thiago Cavaliere Mourelle.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Comunismo – Teses. 2. Autoritarismo – Teses. 3. Mídia – Teses. I. Barros, Orlando de. II. Mourelle, Thiago Cavaliere. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 329.15

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

José Antonio de Andrade

Forjando o inimigo: Getúlio Vargas, a mídia e o grande medo do comunismo

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política

Aprovada em 26 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Orlando de Barros (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Thiago Cavaliere Mourelle (Co-orientador)
Arquivo Nacional

Prof. Dr. Ricardo Mendes
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Jayme Lucio Fernandes Ribeiro
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Universidade Salgado de Oliveira

Rio de Janeiro

2022

Certo dia Colombo penetrou na cabana de um índio e o viu ajoelhado, rezando em frente de um símbolo de madeira pintado em cores vivas. Repentinamente o ídolo abriu a bocarra e soltou um urro medonho. O índio caiu por terra e se retorceu de medo. Indo averiguar a causa, Colombo descobriu um feiticeiro, escondido entre a folhagem, diante de um longo tubo acústico de bambu. O feiticeiro caiu de joelhos diante de Colombo e suplicou-lhe não revelar o segredo, dizendo ser o temor o único jeito de conter os selvagens. Colombo repetiu:--Medo! Nós [...] também governamos pelo terror e pelo medo.

Otto Zierer

RESUMO

ANDRADE, Jose Antonio de. *Forjando o inimigo: Getúlio Vargas, a mídia e o grande medo do comunismo*. 2022. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo principal estudar como os comunistas, o comunismo, e os conceitos integrantes de sua ideologia passaram de simples, mas ferrenhos adversários políticos, para se transformar em justificção permanente para reforçar o autoritarismo do estado durante o período de Getúlio Vargas. Não foi tão somente apenas o estado getulista que fez parte do processo, mas também a classe hegemônica, proprietária ou concessionária da mídia, os jornais e as emissoras de rádio, bem como as classes e instituições conservadoras e a Igreja. Esta dissertação dá relevo à imprensa na ressignificação do comunismo e, por sua vez, enfatiza o papel dela na (re)formação do imaginário coletivo brasileiro. Por meio da manipulação do sentido do termo pela propaganda, o comunismo foi transformado em um elemento de rotulação negativa e, portanto, em um recurso para a sustentação do poder. Ao longo do desenrolar do processo, surgiu uma cultura do medo, no sentido de provocar a aversão ao comunismo, não só por meio de uma propaganda forte e permanente, em que se destacaram os sucessivos departamentos oficiais de imprensa e propaganda, mas também pela repressão violenta do Estado, mormente durante a ditadura do Estado Novo, sendo essa o desfecho do processo anteriormente descrito.

Palavras-chave: Anticomunismo. Autoritarismo. Mídia. Cultura de Medo. Imaginário Social.

ABSTRACT

ANDRADE, Jose Antonio de. *Forging the enemy: Getúlio Vargas, the media and the great fear of communism*. 2022. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The main objective of this master's dissertation is to study how communists, communism, and the concepts that make up their ideology went from being simple, but staunch political opponents, to becoming a permanent justification to reinforce the authoritarianism of the state during the period of Getúlio Vargas. It was not only the Getúlio state that was part of the process, but also the hegemonic class, owner or concessionaire of the media, newspapers, and radio stations, as well as conservative classes and institutions and the Church. This dissertation emphasizes the press in the resignification of communism and, in turn, emphasizes its role in the (re)formation of the Brazilian collective imagination. Through the manipulation of the meaning of the term by propaganda, communism was transformed into an element of negative labeling and, therefore, into a resource for sustaining power. The aversion to communism, not only through strong and permanent propaganda, in which the successive official press and propaganda departments stood out, but also through the violent repression of the State, especially during the Estado Novo dictatorship, which was the outcome of the previously described process.

Keywords: Anticommunism. Authoritarianism. Media. Fear Culture. Social Imaginary.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	7
1	O GRANDE MEDO: CONTEXTO, MEIOS E POSSIBILIDADES TEÓRICAS	13
1.1	A reformulação da cultura do medo no contexto dos anos 1930 e seus objetivos	19
1.2	O imaginário coletivo brasileiro	28
1.3	O contexto histórico-político dos anos 1930 e o favorecimento do medo	33
1.4	Meios e possibilidades teóricas	39
2	VARGAS, A CONSTRUÇÃO DE UM PERSONAGEM POLÍTICO	51
2.1	Forjando o inimigo necessário	60
2.2	Para um inimigo difuso, um combate efetivo	68
2.3	Uma construção intelectual como base para o autoritarismo	85
3	A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO COLETIVO: OPINIÃO PÚBLICA <i>VERSUS</i> OPINIÃO PUBLICADA	95
3.1	Opinião Publicada: os silenciadores oficiais	100
3.2	Opinião pública: a transferência de interesse	109
3.2.1	<u>Depois da propaganda, a recompensa</u>	115
4	A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO MEDO COMO FERRAMENTA PARA A DOMINAÇÃO SOCIAL	125
4.1	As ferramentas: os amplificadores do anticomunismo	132
4.1.1	<u>A imprensa</u>	132
4.1.2	<u>A perseguição como instrumento de medo e de governo: a LSN, o TSN, o estado de guerra e outros mecanismos</u>	141
4.1.3	<u>O Integralismo</u>	150
4.1.4	<u>O discurso religioso</u>	157
4.2	Os alvos preferenciais	173
4.2.1	<u>Os intelectuais</u>	176
4.2.2	<u>Judeu: um rótulo para os rotulados</u>	180
	CONCLUSÃO	187
	REFERÊNCIAS	192

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva compreender o uso político da cultura do medo após a revolução de 1930, como meio para forjar um inimigo que justificasse a manutenção do poder oriundo da revolução. Seu foco é o período compreendido entre janeiro de 1935, quando tem início as discussões em torno da Lei de Segurança Nacional, e novembro de 1937, mês em que se instaura o Estado Novo. Para o qual, foram desenvolvidas pesquisas tendo como eixo o entendimento do uso dessa cultura do medo, como o comunismo¹ foi transformado em seu principal objeto, bem como sua influência na disseminação de justificativas para o golpe político que levou ao implemento do Estado Novo por Vargas.

Ainda em relação às pesquisas, essas foram efetuadas no sentido de identificar os mecanismos de disseminação e desenvolvimento das ideias propulsoras dessa cultura do medo. Tais pesquisas foram realizadas sob a ótica da imprensa, de documentos oficiais do governo e da reação popular a essa narrativa. A construção se deu sob a perspectiva do deslinde de como o pretense terror comunista foi instrumentalizado e difundido no período que antecedeu ao golpe de 1937.

Pesquisas anteriores sobre o anticomunismo, desenvolvidas por renomados historiadores nos ofereceram a base para esse trabalho. Embora sejam elas de grande monta, as obras de Rodrigo Patto Sá Motta, Carla Luciana Silva, Elizabeth Cancelli, Adriana de Oliveira G. Bisi e Bethânia Sampaio Corrêa Mariani, por se dedicarem integralmente, ou oferecerem destaque ao tema, mereceram atenção especial. No entanto, embora ambas as pesquisas, cada qual com suas especificidades, tenham sido pioneiras no estudo do anticomunismo e apontem para a construção do autoritarismo no âmbito institucional, não buscaram destacar uma figura específica. A despeito de, como nos casos

¹ Entendemos que o termo comunismo não se trata de uma simples palavra, mas sim de um conceito complexo e que seu uso se restringe a um conjunto específico de normas e regras. Cf. MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret; 2014. Contudo, como aqui se trata de um período específico, quando o termo comunismo foi usado genericamente para rotular as mais variadas formas de oposição e desafetos dos detentores do poder, muitas vezes o termo será empregado no sentido em que o foi à época, sem o compromisso conceitual e, apenas para exemplificar a narrativa de então. De qualquer modo, comunista era aquele tido por querer abolir a propriedade privada, era internacionalista (a pátria era o mundo inteiro) e tinha a religião como um instrumento de dominação a remover. O comunista pregava a revolução até conseguir seus objetivos por meio da luta de classes. O Estado coletivista estava acima da sociedade. O comunista precisava ser combatido numa luta sem tréguas. Todos os inimigos precisavam, de alguma forma, ser enquadrados em qualquer desses itens, fosse comunista ou não. ‘A pátria como o mundo inteiro’ é uma herança do anarquismo, antinacionalista, internacionalista, frontalmente adverso ao getulismo nacionalista do Estado Novo.

anteriores, o objetivo desse trabalho seja estudar o anticomunismo como justificador para autoritarismo, o faremos sem perder de vista o personagem político que nesse momento histórico reivindicou para si o mérito desse projeto, Getúlio Vargas.

Ainda sobre a bibliografia histórica relacionada ao período, sobre a qual nos debruçamos, inúmeras outras obras, mesmo que não tratassem diretamente do anticomunismo, nos foram fundamentais em diferentes aspectos, fosse para nos oferecer uma narrativa confiável sobre o período, fosse para nos orientar em termos de escrita e estrutura do trabalho. Nesse sentido destacamos as obras de autores como Orlando de Barros, Thiago C. Mourelle, Maria Celina D'Araújo, Boris Fausto etc.

Um terceiro conjunto de obras que destacamos, são aquelas que nos ofereceram o suporte teórico. Nesse caso, elas se subdividem em três categorias. A primeira delas é a que trata da questão da criminalização de algum comportamento, ou de alguma posição política que contrarie os interesses dos grupos poderosos, a chamada teoria da rotulação, contido na obra de Howard S. Becker. A segunda é composta justamente pelas obras que dissecam o principal elemento responsável por legitimar essa rotulação, a imprensa. Nessa categoria destacamos as obras de Walter Lippmann, Maxwell McComb e Donald Lewis Shaw, Clovis de Barros Filho, Marialva Barbosa, Mauro Wolf, entre outras. E a terceira, aquelas que nos ajudaram compreender a construção ou a manipulação da opinião pública, onde destacamos as obras de Michel Maffesoli, Pierre Bourdieu e novamente Walter Lippmann.

Há ainda um quarto conjunto de obras que, dada suas contemporaneidades com o período estudado, e mais, como muitas delas eram de autoria de nomes importantes do regime, suas importâncias em muitas vezes eram duplas, podendo ser encaradas com referência bibliográfica e/ou fonte de pesquisa. Tais obras partem da exposição do trabalho legislativo, passam pela literatura e por teorias autoritárias, e vão até a própria campanha anticomunista. São exemplos deste caso as obras de C. Marques, Antonio A. Covello, Antonio de S. Dória, Francisco Campos, Alceu Amoroso Lima, José Honório Rodrigues, Oliveira Viana, entre outros.

Na relação das fontes que subsidiaram o trabalho, a imprensa teve papel fundamental, haja visto sua importância como agente de formação da opinião pública, especialmente por se tratar de um recorte temporal da história nacional em que a sociedade civil ainda possuía uma capacidade de organização bastante limitada. Neste caso, foi dedicada atenção aos impressos distribuídos entre a então capital, Rio de Janeiro

e as cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Essas três cidades formavam àquela época uma espécie de *triangulum oppidum cor* da política do País, motivo pelo qual pode nos assegurar um bom vislumbre do padrão nacional.

Leis e decretos, debates parlamentares e os discursos políticos acerca do tema também foram tomados como fontes imprescindíveis para entender a intenção política por trás do dito combate ao inimigo. Nos dois casos anteriormente citados, o foco da pesquisa foram os anos de 1935 a 1937, não só por limitação temporal, mas principalmente por compreenderem um recorte analítico específico, entretanto, não foi impeditivo para incursões em períodos outros, especialmente os anteriores.

Esse intervalo foi escolhido por compreender o período que vai da discussão em torno da Lei de Segurança Nacional na Câmara até a implantação do Estado Novo. Esse foi um período que a mídia obteve um grande alcance populacional, ainda que sob censura. Foi esse alcance da mídia que possibilitou o seu uso como ferramenta pelo governo com o intuito de angariar adesão social nessa empreitada de manutenção do poder, ainda que o interessado não fosse unicamente o regime. Como comenta Rodrigo Motta, naquele momento “o grau e a forma de comprometimento [da imprensa] com o anticomunismo, causou impacto considerável sobre a sociedade, ao mesmo tempo que pode revelar seu estado de ânimo”.²

A pesquisa em relação à imprensa teve como principal sítio a Biblioteca Nacional, contudo contamos também com acesso a outros arquivos, como O Estadão, onde estão depositados os exemplares de *O Estado de São Paulo*. Também pudemos contar com a solidariedade de alguns colegas que nos forneceram acesso a edições de jornais e revistas de arquivos próprios. A leitura desses periódicos e revistas nos ofereceram os subsídios necessários para compreender a narrativa anticomunista por meio da imprensa, bem como fazer a identificação dos termos e métodos empregados para tal empresa. Quanto aos documentos, foram vários os sítios por onde empreendemos busca. No Arquivo Nacional, pudemos realizar pesquisas tanto *on-line*, quanto presenciais. Outros *sites* como a Biblioteca da Presidência República, os Diários do Poder Legislativo e *Veritatis Splendor* também nos forneceram materiais imprescindíveis à realização do nosso trabalho.

A partir de seleção, os dados foram estudados de forma a permitir o acesso aos conteúdos presentes nos documentos, fossem eles explícito ou implícitos e, a partir disso, os temas foram reagrupados a fim de formar as categorias. A partir dessas categorias,

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020 Op. cit., p. 22.

buscamos construir cada capítulo obedecendo uma lógica narrativa que permitisse o entendimento daquele conturbado período histórico.

Desse modo, a construção do primeiro capítulo será dedicada a contextualização dos eventos geradores desse grande medo nacional e de sua atualização e aproveitamento pelos movimentos políticos do período em questão. Trata-se, nesse caso, da associação entre o regime e determinados setores da sociedade que, com a finalidade de manter o *status quo*, definiram o comunismo como o grande inimigo. Foi a partir desse inimigo que uma narrativa de terror pode ser construída e disseminada. Tal narrativa, especialmente catalisada pelos levantes de 1935, “justificou” o alegado perigo comunista e facilitou a sedimentação da cultura do medo no imaginário popular.

Se o ano de 1935 foi um ápice desse embate entre comunistas e anticomunistas, pode-se assegurar que ele foi, na verdade, uma espécie de catarse de um movimento que há muito existia, porém havia ganhado força nas décadas anteriores. Nos idos da segunda década do século XX, especialmente por causa da Revolução Russa, o comunismo ganhou destaque na imprensa nacional. Com esse destaque, o assunto entrou para o rol das preocupações dos grupos privilegiados e começa então a “disputar” esse espaço, especialmente com o anarquismo.³

O segundo capítulo será dedicado a tarefa de identificar a colaboração do anticomunismo na construção do mito Vargas. Na busca por justificativas para a manutenção do poder, ou ainda para suas medidas autoritárias, o regime tratou logo de, se não inventar, mas exagerar na construção de narrativas anticomunistas. Ao (re)criar e disseminar essas narrativas com o apoio de uma parte da imprensa, e o silenciamento de outra, o regime fazia dessa, ferramenta importante para a manutenção do seu projeto. Projeto esse que não consistia somente na manutenção do poder, mas também referendar a figura de Vargas como o seu timoneiro.⁴

Mesmo antes de se tornar o chefe do executivo federal, Vargas já mostrava interesse no papel da imprensa como ferramenta para a unificação do sentimento da opinião pública,⁵ e com sua escalada à presidência, tomou-a como tal. Com as rotineiras páginas diárias, a imprensa cumpria o objetivo de disseminar informações do governo e

³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p 15.

⁴ A expressão foi retirada do *Correio da Manhã*. 06 de jan. de 1931, p 4. No texto do jornal a afirmação é que Vargas ainda não teria se confirmado como o “timoneiro capaz de salvar o barco do naufrágio”.

⁵ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

formar uma caracterização do que seria o comunismo, ou seja, um mal que deveria ser combatido por todos. Contudo, seu principal objetivo era salientar o papel de Vargas como líder dessa luta. Como todo governo que se impõe através de um processo de rupturas, a necessidade de manutenção de sua popularidade, de legitimar seu projeto é constante, e a narrativa anticomunista foi talvez o principal meio que o regime Vargas utilizou para tal.

Para o terceiro capítulo, trataremos do uso da narrativa anticomunista como ferramenta de influência sobre a opinião pública. Mais uma vez recorreremos aos periódicos e as publicações oficiais a fim de identificar o que nessas se apresentou como uma possível reação popular ao comunismo, bem como ao dever do Executivo Federal em combatê-lo. Contudo, talvez os documentos mais importantes que manipulamos acerca dessa reação popular foram cartas enviadas a alguns membros do regime, especialmente para o presidente. Nelas, cidadãos comuns se manifestavam nos mais diferentes sentidos; repudiavam o “comunismo”, parabenizavam Vargas por combatê-lo e muitas vezes se colocavam a disposição para, pessoalmente ou através de filhos, atuarem na luta contra o comunismo.

O fato é que, fosse pela geração, fosse pelo preconceito das ideias anticomunistas, o regime buscou influenciar ou modificar a percepção social, a opinião pública, acerca do comunismo. O objetivo disso era amanhá-lo apoio para suas ações e assim dar legitimidade às perseguições aos seus opositores, de modo a justificar o poder autoritário por parte do Estado. Com o acolhimento das ideias do regime pela imprensa, e a perseguição feroz das vozes oposicionistas dentro dela, buscou-se forjar o apoio popular para as ingerências do Executivo nos mais variados setores da sociedade ⁶ e justificar a violência no combate ao comunismo.

Por fim, no quarto e último capítulo, será aludida a instrumentalização do medo pelo governo contra o “inimigo comunista”. Com o triunfo dos revolucionários em 1930, o novo regime, a fim de manter o poder, reafirma e atualiza a construção dessa forma de comportamento social baseada no medo, aprimorando e instrumentalizando o imaginário anticomunista brasileiro. Tal desenvolvimento teve sua consecução principalmente através da caracterização do comunismo por símbolos e imagens já relacionados ao mal

⁶ KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

no imaginário popular, o que contribuiu positivamente para a radicação de uma cultura do medo, legitimadora da violência e da propaganda anticomunista.

Por tal, buscar-se-á especificar o que representou o anticomunismo na relação entre regime Vargas, a imprensa e a sociedade brasileira, destacando elementos que amplificaram essa narrativa, bem como a escolha de possíveis alvos para seus ataques. Esses elementos foram preponderantes para o desenvolvimento de uma cultura do medo às vésperas da criação do Estado Novo, talvez essa, o principal elemento facilitador para sua implantação.

Nesse sentido, por contribuírem para a instrumentalização do medo, e assim favorecer seu uso como ferramenta política, os eventos que sucedem a chegada de Vargas ao poder, e que foram sendo escalados até o golpe de 10 de novembro de 1937, podem ser inseridos no que denominaremos por “grande medo brasileiro”. Por sua vez, esse grande medo constituiu uma espécie de elemento “alquímico” para permitir a forjação de um inimigo capaz de representar todos os males e perigos que ameaçavam a construção de um Brasil novo, o comunismo!

Diante disso, a construção desse trabalho se dará sob a abordagem dos seguintes questionamentos. O que se apresentou como comunismo representava um perigo real à sociedade? Buscou o governo se aproveitar do momento para construir uma comoção social com o objetivo de fortalecer o regime vitorioso em 1930? Construiu-se um “comunismo genérico” para englobar todo e qualquer movimento de oposição ao regime e logo criminalizá-lo? Buscou o Executivo federal criar e divulgar os símbolos de uma “racionalidade” comportamental, em que o medo do comunismo foi o eixo da narrativa, e apresentar o regime forte e autoritário como único meio de combater o “nefasto comunismo”?

1 O GRANDE MEDO: CONTEXTO, MEIOS E POSSIBILIDADES TEÓRICAS

Esse “grande medo” foi termo tomado por empréstimo à Lefebvre, e não à toa. Em sua obra o autor descreve eventos geradores de medos coletivos no período pré-revolucionário francês, os levantes camponeses. Para Lefebvre, as ameaças provadas ou vislumbradas pelos camponeses tiveram o poder de produzir sentimentos capazes de motivar pânico coletivo, levando a revoltas e generalizando a atmosfera de medo.⁷ Na realidade brasileira, o medo das elites dominantes em relação as revoltas das camadas inferiores da sociedade também se fez presente.

Se para Lefebvre o grande medo foi um elemento impulsionador para a Revolução Francesa de 1789, essa por sua vez fez acender o alerta no mundo americano. Para o historiador Ricardo Mendes, “a Revolução Francesa indicava o caminho para uma maior participação política e para a igualdade existente entre todos os homens, eliminando o poder real e o próprio Rei”. Se essa já era uma preocupação e tanto para os detentores do poder, em um Brasil colonial e escravocrata, seus desencadeamentos seriam ainda mais temidos. Relacionada diretamente com os embates políticos franceses, a revolta dos escravizados na Ilha de São Domingos, iniciada em 1791, “demonstrava que também aqueles poderiam libertar-se de seus senhores”.⁸ Essa questão ultrapassaria a posição colonial e se colocaria como uma das principais preocupações do Brasil independente.

No Brasil Império, aproximadamente um século antes da ascensão de Vargas ao poder, as elites políticas e econômicas, se é que podemos distingui-las, se via as voltas com o medo de uma revolta de escravizados. A historiadora Márcia Gonçalves comenta que os medos sociais eram componentes presentes na ambiência da Corte na década de 1830, criando uma percepção de constante ameaça à estabilidade política e social. O temor dos haitianismos⁹ coabitava com medos de manifestações e desordens políticas

⁷ Lefebvre, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁸ MENDES, Ricardo. *A “inconfidência baiana” de 1798: um projeto de nação possível*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2021. p. 57. *passim*.

⁹ A independência do Haiti (parte ocidental da Ilha de São Domingos) marcou o continente americano, principalmente devido seu caráter insurrecional e a participação maciça de escravos, despertando as atenções de amplos setores da sociedade política na América. Assim, esse evento ficaria impregnado como uma lembrança de que, para o desespero dos senhores de escravos, os cativos eram aptos a comandar uma insurreição capaz de libertá-los e aniquilar os seus donos. A este sentimento de insegurança e temor, deu-se o nome de haitianismo, fenômeno muito comum, principalmente entre parte

entre outros medos, no seio da “boa sociedade”, descrita por Gonçalves como sendo-a composta pelos proprietários de terras que por sua vez eram também os homens da política. Classificados entre “crimes” públicos, particulares e policiais, temia-se desde rebeliões e resistência, segurança da honra e da propriedade, as ofensas à religião e a moral e bons costumes,¹⁰ o que evidencia uma íntima relação com a manutenção do *status quo*, ou seja, com a manutenção do poder.

Flavio Gomes aponta o ano de 1835 como sendo emblemático para o afloramento do grande medo na mentalidade das elites políticas brasileiras. Assim o faz, salientando a Revolta dos Malês,¹¹ na Bahia, que potencializou o medo e o inflamou na mentalidade senhorial, promovendo a ampliação e a reverberação acerca de eventos posteriores, ainda que de menor relevância.¹² Dessa forma, o medo das elites dominantes em perder o poder, desde o Império já era um fator detonador de “estratégias de neutralização e disciplinamento das massas”.¹³

Posto isso, evidencia-se a importância do medo para as tomadas de posições, quer seja no campo econômico, político, ou especialmente no social. Vera Malaguti salienta que “historicamente esse medo vem sendo trabalhado desde o modelo escravista e na formação de uma República que ‘incorpora’ excluindo, com forte viés autoritário”.¹⁴ Nesse sentido, observa-se que o medo vai se atualizando no tempo e sendo ligado ao que

da elite brasileira do século XIX. Cf. YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão. Política e tráfico negreiro no Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1822-1850). São Paulo: Intermeios/ Fapesp, 2016.

¹⁰ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Ânimos Timoratos: Uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências*. 1995. 297f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1995.

¹¹ A Revolta dos Malês foi um levante de negros islamizados, ocorrido em 1835 no Brasil, na cidade de Salvador. Foi o maior conflito de escravizados, em uma zona urbana do Brasil Império e da América Latina. Embora efêmera, tendo ocorrido na noite de 24 para 25 de janeiro, cabe ressaltar que aproximadamente 600 insurgentes participaram do conflito que, segundo André Santos, tinha entre seus objetivos tomar o governo local e estabelecer um regime pró-maleses. Entretanto, foram derrotados e severamente penalizados pela autoridade provincial da Bahia, a fim de servir de exemplo a outros grupos de escravizados com pensamento insurrecionais, o que de fato ocorreu. Cf. SANTOS, André Luís Rodrigues. *Revolta dos Malês* (1835): Apontamentos sobre o Levante dos Nagôs islamizados. *Revista Eletrônica Discente História.com*. v. 7 n. 14, 2020. p. 327-339 Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/2574>. Acesso em: 01 out. 2021.

¹² GOMES, Flavio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed ver. e ampl. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

¹³ MALAGUTI, Batista Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 20.

¹⁴ *Ibidem*. p 25.

se entende como ameaça direta ao poder dos grupos dominantes. Na República, as ameaças das revoltas dos escravizados já não era uma realidade, entretanto, quaisquer ideias sobre formas outras de organização social que não atendessem a manutenção do poder pelas elites dominantes eram tomadas como ameaça e o medo era novamente alçado ao centro das tomadas de decisões.

No período republicano, antes do comunismo ganhar relevância, o que sucede especialmente após dois acontecimentos; a Revolução Russa em 1917 e a fundação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1922, o anarquismo era encarado como o principal elemento de temor pelas oligarquias. Essas o viam como uma ameaça à manutenção do poder por sua ideologia contestar a forma de organização social vigente naquele momento.¹⁵ A técnica de que lançaram mão, tanto o poder político quanto a imprensa, foi ligar inúmeros atos de violência isolados ao anarquismo, afinal, para definir e manter uma imagem do anarquismo inimigo, era fundamental promover a ideia de que os anarquistas eram violentos e criminosos. Nesse jogo político, em um ambiente tenso, à imprensa cumpria anunciar vinganças e outros atos como materialização do anarquismo.¹⁶

Fabricio Monteiro comenta que, embora no Brasil o anarquismo, pelo menos na sua “modalidade terrorista”, tenha tido pouca relevância, era “atribuída imagem aos anarquistas como invariavelmente terroristas arremessadores de bombas e, com isso, do anarquismo como uma proposta política sustentada nas ações violentas de ataque direto às pessoas”.¹⁷ Nessa “guerra” para macular a imagem do anarquismo perante a opinião pública, o governo também possuía suas táticas; produzir um atentado e pôr na conta dos anarquistas. É o que comenta Alexandre Samis. Segundo o autor, os próprios anarquistas denunciavam a existência desses atentados durante as greves. Realizados por policiais ou qualquer outro agente do governo, posteriormente iam à imprensa como sendo atos anarquistas.¹⁸

¹⁵ MONTEIRO, Fabricio Pinto. O terrorismo anarquista no Brasil da Primeira República: construções de sentidos de militantes e a repressão governamental. *REH.*, v. 4, n. 8, 2017. Disponível em: Recuperado de <https://www.escriadahistoria.com/index.php/reh/article/view/90>. Acesso em: 02 set. 2021.

¹⁶ LEAL, Cláudia. *Pensiero e dinamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2006. p. 167. passim.

¹⁷ MONTEIRO. Fabricio Pinto. Op. cit., p. 265. passim.

¹⁸ SAMIS, Alexandre. *Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil*. p. 125-189. In: COLOMBO, Eduardo; COLSON, Daniel; MINTZ, Frank. et.al. História do movimento

A título da verdade, os movimentos anarquistas produziam repulsa nas elites dominantes especialmente por suas ideologias libertárias. Como escreveu o autor anarquista Edgar Rodrigues, na ideologia anarquista, o homem é naturalmente bom, desde que abolidos do planeta o Estado, a Igreja, e o capitalismo, tornando-se o anarquismo uma opção “emancipalista” [sic] natural. ¹⁹

Para a Igreja, essa crítica à organização hierárquica da sociedade, disseminada pelo anarquismo, era um risco, pois se opunha também ao sistema clerical, cerne de sua organização. Igreja e Estado compartilhavam as preocupações em relação ao envolvimento do anarquismo com a educação, pois através dela as críticas sociais seriam aprofundadas e poderiam gerar uma revolta social.

O tema educação para a libertação foi pauta ainda no primeiro Congresso Operário, em abril de 1906, que debateu meios para contornar a educação oficial que era vista como uma ferramenta ideológica para manter a opressão e a exploração. O anarquista E. Rodrigues, ao escrever acerca desse congresso, afirmou: “instrução foi, até uma época recente, evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, que visavam manter o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade; para melhor explorá-lo e governá-lo”. ²⁰

Para o Estado, tal movimento representava o risco de uma revolução e, por consequência, a dissolução do poder. Qual fosse o caso, anarquismo ou comunismo, seria o poder exercido através de um comitê popular, o que evidentemente ia de encontro a ideia premente de construção de um Estado uno, indivisível. ²¹ Tal motivo colocou esse assunto entre as preocupações de primeira ordem do regime pós 1930, e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio possuía sentido claro para a resolução dessa questão. Em síntese, tal “Ministério viera para prevenir o país do germe da explosão dos ódios de classe”. ²² Para a Igreja, o risco principal era a desconstrução da imagem de

operário revolucionário. São Paulo/São Caetano do Sul: Imaginário/IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004. p. 150.

¹⁹ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979. p. 87.

²⁰ Ibidem. p. 138.

²¹ ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Viana*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

²² BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério de Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 307.

Deus, dada a ideia ateísta do anarquismo, o que traria por consequência a perda de status e uma desorganização de suas castas.²³

O temor de capitalistas era principalmente a socialização de propriedades, uma vez que na compreensão anarquista não é possível haver convivência entre esta e a liberdade, a única capaz de organizar as regras naturais de convivência. Para o anarquismo, a propriedade não é naturalmente concebida, só existindo a partir da obtenção/subtração de bens produzidos por outros indivíduos que não o proprietário. Nas palavras de Pierre Proudhon, a propriedade é um roubo, e suprimir seus abusos, só é possível através da sua destruição.²⁴

A partir do crescimento dos movimentos comunistas, em especial na década de 1920, todo esse medo já consolidado de uma ruptura da ordem estabelecida, do *status quo*, foi facilmente transferido para tais movimentos. Embora as diferenças teóricas e organizacionais dos dois movimentos, o fato de ambos atacarem os mesmos setores da sociedade — o regime, a Igreja e o capital — possibilitaram essa transferência, e o comunismo passou a ser o inimigo a ser combatido. O grande número de propaganda anticomunista, oficial ou privada, dá conta desse fato, embora a perseguição às instituições anarquistas ainda constasse das ações repressivas do Estado.

A concomitância desses movimentos, ou mesma sua organização sequenciada, objetivou ou resultou na criação de uma imagem de um comunismo padrão aos olhos da sociedade, definindo-o como algo terrível, a partir do processo de etiquetamento e criminalização de suas práticas. Todo esse processo, para além da atuação do Estado, foi complementado por ações de setores conservadores da sociedade e por diversos intelectuais. Esses manifestavam repulsa a qualquer tipo de revolução social ou sinalização de mudança da ordem vigente, e suas atividades se davam principalmente na área da propaganda anticomunista.

Dessa forma, observa-se que naquele momento os grupos dominantes, a fim de promover a manutenção do poder ou pelo medo de perdê-lo, buscaram suprimir todo e qualquer movimento que contestasse sua hegemonia. O temor da perda do poder levou seus detentores à busca pelo vilipêndio dos movimentos contrários a seus anseios, o que

²³ RODRIGUES, Edgar. *Quem tem medo do anarquismo?* Rio de Janeiro, Achiamé, 1986.

²⁴ PROUDHON, Pierre-Joseph. *A propriedade é um roubo*. Tradução de Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 2014.

terminou por gerar uma verdadeira cultura do medo ²⁵ no imaginário coletivo. Qualquer movimento político que se opusesse a ordem estabelecida era propalado como um perigo à sociedade e não como um outro espectro da política.

Embora essa cultura do medo possua raízes anteriores ao comunismo e ao anticomunismo no Brasil, em especial nas revoltas dos escravizados no período Imperial e nos movimentos anarquistas das décadas iniciais da Primeira República, foi após a insurreição de 1935 que ela atingiu seu auge e o comunismo passou a configurar como seu principal agente. ²⁶ Desse modo, o anticomunismo foi inscrito na lista dos eventos que compuseram/compõem o grande medo que ronda os detentores do poder ao longo da história brasileira.

O medo de uma suposta revolução comunista que estaria em curso no Brasil desde os anos 1920, ²⁷ com os levantes de 1935, de certa forma materializou-se, permitindo sua ressignificação e instrumentalização para o imaginário coletivo. É importante destacar que a pouca importância que tais eventos tiveram para a realidade da cidade foi fundamental para a manipulação da sua real grandeza, ou seja, seu real perigo.

O historiador Jayme Ribeiro comenta que notícias de jornais do dia do ocorrido dão conta de um evento de pouca importância, que não alterou a rotina da cidade, o que, ainda segundo o autor, pode ser constatado por depoimentos de militares e militantes comunistas acerca do fato. ²⁸ A própria imprensa destacou que os atos revoltosos: “às oito da manhã já se encontrava inteiramente dominado”. ²⁹ A pouca visibilidade do

²⁵ Salientamos aqui que, o emprego do termo “cultura do medo” neste trabalho não se dará da conceitualização do medo individual, ou seja, aquele que resulta de uma perturbação por um perigo real, mas sim do medo socialmente compreendido e partilhado, e que, por essa característica pode, se não produzir, corromper a opinião pública, possibilitando a dominação mediante a manipulação do imaginário coletivo.

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EdUFF, 2020.

²⁷ Embora o medo do comunismo fosse um elemento da política nacional ainda em períodos anteriores, a partir da fundação do PCB em 1922, esse temor ganha novos significados. Após a revolução de 1930, o anticomunismo passa, então, a fazer parte da narrativa oficial, se tornando uma forma de justificativa para o poder, o que foi potencializado após os levantes de 1935. Cf. SILVA, Michel Goulart da. Os primeiros grupos comunistas e o centenário de fundação do PCB. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 9, n. 27, p. 11–16, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6000065. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/570>. Acesso em: 1 jun. 2022.

²⁸ RIBEIRO, Jayme Fernandes. O Rio de Janeiro e a insurreição comunista de 1935. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologia, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 79-104.

²⁹ A Noite Ilustrada. Apud: *ibidem.*, 93.

movimento perante a sociedade, se não foi determinante, certamente contribuiu com a narrativa da propaganda anticomunista na atribuição da importância e do sentido a eles empregados. Em outras palavras, como a população não possuía meios para dimensioná-los, o campo estava aberto para a propaganda assim o fazer.

1.1 A reformulação da cultura do medo no contexto dos anos 1930 e seus objetivos

O período subsequente à revolução de 1930 é marcado pelo desenvolvimento da comunicação, e seus “efeitos” atingiam a todos os segmentos sociais do mundo urbanizado. O rádio, o cinema e a música popular avançavam, começava-se a viver a chamada Era da cultura de “massas”.³⁰ Esses novos meios de informação, que atingiam significativa parcela da população, se mostravam o meio ideal para a disseminação de uma nova ideia de poder através da cultura do medo e a justificação desta, e logo passaram a ser utilizados pelos governos da época para divulgar seus projetos políticos. Destaca-se no Brasil neste sentido a criação do programa A Voz do Brasil, um equivalente nacional para o *The voice of América*, dos Estados Unidos.³¹ Ressalta-se o importante papel da imprensa como meio de informação e conformação da opinião pública, tendo a política e seus desdobramentos como um dos seus principais destaques.³²

Nos anos que antecederam o golpe do Estado Novo, em especial a partir de 1935, o aumento das medidas repressivas por parte do regime levou a perdas de direitos pela sociedade, que assistia como espectadora enquanto a política brasileira se modificava rapidamente.³³ Neste cenário, o temor de determinados setores da sociedade e do regime

³⁰ BARROS, Orlando de. *Custódio Mesquita: Um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-45)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

³¹ *Ibidem*. p. 348.

³² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

³³ Reyes Mate afirma que esse é um arquétipo de estado de exceção que se desenvolve junto com a evolução da sociedade ocidental. Tal, representa uma forma de governabilidade, com ênfase na supressão de direitos e liberdades individuais, embora se diga existir um estado de direito. Para o autor, a grande distinção desse arquétipo é sua capacidade de mobilização social, geralmente dada por meio de uma ampla divulgação de atos de barbárie como justificativa para a supressão de direitos, de modo geral, amparados por um *status* de legalidade. Nas palavras de Mate, “para que um estado de exceção funcione se faz necessário a presença da lei. Se tudo fosse excepcionalidade estaríamos no caos. E aqui não se trata de um caos, mas de um sistema legal que possa ser para os oprimidos um estado permanente de exceção”.

era que os ideais comunistas, que circulavam na sociedade à época, ganhassem adesão dos trabalhadores. Ideias comunistas como distribuição e coletivização de terras, organização das classes operárias e a possibilidade de rompimento com a corrente da obediência religiosa eram temidas por governantes, Igreja e pela elite econômica. Ambos temiam mudanças estruturais que pudessem vir contra seus interesses já estabelecidos.

Sendo assim, o discurso anticomunista passa a ser propagado, principalmente através do rádio e da imprensa escrita, de diversas maneiras, tentando atingir direta ou indiretamente a todos. Nos anos que antecederam o golpe, essa narrativa foi utilizada principalmente pelos nacionalistas e pela Igreja Católica. Para os primeiros – basicamente políticos, intelectuais e militares — o comunismo significava a perda da identidade nacional e dos privilégios. Para a Igreja, a ameaça comunista atentava contra os “bons costumes” e laços familiares, motivos pelos quais consideravam o comunismo diabólico. Os religiosos temiam um novo conjunto de regras morais e sociais, opostas àquelas que eram praticadas.

Em observação aos fatos acima expostos, verificamos que o combate ao que se denominava comunismo não se dava somente através do combate do ensinamento puro das teorias comunistas, mas a tudo que se opusesse ao *status quo* social e ao regime político. Neste contexto, a criação de uma cultura do medo se mostrou imprescindível. O constante estado de alerta a que a população foi sujeitada entre 1935 e 1937 era uma ferramenta para se fazer entender que essa luta era de toda sociedade, e assim homiziar seu verdadeiro significado. Significado esse que era o temor do regime, e de determinados grupos sociais em perder seus privilégios ou o poder.

Com o acirramento desse “embate” que se dá pelo recrudescimento do regime, especialmente a partir da LSN (Lei de Segurança Nacional), o termo anticomunismo passa a ter uma frequência maior, sem se restringir somente aos comunistas ou ao próprio Partido Comunista. Todo movimento que se opusesse às ideias de interesse do governo, ou de determinados grupos conservadores da sociedade, independente de seguir orientação comunista ou não, assim era rotulado. É o que Bonet classifica como “anticomunismo extremo de tipo fascista e reacionário”. Para o autor, esse movimento se

Cf. MATE, Reyes. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “sobre o conceito de história”*. (Trad.). Nélío Schneider. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2011. p. 194.

traduz em uma sistemática repressão da oposição, seja ela comunista ou não, e sua única regra é rotular por comunista qualquer oposição de base popular.³⁴

À vista disso, o termo comunismo passou a configurar uma justificativa para a perseguição a toda e qualquer oposição política ou quem reclamasse por algum direito social. O poema satírico-político de Érico Veríssimo, com suas personagens embebecidas em putrescina e cadaverina, foi assertivo em colocar essa questão. Na trama que traz um extenso diálogo do Brasil sob Vargas, uma conversa entre os “padres” Pedro Paulo e Gregório assim concluiu: “comunista é o pseudônimo que os conservadores, os conformistas e os saudosistas do fascismo inventaram para designar simplisticamente todo o sujeito que simplesmente luta e clama por justiça social”.³⁵

Com o utensílio do termo comunismo dividia-se a população em duas partes; os que apoiavam o governo *versus* os que estavam ao lado dos “comunistas”. Os que se colocavam contra o governo eram considerados desprovidos de qualquer consideração e humanidade por já haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana.³⁶ Esse “conceito” era rotineiramente empregado na propaganda anticomunista, promovendo a descrição dos comunistas sempre como rebeldes contra Deus, contra a família e a ordem, entre outras caracterizações.³⁷

Ainda que antes da década de 1930, os agitados sociais, seus desdobramentos e interferências políticas eram vistas como manobras comunistas, após a Revolução de 1930, o clima de radicalização começou ganhar novos contornos. A partir desse momento,

³⁴ BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen Varriale, Gaetano Mônaco, João Ferreira, Luis Pinto e Renzo Dini. Vol.1, 11ª Ed. Brasília: ED. UnB, 1998. p. 34-35.

³⁵ VERISSIMO, Erico. Incidente em Antares. 49ª ed. São Paulo: Globo, 1988. p. 384. A sequência do diálogo entre os “padres” evidencia a pureza da crítica em relação à política nacional, mantendo a obra longe da esfera da defesa do comunismo. Segue-se: “Por outro lado, não ignoramos que na Rússia Soviética não existe nenhuma liberdade de crítica ou de expressão, e que um escritor pode ser condenado a três ou cinco anos de trabalhos forçados na Sibéria por ter escrito poemas, artigos ou romances que contrariam ou simplesmente não seguem a linha política do partido único”.

³⁶ BONET, Luciano. Op. cit, p. 34. O autor vai além. Com a ascensão do comunismo a um, digamos, nível de realidade política, com a Revolução de Outubro, na Rússia, uma luz de alerta acendeu nos regimes políticos tradicionais. Foi a partir daí que o anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto nacional quanto internacional. Essa é uma justificativa plausível para a teoria do anticomunismo como “ideologia da burguesia em crise”, em outras palavras, “como uma fórmula política de saída, quando as fórmulas políticas tradicionais se mostram ineficazes no controle das tensões sociais”.

³⁷ MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. 2015. 254f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

vários projetos distintos de Brasil entraram em embate e a polarização da sociedade começou a se intensificar. Nos discursos oficiais, a ênfase de que o comunismo era um inimigo a ser combatido era o eixo da narrativa. Neste contexto, a criação do Ministério do Trabalho – que trouxe consigo a proposta de regulamentação do setor – tornou-se a ferramenta principal na busca do Estado por maior controle sobre quem formava a base de acomodação destas ideias, o trabalhador e as classes trabalhadoras.^{38,39} O próprio Vargas definiria assim o comunismo, em um pronunciamento de saudação à nação:

O aniquilamento completo de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade – espécie de primitivismo, de regresso, as formas elementares da organização social, caracterizado pelo predomínio e cujos exemplos típicos são as antigas tribos do interior da Ásia.⁴⁰

O trecho acima nos traz uma visão exata de como o regime Vargas lidaria com a oposição, uma vez que todo movimento nesse sentido seria colocado sob o rótulo de comunista. Apresentar o comunismo como bárbaro, um regresso a formas de organizações sociais primitivas possuía dupla função; ao mesmo tempo que taxava esse como algo terrível, punha o regime como defensor do contrário ao postulado pelo “vil comunismo”. Era uma “verdadeira” luta entre o bem e o mal, entre a barbárie e a civilização. Essa dicotomia maniqueísta foi a bússola que orientou as ações do regime no trato com os movimentos oposicionistas.

Essa desqualificação do comunismo sob o rótulo de “regime bárbaro”, contrário aos valores ocidentais, trazia à tona os conceitos eufóricos/disfóricos. Os termos primitivismo e regresso remetem claramente a ideia de que o avanço e a civilização existem e são possíveis, tornando-os desejáveis. Eis o mote da propaganda anticomunista, aludir a valores civilizatórios ocidentais, incluindo neles os trabalhadores, como parte da sociedade civilizada.

Há que se dizer que trabalho foi um tema caro ao regime Vargas. Como afirmou o Ministro do trabalho, Lindolfo Collor – por ocasião de sua posse – o trabalho passaria

³⁸ MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. *Repressão política e usos da constituição no Governo Vargas (1935-1937): a segurança nacional e o combate ao comunismo*. 2011. 217f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

³⁹ FAUSTO, Boris. *Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial. (1920-1945): uma revisão*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1988.

⁴⁰ FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 75

a ser o principal motivo do regime.⁴¹ Uma afirmação do próprio Collor ao jornal *Correio do Povo* deixou claro o porquê desse motivo. Em suas palavras, “organizar o trabalho, tira aos partidários do credo de Lenin um dos seus elementos fundamentais do seu proselitismo subversivo”.⁴²

Entretanto, a obra de Collor à frente Ministério do Trabalho, que como salienta Orlando de Barros, era o Ministério da “questão social”, iria ser convenientemente esquecida. Vargas desejava ser um líder sem antagonistas na relação com os trabalhadores, e a defecção de Collor veio a calhar. Publicações oficiais posteriores que aludiam às conquistas dos trabalhadores, simplesmente não mencionavam o nome do ex-Ministro. A tônica era enfatizar que essa era uma realidade do regime posterior a 1937, como fez Francisco Campos, em entrevista a um órgão de imprensa em 1938.⁴³

Em um contexto de acirramento dos debates políticos, o regime se mantinha alerta contra todos os movimentos políticos que suspeitasse ameaçar sua hegemonia. Nesse sentido, um desses movimentos sobressaltou em demasia o regime. Trata-se da ANL (Aliança Nacional Libertadora). Tal aliança foi uma organização de grande capilaridade social e política, resultante do sentimento de frustração de alguns idealistas oriundos da própria revolução de 1930, e “que a repressão policial interessava apresentar [...] como de inspiração comunista”.⁴⁴ A resposta do regime não tardaria. Menos de um mês depois da oficialização da ANL, o presidente sancionou a Lei de Segurança Nacional.⁴⁵

A LSN colocou o Executivo em condições de exercer seu poder de forma ainda mais contundente para perseguir a quem se pusesse em seu caminho.⁴⁶ O uso dessa lei, juntamente com a prática de rotulação aos movimentos de oposição ao regime por conceitos definidos pelos próprios rotuladores, deu ao regime os desejados meios para perseguir seus desafetos políticos.

⁴¹ BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério de Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). op. cit. p. 299.

⁴² Ibidem. Op. cit. p. 308.

⁴³ Ibidem. Op. cit. p. 324, passim.

⁴⁴ CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições* (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 455.

⁴⁵ Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935, sobre os crimes contra a ordem política e social.

⁴⁶ MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. 2011. Op. cit., passim.

A definição para alguns termos ou conceitos, bem como sua caracterização, são modificados e constantemente ressignificados de acordo com o interesse de grupos sociais em acusar adversários políticos. Termos como subversão, extremismo, ordem social ou política, configuram-se abstratos e de definição política, invertendo o sentido ao querer de quem governa e não propriamente de uma ordem natural.⁴⁷ Como resultado temos a impossibilidade da aferição de regra para uma normativa flexível, ou seja, de qual modo, segue-se a regra de um termo que muda constantemente e de acordo com o anseio político?⁴⁸

A propaganda anticomunista do regime Vargas, ou de grupos da própria sociedade que tinham interesse na manutenção do modelo vigente, fazia uso de tais conceitos de acordo com suas “necessidades”. Rotulava quaisquer que ousassem opor-se ao *status quo*, ou clamar por direitos sociais. Como afirma José L. Fiorin, a definição de qualquer conceito parte primeiramente do contexto em que este esteja inserido, ou para o qual se deseja inseri-lo, não há uma definição única, fixa.⁴⁹ Para o regime Vargas, ligar todos esses conceitos ao negativo, ao disfórico, importava.

O ambiente político a essa altura do regime Vargas estava em ebulição e o presidente tinha instrumentos, como a LSN, para reprimir as oposições.⁵⁰ Vargas não tardava em afastar da arena política quem julgasse empecilho à sua rota de governo. Deste modo, em 11 de julho de 1935, assinou o decreto que pôs na ilegalidade a ANL⁵¹ – pouco mais de cem dias após sua oficialização – instituição que julgava ser um mero instrumento de forças comunistas internacionais.

Embora o motivo apontado sempre estivesse ligado ao comunismo, e a infiltração de elementos comunistas na ANL foi uma realidade, o maior incomodo era o crescimento de uma organização contra o autoritarismo entre as camadas populares. A agremiação continuamente conseguia agregar novos seguidores e cada vez mais ia adquirindo um

⁴⁷ DULLES, John Watson Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

⁴⁸ SZABO, Denis. Political crimes: a historical perspective. *Denver Journal of International Law and Policy*, v. 2, n. 1, p. 7-22, 1972. Disponível em: <https://digitalcommons.du.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2154&context=djilp>. Acesso em: 12 jun. 2021.

⁴⁹ FIORIN, José Luiz. Op. cit. p 13.

⁵⁰ SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-64)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

⁵¹ *Correio da Manhã*, 12 jul. 1935, p.1.

caráter unitário, abandonando o movimento de forma “celular”, o que causou inquietação ao governo, e as elites que orbitavam o regime. “Num país praticamente sem tradição de participação política popular, qualquer tentativa de mobilizar os ‘de baixo’, provocava tremores nas elites”.⁵² Na prática, o regime buscava inculcar na sociedade o perigo de um comunismo, digamos, personalizado, a fim de se livrar do objeto do seu próprio medo, a ANL.

Um movimento popular, de ampla penetração e capilaridade como foi a ANL, se transforma em temor e alvo imediato de qualquer regime com ambições autoritárias,⁵³ como foi o caso nacional pós 1930. Para esse tipo de pensamento político, uma sociedade politizada passa a ser um entrave. Como meio de evitar essa politização, o principal alvo do regime foram os trabalhadores, ou seja, os “de baixo”. Vargas buscava o trato direto com esses, uma relação em que sua figura não podia depender de intermediários. “Isso importava em despolitizar os políticos e transformá-los em colaboradores, burocratas ou eliminá-los da vida pública”.⁵⁴ Também importava suplantar qualquer associação que tenha por objetivo organizar politicamente a sociedade, ou mesma parte dela, que era o exato caso da Aliança Nacional Libertadora.

Por meio da propaganda e de uma participação massiva dos meios de comunicação, buscou-se promover a figura de Vargas junto à sociedade e aos trabalhadores como uma das formas de combater a ANL. Uma outra forma foram as perseguições. Especialmente após a decretação de sua ilegalidade, as prisões dos que compunham os quadros da Aliança foram recorrentes. Os menos afeitos à luta foram deixando o movimento e o embate, que por sua vez ficou diminuído. Porém, seus integrantes comunistas, por vezes mais aguerridos e partidários de um enfrentamento direto, tomaram postos da então ilegal ANL e, na clandestinidade, promoveram movimentos de enfrentamento ao regime, tendo a luta armada como uma opção e, cada vez mais, como uma realidade próxima.⁵⁵

⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit. p. 206, passim.

⁵³ HOBBSAWM, Eric John Ernest. *Estratégias para uma Esquerda Racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁵⁴ BARROS, Orlando. 2001. Op. cit. p. 347, passim.

⁵⁵ PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. v. XXX, n. 1, p. 101-120, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134618603007>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Entretanto, a orientação da ANL, mesmo na ilegalidade, não era a tomada do poder em golpe direto e efetivo contra o governo, mas buscar ligar-se aos anseios populares e provocar uma unidade de sentimentos. A partir desse reconhecimento da população, poderia então promover insurreições pontuais com apoio popular, o que lhe garantiria legitimidade na tomada do poder central.⁵⁶

Na prática, a falta de ligação entre os grupos regionais que compunham a ANL dificultou esse processo, e a convocação de atos nacionais unificados via-se impossibilitada. Nem mesmo a convocação de uma grande greve geral em protesto ao decreto de 11 de julho, que a pusera na ilegalidade, conseguiu se efetivar sem ir além de alguns movimentos localizados, a maioria em São Paulo.⁵⁷

É importante destacar que, neste período, o cenário político mundial vivenciava uma crise do sistema democrático. Ditaduras das mais variadas vertentes políticas se somavam mundo afora, sendo os principais expoentes os estados fascistas, italiano e alemão.⁵⁸ A ideia de um “estado forte”, centralizado, apontado como solução para a crise da democracia liberal foi o caminho escolhido por vários governantes, de diferentes países, dispendo inclusive do consenso de uma determinada elite intelectual.⁵⁹

Caminho semelhante foi tomado por Vargas, que buscou desde logo se desfazer das “amarras” do legislativo, o qual julgava ser dispendioso, ineficiente e parasitário. “Assim, no Brasil e no mundo, o legislativo perdia legitimidade, sendo considerado caro e muito pouco útil. Em 1935, era com tal perspectiva que parte de elite brasileira avaliava a Câmara dos Deputados e as assembleias estaduais”.⁶⁰ Essa era também a visão de Francisco Campos, que afirmou: “para as decisões políticas uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu”.⁶¹

⁵⁶ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

⁵⁷ *Correio da Manhã*, 17 jul. 1935, p.3.

⁵⁸ SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-37)*. Goiânia: Editora da UFG, 2012.

⁵⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV / INL-MEC, 1980.

⁶⁰ MOURELLE, Thiago Cavaliere. 2015. Op. cit., p. 166.

⁶¹ CAMPOS, Francisco. A política e o nosso tempo (1935). In: CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, Seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 28.

Por meio dessas ideias o regime buscou centralizar a política, tornando o Executivo cada vez mais esse centro, adaptando para o momento uma prática comum na política nacional. Sobre a centralização do poder nos pós 30, Mario Casassanta comentou que ela “dotou-nos de um Executivo forte, remontando às raízes de nossa história política, e traduziu, nesse particular, mais uma continuação que uma inovação”,⁶² para a qual o anticomunismo foi a principal ferramenta de legitimação.

A exemplo do que ocorreria na implementação do Estado Novo, o papel da imprensa mostrava-se fundamental desde cedo na propagação do que o governo queria expor como sendo o comunismo, bem como os perigos dessa ideologia. Através da propaganda anticomunista, o “comunismo” foi sendo construído de acordo com as necessidades do momento, tendo como norte os interesses do Executivo e dos grupos sociais conservadores. A caracterização do que seriam os símbolos e costumes comunistas sempre dentro do campo da barbárie, da vileza, do primitivismo, possibilitou criar uma atmosfera de medo e angariar adeptos para a luta contra o comunismo.

A investida contra as forças democráticas dos setores de esquerda era crescente. Em maio de 1935, o jornal integralista *A Offensiva* – órgão oficial do movimento integralista – publicou um artigo insultuoso à figura de Prestes.⁶³ Em 26 de junho de 1935, o jornal *O Globo* trouxe o “alfa” de uma grande provocação, com duas publicações divulgadas no mesmo dia contendo detalhes do que seria uma trama da revolução vermelha e dos soviets no Brasil. Este “plano” comunista recomendava uma ação rápida, efetivada pela eliminação de oficiais que resistissem e, se necessário, invadir seus domicílios para assegurar a efetividade da operação.⁶⁴

Todo esse “bombardeio” de informações negativas sobre o comunismo tinha propósito definido: instalar o medo nas mais diferentes camadas da sociedade, especialmente nas mais baixas. O objetivo para isso, a ambição autoritária do regime. Como nos afirma Graziano Sobrinho:

As razões para instalar o medo nas camadas mais baixas da população é justificável ante a implementação do Estado autoritário, ou seja, quanto maior for o medo social maior será a carga de legitimação do Estado para ter uma

⁶² CASASSANTA, Mário. Executivo forte, tendência nacional. *Cultura Política*. Ano 1, n. 7, p. 135-141. 1941. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/163538/per163538_1941_00007.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

⁶³ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Comp. das Letras, 1992.

⁶⁴ *O Globo*, 26 de jun. 1935, p. 1.

postura autoritária, seguindo, semelhante a ótica maquiaveliana, o paradoxo no qual o medo social é necessário para que o Estado seja realmente uma estrutura de poder.⁶⁵

Com o reforço de papéis impressos, a comoção popular seria somente uma questão de orientação e tempo. Assim, a imprensa criava os signos do que seria do país em caso de vitória dos vilões comunistas e, aludindo ao governo a única força capaz de combater o mau invasor, conferia grau de legitimidade à ação de Vargas e de seus aliados.

Desse modo, o imaginário popular se encarregaria de produzir os comportamentos coletivos aberrantes e a continuidade das táticas de bombardeamento com informações programadas seria a ferramenta para a fundamentação de uma cultura do medo. Nesse caso, além da intenção do governo, percebemos o desenvolvimento através da mídia, à época, de uma caracterização do que seria a mística comunista no imaginário social. Uma vez que o imaginário social pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas associadas diretamente ao poder,⁶⁶ ele passa a encarado pelas forças em embates como o campo dessas disputas.

1.2 O imaginário coletivo brasileiro

A formação de um imaginário coletivo na maioria dos casos, vai além de uma conjunção autóctone, mas está imbricado em uma construção social interferida externamente, como comenta José M. de Carvalho, acerca do edenismo compositor da consciência brasileira.⁶⁷ Para Carvalho, o sentido da consciência, não só brasileira, mas para a América, não está nas realizações humanas. A sua base está precisamente nesse sentimento edênico, que se inicia com a *mundus novus* de Américo Vespúcio e tem sua afirmação nacional com o *Brasil Terreal Paraiso* de Rocha Pitta, passando ao próprio

⁶⁵ GRAZIANO SOBRINHO, Sergio Francisco Carlos. Sobrinho, Sergio Francisco. A cultura do medo e as transgressões contemporâneas. *Revista Direito, Estado e Sociedade*. v. 9, n. 27, p. 215-226, 2014. DOI: [10.17808/des.27.318](https://doi.org/10.17808/des.27.318) Acesso em: 17 de abr. de 2022.

⁶⁶ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*. v. 13, n.38, p. 63-69, 1998. DOI: [10.1590/S0102-69091998000300004](https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300004). Acesso em: 20 set. 2020.

Hino Nacional, que transcreve a partes da Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, em exaltação a natureza paradisíaca brasileira.

Toda essa exaltação ao natural carrega em si a depreciação do humano, da obra humana. Não obstante, ganharia algumas das mentes brilhantes do pensamento nacional. A tese da inferioridade brasileira ganhou revestimento científico graças as teorias racistas aceitas, em maior ou menor grau por pensadores do porte de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Barreto.⁶⁸ “Nessa terra tudo é grande, só o homem nada vale”, é a frase atribuída a Silvio Romero na obra de Araripe Junior.⁶⁹ Machado de Assis, comentou que ao fazer a apresentação da cidade a um alóctone, só teria ouvido comentários sobre a natureza, o que para ele desqualificava toda a ideia de ação humana.⁷⁰

Essa compreensão edênica do Brasil estava fora do projeto de Vargas. Tal projeto visava a integração dos brasileiros à cultura nacional, ou aquela que o próprio regime definisse com tal.⁷¹ Nesse contexto, figura do humano e suas realizações passaram a contar, o que significou a necessidade de romper com o edenismo presente no imaginário social. Através do entretenimento e da propaganda o regime buscou atingir seus objetivos de substituir as lentes com que os brasileiros enxergavam o próprio país, substituindo-as por outras mais adequadas ao seu projeto político. Era um novo imaginário coletivo, que possuía suas bases na dicotomia – real ou não – entre os que queriam uma nação grande e os que planejavam destruí-la, praticamente, entre o bem e o mal.

Para Teixeira Coelho, esse imaginário social é composto pelo “conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelo homem acerca de determinados aspectos da vida social”⁷², que compõem a chave para a percepção do “real”. Contudo, para Clifford Geertz, o homem por si só é incapaz de produzir esses códigos interpretativos. O autor afirma que “o homem não pode formular sistemas mentais, sem recorrer à orientação de modelos de emoção públicos e simbólicos, pois esses modelos são os

⁶⁸ Ibidem. p. 10.

⁶⁹ ARARIPE JR. (sob o pseudônimo de Cosme Velho). Diálogos das novas grandezas do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1909, p. 103.

⁷⁰ ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas* (1892- 1893). Obras completas. 1ª Ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Hucitec, 1996.

⁷¹ BARROS, Orlando de. 2001. Op. cit. p. 161-203, passim.

⁷² COELHO, Teixeira (Org). *Dicionário crítico de política cultural*, Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 112-214.

elementos essenciais com que ele percebe o mundo”.⁷³ Dentro de tal interpretação, quem detém o poder de formular tais sistemas simbólicos e seus signos, assegura condições de orientar o comportamento coletivo, o que para Geertz é comutado em poder real.

A representação dos comunistas pelo governo e pela mídia foi marcada por adjetivos e rótulos que pudessem relacioná-los à figura do mal, ou a algo que já possuísse forte apelo de repulsa no sentimento coletivo. Rótulos como bárbaros, selvagens, degenerados, hordas de delinquentes,⁷⁴ aludiam diretamente a sentimento de insegurança, de violência e de desordem. Figuras da fauna local que não contavam com a simpatia popular também eram sistematicamente usadas para promover o medo do comunismo.

Ligados ao imaginário do medo e da repulsa na cultura popular, tarântulas e polvos, pelos seus números de patas e tentáculos representavam uma ação global comunista de dominação; a serpente, que não menos importante, ligava ao mito da criação cristã, o símbolo supremo do mal, a tentação do homem; carrapatos vermelhos, praga que suga o sangue de suas vítimas e cupim voraz, outra praga que destrói tudo o que construímos, transformando em pó, entre outros tantos.⁷⁵

Outro fator que consorcia a política brasileira anticomunista a vigência internacional era sua ligação com o antissemitismo. Era comum a menção a “judaísmo internacional”. A expressão foi o título de uma coluna do jornal *A Offensiva* e aludia o bolchevismo como uma expressão do espírito judaico.⁷⁶ A ligação dos judeus ao “perigo vermelho revolucionário” a nível nacional tinha origem nos círculos fascistas e católicos e as publicações integralistas possuíam destaque quando o assunto era ligar judeus ao comunismo. A sugestividade das publicações integralistas acerca do termo se verifica pelos títulos por estas escolhidos. “Por que os judeus são comunistas”,⁷⁷ “Bolchevismo,

⁷³ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 322.

⁷⁴ MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. 1998. Op. cit., p. 10.

⁷⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 20.

⁷⁶ *A Offensiva*. 25 out. 1936, p. 16.

⁷⁷ MARÇAL, Heitor. *A Offensiva*. 18 out. 1934, p. 3.

expressão do espírito judaico”,⁷⁸ “*Complot comunista judaico americano em Hollywood*”,⁷⁹ entre outros.

O objetivo dessa ligação entre judeu e comunismo não era diferente da ligação promovida entre comunistas e animais, ou comunistas e seres mitológicos. A imagem do judeu já era a imagem de um inimigo, há muito construído no seio das sociedades ocidentais, em especial devido a profissão da fé cristã, que tem na figura do judeu alguém que renega a Cristo.⁸⁰

Um dos primeiros momentos em que o judeu é visto como inimigo do cristianismo data ainda do último quartel do séc. III quando essa perseguição é institucionalizada no Império Romano.⁸¹ Já neste momento, o judaísmo era apresentado como “seita bestial” e “sacrílega”, e a partir de 1215, com o IV Concílio de Latrão, a Igreja exige a identificação indumentária para quem fosse judeu.⁸² Posteriormente, com o recrudescimento dos entendimentos desse mesmo Concílio, nos processos do Santo Ofício, os judeus figuraram entre as principais vítimas.⁸³ Para Martinho Lutero, o monge reformador, os judeus não passavam de ratos, que deveriam ser recluso a estábulos, pois eram eles os responsáveis pelas mazelas da humanidade, por terem negado a Cristo, e assim renegado a Deus.⁸⁴

Todo esse movimento de associação dos movimentos comunistas ou assim rotulados, a eventos que já constavam do imaginário coletivo, como motivo de perigo e medo, possuía objetivo certo. O mote central era vilipendiar todo movimento a que o regime impusesse o rótulo comunista, e a partir deste vilipendio, legitimar os atos de perseguição promovidos aos movimentos oposicionistas pelo regime. O uso político dos

⁷⁸ *A Offensiva*. 25 out. 1936, p. 16.

⁷⁹ *Acção*. 15 dez. 1937, p. 1.

⁸⁰ VASCONCELLOS, Pedro Lima. Uma nova visita a um velho preconceito: os “judaizantes” como judeus. In: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza; FUNARI, Pedro Paulo Abreu.; COLLINS, John (Org.). *Identidades fluidas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 332-345.

⁸¹ LACAVE, José Luis. *Juderias y Sinagogas Españolas*. Coleção Sefarad. Madrid: Editora Mapfre, 1992.

⁸² MESSADIÉ, Gerald. *História Geral do Anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

⁸³ NOVINSKY, Anita. *A inquisição*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1982.

⁸⁴ LUTERO, Martinho. *Dos Judeus e Suas Mentiras*. Porto Alegre: Revisão, 1993.

medos já constantes do imaginário coletivo era o caminho mais curto para tal. As pragas, os mitos, as feras selvagens, o judeu anticristo, a escravidão, entre outros, pavimentavam o caminho do regime sobre o umbrático comunismo, possibilitando a indução dos medos já consolidados socialmente a esse.

A possibilidade de canalizar tais medos sociais para o comunismo, de se apropriar do que era difuso, e direcionar a um movimento específico, permitiu ao regime Vargas sair desse ambiente penumbral do medo imaginário. A partir daí, dá-se um movimento mais organizado de sua política anticomunista,⁸⁵ sempre tendo no horizonte os movimentos políticos da mesma natureza, na Europa e nos Estados Unidos.⁸⁶

Assim percebemos não somente o combate, mas a criação de uma cultura política baseada no medo, de aversão ao comunismo, principalmente a partir de publicações oficiais e da imprensa.⁸⁷ E, sem qualquer aprofundamento do que conceitualmente era o comunismo, indivíduos de diferentes setores da sociedade, movidos pelo medo, tomavam como sua a luta contra o “monstro vermelho” para deter a “marcha dos filhos das trevas que tinham por infernal missão semear a nefasta ideologia comunista pelo mundo”.⁸⁸

A consolidação dessa cultura política baseada no medo, mais especificamente o medo do comunismo, se mostrou acertada e fundamental ao regime. Podemos dizer que foi a partir dela que alguns eventos políticos ganharam importância, permitindo ao regime promover um recrudescimento contínuo de suas ações, pavimentando assim o caminho para a implementação da política do Estado Novo. Ainda que atos políticos considerados hostis a ordem estabelecida e as “devidas” reprimendas já fossem realidades em períodos anteriores, o volume e a magnitude desses a partir de 1930 merecem destaque. Esse fato, somado ao novo regime político que se instaurou com a revolução de 1930 marcaram as singularidades desse período histórico-político.

⁸⁵ SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931 – 1934)*. Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

⁸⁶ MOTTA, Rodrigo Patto SÁ. 2020. Op. cit., p. 26.

⁸⁷ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

⁸⁸ *O Diário*, 26 nov. 1935, p. 5.

1.3 O contexto histórico-político dos anos 1930 e o favorecimento do medo

O processo de entendimento de um período histórico-político não se desvincula da análise dos fatos oficialmente inscritos. Contudo, os eventos que os circundam e os quais não se alinham a esses registros, são as chaves para a compreensão e a formação de uma narrativa histórica resolutive, ligada aos acontecimentos de grande magnitude.⁸⁹ Assim, os episódios que os antecedem ou lhes são transversos, mesmo os que lhes escapam as fronteiras territoriais, não poderão ser desconsiderados no campo do político, ou seja, o que se vivenciou no Brasil da década de 1930 era parte de um contexto maior, da política mundial.

Partindo desta perspectiva, observemos que, em 1929, o mundo assistiu à quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, o que provocou uma das maiores crises do sistema capitalista. Esse acontecimento, que tomou proporções mundiais, atingiu o Brasil principalmente na exportação do café, que era naquele momento o principal produto da economia brasileira. Fato esse que, sem dúvida, contribuiu para a ruptura do sistema político vigente, e favoreceu o advento de uma nova ordem política ao país. Ao transferir responsabilidade do impasse surgido com o preço e a exportação do café, para o Instituto do Café do Estado de São Paulo, o então presidente Washington Luís transformou um problema econômico em político.⁹⁰

Um jornal carioca, em referência a esse ato do presidente trouxe em nota não assinada, sob o título “Os que nada perdem” ataques direto ao Presidente. A nota afirmava que ele, juntamente com “figurões da arrogante oligarquia paulista, nunca haviam sidos fazendeiros do café”⁹¹ e que por isso não tinha interesse em solucionar o problema. Embora fosse o representante de São Paulo que estivesse no poder, a insatisfação das elites do café já era algo relevante àquela altura, o que foi um componente a mais para os eventos que levaram ao fim da Primeira República.

O rompimento da política “café-com-leite”, as denúncias de fraude eleitoral na escolha de Júlio Prestes para a presidência da República e o assassinato de João Pessoa –

⁸⁹ NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria & variações*. Rio de Janeiro: Fumec, 2001.

⁹⁰ CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

⁹¹ *Correio da Manhã*, 29 out. 1929, p. 7.

vice-presidente da República na chapa de Vargas, candidato da oposição – foram as causas imediatas do movimento revolucionário que marcou o início da Segunda República no Brasil, em 1930.⁹² Este evento foi marcado por uma ruptura dos quadros políticos nacionais, evidenciando o reordenamento Institucional e a emergência de uma elite dissidente.⁹³

As modificações na composição do extrato social que aconteceram na década de 1920, como a transformação de uma economia basicamente rural e o surgimento de setores mais dinâmicos nos centros urbanos, comércio, imprensa, entre outros, contribuíram para romper o pacto que formava a base da Primeira República. Tal pacto tinha em seus alicerces o poder dos coronéis, e em um Brasil rural, baseado na agro exportação e, o rompimento desse pacto foi um importante catalisador para a Revolução de 1930.⁹⁴ Nos anos seguintes, esses novos elementos compositivos da sociedade constituíram também importante fator de sustentação para o governo até a instauração do Estado Novo. A saída de um pacto político baseado em um Brasil rural para um novo formato de governabilidade que buscava cada vez mais a modernidade,⁹⁵ abriu a possibilidade de acomodação dos novos setores emergentes.

A dificuldade de inserção direta no campo político de distintas classes, como comerciantes, profissionais liberais, intelectuais e até mesmo militares, levou a uma busca de representatividade nos movimentos revolucionários. Estes, inseridos nos quadros do governo, atuavam como mediadores entre grupos com alguma identificação social, ou seja, as associações, e o poder em si. Exemplo claro deste fenômeno é apresentado por

⁹² RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Universitária UPF, 2003.

⁹³ D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As Instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁹⁴ Apesar da discussão – muito travada em salas de graduação – sobre ter sido ou não, o movimento que levou Vargas ao poder, uma revolução, tomaremos por empréstimo as palavras do historiador Orlando de Barros: “A Revolução de Trinta gerou, com certeza, transformações de tal monta, na sociedade brasileira que, dificilmente, poderá ser igualada a outro acontecimento histórico nacional. embora não tenha atingido os espaços geográfico e institucional do país com a mesma intensidade, é bastante razoável admitir que a nação ganhou nova face histórica, seja pela pelo impacto da revolução em si mesma, seja pela liberação de forças que, deflagradas por ela, vieram acelerar o processo de modernização e desenvolvimento das últimas décadas, caracterizando claramente um corte histórico”. BARROS, Orlando. Preconceito e Educação no Governo Vargas (1930-45). Capanema: Um episódio de intolerância no Colégio Pedro II. Sesquicentenário do Colégio Pedro II. Caderno nº8. Cadernos avulsos da biblioteca do professor do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1987. p. 1.

⁹⁵ RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

Boris Fausto, da aproximação do tenentismo com os médios e pequenos industriais que formavam uma pequena burguesia nacional.⁹⁶ Esta nuance da interação política é pormenorizada por Marx que expõe a incapacidade de autorrepresentação desta pequena burguesia, que por razão, buscam ser representados.⁹⁷

Os movimentos que levaram Vargas ao poder em 1930 e o que ancorou sua manutenção, afirma Fausto, não podem ser compreendidos como distintos. Condições específicas de diferentes classes médias, em matéria de gênese social, interação com as demais classes, compõe movimentos que participam de uma ideologia política oriunda da década anterior. A distinção entre estes movimentos e as ideologias oligárquicas da primeira república trazem em parte a explicação para a peculiaridade política desse período.⁹⁸

Boris Fausto afirma que o organismo político da Primeira República não se apresentava como um instrumento capaz de dialogar com diferentes facções, mas sim um instrumento para a perpetuação do poder nas mãos dos elementos que já o possuíam. Para o autor, esse foi o eixo da Aliança Liberal, refletir as características do sistema social existente, tendo como “grande arma [...] a defesa da representação popular [...], e o tema da reforma política toma o primeiro plano.⁹⁹

Uma atmosfera com ausência de partidos políticos com representação nacional, propiciava o surgimento de grupos das mais diferentes ordens sociais, que manobravam continuamente em busca por influência.¹⁰⁰ Tais associações provocavam uma fluidez no espectro político que configurava uma eficaz maneira de Vargas arregimentar apoio para o governo.¹⁰¹

Em 1932, foi criada a AIB (Ação Integralista Brasileira), sob o comando de Plínio Salgado, inspirada no fascismo europeu e que defendia o fortalecimento do Estado e o

⁹⁶ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁹⁷ MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁹⁸ FAUSTO, Boris. 1997. Op. cit., p. 57.

⁹⁹ MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1990.

¹⁰⁰ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.

¹⁰¹ LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

autoritarismo. Vários fatores como a crise financeira, o desemprego, revoltas operárias, cooperaram para o sucesso do Partido Integralista, que tinha como lema “Deus, Pátria e Família”. O apoio de simpatizantes nas várias esferas da sociedade fez com que essas ideias ganhassem cada vez mais adeptos.¹⁰²

A AIB, segundo Levine, era caracterizada como um partido político paramilitar; seus constituintes praticavam ritos militarizados, bem como trajavam uniformes padronizados. O movimento integralista tinha como inspiração os movimentos fascistas europeus, inclusive as organizações caritativas de facções de Ação Católica. Os integralistas orientavam um movimento distópico anacrônico, na crença em valores morais que jamais existira. Baseada neste espírito “renascentista”, o integralismo convivia amistosamente com integrantes de outros movimentos radicais, como nazismo, principalmente em comunidades do sul do Brasil.¹⁰³

A criação da Aliança Nacional Libertadora em 1935 se deu no âmbito da luta pela representação da defesa da democracia. Entre seus objetivos estavam a defesa da livre manifestação e o posicionamento contra o movimento integralista, o que configurava a ANL como um movimento de intenções antifascistas, engajada na pugna contra o imperialismo. Compondo uma figura de movimento pluralista, a Aliança manifestava apoio às ideias de liberdade religiosa e política, e não se colocava propriamente como um partido político. Esse era o tom da expressão, que mesmo antes de sua oficialização em março de 1935, fora lido no plenário da Câmara dos Deputados, em janeiro do mesmo ano.¹⁰⁴

Com um prospecto que ultrapassava os limites das reformas jurídico políticas e propunha alterações relevantes no trato de propriedades, a ANL atraía para seu seio largos contingentes das mais diversas classes sociais e políticas. A prédica em torno de liberdades e direitos individuais proferida pela ANL apontava em direção contrária ao aumento do autoritarismo do governo. A fim de combater essa posição, desenvolve-se pelo regime um processo de doutrinação das forças militares para combater o “comunismo” com seus próprios métodos, é o que nos afirma Boris Fausto.¹⁰⁵

¹⁰² TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

¹⁰³ LEVINE, Robert M. 2001. Op. cit., p. 79.

¹⁰⁴ MOURELLE, Thiago Cavaliere. 2015. Op. cit., p. 41.

¹⁰⁵ FAUSTO, Boris. 1997. Op. cit., p. 25.

Antagonismos ainda mais profundos vieram à tona com a Constituição de 1934. A crescente mobilização social desse período, que até então era encarada como elementos de regionalismos característicos da política nacional, coloca frente a frente movimentos nacionais de esquerda e de direita; ANL contra AIB.

No bojo de um proclamado combate às ideias radicais de origem fascista, a AIB seria o alvo central das manifestações e ações da ANL. A adesão dos comunistas à referida organização intensificou o embate. Em resposta a essas adesões, Plínio Salgado – líder dos integralistas – definiu assim a sua “luta”: “É por esse motivo que fora do integralismo não há possibilidade de salvar o país da mística destruidora de Moscou”.¹⁰⁶ O simpático olhar do Komintern à essa organização, através de seu escritório para a América do Sul que operava em Montevidéu, já era o suficiente para tornar a ANL suspeita.

A tática da ANL, de atacar qualquer movimento que se alinhasse aos ideais autoritários propostos pelo governo e por setores de extrema direita, como o integralismo, a tornou alvo principal destes. Era uma organização de caráter legalista, que conservava entre seus membros a ideia de que seria, dentro da legalidade, o caminho para o poder. Logo, a orientação de suas ações se daria neste sentido.

Essa conduta legalista da ANL gerava críticas internas oriundas do setor comunista mais afeito a radicalização já a partir de 30 de março de 1935, quando foi nomeado Luís Carlos Prestes como seu presidente de honra.¹⁰⁷ Fato esse que levou ao endurecimento dos ataques externos a essa organização, e ao crescimento da prédica anticomunista pelos integralistas e pela parcela da imprensa que se alinhava ao governo.

As evidências da infiltração de elementos comunistas que incentivavam a revolução, puseram o governo em alerta e, em julho deste mesmo ano, a ANL foi posta na ilegalidade e suas sedes foram ocupadas pelas forças policiais.¹⁰⁸ Tais evidências começaram a ser evidenciadas pela leitura do manifesto de seu lançamento público, em 30 de março de 1935 em uma reunião que se realizou no Teatro João Caetano, no centro

¹⁰⁶ *Acção*, 08 out. 1937, p.1.

¹⁰⁷ ROCHA, Lauro Reginaldo da (Bangu), “Os perigos do nacional-reformismo na Aliança Nacional Libertadora”, *A Classe Operária*, n. 180, 1 maio 1935. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro/São Carlos: Arquivo Nacional/Universidade Federal de São Carlos, 1995. p. 42.

¹⁰⁸ PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Medo, comunismo e revolução Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Universitária UFPE, 2009.

do Rio de Janeiro, mas principalmente na reunião solene realizada à sede da ANL em 05 de julho de 1935. Nesse evento foi lido por Carlos Lacerda um manifesto de Luís Carlos Prestes que terminava com a celebre sentença: “Todo poder à Aliança Nacional Libertadora”.¹⁰⁹ Essa frase foi como um estopim para o regime decretar o fechamento da ANL, o que aconteceu poucos dias depois, aos onze dias do mesmo mês.¹¹⁰

As imposições de Prestes, consideradas radicais, foram usadas como justificativas para que Vargas, fazendo uso da LSN, colocasse a Aliança Nacional Libertadora na ilegalidade. Afora, o ambiente de confrontação que existia oportunizou acertos entre variados setores conservadores da sociedade e o regime. Essa aliança tinha como mote central o combate à postura dos comunistas, considerada agressiva, o que se estendia também contra os que levantassem quaisquer bandeiras progressistas.

Em novembro de 1935, sob liderança do capitão Luís Carlos Prestes, ocorreram levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro, a chamada “Intentona Comunista”. No entanto, sem dispor da lealdade esperada dentro das forças armadas e sem bases populares, o movimento foi derrotado pelas forças governistas. Esses levantes, e a rápida ação do governo para sufocá-los, aliada a propaganda anticomunista do regime, foram preponderantes para a instauração do medo coletivo em relação ao comunismo. Uma vez instituídas as bases desse temor e, mediante as revoltas em desenvolvimento no Nordeste, o recrudescimento é justificado e Vargas declara estado de sítio logo após os levantes. A partir daí, se faz valer da Lei de Segurança Nacional para reduzir o poder do Legislativo e fortalecer o Executivo.¹¹¹

O ano de 1935 teve como marco no cenário político e histórico brasileiro o fortalecimento do autoritarismo do Poder Executivo. Os eventos desencadeados ao longo deste ano, catalisados pela construção dos interesses políticos em períodos anteriores – principalmente após a revolução de 1930 – levaram o Brasil a um conjunto de acontecimentos que deu início ao processo de rupturas no panorama da política nacional. A ilusão de uma situação revolucionária favorável, com base na popularidade da ANL, fez dos comunistas intentos a almejem a realização de um golpe armado de assalto ao

¹⁰⁹ *Correio da Manhã*. 06 de jul. de 1935, p. 2.

¹¹⁰ Vargas fechou a ANL fazendo uso da LSN, sob o decreto o Decreto nº 229 de 11 de jul. de 1935. Extensa matéria sobre o caso pode ser encontrada em: *Correio da Manhã*. 14 de jul. de 1935, p 1 e 5.

¹¹¹ SILVA, Hélio. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

poder. Entretanto, ao esmagar o levante, Vargas teve o caminho aberto para implementar um governo autoritário em nome do combate às ideias comunistas.

Diante do contexto histórico do início da década de 1930, podemos observar que este período se configura como um momento de angústias e medos generalizados. Como a temporalidade em questão é de rupturas no campo político, subsequente a uma revolução, neste caso agravado pelo contexto financeiro e político internacional,¹¹² esses sentimentos não fugiam à realidade. O medo da fome, agravado pela grave crise do sistema financeiro, que provocou desemprego e fechamento de mercados, e consequentemente afetou o consumo e o sistema de produção mundial; o medo da guerra, uma vez que o mundo havia saído de um grande conflito e a esfera do político ainda não havia se assentado em bases sólidas; e ainda os medos escatológicos que assombravam o imaginário popular. Estes são os verdadeiros catalisadores do medo que se desejava instituir, o medo do comunismo. Com a ligação do comunismo aos males presentes e vindouros, materiais e até espirituais, abriu-se caminho para a rejeição total a este e para a laudação de quem se dizia o precursor do combate ao chamado “nefasto invasor”.

1.4 Meios e possibilidades teóricas

A utilização de meios de propaganda pelo regime Vargas constituiu o eixo do mecanismo de manutenção do poder. Para o historiador André B. Fraga, a fim de se obter êxito em projeto político, criou-se um “investimento maciço no culto à personalidade de Getúlio Vargas, apontado como o líder carismático capaz de guiar os destinos do país”.

¹¹³ Para essa empresa, o regime não tardou em organizar seus próprios órgãos de propaganda.

¹¹² BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac; VILELLA, Annibal. As modificações no papel do estado na economia brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 4, n. 3, 1974. p. 883-912. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6554/1/PPE_v3_n3_As%20modifica%c3%a7%c3%b5es.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

¹¹³ FRAGA, André Barbosa. A “biblioteca do impossível”: levantamento da produção editorial do DPDC/DNP. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 86, p. 135-158, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TkdnVpPSNBMTvvD4MqYRdPb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

A organização de tais órgãos tem seu início em aproximadamente um ano após a chegada de Vargas ao poder em 1930, o que clarifica o interesse de Vargas em controlar, organizar e centralizar o sistema de propaganda. Em 1931 se dá a organização do DOP (Departamento Oficial de Propaganda) que em 1934, após reformulações, dá origem ao DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural) que, por sua vez, passou a ser denominado em 1935, por DNP (Departamento Nacional de Propaganda). A existência de todos estes órgãos teve como “coroação” a fundação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em 1939, já sob o Estado Novo. Segundo José Inácio de M. Sousa, poucas foram as alterações efetivas no órgão durante estes anos, com alguma exceção para a mudança do DOP para o DPDC.¹¹⁴

Ângela de Castro Gomes comenta que juntamente com a política do culto à Vargas, esses órgãos tinham também a função de representações sobre a cultura e a história, bem como orientar ao gosto do regime as “tradições nacionais”.¹¹⁵ Através destes órgãos, o governo atingia também a imprensa privada, pois, a partir deles “remetiam à imprensa, para serem obrigatoriamente inseridos nos periódicos, artigos sobre as ações, iniciativas e atividades que estavam sendo postas em prática pelo regime”.¹¹⁶ Tal ocorrência evidencia a relação entre homens de governo e homens de imprensa.

Para Marialva Barbosa, “ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguições de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências”.¹¹⁷ O emprego de verbas por parte do regime para publicidade na imprensa foi um fator que cresceu exponencialmente no período posterior aos levantes comunistas de 1935, momento de maior recrudescimento da ação anticomunista do Governo Vargas. A cooptação de parte da imprensa¹¹⁸ pelo regime, por meio de destinação de verbas à propaganda, inclusive

¹¹⁴ SOUZA, José Inácio de Melo. *Ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. 1991. Dissertação (Mestrado em Comunicações e Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

¹¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.

¹¹⁶ FRAGA, André Barbosa. 2021. Op. cit. p. 145.

¹¹⁷ BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio*. Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p. 56.

¹¹⁸ Aquela que talvez não o tenha feito por orientação ideológica.

verbas destinadas à polícia que acabavam em propagandas anticomunistas, trazem luz sobre a adesão dessa ao regime. Elizabeth Cancelli comenta que isso era rotina no regime Vargas e que essas “verbas eram fundamentalmente empregadas em matérias pagas e publicidades em jornais como propaganda ideológica do Estado”.¹¹⁹

Na década de 1930, em especial no Rio de Janeiro, a imprensa “governista” dedicava-se amplamente ao apoio em relação ao regime Varguista; os espaços dedicados a discursos e propagandas oficiais tinham maior destaque nas edições e fazia destes uma espécie de porta-vozes “oficiais”.¹²⁰ Essa imprensa “governista” composta por parte da imprensa de referência,¹²¹ se colocava como difusora direta das engenharias sociopolíticas do regime. Tais engenharias carregavam em si uma ideologia nacionalista que colocava o Estado como ator principal no campo político e social, gerando e divulgando normas reguladoras de uma sociedade em construção, nele próprio e por ele próprio.¹²²

Se faz importante mencionar que dentro da imprensa de referência havia também órgãos que se opunham a esse projeto de alinhamento ao regime, no entanto, tocante ao projeto de propaganda anticomunista do governo, na prática esse fato fez pouca diferença. Bethânia Mariani comenta que em geral, dentro da imprensa de referência, independente do espectro político do órgão, se direita, centro ou esquerda, permanecia “grande a semelhança na maneira de significar o comunismo”.¹²³

Esse processo, iniciado após a revolução de 1930, se conjuga e concretiza em 1937, tornando o Estado o grande orientador do processo de construção social, era um projeto de nação que se dava em um contínuo fortalecimento do poder Executivo. Essa

¹¹⁹ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. p. 59.

¹²⁰ CANCELLI, Elizabeth. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

¹²¹ Como Imprensa de referência tomamos aquela que contribui para a conformação ou a representação da opinião pública nacional ou mesmo internacional segundo Imbert. Para esse autor, a imprensa não representa um quarto poder como muitos defendem, mas carrega em si um poder simbólico que pode ser transformado em instrumento do poder real/político. Portanto a imprensa de referência exerce função social e política, não só por seu poder discursivo ser um emissor de opinião, mas sim por atuar na mediação das opiniões. Cf. IMBERT, Gérard. *Los escenarios de la violencia; conductas anômicas y orden social em la Esp. afia. actual*. Barcelona: Icaria, 1992.

¹²² REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. v.1, n. 2, p.187-203, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2166>. Acesso em: 20 ago. 2021.

¹²³ MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. 1998. Op. cit., p.59.

concentração de poder operava por cooptação das esferas inferiores de poder, submetendo-as ao poder central, e a alienação da esfera econômica, submetendo-a totalmente ao controle do campo político.¹²⁴

Dispondo o governo do apoio de parte importante da mídia, conduziu facilmente o tom da narrativa na cobertura dos eventos de intentos sediciosos de 1935 para o estereótipo criminoso. O uso de argumentos que associava o comunismo ao cometimento das mais baixas ações humanas, com a finalidade de introduzir o medo de uma degradação de valores morais e éticos da sociedade no imaginário coletivo era recorrente. Valores como; honestidade, religiosidade, civilidade, respeito à família, a Deus, que fariam parte da composição do espírito brasileiro estariam em risco sob o comunismo, motivo pelo qual se fazia necessário o combate veemente a tais intenções, com a intensão que o momento exigia, segundo a narrativa anticomunista.

Com o vilipêndio destes movimentos, por meio da aplicação de rótulos como: selvagens, desordeiros, ladrões, sem Deus, estupradores, entre outros tantos a seus integrantes, foi se cunhando com rigidez o termo anticomunismo na mente dos brasileiros. Cria-se então um pretexto ideal para justificar o autoritarismo que permitiu ao governo desenvolver um processo de construção cultural progressivo do anticomunismo¹²⁵ baseado na cultura do medo. Há que se salientar que o papel da imprensa nesse processo foi de significativa importância.

É sabido que a mídia possui o poder de influenciar na opinião pública, como também é que, a maneira como a informação é apresentada interage diretamente na forma com que ela vai ser interpretada.¹²⁶ A disposição nas primeiras páginas, manchetes chamativas, o uso de palavras com sentido já consolidado, entre outros fatores, induz o leitor à importância que deve ser dada a determinada matéria, logo ao conteúdo que ela carrega. O destaque para as notícias relacionadas ao anticomunismo transmitido pela mídia da época foi usado de forma a rotular e influenciar negativamente o imaginário das pessoas que estavam sujeitas a essas informações. A ideologia anticomunista era algo crescente em todas as esferas da sociedade, fazendo a população acreditar que uma

¹²⁴ SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

¹²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 25.

¹²⁶ LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. 2ª Ed. Coleção Clássicos da Comunicação Social. Petrópolis: Vozes, 2010.

revolução comunista seria prejudicial ao país e principalmente à sociedade,¹²⁷ e mais, que tal revolução estava às portas da realidade brasileira.

Com o objetivo de entender a influência das mídias sobre o que denominamos por opinião pública, iremos recorrer ao suporte do conceito de teoria do agendamento. Tal teoria possui origem nas primeiras décadas do século XX, em especial na obra de Walter Lippmann e que aqui servirá de parâmetro para as discussões.

Embora germinal, a obra de Lippmann não tratou de organizar o assunto em teoria, para o que mais tarde, Maxwell McCombs e Donald Shaw¹²⁸ se encarregaram. Ao retomar o assunto, puderam fazer a confirmação do poder de ingerência das mídias no processo de adequação da opinião pública a um objetivo. Por meio da projeção dos acontecimentos, estabelece o que os autores denominam “pseudo-ambiente”, totalmente construído através da/ou pela mídia. Em estudo posterior, Shaw conclui que:

As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.¹²⁹

No arcabouço de tal teoria, os meios de comunicação configuram-se propulsores de modificação da realidade do social, a partir do momento em que são estes meios que irão selecionar o que será ou não veiculado. Esse processo de seleção se dá mediante ao próprio julgamento da importância do fato, ou ainda por pressão externa, o que não modifica sua essência, mas tão somente o interesse por trás de tal meio. Deste modo, definindo sobre o que a população deve ou não ter conhecimento e informação, irão estes meios ou quem os controla, possuir poderes de interferência na opinião pública e na sociedade, orientando “seus” interesses em favor dos próprios meios ou de quem os controla.

¹²⁷ FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder: Análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.

¹²⁸ MCCOMBS, Maxwell.; SHAW, Donald Lewis. A função do agendamento dos media,1972. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

¹²⁹ SHAW, D. apud. WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6ª Ed. Lisboa: Presença, 2001. p.144.

Ainda sobre McCombs e Shaw, é asseverado que "embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa não ser bem-sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar".¹³⁰

No capítulo de entrada de sua obra sobre opinião pública, Lippmann apresenta o modelo de percepção das pessoas sobre sua existência e mesmo para o mundo exterior, que segundo o autor se dá através de imagens e símbolos, em uma mentalidade previamente concebida. Barros Filho comenta o assunto dizendo que “os meios de difusão modelam estas imagens ao selecionar e organizar os símbolos de um mundo real”.¹³¹ Long, trabalhando nesta mesma ideia fez destacar que tais meios de difusão já tem previamente definido sobre o que seria uma ordem temática preferencial, e ratifica que “o jornal[...] tem grande participação na definição do que a maioria das pessoas conversarão, o que elas pensarão que são os fatos e como lidar com os problemas”.¹³²

É a partir desse ponto que Michel Maffesoli coloca uma nova questão, a necessidade de reclassificar a discussão em torno do conceito de opinião pública. O autor defende que haja uma divisão de tal conceito entre opinião pública e opinião publicada, a fim de evitar que a confusão das palavras acabe na das coisas.¹³³ Enquanto a pública, reconhecendo suas fraquezas e limites, mobilidades e vulnerabilidades, se reconhece como uma genuína opinião, a publicada busca-se fazer superior.

Embora a opinião publicada não seja realmente mais que isso, nos meios onde ela é veiculada lhe é conferida roupagem de ciência, de uma *expertise*. Isso porque a ela é atribuído função de afirmar ideias e ideais já convencionados. Esse papel de afirmação atribuído a opinião publicada de pretensão científica não possui outro objetivo senão planificar o pensamento e, portanto, a ação.

Nesse sentido, o emprego massivo do vocábulo comunismo pela imprensa, na década de 1930, cumpria o papel de organizar o pensamento e a luta contra ele no imaginário coletivo. Para além de significar somente uma posição política, como já

¹³⁰ McCOMBS, Maxwell.; SHAW, Donald Lewis. A função do agendamento dos media,1972. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Op. cit., p. 49.

¹³¹ BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 2001. p. 174.

¹³² LONG, 1958. Apud. Ibidem. p. 175.

¹³³ MAFFESOLI, Michel. *Apocalypse: opinião pública e opinião publicada*. Tradução: Andrei Neto e Antoine Bollinger. Porto Alegre: Sulina, 2010.

mencionado, buscava empregar a esse termo uma ideia negativa. Buscava-se dessa forma construir um sentido para comunismo sempre em torno de “inimigo”, de um “outro indesejável”.¹³⁴

Para Roland Barthes, pelo fato de não haver uma correspondência permanente entre significado e significante, o simbolismo necessariamente precisa ser compreendido como um discurso de significação, como um conceito semiológico.¹³⁵ Assim, ao rotular os adversários, através da propaganda anticomunista, o governo buscou fixar, ou significar ao seu intento, um novo sentido para a palavra comunismo, almejando desenvolver de forma ortodoxa a urbanidade social que desejava, por meio da significação e da definição de seus adversários.

Demarcado o lugar do inimigo no imaginário coletivo, a significação de comunismo e comunistas como tal possibilitou trazê-los à luz, individualizá-los, isolá-los e colocá-los sob controle, como deveria ser feito com os inimigos. “A denominação ‘comunista’, então, passou a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já se encontrariam previamente significados em termos sócio-históricos”.¹³⁶

Uma vez que o comunismo já havia sido devidamente colocado do lado oposto dos valores que representavam o conceito de humanidade, do bem, à propaganda anticomunista só precisava alardear seus aspectos negativos, para entroná-lo como supremo representante do mal. Ser contra Deus, contra a família, contra os bons costumes, contra a ordem social, ser um provocador de caos, de violência, fonte do mal, eram aspectos salientados pela propaganda anticomunista. Inúmeros adjetivos eram rotineiramente cunhados para rotulá-los como inimigos temíveis. “Piratas”, “desvairados”, “paranoicos”, “degenerados”, “tresloucados”, “dementes”, “bárbaros”, “selvagens”, “horda” (asiática, tártara, mongol), dentre outros epítetos.¹³⁷

Ao elencar, como elemento de propaganda, os termos caracterizadores dos comunistas, o regime ia além, buscava imprimir no imaginário coletivo que o contrário

¹³⁴ MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O PCB e a imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan. 1998.

¹³⁵ BARTHES, Roland. *Semiologie et Urbanisme*. *Architecture d'aujourd'hui*, n.153, 1970/1971, p. 11-13, 1970/1971. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1974_num_3_2_1459. Acesso em: 01 jul. 2021.

¹³⁶ MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. 1998. Op. cit., p.122.

¹³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto. 2020. Sá. Op. cit., p. 73.

existia. Neste sentido, interessava propagar, não uma verdade absoluta, mas algo que possuísse sentido de verdade. Julien Greimas, em sua teoria da semiótica afirma a imanência do texto, a sua autonomia. Assim, se a propaganda anticomunista não representava outra imagem além da que o regime buscava imprimir, não havia por que se preocupar com veracidade, pois não havia uma verdade a ser transmitida, mas sim um “dizer verdadeiro”. É a partir dessa concepção que a afirmação de Maffesoli passa a fazer sentido, é aqui que a opinião publicada, por meio da propaganda e da narrativa busca imprimir sua versão dos fatos naquela opinião vulnerável, limitada e móvel, a pública.

Na concepção de Greimas, esse dizer verdadeiro possui uma função bastante específica, que é de produzir no receptor, um “crer verdadeiro”, a fim de gerar um equilíbrio entre as partes, por meio de um entendimento contido entre enunciador e enunciatário. É o que o autor denomina de “contrato de veridicção”. Para Julien Greimas, “a produção da verdade corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, de um fazer parecer verdadeiro que se pode chamar, sem nenhuma nuance pejorativa, de fazer persuasivo”¹³⁸, a fim de estabelecer um “percurso gerativo de sentido”¹³⁹ que tem por objetivo ir além da semântica estrutural restrita à palavra.

A concessão de sentido através da qualificação semântica é descrita por José L. Fiorin como um elemento que está além das restrições valorativas do leitor. Assim:

Cada um dos elementos da categoria semântica de base de um texto recebe a qualificação semântica /euforia/ x /disforia/. O termo ao qual foi aplicada a marca /disforia/ é visto como um valor negativo. (...) /Euforia/ e /disforia/ não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto.¹⁴⁰

A partir desse arcabouço teórico, podemos vislumbrar o sentido disfórico nos termos empregados para rotular os opositores do regime. Embora não mantivessem uma relação estreita com a “verdade”, o que se buscava era o exato “sentido de verdade”. Termos como “sem Deus”, “contra família”, carregavam em si o poder de aludir diretamente ao contrário a isso. Desta forma, se encarregando a propaganda de elencar disforicamente os que se opunham ao governo, veladamente produzia os valores eufóricos

¹³⁸ GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultix, 1989. p. 487.

¹³⁹ GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973. p. 51.

¹⁴⁰ FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso - Série: Repensando a Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Contexto/Universidade de São Paulo, 1989. p. 20.

para o próprio regime. Criou-se assim um clima de cisão na sociedade de então, entre os que obedeciam a valores positivos ou negativos (eufóricos/disfóricos), o que contribuiu para uma polarização, e conseqüentemente para a elevação das tensões políticas.

Dentro desta conjuntura política, de radicalização, que rumava para o autoritarismo,¹⁴¹ era fato primordial a demarcação exata de quem eram os adversários das ideias do governo e transformá-los em “inimigos” do povo, da ordem estabelecida, de Deus. Aí residia o mote da empresa anticomunista; apresentar o comunismo como uma cultura inadapável aos costumes, formações e crenças originárias do povo brasileiro. Uma vez definida a questão, a construção simbólica do comunismo em torno de figuras folcloricamente rejeitadas ou ligadas ao que constituiria uma espécie de inimigo, só restava então promover por meio da propaganda, a ligação de pessoas ou grupos oposicionistas a essa ideia, ou como definiu Howard Becker, rotulá-las como tal.

A teoria do Etiquetamento, também conhecida como Teoria da Rotulação ou *Labeling Approach*, tem por base o comportamento humano, fruto da interação social. Essa teoria, formulada por Howard Becker na década de 1960, é considerada como um novo paradigma criminológico por destacar a visão da sociedade em relação ao indivíduo criminoso, demonstrando que é a sociedade que o enxerga como tal. O desvio não está na conduta praticada, mas na maneira como a sociedade reage a ela e distingue o cidadão comum do criminoso por meio das rotulações estigmatizantes do sistema penal.¹⁴² Essa forma de etiquetamento pune o indivíduo por seu modo de ser, por suas características, pela sua condição pessoal e não pelo ato praticado.

Segundo Becker, normas, desvios e rótulos são sempre construídos por ações políticas, em que algum grupo adquire influência e consegue impor sua visão como mais fundada que a de outras facções. O desvio, segundo o autor, não é inerente aos atos ou aos indivíduos que os praticam, ele é definido ao longo de processos de julgamento que envolvem disputas em torno de propósitos de grupos específicos. “Desvio não é uma qualidade que reside na própria idiossincrasia, mas na interação entre a pessoa que comete um ato, e as que a ele reagem”.¹⁴³

¹⁴¹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

¹⁴² OLIVEIRA, Rafael Serra. *Consenso no Processo Penal: Uma Alternativa para a Crise do Sistema Criminal*. São Paulo: Almedina, 2015.

¹⁴³ BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

As sociedades complexas, formadas por diferentes correntes de pensamento, ambas produto do campo político, tem como resultado a formação de diferentes facções. A existência dessas facções propicia a disputa pelo poder e, naturalmente, uma exerce domínio e com a mesma fortuna recebe oposição de demais coletividades, o que caracteriza o desvio.

A teoria beckeriana propõe um modelo sequencial para pensar o desvio. Após classificar tipos de comportamento desviante de acordo com as percepções e o grau de publicidade dos atos, o autor pondera a respeito da adesão de indivíduos a padrões de comportamento desviantes a partir de uma perspectiva sequencial. Essa perspectiva envolve não somente atos isolados e eventuais acusações, mas aprendizados específicos, o que caracteriza um comportamento intencional.

Por este óculo teórico, podemos conceber a ideia de carreiras desviantes, que se apresentam como alternativas para carreiras convencionais. Este compasso de formação das sociedades complexas dita o comportamento geral através das regras da facção dominante. O desenvolvimento normal ¹⁴⁴ das pessoas em nossa sociedade – e provavelmente em qualquer sociedade – pode ser visto como uma série de compromissos progressivamente crescentes, com normas e instituições convencionais. ¹⁴⁵

Esta proposta teórica reforça em afirmativo a necessidade de relativizar os julgamentos morais, e que, estudar o empreendedorismo moral configura também o estudo das formas e relações de poder em uma sociedade. E foi pela narrativa de um julgamento moral contra o comunismo – somado a outros meios – que a facção dominante pós Revolução de 1930 buscou consolidar-se no poder. Por meio da rotulação de comunista, qualquer opositor poderia ser batido, tudo em nome da moral e dos bons costumes.

¹⁴⁴ Ao emprego do conceito “normal” aqui – em referência ao período em questão – obedece a uma lógica minimamente interessante. Dicionarizado como um adjetivo de dois gêneros, logo, aplicados distintamente, aqui obrigatoriamente há uma relação estreita entre eles. Trocando em miúdos; para uma pessoa ter um desenvolvimento normal (natural, comum, integrado) dentro da sociedade, ela deveria cumprir os ritos normais (conforme as regras, a norma) estabelecidos pela facção dominante. No caso do não cumprimento do segundo gênero do normal, caracterizava-se o desvio, e por consequência, o cancelamento de qualquer possibilidade de inclusão pelo primeiro. Sobre o conceito normal, Cf. OXFORD. *Dictionary Cambridge*. 3 Ed. Reino Unido. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/oxford>. Acesso em: 12 jun. 2022.

¹⁴⁵ BECKER, Howard Saul. 2008. Op. cit., p. 28.

Aliás, rotular como comunista todo e qualquer que se opusesse ao projeto em curso, segundo Rodrigo Motta, configurava uma verdadeira indústria para produzir o entendimento sobre quem seria o inimigo a ser combatido. “A prática de macular a imagem de adversários atribuindo-lhes o rótulo de comunistas, foi uma das manifestações mais comuns de tal indústria”.¹⁴⁶

Após o acirramento dos discursos políticos em torno do tema, em especial a partir dos levantes comunistas de 1935, várias foram as personalidades políticas e organismos populares que passaram a ser atacados sob tal rótulo. É certo que esse “privilégio” era mais devotado aos que possuíam propensão à esquerda, mas o contrário também se verificou. Carlos de Lima Cavalcanti, governador do Estado de Pernambuco, revolucionário em 1930 e dono de jornais, chegou a ser denunciado como comunista ao TSN (Tribunal de Segurança Nacional). Agamenon Magalhaes Magalhães, ministro de Vargas (Trabalho, Indústria e Comércio) também teve sua alcunha de comunista garantida. Jose Américo e Armando Sales, na iminência da corrida presidência de 37, que acabou por não acontecer, se rotularam mutuamente de comunistas.

João Alberto, interventor do governo em São Paulo, foi acusado por Assis Chateaubriand de “transformar São Paulo em um laboratório de atividade políticas e sociais soviéticas”.¹⁴⁷ Nem mesmo o próprio regime saiu ileso. A política cambial que levou ao confisco de parte das divisas alcançadas com a exportação do café em benefício do Estado, também garantiu a alcunha para o governo,¹⁴⁸ o mesmo que se colocava como um estandarte na luta contra o comunismo. O historiador Rodrigo Motta afirma que:

Durante décadas, essa manobra foi comum no Brasil – a tática de nomear como comunistas os anarquistas, os socialistas moderados, os trabalhistas de esquerda, os nacionalistas radicais, a esquerda católica, e, em determinadas conjunturas até mesmo os liberais avançados. A aplicação indiscriminada da expressão comunista aos indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda, praticada de maneira mais frequentemente por conservadores e reacionários, tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social.¹⁴⁹

¹⁴⁶ MOTTA, Rodrigo Patto. 2020 Op. cit. p. 185.

¹⁴⁷ MORAIS, Fernando. 1998. Op. cit., p. 261.

¹⁴⁸ DÓRIA, Antonio de Sampaio. *O comunismo caminha no Brasil*. São Paulo: Ed. Limitada, 1933. p. 30.

¹⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit, p. 185-186.

Dentro dessa construção política do combate ao bolchevismo, a importância do papel da imprensa é algo a ser considerado. A antropomorfização dos mitos relacionados ao comunismo se fez também pela imprensa, dada sua penetração nos mais diferentes setores da sociedade e a possibilidade de tornar visível o que era abstrato. Como assevera Peter Burke, a “solução mais comum para o problema de tornar concreto o abstrato é mostrar indivíduos como encarnações de ideias ou valores”.¹⁵⁰

¹⁵⁰ BURKE, P. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 81.

2 VARGAS, A CONSTRUÇÃO DE UM PERSONAGEM POLÍTICO

Getúlio Vargas foi um dos mais importantes personagens da política nacional do século XX. Seu governo gerou desdobramentos na política brasileira que se estendem até hoje. O processo de criação de personagens políticos de larga influência, popularmente reverenciados como mitos, para ser entendido, precisa ser estudado não através do personagem em si, mas através do processo no qual teve sua origem e quais meios o alçaram à condição de uma figura quase mitológica no imaginário popular.

O surgimento dos mitos políticos torna-se possível quando uma sociedade atinge grau de engajamento político suficiente para entender acerca do próprio mito, podendo a partir daí transformá-lo, ou aceitá-lo como baluarte de uma nova concepção do social. Tal processo, tende a ser facilitado em períodos subsequentes a atos revolucionários. Nesse contexto, essa sociedade precisa assumir seu papel político ativo de reconhecimento do mito, para que o personagem político comum assim seja entendido. A resposta do personagem em questão a essa demanda social pelo mito, pode ir do assistencialismo ao paternalismo, embora quase sempre prefira ser temido, como nos afirma Ângela de Castro Gomes.¹⁵¹

Tais mitos, quando antropomorfizados, ou seja, quando assumem uma figura humana ou são capitalizados por uma, como no caso do personagem em questão, facilmente se transforma em um fenômeno de grande capital político. É papel de um mito encarnar a figura guia para a sociedade. Seus movimentos devem ser orientados para que possa ser facilmente reconhecido e obedecido. Neste contexto, é possível a assertiva de que Vargas foi um grande mito, num período que o Brasil intensificava sua urbanização e industrialização a patamares ainda não alcançados.

Vargas soube capitalizar este processo à política, e como o país começava o processo de entrada na era dos meios de comunicação de massa, soube como poucos usá-los em seu interesse.¹⁵² A ideia de incorporar a propaganda política, através de meios de comunicação e do entretenimento, não foi uma invenção nacional, nem mesmo de Vargas.

¹⁵¹ GOMES, Ângela de Castro. O mito Vargas. *Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/MitoVargas>. Acesso em: 10 mar. 2021.

¹⁵² HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 1ª Ed. Porto Alegre: Edipruers, 1997.

Mas podemos sem dúvida atribuir a ele o incentivo ao desenvolvimento e a concepção destes, voltado para o nacionalismo, ou para a organização do que o regime gostaria de estabelecer como tal.¹⁵³

Podemos destacar, naquele momento, uma crescente relevância dos meios de comunicação, devido a dupla frente de possibilidades de atuação do papel das mídias, que neste momento da história já contavam com grande circulação no país, principalmente na capital federal.¹⁵⁴ De pronto observamos o poder que tal mídia possuía para mediar o discurso político, e é essa mediação, através da sua disseminação, que confere ao público o acesso a um determinado discurso.

O discurso constitui a parte acessível do mito político. Fornece-lhe sustentação perante o principal elemento da disputa política, que é a criação do sentido. Por meio da construção dos significados dos eventos, oferecendo-lhes credibilidade, ressignifica assim os problemas e crises, legitimando as mudanças no cenário político e por que não, os líderes?¹⁵⁵ O alinhamento do noticioso ao político possui como resultado o que se denomina “pseudo-eventos”¹⁵⁶ que é a adequação dos eventos políticos aos moldes da publicidade, parte fundamental da construção de um mito político.

O segundo elemento importante para entender a centralidade assumida pelos meios de comunicação em uma sociedade é a mediação que eles estabelecem com a própria realidade.¹⁵⁷ O caráter do personagem político que Vargas vinha construindo só tinha condições de se basear em um Estado forte e centralizado, com autonomia política do Executivo ante aos outros poderes, e o contínuo aperfeiçoamento dos poderes de interferência do Estado nas mais diferentes esferas da vida civil.¹⁵⁸ Assim, orientando suas ações no sentido de promover uma consolidação, provoca uma identificação difusa entre o que seria o Estado e a vontade do seu governante, neste caso constituído pelo mito político.

¹⁵³ BARROS, Orlando de. 2001, passim.

¹⁵⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. 1999. Op. cit., p. 64.

¹⁵⁵ EDELMAN, J. Murray. Political Language and Political Reality. *Political Science and Politics*, v. 18, n. 1, p. 10-19. 1985. DOI: 10.2307/418800. Acesso em: 18 dez. 2020.

¹⁵⁶ BOORSTIN, Daniel Joseph. *The Image: a Guide to Pseudo-events in America*. New York: Atheneum, 1962.

¹⁵⁷ MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. 1998. Op. cit., p. 76.

¹⁵⁸ DEMIER, Felipe. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

Para esta função, de desenvolver um regime forte e centralizado, onde o governante pode ser confundido com o Estado, desenvolve-se um complexo quadro jurídico-institucional do qual derivam mecanismos que vão interferir nos mais diversos setores da vida social. Desta forma, alarga-se extraordinariamente os poderes do regime central sobre as demais esferas de poder, e institui-se elementos de intervenção e controle em variados setores da sociedade. Busca-se com esses mecanismos criar uma estrutura corporativa em que, artificialmente, poderiam se sentir incluídos os mais variados grupos sociais, tendo ênfase nesse projeto os trabalhadores urbanos.¹⁵⁹ Para esses, Vargas assumiu “a posição de ‘doador’ do direito do trabalho [...] mito [...] criador das leis trabalhistas no país”.¹⁶⁰

Para a efetivação deste projeto de solidificação do mito político, esforços e alianças não foram evitados. Neste caso, a cobertura dos periódicos diários deve ser, e foi considerada. Os jornais carregam em si o poder de disseminar as ideias, como levar ao mundo as narrativas. São estas narrativas que, repetidas *ad nauseam*, irão consolidar a base para os símbolos e estereótipos que atuarão como lente para a receptividade da “massa” dos fatos narrados.¹⁶¹ O historiador Orlando de Barros comenta que:

a veiculação do mito Getúlio Vargas deveria ser feita de diversas maneiras: arregimentando as massas gigantescas nas cerimônias cívicas, contando difundi-las de modo que provocasse a maior repercussão possível, instalando, assim, no imaginário coletivo a mensagem política desejada.¹⁶²

O processo mitificador de Vargas não se deu unicamente por meio da imprensa ou da propaganda direta. Através do entretenimento popular, noções de urbanidade, civismo, da família como um agente de eliminação de tensão iam sendo apregoados e, por se tratar de entretenimento, isso se dava com um teor de naturalidade. O sistema de entretenimento de “massas” viveu nesse período um momento de grande expansão, e o “rádio formava, com a revista teatral, o cinema e o futebol, a base do sistema de diversão de massa”.¹⁶³

¹⁵⁹ FAUSTO, Boris. *A História do Brasil*. – 12ª Ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Didática, 1)

¹⁶⁰ BARROS, Orlando. 2001. Op. cit., p. 54.

¹⁶¹ DEWEY, John. *How We Think*. Chicago: D. C. Heath & Co Publishers. 1910.

¹⁶² BARROS, Orlando. 2001. Op. cit., p. 341.

¹⁶³ *Ibidem*. p. 61.

Em relação ao cinema, o próprio Vargas o definira como uma ferramenta que o governo poderia dispor para construir a noção da “raça” que o regime desejava. Por meio dele, associado ao sistema educacional, a moral ¹⁶⁴ do brasileiro poderia ser modificada:

Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu. ¹⁶⁵

Assim, o cinema educativo vai ganhando seu espaço na construção da nacionalidade que o Regime buscava. O interesse por essa ferramenta pode ser verificado pelos números do crescimento vertical que experimentou a partir de 1931. Neste ano, o número de escolas equipadas com projetores não passava de meia centena, atingindo 482 em 1935, sendo públicas 244 delas. ¹⁶⁶

A inclusão das escolas no combate ao comunismo estava entre os objetivos do Regime, como afirmou certa vez Francisco Campos, Ministro da Justiça, em solenidade com a presença do Ministro de Educação, Gustavo Capanema. ¹⁶⁷ As escolas foram transformadas em laboratórios que tinham como intento formar profissionais e cidadãos conscientes, bem como estimular valores ¹⁶⁸ “como a nacionalidade, a disciplina, o vigor físico, o trabalho, a parcimônia e a moralidade”. ¹⁶⁹

Esse modelo de educação ia além da formação do trabalhador e promover o campo econômico, também tinha fito disciplinar os trabalhadores mentalmente, buscando

¹⁶⁴ O regime Vargas, quando se punha como o orientador desse processo, de fato, o que se buscava era produzir um pensamento nacional uníssono, que reconhecia a “figura do regime” como norteadora de tudo isso. Mudar ou “construir” a moral de um povo, significa mudar sua maneira de pensar, agir, de ver o mundo, uma vez que como moral, a filosofia entende a parte que trata dos valores, sentimentos e ações do indivíduo. Cf. CANTO-SPERBER, Monique. *A inquietude moral e a vida humana*. São Paulo: Loyola, 2005.

¹⁶⁵ VARGAS, Getúlio. O cinema nacional: elemento de aproximação dos habitantes do País. In: *A nova política do Brasil*. Volume III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 183-189.

¹⁶⁶ SIMIS, Anita. Cinema e Cineastas Em Tempo de Getúlio Vargas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, p. 75-80, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39299/24118>. Acesso em: 15 jun. 2021.

¹⁶⁷ *Correio da Manhã*. 29 mar. 1936. p. 8.

¹⁶⁸ HOCHÉ, Aline de Almeida. *A hora da juventude: a mobilização dos jovens no Estado Novo (1940-1945)*. 2015. 178f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

¹⁶⁹ LAUERHASS, Junior Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 149.

promover uma sociedade disposta a defender a nação, ou o que o regime entendia por sê-la, ditando assim as bases para a “cidadania”. Era essa uma das principais preocupações do regime, motivo pelo qual, na educação, como em outros pontos, buscou “centralizar as decisões e conduzir uma política unificada para todo o país”.¹⁷⁰ A base para a fortuna desse modelo de “construção de cidadania” levou, por obra de Roquete Pinto à institucionalização desse sistema, com a criação do INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo).

Contanto, é importante lembrar que, antes da Revolução de 1930, a propaganda já era uma realidade concreta na política brasileira. Com a chegada de Vargas ao poder, ela vai se consolidando definitivamente. Com a repressão da ANL e dos movimentos revolucionários de novembro de 1935 essa prática atinge um momento de grande verificação. A partir daí, os fundamentos do autoritarismo que seriam levados a cabo com o Estado Novo já estão quase todos postos, e a propaganda assume então um papel fundamental nesse processo.¹⁷¹

A publicidade governamental embora fosse anterior, passa a ganhar uma atenção especial com o DPDC. O envio de um observador pelo próprio Vargas à Alemanha para observação dos métodos de propaganda do nazismo dá conta desse fato. O entusiasmo desse emissário, Simões Lopes, com o controle da opinião pública pelo regime de Hitler foi sincero, e deu base aos aconselhamentos dele a Vargas para futuras ações no campo da propaganda.¹⁷²

Em carta a Vargas, Lopes comenta sobre a forma organizacional metódica da propaganda nazista, sobre a promoção por ela da figura do líder, que poderia ser sentida diariamente por todos, através do rádio, dos jornais e demais meios de comunicação. Comenta ainda que todos os órgãos de imprensa, cinema e teatro são controlados pelo regime, e recomenda um sistema similar no Brasil.¹⁷³

¹⁷⁰ RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os comunistas brasileiros na literatura escolar (1922-1926). In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; RIBEIRO, Jayme Fernandes; CIAMBARELLA, Alessandra (Org.). *Ensino de história: usos do passado, memória e mídia*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2014. p. 113-141

¹⁷¹ SIMIS, Anita. 2021. Op. cit., p. 79.

¹⁷² BARROS, Orlando. 2001. Op. cit. p. 348.

¹⁷³ Carta manuscrita de Simões Lopes para Getúlio Vargas datada de 22/09/1934. Apud. BARROS, Orlando. Op. cit. p. 378.

Juntamente com a escola, com aparato jurídico e com sindicatos, o rádio e o cinema foram cada vez mais transformados em instrumentos para legitimar o Regime. A partir de 1934, Lourival Fontes, chefe do DPDC, passa a transformá-lo, e cada vez mais a privilegiar os aspectos concernentes à propaganda e menos os propósitos educacionais para os quais fora criado.¹⁷⁴

É importante destacar que esse período, “os anos de Vargas, equivaleram a um tempo de modernização intensa, de aceleração da aculturação”¹⁷⁵, o que indiscutivelmente representou avanços e trocas para a produção da cultura nacional. Entretanto, a produção cultural voltada à população mantinha um cunho de patriotismo. A cultura deveria ser uma espécie de organizadora, de pacificadora da sociedade, ao teatro caberia a incumbência de ser “educador e guia do povo [...] inculcando o civismo e a cidadania (aqui, sinônimo de patriotismo)”.¹⁷⁶

Foi através da disseminação de notícias, da produção cultural dentro de um padrão educativo e principalmente da propaganda, que os objetivos de Vargas foram sendo alcançados. Mas para obter êxito em forjar uma mentalidade popular comum, bem como amainar os movimentos revoltosos oriundos da revolução de 1930, não bastava contar com o apoio de parte da imprensa, e o silenciamento de outra, dependia da organização de um enredo que unisse, em sentimento, todas as mentes e corações. Tal enredo obrigatoriamente deveria obedecer a estereótipos já instituídos popularmente, de forma que pudesse dotar a sociedade de um “entendimento” comum, tal como fazer ver em seu líder político o único capaz de conduzi-la.

Embora esse enredo tivesse suas bases em estereótipos já definidos, não significa isso que o regime, e quem mais interessasse não buscasse zelar por ele. Como comenta Jayme F. Ribeiro, no que concerne ao tema comunismo/comunistas, o conhecimento do assunto era tema da imprensa, dos religiosos, dos militares, e dos relatórios oficiais. Somente décadas mais tarde é que o assunto passa a ser explicado pela historiografia.¹⁷⁷ É importante destacar que a imprensa, além de interessada, cumpria o papel de veiculadora para os demais, e nessa, ainda segundo Ribeiro, “havia pouco ou quase

¹⁷⁴ SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume. 1996.

¹⁷⁵ BARROS, Orlando. 2001. Op. cit., p. 161.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 57.

¹⁷⁷ RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os comunistas brasileiros na literatura escolar (1922-1926). Op. cit. p. 122-123.

nenhum espaço para a discussão política”.¹⁷⁸ Dizer isso de outra maneira, é dizer que o comunismo seria o que o regime e seus sócios nessa narrativa quisessem que fosse.

Qualquer estudo que passe pela imprensa, deve ter por base sua relação com o Estado, sendo este julgado não apenas pelo comando político em questão, mas também pelas representações e como uma formação simbólica. Acerca do Estado, Geertz afirma que deve ser entendido como uma força condensada em pelo menos três temas epistemológicos distintos, sendo: status, em sentido de condição, de posição; a pompa, em sentido de dignidade e presença; e a governança, no sentido de soberania, de comando e regência.¹⁷⁹ Desse modo o que entendemos por Estado e que combina essas três condições, tem por dever alardeá-las rotineiramente, sendo aí o ponto de entrada para o papel das mídias. A partir deste paradigma, que podemos situar dentro do arcabouço da teoria do agendamento ou *agenda sitting*,¹⁸⁰ às mídias cabe a promoção do que “importa” para a opinião pública, para o bem e para o mal.

No caso da política nacional pós 1930, para a sedimentação do poder em torno de Vargas, o inimigo escolhido para ser primordialmente combatido foi o comunismo,¹⁸¹ contudo essa “ameaça terrível” deveria ser construída ao “sabor” das necessidades do momento. Também deveria ser apresentado para a sociedade um líder, que naturalmente possuísse o poder e a capacidade de unir a “nação” em torno dessa luta. À propaganda coube o papel de apresentar tal luta como à nacionalidade, motivo pelo qual todos deveriam combater em essência prestando seu apoio ao líder apresentado, ou seja, o mito em construção:

O GOVERNO TEM O APOIO DA NAÇÃO NO COMBATE AO COMMUNISMO

A prova provada da procedência e justeza desta nossa assertiva, aí se a tem no facto altamente significativo e sem precedentes na nossa história política, de se ver o chefe do governo, reunir em torno de si o pois sincero, forte e unanime de todas as correntes de opinião pública, bem como de todas as forças vivas da nação. Sobretudo o povo – o grande público – e as forças armadas, que são aqui como alhores os esteios dos governos fortes [...] E o sr. Getúlio Vargas bem que merece essa solidariedade. Porque vossa ex., como ninguém mais tem mostrado e revelado ser o “*the right men in the right place*”, na hora agitada que atravessamos.¹⁸²

¹⁷⁸ BARROS, Orlando. 2001. Op. cit., p. 161.

¹⁷⁹ GEERTZ, Clifford. *Negara: o teatro do Estado no século XIX*. Lisboa: Difusão Editorial, 1991.

¹⁸⁰ McCOMBS, Maxwell.; SHAW, Donald Lewis. A função do agendamento dos media, 1972. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Op. cit., p. 56.

¹⁸¹ SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha: O Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

¹⁸² *Correio da Manhã*, 19 abr. 1936.

Anteriormente, aos dez dias de janeiro do ano de 1936, em outro jornal, *O Imparcial*, o próprio presidente constrói a assertiva falando abertamente à Associação Brasileira de Imprensa que sem essa, não seria possível tal combate. Ressaltou em suas palavras a “forma vigorosa, brilhante e sincera, altamente patriótica, que a imprensa da capital colaborou com o governo em seu trabalho de repressão ao comunismo”.¹⁸³

Através desses trechos de publicações da imprensa, podemos verificar a simbiose¹⁸⁴ entre o poder político em questão e a imprensa. Ao fazer uso da imprensa para levar ao leitor “doses” diárias de informação¹⁸⁵ sobre a situação política do país, o regime vitorioso em 1930, quase sempre representado na figura de Vargas, vai edificando a figura do herói, do mito, ao mesmo tempo em que a imprensa toma participação nas mercês do regime.

A ideia da construção do mito para justificar a política, partindo da produção cultural, e principalmente da propaganda não era exclusiva. Embora o pioneirismo de Vargas tenha também sido uma realidade, em especial pelo desenvolvimento de um modelo próprio, voltado ao contexto brasileiro, é verdade também que a influência de outros modelos de propaganda autoritária contribuiu para tal,¹⁸⁶ em especial o modelo italiano e alemão. Vargas buscou nesse modelos precedentes para a construção do mito do nacionalismo e de sua personificação como líder dessa nação imaginada. Essa era a ordem do momento não só no Brasil, mas no mundo, como comenta Ângela de Castro Gomes:

O Brasil se insere nesse contexto internacional de forma exemplar. A propaganda política ganha, no período, a dimensão de um discurso político capaz de extravasar os restritos círculos de elite e atingir um público mais

¹⁸³ http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107670_03&Pesq=comunismo&pagfis=2419
O Imparcial, 10 jan. 1936.

¹⁸⁴ Na biologia este termo caracteriza a relação entre espécies diferentes que se relacionam entre si, e mutuamente se beneficiam. Cf. SIQUEIRA, José Oswaldo et al. *Microrganismos e processos biológicos do solo*. Perspectiva Ambiental. Brasília: Embrapa SPI, 1994. Aqui tomado por empréstimos para exemplificar o relacionamento entre o público e o privado, o regime e a imprensa.

¹⁸⁵ O significado da palavra informação é comumente comutado com notícia e por sua vez, essa com verdade. É neste sentido, por essa percepção do legente que os jornais adquirem autoridade, e a partir desta podem construir a narrativa de acordo com o desejo de suas alianças, seus patrocinadores ou mesmo dos seus empasteladores. Cf. BORKO, Harold. Information Science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1329191>. Acesso em: 29 jun. 2021.

¹⁸⁶ ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1938-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

amplo, para o que era essencial o recurso a uma linguagem centrada em imagens, símbolos e mitos.¹⁸⁷

É verdade que a ideia de construir herói, um mito, não era novidade, nem foi invenção de Vargas, como ainda não era restrita a seu tempo, mas também é verdade que ele soube fazer uso dela habilmente. José Murilo de Carvalho, ao comentar a construção do herói, nos diz que onde este não está presente, recorre-se ao passado na busca de alguém que possa representá-lo. O autor afirma ser o caso do mineiro Tiradentes que foi retirado do passado colonial para justificar a república. O Regime Vargas não só deu continuidade, mas intensificou o culto a José Joaquim da Silva Xavier como um herói da nação, mantendo as comemorações do 21 de abril, bem como majorando seu significado, transformando-o em uma das principais evocações da nacionalidade.¹⁸⁸

A fim de evoluir esse projeto político-cultural, inicialmente o Regime recorreu “ao uso político do passado” como forma de justificar suas ações no “presente” e para o futuro. O “uso político do passado” é caracterizado pela intenção de produzir e fazer circular uma representação do passado, adaptada a interesses específicos de grupos ou indivíduos, por razões políticas no tempo presente, como prática justificadora para a manutenção de poder.¹⁸⁹

Seguindo essa linha de conduta, o regime não tardou em apresentar seus próprios heróis, ou suas versões do que buscava como tal, a fim de manter o poder, como prospectá-lo para o futuro. O historiador André B. Fraga comenta que o regime Vargas não hesitou em praticar medidas para alcançar esse objetivo, e passou a:

Desenvolver iniciativas políticas culturais capazes de fazer com que os ‘grandes homens’ eleitos pelo regime para integrar seu panteão de heróis figurassem na memória de todos, fazendo com que as novas gerações neles se inspirassem e se espelhassem.¹⁹⁰

¹⁸⁷ GOMES, Ângela de Castro. O mito Vargas. *Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/MitoVargas>. Acesso em: 28 jun. 2021.

¹⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁸⁹ HARTOG, François; REVEL, Jacques (Org.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. p. 206.

¹⁹⁰ FRAGA, André Barbosa. *Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas*. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2012.

Para entender essa visão para o futuro do herói, recorreremos à Eliade, onde encontramos a teoria para a construção do mito imediato, ou seja, um mito vivo e presente, em que a origem não se encontra somente no passado, mas na ligação presente/futuro, tornando possível a mobilidade da origem.¹⁹¹ Essa ideia faz eco à frase de Marx: “A revolução social [...] não pode tirar sua poesia do passado e sim do futuro”.¹⁹² O futuro de que tratamos aqui, aquele que o discurso político reverbera, deve ser obrigatoriamente apresentado no contexto das fábulas, pois como afirma Debray, “ninguém consegue colocar um pé diante do outro se não delirar a respeito do ponto de chegada”.¹⁹³ O ponto de chegada em questão, para a construção do personagem político almejado por Vargas, era a sedimentação no imaginário coletivo de que ele, e somente ele, estava preparado para defender o povo. Essa era uma questão, e estava posta, e a outra era defender o povo, mas defendê-lo de quê?

2.1 Forjando o inimigo necessário

O regime Vargas elegeu o comunismo como inimigo número um, e a luta contra ele foi a base para o processo mitificador do personagem político central do regime. Tal processo tem por finalidade não somente faz “nascer” o mito, mas compor meios para que este sobreviva ao tempo. Seus criadores buscam impor ao imaginário social qual será a função desse mito. Institucionalizar o discurso, tornar o invisível imaginável, bem como promover a comunicação entre o mundo real e o invisível, torna-se fundamental para o progresso do mito criado.

Neste sentido, a apresentação do comunismo por meio de uma narrativa que o rotulava como uma simples expressão do mal, se mostrou efetiva, por tratar de uma construção simples e apreciável a qualquer nível do extrato social. O comunismo era retratado como ideologia estrangeira, totalmente alheia às questões nacionais, um fator

¹⁹¹ ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

¹⁹² MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

¹⁹³ DEBRAY, Régis. *O Estado Sedutor*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

desintegrador e provocador de caos.¹⁹⁴ Contudo, para o Regime, o temor ia além do caos, que suas forças policiais poderiam habilmente combater: o que estava em jogo era o próprio Estado em sua organização. Os comunistas pregavam contra a hierarquia das camadas sociais, incentivavam a luta de classes e a organização do proletariado. Tudo isso era fonte de temor para o Estado, que no caso em questão, por se tratar de um modelo crescentemente autoritário, se confundia com a própria vontade do governante.

No contexto político de um comunismo contrário aos interesses nacionais, a propagação por meios midiáticos desse mal maior constituiu o fator de ligação do visível com o invisível. A sociedade, ou parte dela, por não possuir uma imagem real do comunismo, estava aberta e receptiva para o que a imprensa viesse a oferecer como tal.

A consequência disso foi que o caminho para o regime promover as mais variadas perseguições a quaisquer que ousasse se opor a sua vontade, tudo em nome do combate ao inimigo, estava livre. O comunismo era alardeado como contendor da cultura nacional, dos valores éticos e morais da sociedade brasileira. Para a propaganda anticomunista, ligar os movimentos de oposição ao comunismo, e a esse, rotular como inimigo, tinha objetivo claro, a sobrevivência do próprio regime.

Tratar o comunismo como um inimigo e não como um outro pensamento político, estava ligado ao seu caráter revolucionário. Todo movimento que pudesse remeter a ambições revolucionárias deveria ser contido. Foi por meio da insurgência que o regime Vargas chegou ao poder, e agora depende ele próprio de ser antirrevolucionário.¹⁹⁵ Como anota a jurista Leda Naud, o governo Vargas já se inicia com a anistia de todos os envolvidos com a revolução e o motivo era simples, a revolução deveria acabar.

Com a propaganda anticomunista produzida pelo Regime e por grupos simpatizantes, sempre apresentando o comunismo como um elemento exógeno, dotado tão somente de características negativas, prejudiciais à sociedade, buscou moldar o comportamento social. A disposição de uma propaganda massiva nos meios de imprensa

¹⁹⁴ CARDOSO, Mariana dos Santos Ribeiro. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). *Prisma Jurídico*, v. 7, n. 1, p. 163-183, 2008. DOI: 10.5585/prismaj.v7i1.1049. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹⁹⁵ NAUD, Leda Maria. Estado de sítio e suspensão das liberdades individuais. *Revista de Informação Legislativa*, v. 3, n. 12, p. 227-238. 1966. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180695>. Acesso em: 22 jun. 2021.

introduz no pensamento coletivo “o medo de ser contra”, fundamento último de todas as disciplinas militantes e militares”.¹⁹⁶

Pierre Bourdieu identifica essa ideia do medo de ser contra ao promover estudos acerca da formação, manutenção e da legitimação do poder nas sociedades. Era justamente isso que estava em jogo no Brasil na década de 1930. Com a massificação da propaganda anticomunista, o Regime buscou promover um ambiente desfavorável ao debate, instituindo somente uma verdade possível, e assim poder calar as vozes divergentes, ou persegui-las com a anuência da concatenada “verdade”.

O próprio meio de se reconhecer a cidadania no regime Vargas anuiu para o “medo de ser contra”. Ser cidadão implicava em acordar com o modelo de sociedade estabelecida pelo regime, não contestar o governo e suas medidas, e se enquadrar em alguma ocupação definida em lei pelo próprio regime, é o que Wanderley G. dos Santos denomina por “cidadania regulada”, assim descrita:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei.¹⁹⁷

Tal fato, atrelava a cidadania ao exercício de uma ocupação formal, reconhecida e regulamentada pela burocracia estatal, e a perda dessa ocupação conseqüentemente significava a perda da própria cidadania. Desse modo podemos dizer que o processo de legitimação do poder no Brasil se altera consideravelmente a partir de 1930, e a revolução inaugura uma nova ordem na política nacional, que segundo Santos, iria ser continuada pelas décadas seguintes. Tratou-se da interferência direta do Estado na esfera de produção e nas questões sociais, permitindo-se conter as pressões de oposicionistas, a quem a propaganda do regime preferia chamar de comunistas.

O “medo de ser contra” foi catalisado pelo temor do que E. Cancelli denominou por Estado Policial.¹⁹⁸ Sem ordens judiciais ou justificativas plausíveis, a polícia sumariamente prendia, torturava e “condenava” a longos tempos de prisão os opositores

¹⁹⁶ BOURDIEU, Pierre, 1989. Apud MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Trabalhismo de Pedro Ernesto – limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos Anos 1930*. Curitiba: Juruá, 2010.

¹⁹⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 75.

¹⁹⁸ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit. p. 60.

do regime ou quem julgasse necessário, e uma vez preso, o terror se concretizava. Dentro das prisões, nenhum valor como hierarquia e disciplina, ou medidas de ressocialização importavam. Em um sistema prisional totalmente corrompido, o que o regime julgava como “importante sob o ponto de vista teórico era referendar a ação do governo no interior das prisões [...] manter no sistema um estado de prerrogativas para que todos soubessem que o governo e as forças policiais estavam acima da lei”.¹⁹⁹ Dessa forma, o regime, pelo medo impunha seu poder e submetia oposições, sob o rótulo de comunistas.

O que se apresentou como comunismo neste período, embora tenha sido algo vago e muito difuso, a fim de deixar o caminho aberto a qualquer via que quisesse o governo atuar no futuro, deveria ser temido. Contando o governo com o medo coletivo de um inimigo invisível, para o qual o próprio regime, através de propaganda, oferecia a definição, dispunha-se então de uma eficaz ferramenta de dominação. Assim descreveu o comunismo um jornal Carioca:

Coisas da Rússia

O comunismo é um fenômeno exclusivamente russo, ou melhor, asiático povo que viveu séculos esquecidos na escravidão czarista, teria forçosamente que se preparar para viver em qualquer outra forma de escravidão. Foi o que se deu na Rússia onde em 1917 passou-se tranquilamente de uma escravidão a outra. [...] o mundo ocidental tem razão de se defender do comunismo como se defende da peste, da lepra ou de qualquer outro contato mortífero [...] aquele que ousar levantar a voz contra a política de sangue cujo chefe é Stalin, cai na punição sumária, é fuzilado.²⁰⁰

Neste ponto, devemos observar o esforço em criar uma narrativa que ligasse tais fenômenos à realidade brasileira. A descrição do comunismo como um regime de escravidão não poderia ter a intenção de suscitar ao leitor – salva-se aqui o caso de algumas mentes mais bem informadas – a real ideia do tipo de sociedade que se desenvolvia nos territórios dominados pelos soviets.

A assertiva antropológica nos diz que o indivíduo é incapaz de produzir seus próprios símbolos, recorrendo então ao que dispõe em termos de memória para interpretar o invisível.²⁰¹ Nesses termos, o que a população brasileira possuía de informação a nível de escravidão era bem definido, seus símbolos ainda eram vivos e coloridos, uma vez que

¹⁹⁹ Idem. p. 30.

²⁰⁰ *Correio da Manhã*, 05 fev. 1935.

²⁰¹ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

retrocedendo de 1935 até data que marcou o fim da escravidão no Brasil ²⁰² percorremos menos de meio século de História.

Para Jean Delumeau, “o medo nasceu com o homem na mais obscura idade dos tempos” e ainda “ele é uma componente maior da experiência humana, a despeito dos esforços tentados para o ultrapassar”. ²⁰³ Essa ligação entre medo e existência humana orienta comportamentos que – embora travestidos de ação, de racionalidade – são irracionais, oriundos da nossa memória coletiva. Gadamer, em sua concepção de horizonte hermenêutico, concebe também a ideia de que os signos só podem existir com base em conhecimentos anteriores. Para ele, o conhecimento prévio leva a formação da cultura, que por sua vez confere o poder de projetar interpretação e por meio dela gerar o entendimento. É esse conhecimento que, para Gadamer, vai mudar a realidade, ou a percepção acerca dela, fechando assim o “círculo hermenêutico”, ou círculo interpretativo que para ele é a essência da existência humana. ²⁰⁴

Nesse sentido, ao recorrer à “lepra e peste”, a propaganda anticomunista tinha como objetivo suscitar algum conhecimento prévio sobre tal. Ainda que comunismo fosse um pensamento político/econômico e lepra uma enfermidade, ritos habituais cumpriam o papel de significá-los, se não como iguais, mas com algum tipo de efeito *aequalis*. A Igreja, por meio da sua ladainha rogativa, especial para tempos de crise, clamava a Deus; *a bello, fame et peste...libera nos Domine*, ou seja, Senhor, livrai-nos da guerra, da fome e da peste. As memórias acerca da peste sempre remetiam a contexto de epidemias, capaz de atingir toda uma população, o que provocava pânico, coletivo e imediato.

Delumeau afirma que a peste, em razão das suas reaparições repetidas, não podia deixar de criar nas populações um estado de “nervosismo e de medo”. ²⁰⁵ Ao associar o comunismo a esses eventos, a propaganda anticomunista buscava transferir esse medo já concebido no imaginário coletivo para o comunismo, e assim legitimar as ações do regime.

²⁰² COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

²⁰³ DELUMEAU, Jean. *A História do Medo no ocidente 1300 – 1800: uma cidade sitiada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 9.

²⁰⁴ GADAMER, H.-G. “On the Circle of Understanding”. In: CONNOLLY, J. M.; KEUTNER, T. (Orgs.). *Hermeneutics versus science? Three german views*. Notre Dame, in, University of Notre Dame Press. 1988.

²⁰⁵ DELUMEAU, Jean. 2009. Op. cit., p. 99.

Nesse recorte, merece destaque também a menção acerca das origens do comunismo, aí descrito como um fenômeno exclusivamente russo. Verdade é que isso pode não partir de ignorância, mas da falta de interesse em situar o comunismo na História, ou mesmo do interesse em caracterizar o comunismo exclusivamente com o que se via ou se dizia ver em terras russas. O comunismo como teoria social – pelo menos na versão majoritariamente citada pelo anticomunismo brasileiro – remete a meados do século XIX com Karl Marx,²⁰⁶ marco temporal esse que também pode ser considerado para sua prática. Na Comuna de Paris (1871) “ainda que sua efetivação tenha decorrido num curto espaço de tempo, os comunizados concretizaram a destituição do Estado²⁰⁷, medida que possibilitou a realização de experiências que apontaram caminhos para construção de uma nova sociabilidade”.²⁰⁸

Noutra parte, a crítica feita à perseguição às oposições destoa por completo do título “Coisas da Rússia”, pelo menos no sentido em que o jornal parece ter buscado empregar. Levantar voz em oposição e ser sumariamente punido não era coisa exclusiva da Rússia, era também prática corriqueira no arcabouço do Estado policial que o regime Vargas instaurou e aprimorou a partir de 1930,²⁰⁹ no qual o comunismo estava no centro do discurso. Entretanto, vale destacar que mesmo se tratando da política brasileira, não foi Vargas quem “inventou” o comunismo, como não foi no século XX o início desse discurso. Moniz Bandeira descreve a amplitude do termo, e aponta suas origens nas rebeliões de escravos do Brasil Imperial,²¹⁰ dizendo que “já em 1849, no Brasil, a palavra

²⁰⁶ A definição do comunismo marxista como o ponto de partida para o anticomunismo brasileiro nesse trabalho, deveu-se, especialmente, a dois fatores que, na nossa visão o consagraram como tal. O primeiro deles, o fato de o principal evento do século XX em termos de revolução, a Revolução Russa de 1917, ter em suas bases o conceito marxista, e além, ser também o principal exemplo citado na propaganda anticomunista nacional, ou ainda mundial após essa data, especialmente pelo nome do seu grande mentor, Vladimir Lenin. O segundo, por ser as obras de Karl Marx sempre citadas pelos propagandistas do anticomunismo do regime Vargas, como a teoria a ser combatida, e não qualquer outra que versasse sobre comunismo, e isso nos basta para a realização deste trabalho. Entretanto, há quem defenda a teorização comunista ainda na República de Platão. Entre Platão e Marx não foram poucos os exemplos e nomes importantes considerados como teorizadores do comunismo. Para uma boa relação e conceituação dessa lista, Cf. BEDESCHI, Giuseppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília, EDUnB, 1985, 1986, p. 204-210.

²⁰⁷ Ao corroborar a expressão “destituição do Estado”, fazemos em termos com a teoria do Estado como o conjunto de regras e normas que compõem uma definição nacional para um povo, em um território específico. Cf. MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e de Constituição*. Rio de Janeiro: ed. Forense, 2006.

²⁰⁸ SARTÓRIO, Lúcia Ap. Valadares. A comuna de Paris e a perspectiva do trabalho. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14.

²⁰⁹ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit., p. 27.

²¹⁰ Carla Luciana Silva vai além. Para a autora, o termo possui vínculo com as revoltas de escravos ainda no Brasil colônia. Cf. SILVA, Carla Luciana. 2001. Op. cit., p. 26.

‘comunismo’ vulgarizava-se na imprensa e no parlamento [...]. Há mais de meio século, pois, que as classes dominantes, no Brasil, tremem diante do ‘fantasma do comunismo’”.

211

Outro ponto relevante é a cobertura que os meios de comunicação alcançavam, porém o que aqui questionamos é o que isso significou na prática.²¹² Quando se fala de informação disseminada por meio da imprensa, em primeiro momento, tende-se a imaginar os atingidos por tal informação sendo somente o número de legentes deste ou daquele meio, entretanto o assunto não acaba aqui. Quando uma informação é massificada através da mídia, o que se tem como resultado é o atingimento de um número cada vez maior de receptores, que por sua vez transformam essas informações obtidas em informações propaladas, o que faz com que elas excedam o número de receptores originais.²¹³ Esse ponto é fundamental para entendermos a disseminação das notícias escritas em um país que tinha em sua população um número superior a 60% de analfabetos.²¹⁴

Nesse ambiente de propagação das notícias para além do que foi lido ou do que se leu, onde deve ser considerado toda sorte de possíveis distorções, há ainda o recurso da interpretação, ou seja, o interesse daquele que leu irá definir a forma com que se dará a propagação. A partir deste ponto, vislumbramos uma espécie de sequenciamento de interesses para cada momento da notícia, sendo a construção, a propagação e a aceitação, partes que compõe a construção de um mito político.²¹⁵

Com a finalidade de produzir uma aceitação, a construção da notícia se dá através do alinhamento com os símbolos e estereótipos já existentes no público-alvo, a fim de

²¹¹ BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 8.

²¹² BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História, um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (Org.). *História e Imprensa* - homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio. Rio de Janeiro, UERJ: 1998.

²¹³ MELO, José Marques de. *Os impasses do jornalismo científico*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

²¹⁴ FERRARI, Alceu Ravello. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes – resultados preliminares. *Cadernos de Pesquisa*: Fundação Carlos Chagas. n. 52, p. 35-49, 1984. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1360/1361>. Acesso em: 25 fev. 2021.

²¹⁵ DAEFIOL, Regina Célia. Os mitos políticos e sua relação com a cultura política. *Revista Espaço Acadêmico*. v. 20, n. 224, p. 218-2, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/48995>. Acesso em: 25 fev. 2021.

promover um sentimento de intimidade com o problema posto. Como o objetivo do regime era sedimentar a ideia do personagem Vargas como defensor de uma verdade constituída inerente à nacionalidade brasileira, da liberdade, o inimigo em potencial deveria ser montado sobre os símbolos que representassem o contrário de tudo isso, como observamos no discurso de Vargas em primeiro de janeiro de 1936:

[...] somente palavras de suavidade e conforto deveria ouvir-se, portanto reforçando o coro de universal aclamação aos sentimentos cristãos dos povos. Entretanto para nós brasileiros[...] Forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade [...] os eventos dos últimos dias de novembro permitiram felizmente, reconhecê-las antes que fosse demasiado tarde para agirmos em defesa do patrimônio da ordem moral da nação. Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constituiu-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã [...] ²¹⁶

O que se observa neste trecho do discurso é uma clara sequência de informações que deveriam ser compreendidas através dos símbolos já arraigados na mentalidade social. Quando se mencionou um “sentimento universal cristão”, e em seguida se apresentou o comunismo como seu mais “perigoso inimigo”, o comunismo é retirado do campo político e alçado ao campo da fé e do misticismo, onde os discursos são construídos sem a necessidade de preocupação com bases sólidas, e o medo é o principal motor das ações humanas que partem deste campo. ²¹⁷

É a partir da instauração do medo que se toma a necessidade de apresentar um salvador, que como diz o discurso, combaterá em nome do patrimônio moral e dos valores cristãos, sendo este o principal parâmetro de verdade e moral já simbolizados na mente de muitos que tiveram acesso a tal discurso, direta ou indiretamente. Modo visto, o processo de produção de uma notícia percorre uma via de mão única, que nasce do interesse de um grupo, ou mesmo um indivíduo, em se firmar como dominante perante a outros. Por meio dessa promoção, busca-se firmar como único capaz, insubstituível, junto ao ideário popular, e assim se tornar o fornecedor dos métodos componentes do modelo da notícia a ser apresentada através de símbolos e estereótipos pré-existentes. ²¹⁸

A essa ideia de combate a algo que reside no campo do invisível, devem ser inseridos fatos que possam ser visíveis e apreciáveis, impondo assim o mito político.

²¹⁶ MARQUES, C. *Pelo Brasil*, A luta contra o comunismo. 2ª Ed. 1936. p. 78.

²¹⁷ DELUMEAU, Jean. 2009. Op. cit., passim.

²¹⁸ LIPPMANN, Walter. *Phantom Public: A Sequel to “Public Opinion”*. New York: New York: Harcourt, Brace, 1925.

Vargas, ao citar os “eventos de outubro”, deixa claro o inimigo, abrindo caminho para ferir a liberdade em nome da própria liberdade. É a partir deste ponto que o medo passa a ser instrumentalizado e, então, transformado em uma ferramenta política de dominação social.

2.2 Para um inimigo difuso, um combate efetivo

Quando a política entra as portas do templo da Justiça, esta foge pela janela, para liberar-se ao céu.

*Nelson Hungria*²¹⁹

A todo processo de ruptura no campo político, como ocorreu no Brasil com a queda da Primeira República e a ascensão de Vargas ao poder, é imperativo, em algum momento pôr fim ao processo revolucionário, bem como a toda e qualquer dissidência. Não foi por acaso que o Novo Regime começaria anistiando todos os envolvidos nos eventos da revolução de 1930.²²⁰ O decreto em questão, publicado em menos de quinze dias após a subida de Vargas ao poder, tinha por finalidade remitir os atos de todos envolvidos, civis e militares, nos eventos revolucionários que chegaram a cabo em 24 de novembro de 1930.

O que, na prática, significava tirar da ilegalidade todos os envolvidos no processo revolucionário, e indicar claramente que ele havia terminado. A partir de então, qualquer movimento reivindicativo, ou de contestação ao Regime seria “contra a ordem pública”, afinal uma revolução tinha acontecido e vencido.

A questão comunista já era suscitada mesmo antes do fim da Primeira República, entretanto, não como uma ameaça real, mas uma vicissitude política ligada aos problemas do velho mundo.²²¹ Agora tudo era novo, ou deveria ser, fato era que um novo regime

²¹⁹ HUNGRIA, Nelson. A Evolução do direito penal brasileiro. *Revista Forense*. v. 40, n. 95, p. 5-13, 1943. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:revista:1904;000348645>. Acesso em: 26 fev. 2021.

²²⁰ BRASIL. *Decreto Nº 19.395, de 8 de novembro de 1930*. Que concede anistia a todos os civis e militares envolvidos nos movimentos revolucionários ocorridos no país.

²²¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2002. Op. cit., passim.

estava em vigor e como todo herói é antagônico a algum tipo de vilão, perspectivas e ações tomaram outro rumo, e o comunismo passa a ser considerado algo presente como o próprio Vargas escreveu em 19 de janeiro de 1931, dia que “estava marcado para a explosão de uma revolução comunista”.²²² No dia seguinte, 20 de janeiro, o *Correio da Manhã* traz em editorial o contexto de tal “revolução” sob o título “Manhã Agitada Em Nossa Cidade: para impedir a tal ‘marcha da fome’ o Rio parecia uma praça de guerra”.²²³ Nesse editorial já era dado o tom de como seria a ação da polícia no combate aos “comunistas”.

Em prontidão de toda a cúpula da polícia da Capital. Seu chefe Baptista Lusardo e todos os delegados auxiliares se dispuseram em tempo integral, ressaltando Salgado Filho com várias diligências. A fala do chefe da polícia de que “aquele que meter a cabeça de fora é porque deseja suicidar-se”²²⁴ foi exemplar nesse sentido. A prisão de vários líderes comunistas e operários, entre eles Fernando de Lacerda, secretário geral do PCB, e seu irmão Paulo de Lacerda – também líder comunista – foi a resposta do governo aos protestos. A prontidão e a efetividade da ação salientam a importância do chefe de polícia no combate ao “comunismo”, como também mostra o mérito de Batista Lusardo²²⁵ na consolidação do método de repressão ao comunismo.

O que aconteceu de verdade não passou de uma passeata organizada pelo Partido Comunista Brasileiro, denominada Marcha da Fome que facilmente foi debelada pela polícia.²²⁶ Apesar de ter sido um movimento exíguo, suas possíveis consequências foram motivo de preocupação para o regime, que não demorou a reagir. Poucos dias depois, “cerca de 15 mil pessoas manifestaram apoio ao governo provisório, em grande parte por esforço de Agripino Nazareth”, como ressalta o historiador Orlando de Barros.²²⁷ Naquele momento, o que o regime temia não era exatamente o teor dessas manifestações,

²²² VARGAS, Getúlio. *Diário*. v. I (1930-1936). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. p. 44.

²²³ *Correio da Manhã*. 20 jan. 1931. p. 3.

²²⁴ *Correio da Manhã*. 20 jan. 1931. Op. cit., p. 3.

²²⁵ Gaúcho, João Batista Lusardo assumiu a chefatura de polícia da capital junto à chegada de Vargas ao poder, cargo que manteve até abril de 1933, quando foi substituído por Filinto Müller.

²²⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922- 1935)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²²⁷ BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério de Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Op. cit., p. 321.

mas sim o risco de uma possível instabilidade causada por elas, o que poderia pôr em risco as intenções da reforma trabalhista, e que foi de pronto “percebido na época pelas opiniões mais equilibradas”.²²⁸

Nazareth havia sido nome de relevo do movimento operário e socialista na Primeira República, porém, a partir de 1930 passa a integrar os esforços do Regime em “domar” o operariado para mantê-lo longe dos comunistas, quando se soma aos quadros do Ministério do Trabalho.²²⁹ Podemos salientar entre as principais medidas do Regime no período subsequente ao evento supracitado; a doação de terras aos desempregados em áreas rurais circunvizinhas à capital,²³⁰ a implantação de albergues para outros desempregados, uma parceria entre o Ministério do Trabalho de Lindolfo Collor e a Associação do Comercio da Capital.²³¹

Era um novo olhar para o social, mas com objetivo para além do social. Como salientou o próprio Ministro Collor, era esse o melhor modo de proteger a nação, o que por sua vez era a proteção do próprio o regime:

o Ministério do Trabalho, sobretudo, demonstrará o zelo do novo regime pela organização e proteção das classes trabalhadoras. Ir ao encontro das aspirações populares é, antes de mais nada, uma premente necessidade de defesa social. É assim que, do melhor modo, se pode fazer face à infiltração de doutrinas dissolventes do corpo social e político da nação.²³²

Tais medidas se somavam a outras já praticadas, como a doação de grandes vultos de gêneros alimentícios e brinquedos, a concessão de aumento salarial e a regulamentação do tempo de trabalho semanal e,²³³ diga-se, eram essas as reivindicações da há pouco debelada “marcha da fome”.

Esse era um trabalho executado por duas frentes, enquanto o Executivo ia colocando em prática suas medidas, a fim de obter a confiança dos trabalhadores, de modo

²²⁸ Ibidem. p. 322.

²²⁹ CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História.*, v. 32, n. 64, p. 65-86, 2012. DOI: [10.1590/S0102-01882012000200006](https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200006). Acesso em: 21 jan. 2021.

²³⁰ *Correio da Manhã*. 25 de janeiro de 1931. p. 7.

²³¹ *Correio da Manhã*. 28 de janeiro de 1931. p. 3.

²³² REVOLUÇÃO DE TRINTA, A: *Textos e Documentos* – Tomo I. Brasília: Editora da UNB, 1982.

²³³ BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério de Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Op. cit., p. 322.

a evitar suas adesões aos movimentos comunistas, a polícia em nome de seu chefe, Batista Luzardo, buscava formas mais “efetivas”²³⁴ de atuar.²³⁵ Luzardo reclamava ao Ministério da Justiça leis mais severas para o combate ao que foi classificado como “tentativas de perturbação da ordem”.²³⁶ Elizabeth Cancelli comenta que as relações de Vargas com a polícia eram complexas, e totalmente fora da lei, afirmando que:

A polícia, neste contexto, começa a exercer um novo papel. No momento, o governo passara a ser o Estado, e a polícia o mais importante órgão de poder na sociedade uma vez que personificava o braço executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto político.²³⁷

O combate ao comunismo era assunto do momento, não só no Brasil, mas como parte compositiva de um discurso orientativo para a América Latina, oriundo dos EUA²³⁸, o que tornou possível intercâmbios para o aperfeiçoamento dos métodos de repressão.²³⁹ Embora a importância dos EUA nesse caso, tais intercâmbios ocorriam também com a polícia especializada da Alemanha de Hitler.²⁴⁰

Todo esse esforço do Regime, em tornar cada vez mais eficiente a caça aos comunistas, tem resultados positivos para Vargas. Como os concertos feitos dentro desses intercâmbios policiais eram de maneira geral, extralegais, eles constituíam para a sociedade um clima geral de insegurança e nas altas castas policiais favoreciam certames

²³⁴ ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar. 1997. Nesta obra, o autor nos traz a importância do aparato policial na construção e manutenção de um Estado autoritário. Tal modelo de Estado se funda na violência, e é a instituição policial a detentora do monopólio dessa violência. A busca por essa “forma mais efetiva de agir” e a reclamação de que seriam as leis um impeditivo para o trabalho policial, também foi objeto de fala de ninguém menos que o chefe da Gestapo, a polícia de Hitler, Heinrich Himmler. Cf. SMITH, Bradeley F; PETERSON, Agnes F. *Heinrich Himmler, Discours secrets*. Paris: Gallimard. 1978.

²³⁵ HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

²³⁶ *Ibidem*, p. 72.

²³⁷ CANCELLI, Elizabeth. 1994. *Op. cit.*, p. 47.

²³⁸ COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazonia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: Record, 1998.

²³⁹ ROSE, Robert S. *Uma das coisas esquecidas: Getulio Vargas e controle social no Brasil/ 1930-1954*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁴⁰ HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política. Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998. Mais informações sobre esses intercâmbios e a vinda de policiais experimentados em combate ao comunismo para o Brasil, com o objetivo de desenvolver por aqui um serviço especializado para esse fim. Cf. John Watson Foster Dulles. *Op. cit.*; Elizabeth Cancelli. *Op. cit.*; Rodrigo Patto Sá Motta. *Op. cit.*

de intrigas e poder. Todo esse movimento político paralelo “servia à maneira pela qual Getúlio Vargas se mantinha no poder”,²⁴¹ maneira essa em que o anticomunismo estava no centro do discurso.

Bonet afirma que o anticomunismo configurou um componente fundamental da cultura política naquele momento, em qualquer sistema político, seja ele democrático ou autoritário e em qualquer que tenha sido o lugar. Em tal posição, o anticomunismo assume uma:

função importante na integração sociopolítica e na integração do sistema[...]. revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente ao marxismo e as tradições comunistas.²⁴²

Contudo, há entre alguns historiadores consenso quanto ao surgimento do anticomunismo como política de Estado no Brasil somente a partir de 1935. Para Marly Vianna, tal política só acontece a partir do surgimento da ANL, o que “levou a uma união imediata entre governo e integralistas no combate à Frente, e a aprovação da Lei de Segurança Nacional”,²⁴³ embora seu projeto seja anterior. Para Eliana Dutra, é a partir de 1935 que a sociedade se dispõe a uma construção “totalitária-fascistizante” de Estado, que por meios ideológicos tentava mostrar uma sociedade lítica. Através do controle social, da racionalidade e do fantasma do inimigo, buscou-se controlar o real pelo imaginário.

Dutra afirma que, a fim de implementar essa sociedade, não só o Regime, mas diversos grupos conservadores se utilizaram da retórica anticomunista como o:

grande tema mobilizador responsável pela coesão dos diferentes setores e instituições, e pelas propostas de reformulação da sociedade. O comunismo é o inimigo, figurado como a encarnação do mal e serão necessários vários atos de imagens para figurá-lo. A insurreição de 35 é providencial, pois permite tocá-lo.²⁴⁴

²⁴¹ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit., p. 89.

²⁴² BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília, EDUnB, 1985, 1986, p. 34.

²⁴³ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Comp. das Letras, 1992. p. 125.

²⁴⁴ DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ; Belo Horizonte: ed. UFMG, 1997, p. 42-43.

O sufocamento pelo regime do levante armado de 1935 – encabeçado por líderes comunistas e com participação de alguns antigos tenentistas, entre eles o próprio Prestes, pavimentou o caminho para o recrudescimento da perseguição aos opositores do Regime. A morte de militares quando dos movimentos sediciosos foi propalada à exaustão, tanto pela imprensa, quanto nos discursos oficiais. O próprio Vargas, em primeiro de janeiro de 1936, referindo-se a tais atos, assim os descreveu:

Padrão eloquente e insofismável do que seria o comunismo no Brasil, tivemos-lo nos episódios da baixa rapina e negro vandalismo de que foram teatro as ruas de Natal e de Recife, durante o surto vergonhoso dos implantadores do credo russo, assim como na rebelião de 27 de novembro nesta capital, com registros de cenas de assassinio frio e calculado, de companheiros confiantes e adormecidos.²⁴⁵

Tais eventos trouxeram para o mundo real um inimigo que residia no discurso político, e permitiu que o anticomunismo fincasse de vez suas raízes no imaginário social. A partir desses acontecimentos, o regime pôde legitimar o que já buscava desde sua chegada ao poder, e proclamar o comunismo como um “inimigo” da nação, e não somente um outro espectro da política que se opunha ao vigente.

Diante do discurso de inserção do comunismo no *hall* de inimigos da nação, e sendo o regime o ofertante das diretrizes do que isso significava, na prática, estava aberto o caminho para assim rotular e perseguir, até mesmo preventivamente, quem ousasse discordar dos interesses do sistema político vigente, vitorioso em 1930. A propósito, declarou Vargas:

Compreende-se assim que não basta punir os que pretenderam, usando de violência e da traição, abater o regime. Torna-se indispensável, também, fazer obra de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral [...].²⁴⁶

Em nome deste “saneamento”, o regime produzia perseguições das mais variadas formas no campo político. Elegia-se ou rotulava como comunista quaisquer que julgasse ir de encontro aos interesses ou ações do Executivo federal, ou contra a qual se manifestasse. Essa afirmativa pode ser exemplificada a partir do discurso do deputado Vasco de Toledo, em janeiro de 1935, quando começa a ser aventada a Lei de Segurança Nacional no Congresso:

²⁴⁵ MARQUES, C. 1936. Op. cit. p. 13.

²⁴⁶ MARQUES. Op. cit., p. 18,19.

Aliás, o comunista tem a coragem moral e dignidade bastante para afirmar suas ideias, como eu teria, se professasse esse credo. Como, porém, ao Governo é mais cômodo, convém mais dizer que qualquer um de nós, defendendo direitos de classe, é comunista, para nos colocar na ilegalidade; até um pobre monge que tivesse a ideia de defender os interesses do proletariado, seria punido como comunista.²⁴⁷

O interesse do Executivo Federal era promover tais ações, com intuito de desfazer qualquer movimento que soasse como oposição. A construção da ideia do comunismo como um inimigo da nação deveria ser amplamente difundida através da imprensa. Assim com a caracterização da ameaça, não ao regime apenas, mas ao sentido da vida como um todo, à organização social que regulava a sociedade brasileira, à moral, à fé, entre outros, o governo poderia se constituir como o legítimo guardião de todos esses valores, e por tal, justificar suas ações. Apresentar um “comunismo” em contraponto a tais valores, como apregoado pelo governo, dado o alardeamento propagandístico, surtia efeito mesmo entre os que se opunham ao Regime.

Essa ideia de contraponto entre “sagrado e profano” foi sendo construída e reconstruída, e cada vez mais ganhado espaço nas artes, na literatura. Citemos como exemplo desse embate, Graciliano Ramos em seu romance *São Bernardo*. Embora esse romance tenha um cunho regionalista, tendo o sertão como “pano de fundo”, não deixou escapar o comunismo. Padre Silvestre, um personagem da trama, afirmava que “quanto ao comunismo, lorota, não pega. Descansem: entre nós não pega. O povo tem religião, o povo é católico”.²⁴⁸ Silvestre tem papel de destaque, quando o autor se dedica a reverberar a situação política da época. Tal analogia, entre o momento político histórico dos anos 1930 e a citada obra não é por acaso, mas a evidência de um “convívio íntimo entre a literatura e as ideologias políticas religiosas”.²⁴⁹

Com a produção de informações sobre algo que atenta sobre uma “verdade” aceita universalmente pela sociedade e sua consecutiva disseminação, ascende-se a um estado de alerta. Quem produz essa informação passa a contar então com uma espécie de código que ditará os movimentos para as multidões. Determinando o inimigo, também se determina como será a luta e quem lutará.

²⁴⁷ DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934-1937. Apud. MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. 2015. 254f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015

²⁴⁸ RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 57ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1991. p. 131-132.

²⁴⁹ CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 188.

Com a apresentação do comunismo como um inimigo universal, ao mesmo tempo em que a multidão se percebe incapaz de combatê-lo, é induzida a crer que haja alguém que pode fazê-lo. A partir desse ponto adentra-se o campo das convenções imaginárias, onde ocorre a troca de interesses. O regime passa a contar com a simpatia das massas²⁵⁰ para realizar tal combate – ainda que fictício – em seu nome, e toda sorte de perseguição política passa a ser legitimada por esse sentimento.

Com a reatualização do medo na mentalidade popular por quem produz a informação, o inimigo passa a ser comum, e quem se apresenta como o defensor, capaz de combater o objeto desse medo, constrói-se como o herói, o mito político na mentalidade popular. Entretanto este mito, ou seus objetos de origem, não pode ser submetido a crítica ou análise profunda, sob o risco de serem desfeitos, por possuir origem no campo semântico da mentira.²⁵¹ Por meio da propaganda contra o comunismo, repetida *ad nauseam*, o governo buscou arredar as críticas, tal como não dar espaços para análises e reflexões, transformando assim o anticomunismo em tema central da narrativa, o que conferia sentido de verdade ao discurso.

Sobre a fuga das críticas, *A Cruz* citando a “odisseia de Ulisses para atingir Ítaca”²⁵² onde este selou os ouvidos de seus argonautas com cera a fim de que pudessem não ouvir os encantadores cantos das sereias nos mares da Grécia, conclui:

Ele se dá, presentemente, com a nossa mocidade. Um jovem de hoje tem que empregar mil e um artifícios para que, na jornada que empreendeu no risonho porto da Glória, consiga passar ileso pelos bancos das academias, onde estão

²⁵⁰ Por “massas”, aqui tomamos o princípio de tal ideia fundado pela ideologia que norteou a construção do regime autoritário na década de 1930 no Brasil. Em especial por Francisco Campos, para quem o povo se configurava numa simples “massa” que deveria ter como única forma de participação política, a aclamação, e essa com fim único de legitimar as ações do líder carismático. Para Campos, uma sociedade de massas nesses moldes exigia um modelo político mais ágil, ancorado na figura de uma liderança positiva, identificada com os anseios da nação: Para Campos, que foi um dos principais nomes da base intelectual do regime Vargas, “as massas encontram-se sob a fascinação da personalidade carismática. Esta é o centro da integração política. Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político das massas é o da ditadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-aclamação, apelo, antes do que a escolha”. Cf. CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Op. cit., p.16.

²⁵¹ SAUVY, Alfred. *Mythologies de Notre Temps*. Paris: Payot, 1971.

²⁵² As aspas se justificam pelo erro, ou confusão, entre os personagens e os contos míticos citados. Argonautas não foram os marinheiros de Ulisses, mas os tripulantes do Argos, comandados por Jasão, que foram em busca do Velocino de Ouro, que por sua vez não se encontrava em Ítaca, mas sim em Cólquida. Cf. STEPHANIDES, Menelaos; Michael, Marylene Pinto (trad). *Jasão e os Argonautas*. 4ª Ed. São Paulo: Odisseus, São Paulo. 2000.

as sereias palradoras – os mestres sem escrúpulos – que um mundo de felicidades lhes promete [...].²⁵³

A alegação de Serpa Pinto, que seriam os professores pregadores do credo comunista, é assim ratificada em menos de quarenta dias depois em discurso do próprio Vargas publicado por *O Imparcial*:

Há os pregadores, os professores, os doutrinadores do comunismo, disfarçados em marxistas, em ideólogos de nova era social, mistificadores de toda casta, perniciosos e astutos. São os que envenenam o ambiente, turvam as águas [...] ensinando o comunismo nas escolas [...]. Tão perigosos quanto os outros, definem-se pela pusilanimidade e pela hipocrisia com que se mascaram, adaptando-se às exigências do meio social onde vivem e de cujo trabalho se mantêm parasitariamente [sic].²⁵⁴

Em setembro de 1936, o deputado Adalberto Corrêa (Partido Republicano Liberal-RS) fez comparar os intelectuais comunistas ao bando de Lampião, destacando em seu discurso a periculosidade majorada destes, porque “não só se aprestam em praticar os mesmos atos que eles, como também enquanto não chega a hora de ação, fazem também a propaganda dessas ideias criminosas corrompendo a mocidade” [...].²⁵⁵

As menções a professores como pregadores das ideias comunistas nas reportagens e em discursos oficiais, que geralmente eram transmitidos em sua íntegra, cumpria o papel de distanciar quaisquer vozes que destoassem dos interesses do regime em organizar um comunismo ao seu molde, bem como manter viva a ideia de um combate ininterrupto, para o qual ele próprio seria o orientador. A ideia da manutenção do combate permanente, baseado no medo de algo que não se conhece, caracterizando este desconhecido com elementos simbólicos, culturais ou sociais, inerentes a uma determinada sociedade, carrega em si outro combate paralelo. Qualquer informação sobre o objeto do medo deve ser repelida sob pena de desafeição na relação mito-sociedade, que tendo o medo como a argamassa, deve possuir uma máscara de verdade absoluta.²⁵⁶

A necessidade de um mito ser verossímil e a relação do emissor do discurso com este, é apresentada assim por Luís Felipe Miguel:

O mito, portanto, precisa aparecer como verdade científica, revelada ou mesmo amparada no senso comum. Para o público, a verdade que o mito exprime é

²⁵³ PINTO, Rubens A. de Serpa. Mocidade. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1935. p.3.

²⁵⁴ *O Imparcial*. 01 jan. 1936. p. 2.

²⁵⁵ *Correio da Manhã*, 02 set. 1936. p. 4.

²⁵⁶ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

incontestável: está acima da razão e dos fatos. O emissor do discurso mítico tanto pode compartilhar desta crença quanto simplesmente usá-lo.²⁵⁷

O papel de oferecer legitimidade à prédica do comunismo como o inimigo, amparando-a no senso comum, deve ter por base uma fina interação entre o discurso e a sociedade. Neste sentido, observa-se o fundamental papel que cumpriu a imprensa para intensificar a disseminação da narrativa anticomunista de Vargas, possibilitando o surgimento de uma atmosfera de medo – ou provocando sua constância – o ambiente “natural” para a introdução e manutenção do mito político. A fim de manter esse mito, coube ao regime direcionar política e intelectualmente a sociedade para um novo “ambiente” político, como a um pensamento novo.

É a partir dessa necessidade em tutelar a população que se deu a relação entre o regime Vargas e a imprensa. Essa era uma tarefa julgada educacional para as “massas”, que deveria ser primordialmente exercida por intelectuais, com destaque para os jornalistas.²⁵⁸ À imprensa coube o papel de conduzir intelectualmente os cidadãos, o que se deu “naturalmente” por meio de uma aproximação com o poder, o que lhe garantiu lucros e prestígio. A contrapartida era a interlocução que os jornalistas promoviam entre o governo e o povo, sempre pondo em privilégio os interesses do primeiro em relação ao segundo. Ainda assim, “eram segundo uma perspectiva gramsciana, eram produtores de consenso na sociedade civil, e seu papel fora decisivo para a consolidação da hegemonia estatal, que desembocaria no Estado Novo”.²⁵⁹

Ainda que a grande maioria da população brasileira de então não tivesse um conhecimento real das ideologias comunistas, as manchetes dos jornais e a propaganda anticomunista promovia a comunhão de todos no combate a esses ideais, ou ao que lhes era apresentado como tal. Se buscava construir um “exército de populares”²⁶⁰ como podemos observar no recorte a seguir:

²⁵⁷ MIGUEL, Luís Felipe. Em Torno do Conceito do Mito Político. *Dados*, v. 41, n. 3, p. 635-661, 1998. DOI: 10.1590/S0011-52581998000300005. Acesso em: 26 mar. 2022.

²⁵⁸ ARAÚJO, Nelson S. *Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica*. 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 8.

²⁶⁰ BRASIL. *História do exército brasileiro*. Perfil Militar de Um Povo. Edição do Estado-Maior do Exército. Vol. 3. Rio de Janeiro: Gráfica Fundação IBGE, 1972.

Quando não ocorressem outras razões ou motivos para chamar a realidade aqueles em má hora empolga por ideologias exóticas e extremistas, bastaria a observação serena da atitude e posição tomada pela quase unanimidade dos brasileiros para impor as convicções dos homens de boa fé, que o comunismo não tem ambiente no país. Na verdade, todos os brasileiros com raras exceções repelem e repudiam o credo leninesco com estranhada convicção e exaltada energia [...].²⁶¹

O uso de palavras-chave possui aplicabilidade de espécie de código para a compreensão da mensagem exata que a reportagem deseja passar. Quando se cunha as expressões “quase unanimidade” e “homens de boa fé” assevera implicitamente que qualquer que se encontre fora destes rótulos faz parte do que se repudia em nome dessa unidade lítica, uma comunidade imaginada.²⁶² “Credo leninesco” e “raras exceções” voltam à cena trazendo a ideia de um contraponto religioso, onde todos os brasileiros comungam e compartilham da mesma experiência e fé.

Levantar-se contra tal discurso, representava não somente contrapor o regime, mas também se apartar de um sentimento de nacionalidade, de crença e de valores que a propaganda anticomunista afirmava existir. O interesse do regime era construir esse sentimento, a fim de sedimentar suas bases, para o qual, nas palavras do próprio Vargas, era necessário:

transformar o proletariado em uma força orgânica de cooperação com o Estado, e não o deixar pelo abandono da lei, entregues a ação dissolvente de indivíduos perturbadores, destituídos dos sentimentos de pátria e família.²⁶³

A introdução de um inimigo, com o poder de provocar um sentimento comum, fornece a liga ideal ao social, ou seja, faz forjar esta sociedade imaginada que terá como elo a reação a esse inimigo. A instituição de um inimigo, como afirma Schmitt, não é meramente um produto do contexto político, e sim uma criação do campo do intelecto. Logo, tal inimigo se afasta da concepção de uma realidade puramente empírica, se

²⁶¹ *Correio da Manhã*, 19 abr. 1936. p. 8.

²⁶² Nesta obra Anderson Benedict trabalha a ideia da impossibilidade do real dentro de uma ideia de nação após um certo limite, que é a capacidade dos indivíduos de conhecerem e reconhecerem os códigos e os costumes comuns. Nesta teoria uma nação real só poderia existir dentro de um contexto em que os membros, ou seja, os nacionais se conhecessem e tratassem face a face dos problemas comuns. Este limite parece expandido nas sociedades modernas pela atuação das mídias, entretanto segundo o autor o que se ocorre aí não é uma expansão do nacionalismo propriamente dito, mas sim a criação de um interesse comum. Cf. BENEDICT, Anderson. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, London, Verso, 1983. tradução portuguesa: Comunidades imaginadas. Lisboa: Edições 70, 2005.

²⁶³ VARGAS, Getúlio. *A nova política no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1938. p. 97.

apresentando como uma criação do campo do pensamento.²⁶⁴ Esse inimigo tem o poder de contribuir eficazmente para a construção de um sentimento de nacionalismo homogêneo, baseado mais em abstração que na própria realidade.

Desde sua chegada ao poder, Vargas buscou compor um novo sentido para o nacionalismo. Tal empresa tinha como mote a adesão da maior parcela possível da sociedade aos ideais do regime. Desse modo, o governo, elegendo o comunismo como inimigo nacional, pugnou pela união de todos no combate a ele, dirimindo assim diferenças sociais e culturais. A partir disso, o medo desse desavindo constituiu esse elemento de união da população, ou de grande parte dela, ao seu combate, e foi a justificativa para o recrudescimento das ações repressivas contra opositores de Vargas.

Ainda que nesse período vigesse uma constituição, isso não significou garantia de direitos. Como afirma Leonardo Barbosa, em geral era o contrário. O texto constitucional era interpretado de forma a asseverar as possibilidades de enrijecimento do poder central rumo ao autoritarismo.²⁶⁵ Neste sentido destacamos a Lei de Segurança Nacional que tinha por objetivo definir crimes contra a ordem política e social, bem como as sanções a eles, lindando-os como crimes contra a segurança do Estado, e os submetendo a um regime muito mais rigoroso, à revelia das garantias processuais contidas no texto constitucional.²⁶⁶

O legislador Antônio Covello, argumentando contra a LSN, afirma que em seus dispositivos não há a possibilidade de nem mesmo se definir o que é lícito, ainda menos, distingui-lo do que é ilícito, e ao descrever tal lei como uma medida reativa e autoritária diz:

O caráter reacionário dessa medida de exceção feriu e irritou o sentimento liberal do país. Sua origem confessadamente oficial, seus dispositivos vagos, imprecisos e elásticos, suscetíveis das mais odiosas interpretações; a repugnância do povo brasileiro pelos métodos de compressão e violência; a reação insopitável contra as demasias do poder e, além disso, as condições particularíssimas do momento político e social, que o Brasil vem atravessando, tornaram-se fatores do desencadeamento de uma agitação pública, da qual era

²⁶⁴ SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político/Teoria do Partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

²⁶⁵ BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *Mudança Constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. 2009. 409f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

²⁶⁶ NUNES, Diego. *O percurso dos crimes políticos durante a Era Vargas (1935-1945): do Direito Penal político italiano ao Direito da Segurança Nacional brasileiro*. 2010. 326f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

claro e impressionante reflexo a linguagem candente empregada pela imprensa na discussão do palpitante assunto.²⁶⁷

Para Covello, em sua essência, o projeto da LSN tratava de edificar uma obra de solapamento das diretrizes constitucionais, que eram barreiras contra as exorbitâncias autoritárias de quem detinha o poder. Assim sendo, tratava em verdade de um golpe de Estado contra as instituições liberais que estavam sendo gestadas no seio da sociedade naquele momento. Para o autor, o projeto de lei nada mais significava que uma resposta autoritária à maior consciência política que deram origem às agitações populares dos anos 1930. Embora fosse anunciado como ameaçadora à integridade nacional, o que realmente estava em jogo era a “vontade” autoritária do Regime.

Esse anseio autoritário de Vargas fica claro ainda em 1934, quando ele próprio comunica a seu embaixador nos Estados Unidos que pretendia promover um novo caminho para combater os comunistas. A reclamação de Vargas a Aranha era que os comunistas estavam se tornando mais ousados, graças às garantias excessivas dadas pela constituição.²⁶⁸ Em agosto de 1934, se referindo a conflitos entre a polícia e manifestantes, e salientando o “problema da constituição”, Vargas assim anotou em seu diário:

Houve um conflito entre os comunistas e a polícia, por eles agredida. A polícia sente-se timorata e vacilante, na repressão dos delitos, pelas garantias dadas pela constituição à atividade dos criminosos, e o rigorismo dos juízes em favor da liberdade individual, mas contra a segurança social.²⁶⁹

O relatório de ação contra o comunismo, elaborado pelo Ministério da Guerra, e encaminhado a Vargas em 05 de novembro de 1934, portanto menos de quatro meses da promulgação da carta constitucional pelo congresso, apontava o que se dizia ser “disposições verdadeiramente comunistas contidas na constituição federal”²⁷⁰ Outro relatório, desta vez o do Estado Maior do Exército para o ano de 1937, referindo-se à constituição de 1934, afirma: “a constituição sob que vivíamos, era como disse algures, a

²⁶⁷ COVELLO, A. A de. *A Lei de Segurança Nacional*. Trabalhos Parlamentares. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935. p. 117.

²⁶⁸ BISI, Adriana de Oliveira Gonzaga. *(In)Justiça de Segurança Nacional: a criminalização do Comunismo no Brasil entre 1935-1945*. 324f. 2016, Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória, 2016.

²⁶⁹ VARGAS, Getúlio. *Diário*. 1995, v. I. op. cit., p. 319.

²⁷⁰ Relatório de ação contra o comunismo produzido pelo Ministério da Guerra. 08 de novembro de 1934. (versão encaminhada ao presidente Getúlio Vargas). BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

prova provada de que os estadistas brasileiros tinham as costas voltadas para a política da realidade”.²⁷¹

O deputado Aureliano Leite (Partido Constitucionalista-SP) afirmou que o texto constitucional de 34 era demasiado liberal, e que o responsável por essa característica seria o “ambiente, a mentalidade e o espírito, ou que melhor nome exija da ansiedade da época, que pedia romanticamente, sobrepondo o coração ao cérebro, aquelas liberdades extremadas que levavam a anarquia, senão ao caos” afirmando que “a realidade brasileira é essa que aí está. [...] o regime ensanduichado, esmagado pelos extremos”²⁷² Essa era também a percepção do operador principal desse sistema de repressão ao comunismo, o chefe de polícia de Vargas.²⁷³ Para Filinto Müller “à sombra da Constituição, começaram os comunistas a desenvolver forte programa de agitação”.²⁷⁴

Em debate no legislativo sobre o projeto da Lei de Segurança Nacional, o deputado Álvaro Ventura (Partido Comunista Brasileiro-SC) já alertava sobre os perigos da difusa descrição do que seriam esses crimes políticos e que certamente esse “leque” se abriria sobre o que mais interessasse ao regime. A essa altura, pelos rumores da severidade desta lei, popularmente, tal já era conhecida como “lei monstro”. Entretanto, o que iremos destacar da fala do supracitado deputado, é o alerta que fez sobre a realidade deste contexto.

Quando a LSN ainda era só um projeto sobre a mesa do ministro da justiça, a imprensa cumpriu seu papel de divulgar e afirmar a sua importância para o combate ao perigo comunista. Daí surge o alerta do deputado sobre essa massificação, no entendimento coletivo, da necessidade de um regimento específico para um combate em que o inimigo não era claro. O deputado Ventura afirmava que essa propaganda tinha por função abrir o caminho para as ações persecutórias contra qualquer que apresentasse publicamente descontentamento com o regime:

Alguns jornais, ainda quando o projeto de lei se encontrava na elaboração no gabinete do Ministro da Justiça, afirmaram tratar-se de uma ‘lei de repressão ao comunismo’. A este propósito é curioso observar como vem sendo feita a preparação ideológica dessa lei, através de alguns órgãos da imprensa carioca,

²⁷¹ *Fundo Góes Monteiro*, Arquivo Nacional. Código de Referência: BR_RJANRIO_SA_0_PTL_REL_0649_d0001de0001.

²⁷² Diário do Poder Legislativo. 21 de dez. de 1935, p. 9.493.

²⁷³ Filinto Müller assumiu a chefatura de polícia da capital em substituição a Batista Lusardo, que deixou o cargo em abril de 1933. Müller ocupou o posto até julho de 1942.

²⁷⁴ BISI, Adriana de Oliveira. 2016. Op. cit., p. 93.

que abrem seu noticiário para o registro quase diário de ‘complots’ e ‘atentados’ comunistas os mais tenebrosos. Dizendo tratar-se de uma ‘lei de repressão ao comunismo’ esses jornais revelam apenas uma parte da verdade. Porque, na realidade, senhor Presidente, e senhores Deputados, o chamado projeto de ‘lei de segurança nacional’, ou, ‘Lei Monstro’, terá um raio de ação muito mais amplo, muito mais profundo. Ela atingirá não só os comunistas, que se colocam à frente das lutas das massas trabalhadoras, como todas as organizações operárias, sindicatos, culturais, populares, estudantes etc.; todo o proletariado [...] todos os elementos honestos que manifestam o seu descontentamento ante o atual regime.²⁷⁵

Em vista do que podemos verificar nos discursos da oposição na discussão do projeto, e a prática a partir da sua aprovação, é exatamente um recrudescimento das ações do regime. A partir desse momento que fica claro para o imaginário coletivo que há um inimigo, especialmente se esse inimigo não possui uma definição concreta, o temor se generaliza. A possibilidade de agir contra diferentes atores, de diferentes orientações políticas, e inculcar-lhes a pecha de comunista, trazia consigo a capacidade de legitimar as ações autoritárias do regime.

A partir da divulgação quotidiana pela mídia dos perigos oferecidos por esse inimigo, somado ao medo das próprias ações do governo, o temor social se generalizava. Para uma população em que mais da metade dos indivíduos era composta de analfabetos – e não dispunha de meios para reivindicar direitos, a não ser por manifestações públicas – as ações de repressão representavam maior temor que o próprio comunismo abstrato. A classificação das manifestações populares sob o rótulo de “comunistas” tirava o comunismo do imaginário e o colocava no plano do real. A divulgação desses atos e suas respectivas consequências como inadequados e violentos, sob o rótulo de comunista constituía propaganda para o regime, e legitimava seu autoritarismo.²⁷⁶

Com a ascensão de Vargas ao poder, após a queda da Primeira República, buscou-se construir sobre os escombros do regime anterior um novo modelo de governo. Esse novo modelo, assente em novas práticas políticas, consistia em integrar ao teatro político diversos setores da sociedade que outrora se viam alijadas. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio dá testemunho disso.

Incontinenti à instituição de tal Ministério, a frase – a questão social era caso de polícia – dita ainda na Primeira República, pelo então Presidente Washington Luís,

²⁷⁵ COVELLO, A. A. 1935. Op. cit., p. 122.

²⁷⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. A propaganda política no Varguismo e no Peronismo: aspectos teóricos – metodológicos de uma análise sobre história política. *História: Questões e Debates*, v. 14, n. 26/27, p. 196-218. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2858>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ganhou destaque. Na imprensa, nos discursos oficiais, como os do próprio Lindolfo Collor, nas falas de revolucionários, como Joaquim Pimenta, tal citação era central. Quando de sua posse no Ministério, tanto Collor, quanto Osvaldo Aranha, que presidiu a cerimônia, enfatizaram que os compromissos da Aliança Liberal, proclamados ainda em 1930, de conduzir as relações entre o trabalho e o capital seria assunto desse Ministério. Ao discursar, Collor aludiu inúmeras vezes as intenções do novo governo às reivindicações dos trabalhadores, salientando sua oposição à mentalidade repressiva do governo deposto.²⁷⁷

A conceção de direitos trabalhistas, programas de moradias e distribuição de terras nos subúrbios a desempregados, a regulação das relações de trabalhos, a fim de torná-las mais harmoniosas, entre outras medidas, embora tiveram seus efeitos sociais, é verdade que seu objetivo político também era bem definido. Como comenta Orlando de Barros “o ministro e o chefe do Governo Provisório, entendiam que a criação do Ministério do Trabalho, em síntese, viera para prevenir o país do germe da explosão dos ódios revolucionários”.²⁷⁸

Entretanto, a “conquista” de alguns direitos ou a ascensão social de parte da população não lhes garantia participação política efetiva, mas sim o papel de legitimadoras do regime. Para Ataliba Vianna, um dos teóricos da “democracia autoritária”, “as massas são incapazes de juízos próprios sobre ideias abstratas como são as de pátria, raça, nação e outras que demandam reflexão. Seus conceitos a propósito, procedem sempre, do que ouvem e veem”,²⁷⁹ o que abria um vasto campo para a propaganda autoritária do regime.

Posto isso, vemos função para os dois lados da moeda. Ao construir-se, o regime busca o apoio popular, por meio da maneira considerada viável, recorrendo ao mito da personalidade, dado o caráter irracional das “massas”. Se a “incapacidade mental das massas é o pressuposto do autoritarismo”,²⁸⁰ é a partir dessa incapacidade que a “massa”

²⁷⁷ BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério de Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Op. cit., p 299.

²⁷⁸ Ibidem, p. 307.

²⁷⁹ VIANNA, Ataliba. *Gente sem raça*. São Paulo: ed. Nacional, 1944. p. 95.

²⁸⁰ SOUSA, Luiz Ricardo de. *Autoritarismo, Cultura e identidade Nacional*. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas. n. 15, p. 107, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30282>. Acesso em: 21 ago. 2021.

se vê representada na figura do mito que, por sua vez, representa a nacionalidade. Para Elizabeth Cancelli:

[...] no mito da personalidade, que seria constituído de elementos de sua experiência imediata, as massas encontrariam um poder de expressão simbólica maior que nos mitos em cuja composição entram elementos abstratos. Esta seria a fascinação das massas pela personalidade carismática.
281

Assim, o regime que rumava para o autoritarismo buscava promover a figura de Vargas junto a sociedade como um reflexo do nacionalismo que o governo desejava construir. Como comenta Capelato, o *modus operandi* desse modelo tinha por base o uso da força e a propaganda autoritária do regime era uma de suas principais manifestações. Por meio dela, buscou-se fomentar um sentimento de nacionalismo homogêneo, baseada no enfrentamento de um inimigo que o próprio regime fez introduzir no imaginário coletivo. O governo buscava construir um sentimento uno, que possibilitasse suplantar diferenças e particularidades – que são pressupostos democráticos – e assim abrir caminho para o autoritarismo.²⁸² No rol das medidas tomadas pelo regime acrescentamos as ações em favor dos trabalhadores, como a implementação de direitos e leis trabalhistas. Como salienta Orlando de Barros, tais medidas eram um meio para conquistar a confiança popular,²⁸³ e certamente contribuíram para a sedimentação do mito Vargas atuando como uma espécie de “luva de seda” para a mão autoritária do regime.

O autoritarismo que se tornou a base do regime Vargas não possui origem na própria revolução de 1930, mas remonta a uma linha de pensamento anterior que ofereceu a teoria para a política desde os tempos coloniais.²⁸⁴ Esse pensamento desdenha a participação popular no processo político pela sua incapacidade e, vai se tornando, cada vez mais, a orientação do regime. D’Araújo afirma ser a “crença na capacidade superior das elites, bem como no despreparo político e na imaturidade do povo”,²⁸⁵ o ponto de partida para o autoritarismo, assim visto por Richard Graham:

²⁸¹ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit., p. 22.

²⁸² CAPELATO, Maria Helena Rolim. 1997. Op. cit., p. 204 *et. seq.*

²⁸³ BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério de Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Op. cit., p. 322.

²⁸⁴ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, política e classe durante a Segunda República*. São Paulo: DIFEL, 1973.

²⁸⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar. 1982. 110.

Por baixo de sua insistência no princípio da autoridade há um profundo pessimismo sobre o Brasil e os brasileiros [...] O argumento de que faltava aos brasileiros a capacidade de liberdade com ordem constituiu a base de defesa de um governo autoritário.²⁸⁶

Para entender a política que orientou as ações de regime que vigeu após a queda da Primeira República, devemos caminhar pelos meandros desse pensamento autoritário, que segundo Jarbas Medeiros foi a base e a inspiração para o regime implantado por Getúlio Vargas nos anos que seguiram a revolução.²⁸⁷

2.3 Uma construção intelectual como base para o autoritarismo

Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que marcaram as quatro primeiras décadas do século XX no Brasil foram espelhos da agonia das esperanças que, no século anterior, parecia ter fincado raízes no mundo e principalmente no pensamento político ocidental. O século XX teve como marca uma expansão econômica e militar de potências ocidentais que lograram seus interesses em territórios coloniais na Ásia e no continente africano, na Oceania e nas Antilhas, expandindo mercados e zonas de influência de modo marcante para a América Latina.²⁸⁸

Esse otimismo liberal, tanto no âmbito interno das democracias quanto na livre concorrência econômica, parecia relativamente seguro no porvir, o que se mostrou não passar de uma fantasia artificial das pretensões ocidentais. Edward Carr assim se refere à questão:

[...] nunca deixaram de se fazer presente as tensões de ordem política, social e econômica, e quando tais tensões por ocasião da primeira guerra (1914-1918) irrompem, a síntese da moral e da razão do liberalismo, que era base de tais esperanças caíra por terra, tanto no âmbito das relações internacionais como no das políticas internas.²⁸⁹

²⁸⁶ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

²⁸⁷ MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.

²⁸⁸ CORREIA, Paulo Celso Liberato. Massa, mito e Estado em Francisco Campos: a política de uma era de transição. *Revista de Ciência Política*. n. 42, p. 72-95, 2009. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/42/paulo_celso_42.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.

²⁸⁹ CARR, Edward Hallet. *Vinte anos de crise (1919-1939)*. Brasília: UnB, 1981.

No processo relativo ao pensamento social e político ocidental, fato de maior relevância foi a tendência ao esvaziamento dos pressupostos e instituições do Estado liberal-democrático, vigente na maior parte dos países capitalistas do ocidente.

As motivações para o desprestígio dos regimes liberais, à época, repousavam no clima de instabilidade política e social, provocada principalmente pelos danos materiais e humanos deixados pelos conflitos da Primeira Guerra. O resultado desse contexto foi uma grave crise econômica elevando inflação e agravando o desemprego. Dentro de um contexto tão desfavorável às ideias liberais, resultaram insatisfações com o empobrecimento por parte da classe média, greves das classes operárias, e logo o extremismo, pela direita e pela esquerda política como pondera Francisco Falcon.²⁹⁰ A essa altura, parlamentos, partidos políticos, ou democracia liberal²⁹¹ se mostravam ferramentas inúteis à solução dos problemas postos, e dos cidadãos se esvaía a ideia de que votar era meio de transformação. Dentro da linha autoritária de pensamento, em um regime liberal, tais questões não poderiam ser resolvidas:

[...] pelas armadilhas da sua própria ideologia, incapaz de agir diante de situações e pressões violentas que seus princípios e seu próprio aparelho não estavam em situação de reconhecer como tais e muito menos enfrentar fora das regras do jogo ao qual estava habituado.²⁹²

Na Europa, bem como na América Latina, o período da segunda e terceira décadas do século XX foi marcado pelo advento de variados regimes autoritários, com duas importantes matrizes, na Itália e Alemanha fascistas.²⁹³ Enzo Travesso afirma que um

²⁹⁰ FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo. In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p.29-43.

²⁹¹ Entende-se: democracia liberal configura um regime resultante da junção entre o ideal da soberania popular participativa e o Estado liberal que, por sua vez tem por pressuposto garantir tais liberdades, políticas e civis, estas que são atos manifestos das liberdades do indivíduo em relação ao Estado. Cf. BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

²⁹² FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo. In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). 1991. Op. cit., p. 39.

²⁹³ O Fascismo apresenta por características a ascensão da burguesia ao poder em forma de ditadura, formando uma teoria de Estado totalitária, que engloba as mais variadas vertentes da vida e das necessidades humanas, bem como a negativa ao contraditório, acompanhado de uma modernização aos moldes dos interesses do próprio Estado que se confunde com quem governa. Cf. BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Para Zeev Sternhell, o fascismo vai além, configurando uma forma extrema de um fenômeno cultural e ideológico muito mais amplo. Sua inserção vai além de regimes, sendo parte da mentalidade e da história europeia, caracterizando-se assim como um fenômeno cultural e ideológico, de maneira que pode ser compreendido como a negação das heranças do Iluminismo e da revolução Francesa, contrário as teorias

dos pilares do fascismo foi o anticomunismo, como o próprio Mussolini afirmou, seu movimento político era uma “revolução contra revolução” [sic]. Segundo o autor, “nos anos de 1930, foi o anticomunismo que empurrou as elites europeias a aceitar Hitler, Mussolini e Franco”.²⁹⁴ A crise do sistema financeiro mundial, gerada em grande parte pela quebra da bolsa de Nova Iorque, evento que alterou toda a ordem econômica estabelecida, e tornou-se um fator catalisador para este tipo de pensamento político.

No Brasil, os primeiros anos da década de 1930 foram tempos de mudanças no panorama político. A queda do sistema oligárquico da Primeira República, e a subida ao poder de uma nova ideologia política coroou essa mudança. Esse novo pensamento político, classificado por Almond e Powell como autoritário,²⁹⁵ representava um eco do que acontecia na Europa, até mesmo na formação do discurso anticomunista. O Estado Liberal implantado com a constituição de 1891 era duramente criticado por grande parte da elite econômica e por intelectuais. A solução para esses críticos estaria na implantação de um Estado forte e centralizado, autoritário. Esse Estado, como escreveu Amadeu Amaral ainda na década de 1910, não deveria se limitar à criação das leis, mas em cumprir uma função civilizadora, educando e aperfeiçoando o homem, limitando assim “o distanciamento entre o Estado e a nação”.²⁹⁶

Para o historiador José Murilo de Carvalho esse não foi um movimento de vertente popular, mas nascido no seio de uma corrente de pensamento que vigia à época. Segundo Carvalho, esse movimento encontrou refúgio nas ideias de uma linha de intelectuais que se inicia com Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, ideólogo do conservadorismo saquarema, passando por Silvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Viana, Francisco Campos, Azevedo Amaral e Guerreiro Ramos.²⁹⁷ Esses intelectuais viabilizaram uma interpretação desse contexto à luz das particularidades da nossa

e princípios do liberalismo, do materialismo histórico, bem como a concepção hedonista do Estado e da sociedade. Cf. STERNHELL, Zeev. *El nacimiento de la ideología fascista*. Madrid: Siglo XXI, 1994.

²⁹⁴ TRAVERSO, Enzo. Do Facismo ao Pós-Facismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas.*, v.13, n.2, p. 12-44, 2019. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/enzo-traverso-do-facismo-ao-pos-facismo-qnjxrmxwdw86>. Acesso em: 21 jun. 2021.

²⁹⁵ ALMOND, Gabriel Abraham; BINGHAM JR, Powell. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 171.

²⁹⁶ AMARAL, Amadeu. *Política humana*. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 35.

²⁹⁷ CARVALHO, José Murillo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2310>. Acesso em: 20 ago. 2021.

sociedade, entretanto estes movimentos não deixaram de ecoar nas vozes da revolução de 1930.²⁹⁸

As proposições para a construção nacional indicadas por esta corrente intelectual davam como solução a composição de um Estado forte e centralizado. Tal Estado, porém, não seria uma intransigência, mas uma necessidade imposta pelas características da nossa construção social. Com o êxito da revolução de 1930, e a queda das oligarquias que compunham a Primeira República, essa linha de pensamento se evidencia. Os interesses que compuseram o governo chefiado por Getúlio Vargas foram, aos poucos e, cada vez mais, se apoiando nessa construção ideológica do pensamento intelectual favorável à implantação do regime político autoritário que instituiu.

Seguindo essa linha de pensamento, para o regime, ser autoritário era defender a democracia, para a qual o liberalismo era o problema, como definiu Menelik de Carvalho em 1942:

[...] o autoritarismo é democrático, quanto ao liberalismo é o inverso, o antagonismo específico e o inimigo aguerrido da democracia, que é o todo, o homogêneo, a ordem, a paz, o bem comum, a cultura, a civilização e o melhor caminho da prosperidade humana.²⁹⁹

Capelato cita o *Catecismo Cívico do Povo Brasileiro*, um folheto produzido pelo Regime com perguntas e respostas. Para a pergunta “Não há, portanto, nenhuma incompatibilidade entre as ideias de democracia e de governo autoritário?” o documento traz a seguinte resposta:

Nenhuma! Na democracia autoritária, é preciso que o Estado tenha poder para harmonizar todos os interesses particulares e submeter as conveniências dos indivíduos e dos grupos sociais às do bem coletivo. Em tais circunstâncias, é muito necessário que num regime democrático como o nosso, a autoridade do governo seja ampla.³⁰⁰

²⁹⁸ O historiador Boris Fausto apresenta a Revolução de 1930 como um movimento intra-oligárquico fortalecido por dissidências militares que buscavam golpear o que ele denomina burguesia cafeeira, que compunha a Primeira República. Com a queda desta, destaca Fausto, nenhuma facção revolucionária apresentou legitimidade ao Estado, criou-se um vazio de poder que levou a um Estado de compromisso, ou seja, compromisso entre as frações das classes e aqueles que “controlavam” as funções do governo, entretanto, sem vínculo direto. Cf. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. 13ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁹⁹ CARVALHO, Menelick de. Democracia objetiva e liberalismo romântico. *Revista Cultura Política*, ano 2, n. 16, p. 29-37, 1942. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/163538/per163538_1942_00016.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

³⁰⁰ CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda e política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus/FAPESP, 1998. p. 159.

Dentre os autores autoritários, citados por Carvalho, há uma estrutura cognitiva que transversaliza toda aquela construção intelectual. Trata-se da crítica às instituições liberais, por estas não poderem conceber os diagnósticos resolutivos orientados na figura do Estado. Para estes ideólogos, o Estado precisava ser mais que conjunto abstrato de leis e tratados,³⁰¹ deveria ser um “Estado pedagogo”. Ele deveria se pôr como agente transformador de um atraso real, para uma modernidade social concreta, “através da concentração do poder nas ‘mãos’ deste Estado que deve operar através de um autoritarismo modernizante”.³⁰²

Segundo Nilo Odália, foi a partir desta visão de mundo em que o Estado aparece como árbitro máximo, uma entidade natural, e não como resultado das lutas sociais de classe, mas o organizador e o tutor delas. Foi a partir dessa visão que se deu a reconstrução historiográfica, sociológica e teórica para a reorganização social idealizada para o governo pós 1930.³⁰³ O autor expõe ainda que essa linha de pensamento apresenta a ideia da necessidade de reorganização de uma teoria política-histórica que apresente o Estado como uma força organizatória, capaz, e acima de qualquer grupo.

Essa construção teórico-histórica proposta em linha comum nesses teóricos deixa claro que o liberalismo é um inimigo a ser combatido. Francisco Campos apresenta o comunismo como uma espécie de fruto espiritual das liberdades onde “o liberalismo político e econômico conduz ao comunismo”.³⁰⁴ Oliveira Viana afirma ser o liberalismo um estrangeirismo nocivo, bem como de prática por aqui impossível, devido ao nosso modelo de sociedade exclusivo e característico.

Para Oliveira Viana, esse modelo de sociedade se forjou a partir de um *ethos*³⁰⁵ que por sua vez é resultado do modelo imposto pela colonização e por condições exclusivas do território brasileiro. Essas condições, segundo Viana, são a simplificação

³⁰¹ IOHN, Rawls. *O Liberalismo Político*. Lisboa: Editoria Presença, 1993.

³⁰² ALMOND, Gabriel Abraham; BINGHAM JR, Powell. 1972. Op. cit., p. 171.

³⁰³ ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Viana*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

³⁰⁴ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940. p. 61.

³⁰⁵ Esse *ethos*, segundo Viana, é uma característica da nossa formação rural, do nosso matuto, que se qualifica como um homem de caravana, sempre em busca de um chefe, incapaz das próprias decisões, e quando encontrava esse chefe - o latifundiário - sua autoridade era aprazível e incontestável. E é esta mentalidade que coloca este latifundiário como um homem de Estado, um gestor. A ideia de do Estado por estas oligarquias rurais também se verifica na obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

do domínio rural,³⁰⁶ o vazio de mando a partir da metrópole, a formação de um caudilhismo colonial,³⁰⁷ a desnecessidade de formação social autônoma,³⁰⁸ entre outras que caracterizaram a formação do brasileiro. Tais condições seriam responsáveis por desenvolver uma mentalidade social que não tornou possível o desenvolvimento de uma pujante burguesia, que em outras partes do mundo produziu revoluções que levaram à captura do Estado.

Nas condições propostas por Oliveira Viana, caberia a uma oligarquia corporativista, formada nos latifúndios da imensidão rural, dirigir as instituições do país. Inicialmente, essa oligarquia deveria agir de forma a não permitir revoltas, apoiando-se primeiro na figura do Imperador, e posteriormente na ideia de um Estado centralizador que deveria ser tutelado e tutelador.³⁰⁹ Tutelador do comportamento e da “vontade” social, e tutelado por um dirigente iluminado que conseguisse traduzir o bem social, ainda que este não fosse percebido pela sociedade, em ações do Estado.

Essa noção de unidade do Estado também estava presente no pensamento de Amoroso Lima, ainda que este autor discordasse de certas medidas praticadas por Vargas, a defesa dessa unidade necessária à autoridade não ficou à parte. Embora declaradamente antiliberal, afirmava apoiar as causas liberais por estarem mais próximas das realidades cristãs ocidentais do que o socialismo que, segundo o autor, era necessário evitar a qualquer custo. Amoroso Lima afirmava que a crise de autoridade era uma séria ameaça à estabilidade, e que o livre arbítrio pela sua razão individual não poderia submeter ou subverter a autoridade.³¹⁰

Para Jarbas Medeiros, a posição de Amoroso Lima era a de que a concepção da ordem social como bem coletivo estava para além da razão individual, o que tornaria as revoluções casos raros, e raramente justificáveis. Desse modo, a estabilidade da

³⁰⁶ Oliveira Viana caracteriza simplificação do domínio rural através da descrição do grande latifúndio exclusivamente brasileiro, onde existia uma completa autonomia em todos os aspectos, econômico, fabril, de transporte, defesa... sendo este modelo responsável direto pela obstrução do nascimento da burguesia comercial revolucionária.

³⁰⁷ Caudilhismo; na obra *Populações Meridionais do Brasil*, o mesmo autor utiliza este conceito para definir as organizações de caráter paramilitar organizadas pelos grandes latifundiários que contrapunham o poder oficial.

³⁰⁸ Por formações sociais autônomas entendemos qualquer tipo de organização independente do regramento do Estado, oriundas das necessidades dos agrupamentos humanos para uma autorregulação nos mais variados fins.

³⁰⁹ VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos deputados, 1981.

³¹⁰ LIMA, Alceu Amoroso. *Política*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1956.

autoridade era o resultado da unidade, e é esta que conduz indivíduos a uma ação comum, para uma ordem comum que é o princípio da autoridade basilar do Estado.³¹¹ Amoroso justifica sua afirmação recorrendo a São Tomás de Aquino, que diz: "Se não houver um excesso de tirania [...] é mais prudente suportar uma tirania relativa por certo tempo do que agir contra o tirano de modo a suscitar muito perigos que são mais graves do que a própria tirania".³¹²

Desse grupo de pensadores autoritários,³¹³ estruturado ainda na Primeira República, nasce a ideia, ou o conjunto de ideias fortemente reacionárias, conservadoras e despolitizantes, de forma a exprimir os meandros da questão social. Para o historiador José Honório Rodrigues, o termo correto era mesmo reacionário, especialmente em relação a Oliveira Viana, a quem inclusive dedicou o título de uma de suas obras. Rodrigues enfatiza que “para Oliveira Viana predomina desde o começo o idealismo utópico das elites, ele é desenraizado, ignorando o povo, criando legislação para entidades abstratas, sendo o fundo cultural do povo estranho à elite, desrespeitando a realidade circundante”.³¹⁴ O autor afirma ainda que Viana cultivava um ódio sincero, “cego, totalitário e avesso” dos estudos culturais, e rejeitava premissas já arraigadas nos estudos sociais e reiterando sempre sua crença na superioridade das raças puras.³¹⁵

Foi esse conjunto de ideias que instrumentalizou a construção, sem romper com as antigas bases arcaicas da sociedade da Primeira República, de um Estado moderno, construído pelo alto, ou seja, de acordo com o desejo de quem está no poder ou o grupo que ele representa. Destarte, essa nova correlação de forças que se apoderou do Estado a partir de 1930, baseada no idealismo destes pensadores autoritários, como salienta José Murilo de Carvalho, objetivava substituir rapidamente as ideias liberais econômicas,

³¹¹ MEDEIROS, Jarbas. 1978. Op. cit., p. 94.

³¹² Política. 1939. Apud MEDEIROS. 1978. Op. cit., p.95.

³¹³ A definição deste grupo de intelectuais que se convencionou na historiografia brasileira a denominar por pensadores autoritários não possui um linde claramente definido. A leitura de obras deste grupo (AMARAL, Azevedo, 1938; VIANNA, Francisco José de Oliveira, 1987; TORRES, Alberto, 1914 e 1933; CAMPOS, Francisco, 1941) contribui para entender essa definição da historiografia nacional, bem como a análise de trabalhos de outros autores que classificam o pensamento de tais autores como autoritários, para tal destacamos (MEDEIROS, 1978; LIMA e DINIZ, 1971; SANTOS, 1978; LAMOUNIER, 1985; FREIRE, 1994).

³¹⁴ RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Vol. II. A Metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Editora Nacional: INL, 1978-1988. p. 253.

³¹⁵ Ibidem. p. 257.

aplicando ideias corporativas a fim de incorporar o setor econômico no campo de intervenção do Estado.³¹⁶

Com a mudança do centro de gravidade do poder após os movimentos políticos de 1930, acontece um distanciamento dentro desta linha teórica, entre o que existia antes da revolução e o que devia ser construído. O pensamento em torno de um Estado centralizador devia então se tornar o *nomos* para o novo, para a modernidade. Ao pormos em análise os projetos de alguns nomes importantes desta linha de pensamento, nota-se que o autoritarismo amadurece tendo íntima relação de identidade com a ação e com a prática política do novo regime.

Tal constatação evidencia uma clara intenção de desenhar e orientar os acontecimentos, ou seja, de construir uma nova mentalidade política justificadora do modelo axífugo que se almeja. Reformas modernizadoras do sistema político, sempre por via autoritária, são reivindicadas em todo o desenrolar das obras desse grupo de autores denominados – posteriormente – de autoritários.

Em termos de estrutura de poder, o enredo político que se desenrola após 1930 classifica Oliveira Viana como um dos mais lúcidos arquitetos deste modelo autoritário de governo, como apresenta o historiador Jarbas Medeiros em *Ideologia Autoritária no Brasil*:

[...] era como se Oliveira Vianna buscasse “aproveitar” de nossas oligarquias apenas o seu autoritarismo histórico a fim de justificar nas décadas de 1920 e 1930, a construção de um Estado autoritário “consequente” e que viesse a assumir este status, com o objetivo de, através dele, promover a “modernização” institucional de nosso país, isto é, atingirmos o Estado Moderno.³¹⁷

De maneira sucinta, podemos afirmar que toda a obra de Oliveira Viana reclama um governo - que entendemos aqui por Executivo Federal - forte e intervencionista. Em relação a Francisco Campos, o mesmo Medeiros acrescenta que, em sua concepção, “o Estado moderno brasileiro seria, desta forma, um Estado nacional e um Estado autoritário, nesta ordem”,³¹⁸ lógica que se confirma na constituição de 1937, redigida por Francisco Campos.

³¹⁶ FREIRE, Silene de Moraes. Suportes ideológicos do corporativismo brasileiro. *Plural.*, v. 1, p. 64-86, 1994. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.1994.68055. Acesso em: 12 mai. 2021.

³¹⁷ MEDEIROS, Jarbas. 1978. Op. cit., p.160.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 17.

Para Francisco Campos, uma vez rompido o sistema político da Primeira República, este novo concerto político-intelectual que surge após a Revolução de 1930 converge para a busca da modernidade. Esse processo que deveria ocorrer através da adoção de critérios de eficiência, suficientemente racionais, e que seriam as ferramentas para a orientação do aparelho estatal no âmbito político institucional.³¹⁹

Tal processo deveria levar a uma independência do Executivo em relação às políticas partidárias, bem como dos órgãos legislativos. Estes, por se tratar de estruturas onerosas e de pouca eficiência, deveriam ser substituídas pela burocracia estatal, que subentende, governo nacional. Esta burocracia estatal, na concepção de Francisco Campos, deveria ser composta por órgãos técnicos de administração e elaboração econômica, tudo regido no âmbito de uma política de centralização.

No pensamento de Campos, só através dessa centralização, ou seja, por vias autoritárias, é que se poderia abrir o caminho para realizar as reformas econômicas, e principalmente as institucionais. Tais reformas deveriam ser gestadas a juízo do grupo então no poder. Para Campos, só assim se teria sucesso em integrar a política nacional, desatando os nós de um sistema corrupto que invertia a lógica e subordinava gerente a gerenciados.³²⁰

A partir dessa orientação político intelectual, concebe-se a máxima de que a modernidade só é possível pelas ações das novas elites que vão ao poder em 1930. Esta, porém, é uma modernidade que tem por função regular e disciplinar, conduzida pelo Estado que audaciosamente se põe como portador da novidade, sendo pano de fundo para o objetivo principal que é inibir a livre manifestação social.³²¹

No contexto de ideias em que o Estado pretende ser o orientador da vontade social, cria-se mecanismos para a alienação das liberdades intelectuais, a fim de reduzir o espaço para o debate. A partir desse alheamento do plural, o Estado passa a desenvolver um discurso coerente com a sua própria vontade, pavimentando assim o caminho para o autoritarismo. A pluralidade de opiniões, para um regime que quer construir-se autoritário, se mostra extremamente danosa, e a orientação ideológica deve conter apenas

³¹⁹ CAMPOS, Francisco. 1940. Op. cit., p. 74.

³²⁰ Ibidem, p. 90.

³²¹ VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

as possibilidades oriundas da vontade do “Estado Pedagogo”, como uma adaptação do *Leviatã* de Hobbes.³²²

Provocar uma devida sociedade a reagir a um determinado inimigo comum, além de eficaz ferramenta de aglutinação, carrega implícito o simbolismo de que cada indivíduo está ligado à unidade, neste caso, o sentimento uno de nacionalismo que o regime almejava. É por meio dessa expressão simbólica, de uma unidade lítica, que o Estado autoritário busca organizar a sociedade com o propósito de evitar conflitos.

Uma vez reconhecida a base intelectual que direciona a política após 1930, se faz necessário então identificar as ferramentas utilizadas para a construção desse sentimento coletivo e para a reconhecimento do Estado como agente de orientação cultural, moral e ética, quase religiosa, de uma nacionalidade em construção. Como este movimento político acontece quando ainda se vislumbrava os vultos das revoluções socialistas, o comunismo – por aqui intencionalmente difuso – serviu de modelo a tudo que se desejava negar.

A construção de uma aversão, do medo generalizado de algo, com base em valores já estabelecidos no imaginário coletivo teve o objetivo da reconstrução deste mesmo imaginário social a fim de tornar viável a implantação de um modelo autoritário de governo. É a “opinião pública” sendo moldada sob a égide do novo regime, que nos remete ao título de uma obra sociológica, “Opinião Pública e Opinião Publicada”.

³²² HOBBS, Thomas. *Leviatã*. (Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cláudia Berliner.) 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

3 A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO COLETIVO: OPINIÃO PÚBLICA VERSUS OPINIÃO PUBLICADA

A forma com que o mundo é imaginado determina num momento particular o que os homens farão [...]. Este fato determina seus esforços, seus sentimentos, suas esperanças, [...].

*Walter Lippmann*³²³

Hoje, há consenso na historiografia brasileira sobre o autoritarismo que se implantou no Brasil após a revolução de 1930. Outro fato incontestável é o relevo a ser dado à figura do líder, ou seja, Getúlio Vargas, dentro desse projeto. Para Ângela de Castro Gomes, o aparato idealizado e operacionalizado para esse fim girava em torno da propaganda, especialmente do seu controle. O objetivo não era apenas subordinar a população por meio da repressão, mas também, a médio prazo, obter sua adesão ao projeto varguista por meio do convencimento.³²⁴

Em observação às afirmações de Ângela de C. Gomes, fica claro a intenção do regime Vargas em influenciar a forma de pensar e, por conseguinte, de agir, da sociedade. Para esse fim, buscou oferecer novos signos e símbolos para a população, através deles, interpretar a “nova” realidade que surgia. Orlando de Barros nos traz o *modus operandi* desse sistema. Além da propaganda em si, os meios de entretenimento se apresentavam como ferramentas eficazes para tal. O rádio, o teatro, as canções, entre outros meios, foram amplamente empregados na difusão desse novo nacionalismo, como à emulação à figura de Vargas, o “timoneiro” desse “novo Brasil”.³²⁵

Maria H. R. Capelato asserta que esse sistema era composto por dois *vultus* distintos. O primeiro, foi denominado pela autora de “núcleo forte” do sistema de propaganda. Era composto de materiais como livros teóricos produzidos pelos ideólogos do regime, materiais didáticos, principalmente ligados ao ensino da história, revistas de cultura e de divulgação ideológica, biografias do líder, entre outros. O segundo grupo,

³²³ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 38.

³²⁴ GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.

³²⁵ BARROS, Orlando de. 2001. Op. cit., passim.

mais voltado para o entendimento popular, era composto por: panfletos, novelas, teatro, cartazes, moedas, flamulas, hinos, obras arquitetônicas, música... Esses integravam um elenco de recursos amplamente utilizados para propagar e propagandear as realizações e projetos do regime, bem como para a sedução de amplos setores da sociedade³²⁶

Para esse segundo grupo, é importante a ressalva de que a maioria dos elementos carregavam em si a marca da informalidade. Embora carregados das ingerências do regime, traziam o tom “natural” da cultura, que por sua vez tem o poder de marcar o subconsciente coletivo, e assim justificar o poder, não como algo restrito a um grupo, mas sim de natureza intrínseca a uma ordem natural das coisas, à sociedade.

Para George Balandier, o poder é construído e reconstruído por meio do uso dos espetáculos capazes de marcar sua entrada na história, ou seja, no subconsciente coletivo e, é por esse mesmo meio que se dará sua perpetuação no tempo histórico. É a partir desse ponto de vista que Balandier afirma que as manifestações do poder não combinam com a simplicidade, tal requer “ostentação e grandeza”.³²⁷ Embora possa haver discordância quanto ao grau de importância do tema, fato é que esses meios se mostraram eficazes para o convencimento da população a aceitar o poder de Vargas como legítimo. Dá-se então o início do processo de “adequação” da opinião pública, aos interesses de quem detém o poder.

É a partir desse processo, em que o regime ou o poder busca adequar a opinião pública aos seus interesses,³²⁸ que a propaganda tem seu campo de ação mais significativo. Desse modo, seu primeiro objetivo é desencadear e insuflar uma luta de forças simbólicas, por meio de uma inflamação também simbólica, na busca, se não pela dominação, mas pelo consentimento em relação ao poder. A partir desse ponto, passa-se ao segundo objetivo da propaganda, porém não menos importante, que consiste em passar do alardeamento de um perigo iminente à propagação dos objetivos do regime ou poder em questão. Em outras palavras, busca-se promover uma propagação autônoma – em

³²⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolin. 1997. Op. cit., passim.

³²⁷ BALANDIER, George. *O poder em cena*. Trad. Luíz Tupy Caldas de Moura. Brasília: ed. Universidade de Brasília. 1980.

³²⁸ Para Pierre Bourdieu, a “opinião pública não existe”. Para o autor, a expressão representa um mero legitimador das relações de força numa sociedade, onde para cada assunto há grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses. Cf. BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica e investigação social e enquete operária*, São Paulo: Editora Polis, 1982. p. 11.

certo nível – na “opinião pública”, ou uma interiorização por parte do público dos valores e normas impostas pelo poder através da prédica propagandística.³²⁹

Neste sentido, a propaganda anticomunista levada a cabo pelo regime pós 1930 era objetiva. Nela havia uma luta simbólica posta, seus símbolos eram externos, eram abstratos e por ela mesmo ofertados. Acerca desse tema, Walter Lippmann afirma que “em qualquer sociedade que não esteja completamente voltada a si mesma e seus interesses, e nem tão pequena que todos possam saber tudo o que se passa, ideias dizem respeito a eventos que estão fora da vista e do alcance”,³³⁰ e que “o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento”.³³¹

Essa era a prédica. A mensagem da propaganda anticomunista do regime buscava construir uma imagem do comunismo no subconsciente coletivo de algo a ser temido, de um inimigo atroz, totalmente alheio a formação social ou a nacionalidade brasileira. O próprio Vargas escreveu em seu diário acerca de uma reunião com o Gal. Pantaleão Pessoa, o chefe de polícia Filinto Müller, bem como os líderes da maioria governista na Câmara e no Senado. O objetivo de tal reunião era discutir medidas contra a “Aliança Libertadora”³³² a que Vargas denominava por movimento comunista disfarçado. Como resultado, a exposição do próprio Vargas do plano a ser adotado: “ação enérgica de repressão e reação pela propaganda, criando um ambiente próprio à ação do governo”.³³³

O que Vargas diz ser necessário criar por meio da propaganda, denominando-o por “um ambiente favorável”, em Lippmann encontramos como “pseudo-ambiente”, descrito pelo autor como um *locus* entre os seres humanos – os receptores da mensagem contida na propaganda – e seu ambiente real. O autor afirma que é a esse “pseudo-ambiente” que invariavelmente serão oferecidas respostas pelos estimulados por esses pseudo-fatos – contidos na propaganda – e é para esses que o comportamento social será adequado.³³⁴

³²⁹ Ibidem. p. 83.

³³⁰ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 28.

³³¹ Ibidem. p. 29.

³³² Trata-se da Aliança Nacional Libertadora.

³³³ VARGAS, Getúlio. 1995, v I. Op. cit., p. 398.

³³⁴ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 30.

Para Lippmann, quando esses estímulos são acompanhados pela ação, tem-se o caminho mais curto para o desenvolvimento das contradições, e é nesse ponto que os escritos do autor e a fala de Vargas se aproximam: “por uma ação enérgica de repressão e reação pela propaganda”, e “o que é a propaganda, senão o esforço de alterar a imagem à qual os homens respondem?”.³³⁵ Nas palavras de Lippmann, para se operar uma análise do que se tem por “opinião pública,³³⁶ é necessário começar reconhecendo a triangular relação entre a “cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana àquela imagem atuando sobre a cena da ação”.³³⁷

E foi a partir da filtragem ou da orientação das informações que o regime operou a propaganda anticomunista, para a partir dela poder desenvolver esse “pseudo-ambiente” ou “ambiente favorável” a fim de moldar o comportamento social. O objetivo do regime era definir qual resposta humana deveria ser dispensada à cena da ação, neste caso, o combate ao “comunismo”. Tal meio daria ao regime a possibilidade de não precisar submeter a população, mas sim angariar a adesão dessa ao seu projeto. O assunto foi tratado numa reunião³³⁸ entre Vargas e Porto da Silveira.³³⁹ Como e em que tom se daria o repasse das notícias aos jornais sobre a LSN, a fim de preparar a opinião pública para mais esse instrumento jurídico? A essa altura o projeto da referida lei já se encontrava em debate na Câmara e o governo vislumbrava ser essa uma importante ferramenta, junto à propaganda, para combater o comunismo, ou seus opositores.

³³⁵ Ibidem. p. 38.

³³⁶ Em sua obra, intitulada *Opinião Pública*, Walter Lippmann apresenta o que podemos classificar como três momentos distintos do que por ele é considerado como opinião pública. Em primeiro lugar, ele apresenta a interrelação de comportamentos entre seres humanos, ligada ao mundo exterior. Na medida em que esta relação de comportamento cria interdependência, surge o que segundo o autor, pode-se chamar rudemente de opinião pública. O segundo momento está ligado criação e relação de imagem na cabeça dos seres humanos, a imagem de si próprio, como a imagem dos outros, ao que se pode atribuir suas necessidades, propósitos e relacionamentos. E por fim, o que o autor chamou por *Opinião Pública* com letra maiúscula, que afirma ser aquela, que nos moldes anteriores se forma, porém, desta vez não é produto do individual, mas sim de um grupo de pessoas, ou se por indivíduo, mas agindo em nome de grupos de pessoas. Cf. LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. 2ª Ed. Coleção Clássicos da Comunicação Social. Petrópolis: Vozes, 2010.

³³⁷ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 31.

³³⁸ Vargas, Getúlio. 1995. v I. Op. cit., p. 357.

³³⁹ Alberto Porto da Silveira era político importante na Câmara, onde liderava a maioria. Com ótimo trânsito entre os homens da imprensa. Mais tarde, em 1951 foi eleito presidente do sindicato dos jornalistas profissionais da capital. Cf. Carta de Gustavo Capanema, datada de 11.04.1951, do Rio de Janeiro, a Alberto Porto da Silveira: Arq. CPDOC-FGV, GV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_GC_B&pagfis=9351. Acesso em: 08 dez. 2021.

Naquele momento, o regime Vargas já operava por meio de um aparato burocrático significativo e que era objeto de contínua atualização. Tal aparato era resultado de uma sociedade que se modernizava e industrializava continuamente, fatos que somados levavam as relações sociais cada vez mais ao campo da impessoalidade. Tal processo, fortalecido por atos de propaganda, censura e repressão, se mostraram impeditivos eficientes para o surgimento de vozes de divergências no cenário político e social, o que por sua vez fez alargar os caminhos para a aceitação e a naturalização dos símbolos e signos contidos na propaganda anticomunista do regime. A partir desta engenharia política e social, onde a organização e a administração da opinião pública é função dos grupos ou corporações poderosas e do regime político – se é que seja possível distingui-los – é que se colocam as bases do poder em si.³⁴⁰

Entretanto, quando o assunto é opinião pública, Michel Maffesoli assera sobre a necessidade de uma divisão e uma classificação do tema, asseverando que “a confusão das palavras acaba sempre acarretando a das coisas”.³⁴¹ Para o autor, só é possível o entendimento do tema quando operando por meio da classificação entre opinião pública e opinião publicada. A publicada, embora seja realmente só uma opinião, busca se consagrar como uma ciência, uma *expertise* ou um saber superior, enquanto a pública possui plena consciência de sua mobilidade, de sua vulnerabilidade, logo, de sua humanidade.³⁴²

A opinião publicada tem por ofício repetir e reiterar as ideias convencionadas, estandardizadas, através da propaganda, que por sua vez cumpre mister impondo silêncio, uma vez que ela se apresenta, como dito, um saber, uma *expertise*, orientadora do “progresso” social. Foi através desse silenciamento que a propaganda ou opinião publicada impôs ao pensamento divergente, que se buscou desenvolver unidade quanto ao imaginário coletivo para se ter como resultado uma unidade de ação, ação essa que o regime buscava orientar para uma base de apoio.

³⁴⁰ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 13.

³⁴¹ MAFFESOLI, Michel. *Apocalypse: opinião pública e opinião publicada*. Tradução: Andrei Neto e Antoine Bollinger. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 9.

³⁴² *Ibidem*. p. 10.

3.1 Opinião Publicada: os silenciadores oficiais

Na corte dos imperadores bizantinos existiam os *silenciadores oficiais*. Eles tinham por função calar os perturbadores da ordem a fim de fazer reinar o pensamento único estabelecido.

*Michel Maffesoli*³⁴³

Como afirmado por Roberto Romano, “para quem vive em sociedades como a nossa, a construção dos imaginários tem uma importância particular”.³⁴⁴ Para Romano, mexer com os símbolos já estabelecidos por uma sociedade gera consequências, e esse foi o exato ponto que a propaganda anticomunista do regime Vargas e de corporações da sociedade buscou explorar. Para o autor, tais símbolos nada mais são do que resíduos éticos de tradições seculares e mesmo preconceitos que possuem raízes profundas nas mentalidades e nos sentimentos de um povo.³⁴⁵

Quando a propaganda apresentava o comunismo como algo temível e contrário aos valores nacionais, ela cumpria uma dupla função. A primeira era promover o comunismo como algo externo, contrário a esses princípios supostamente cultivados pela sociedade, e em segundo ressaltar o que seriam esses preceitos ditos como algo quase inato à sociedade, mas nem sempre muito claros na mentalidade popular. A partir desse ponto, o regime se converte em uma espécie de defensor desses valores que ele mesmo propaga como sendo “quase” inatos ao nacional, e que vai conferir a propaganda – que nada mais é do que a opinião de quem detém o poder – ares de saber superior, de ciência.

Foi por meio desses mecanismos que o regime Vargas buscou angariar o apoio da população ao seu projeto, e assim silenciar seus opositores. O deputado Pedro Leão F. E. Vergara (Partido Republicano Liberal-RS), em material produzido pelo DPDC e veiculado pelo programa A Hora do Brasil, defendeu enfaticamente a repressão ao comunismo, classificando-a como uma defesa de valores superiores, humanos, calcados

³⁴³ Ibidem. p. 11.

³⁴⁴ ROMANO, Roberto. O conceito de totalitarismo na América Latina: algumas considerações. In: *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. São Paulo: Edusp/Expressão e cultura, 1996. p. 316.

³⁴⁵ Ibidem.

em uma racionalidade natural ou quase científica.³⁴⁶ Nas palavras do deputado, todo ser humano, em qualquer sociedade, busca a admiração por seus pares, a conquista de divisas e a emulação, e que isso seria parte compositiva de um processo da conquista de um conhecimento da própria natureza humana.

Quanto ao comunismo, ainda segundo o deputado, esse ia muito além de uma concepção econômica da dinâmica social, mas sim, partia de um desejo de “matar” a humanidade do homem, mecanizando-o e transformando-o em um ser sem sentimentos. Este homem “desumanizado” não poderia aspirar, senão, a própria escravidão, alijando assim o convívio do homem com a esperança em Deus e na sua própria salvação. Entretanto, Pedro Leão conclui que havia uma reação possível e devida. Essa reação viria por meio do contato do homem com Deus, afirmando que mesmo na Rússia, onde o homem já havia sido despido de todo sentimento que lhe confere humanidade, imagem de Jesus já aparecia por trás dos retratos de Stalin estampados nas paredes de cada casa.

O que se buscava com a fala do deputado era o exato contraponto entre “os valores nacionais” e da moral religiosa com o comunismo. O fato de ser uma autoridade a fazer tais afirmações atribuía confiabilidade a fala, conferia a *expertise* desejada pela propaganda anticomunista. Uma breve atenção ao que defende o deputado Pedro Leão em sua fala, veiculada em cadeia nacional de rádio, nos faz perceber o interesse do regime contido da propaganda; transformar o combate ao comunismo – ou o que o regime designou por tal – em um assunto de todos os brasileiros, e suplantando a opinião pública pela opinião publicada, ou seja, a opinião do regime.

Em resumo, a propaganda – opinião publicada – cumpre seu papel de silenciadora, uma vez que busca unificar a forma de pensar acerca de determinado assunto, a fim de determinar as ações do coletivo. O filósofo polonês Bronislaw Bazcko argumenta que, o que muitas vezes se toma por imaginário coletivo é indistinguível do produto fim da propaganda. Para o autor, nas sociedades onde os meios de comunicação possuem uma difusão minimamente razoável, o uso da mídia permite conceber e manipular o imaginário coletivo, que por sua vez consiste em uma força reguladora da sociedade, e, portanto, um elemento significativo na manutenção do poder. Bazcko afirma que deter o controle dos meios de comunicação é a chave para a dominação pelo regime político dos imaginários sociais. O autor salienta que são esses meios de comunicação que fabricam as

³⁴⁶ Arquivo nacional. Fundo Agência Nacional. Código de referência: BR_RJANRIO_EH.0.DSO_DIS.1

necessidades, e estas abrirão inéditas possibilidades à propaganda que se encarregará, ela mesma, de atendê-las.³⁴⁷

Deter o controle dos meios de comunicação pode ser encarado por vários prismas, talvez o mais eficiente deles seja pelo cooptação, e essa opção não foi descartada pelo regime Vargas. A nitidez desse fato aparece na “desinfecionada” reunião convocada por Vargas à Associação de Imprensa da capital, onde também se apresentou um representante da Associação Paulista de Imprensa. Fazendo questão de cumprimentar pessoalmente cada jornalista presente, Vargas, em discurso deu ênfase, “à forma vigorosa, brilhante e sincera, altamente patriótica, com que a imprensa [...] colaborou com o governo na repressão ao comunismo”.³⁴⁸ Desse modo, ao estreitar as relações com os jornalistas, o regime cumpria conquistar aliados.

Cabe destacar também na fala de Vargas neste mesmo evento, e não menos importante, a declaração de que o papel da imprensa ia muito além do simples combate ao comunismo. Como aliada, a imprensa, segundo Vargas era um meio fundamental para “manter o espírito público num ambiente de grande receptividade, a fim de que esse se conserve sempre e desperte também o sentimento de reação ao comunismo e o desejo de colaborar com o governo nas medidas de repressão”.³⁴⁹

O trecho destacado de *O Imparcial* evidencia o caráter da relação mantida ou pretendida pelo regime em relação à imprensa. Para além das emulações do chefe do regime aos homens da imprensa, a fala de Vargas revela o interesse da atuação desses para a conformação da opinião pública em relação à propaganda anticomunista, bem como para com a repressão levada à cabo pela polícia. Pouco mais de seis meses depois, voltando a falar à Associação Brasileira de Imprensa, o entendimento de Vargas sobre o papel que a imprensa deveria cumprir, junto ao regime nessa empresa permaneceu:

A imprensa brasileira aperfeiçoa dia a dia seu contato com a opinião. À imprensa incumbe, nesta conjuntura, tarefa sobremodo relevante. Orientando a opinião pública, alertando-a diante do perigo, concorrerá de maneira decisiva para resguardar a ordem e neutralizar as atividades dos agentes da subversão social.³⁵⁰

³⁴⁷ BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaries sociaux*. Paris: Payot, 1984.

³⁴⁸ *O Imparcial*. 10 de janeiro de 1936. p. 1-2.

³⁴⁹ *Ibidem*.

³⁵⁰ Biblioteca da Presidência da República. Discursos: Getúlio Vargas. *A missão social do jornalismo brasileiro*. 16 de julho de 1936. p. 174-175. Disponível em:

Embora Vargas tenha denominado por “espírito público receptivo”, trata-se aqui, exatamente do que Lippmann convencionou chamar por “pseudo-ambiente”. É nesse pseudo-ambiente que afirmou o autor acontecer, de forma mais aguda e imediata a reação ao que lhe é ofertado em termos de propaganda. Embora não seja possível afirmar aqui se Vargas tinha ou não conhecimento da teoria exposta na obra de Walter Lippmann, a afirmação “desperte também o sentimento de reação ao comunismo e o desejo de colaborar com o governo nas medidas de repressão” aproxima teoria e prática ainda, que fossem elas estranhas entre si. Evidencia-se também o desejo do regime em sobrepor a opinião pública pelo oficial, ou seja, a pública pela publicada.

Ao finalizar o encontro com Vargas, o advogado e jornalista, Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, (1931-1965) deixou claro o interesse dos seus associados em participar do projeto do regime. Suas palavras foram diretas ao afirmar que, esse “encontro entre jornalismo e o governo para o bem comum, não só é possível como desejado”,³⁵¹ demonstrando o interesse de ambas as partes nessa relação.

A relevância dada à mídia neste caso pode ser entendida pela sua possibilidade em mediar a narrativa do político. A sociedade brasileira excedia aquela sociedade tribal descrita por Lippmann, onde todos tem pleno acesso a todos os fatos e informações e, nesse caso, o acesso do público a um determinado discurso, em grande medida, dependia de sua veiculação pela imprensa. Como salientou Murray Edelman, essa veiculação é elemento de relevância na narrativa política e tem como característica possibilitar “a criação de sentido: a construção de crenças sobre o significado de eventos, de problemas, de crises, de mudanças políticas”.³⁵²

A busca do regime Vargas pelo apoio da imprensa tinha objetivo certo. Interessava ao governo, desde os momentos seguintes à revolução, o arresto de qualquer mobilização saudosista do regime anterior e, principalmente, defender-se dos movimentos opositores. O passo seguinte à promoção desse embargo era o arregimento do apoio da população ao seu projeto político, e é nesse sentido que a mídia se mostrava um aliado de peso. Como enfatiza Capelato, a importância da propaganda política é estratégica em qualquer regime,

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/04.pdf/view>. Acesso em 13 de jan. de 2022.

³⁵¹ Ibidem.

³⁵² EDELMAN, J. Murray. 1985. Op. cit., p. 10.

e quanto maior o domínio – ou o apoio – dos meios de comunicação, maior a importância desse fenômeno.³⁵³

Claude Lefort afirma que a propaganda cria uma imagem totalitária do que não é total, ou seja, ela cria uma espécie de verniz sobre a realidade, ocultando qualquer sinal de divisão ou conflito social, apresentando uma ideia irreal de unanimidade,³⁵⁴ e essa alucinação de unidade tem poder de atração sobre a maioria dos homens. Segundo Jean Marie Domenach, a propaganda reafirma essa tendência, uma vez que artificialmente cria a ilusão do uno no imaginário coletivo,³⁵⁵ e é esse imaginário totalitário que por sua vez irá produzir as estruturas socioafetivas³⁵⁶ que responderão efetivamente aos estímulos da própria propaganda.

A relação entre Vargas e a imprensa evidenciava o que o regime esperava dela. Ainda antes dos atos revolucionários que levaram Vargas ao poder, na campanha da Aliança Liberal, os principais jornais brasileiros estiveram envolvidos, e assim continuou no processo da revolução que impediu a posse de Júlio Prestes.³⁵⁷ Chateaubriand, um dos principais homens da imprensa no período, e com quem Vargas admitiu discutir política, foi um dos principais “fiadores” do concerto entre gaúchos e mineiros que deu origem a chapa Getúlio-João Pessoa, concorrentes à presidência pela Aliança Liberal. A proximidade entre Chateaubriand e o governador mineiro, Antonio Carlos de Andrada, pavimentou o caminho para essa articulação, e o fato de transformar seus jornais em uma espécie de tribuna para o combate das postulações de Júlio Prestes, possibilitou a Chateaubriand promover algumas “exortações” ao próprio Vargas a fim de forçá-lo a aceitar o acordo com os mineiros.³⁵⁸

A chegada de Vargas ao poder garantiu auxílio e poder aos meios que o apoiaram, entretanto, o recado aos seus opositores na imprensa foi claro e contundente. O regime passou a exercer pressão sobre os veículos de imprensa em geral. O principal “recado”

³⁵³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. 1997. Op. Cit., p. 210.

³⁵⁴ LEFORT, Claude. *A Invenção democrática*. Os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

³⁵⁵ DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. 2 Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

³⁵⁶ ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'âge d'homme, 1983.

³⁵⁷ MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica. A Imprensa e a radiodifusão no primeiro Governo Vargas: entre dinamismo e controle. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.). *A era Vargas: 1930-1945*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 19-50.

³⁵⁸ Ibidem. p. 26.

chegava por meio de agressões a jornalistas, invasões e depredações.³⁵⁹ Fato era que Vargas relutava em lidar com uma crítica aberta dos jornais, mesmo que elas fossem advindas daqueles que outrora o tivessem apoiado, característica que marcou seu comportamento, em maior ou menor grau, durante todo o seu governo.³⁶⁰

Através dessa relação com a imprensa, que se dividia entre apoio e perseguição, o regime Vargas buscou consolidar no imaginário coletivo sua própria narrativa. A mesma propaganda, que disseminava os perigos do comunismo, contrapunha-os com uma gama de símbolos e valores apresentados como nacionais e colocava o regime na posição de defensor do segundo e combatente do primeiro. Em reunião com Chateaubriand, como apontou Vargas em seu diário, buscou-se meios para uma reação conservadora contra o que foi denominado por “campanhas extremistas”.³⁶¹ Menos de um mês após esse encontro, em reunião com outros setores da sociedade, descritos como “alheios à política”, Vargas tentou arregimentar industriais, comerciantes e banqueiros que, segundo ele, formavam uma parada de forças conservadoras que congregavam em apoio ao governo no combate ao comunismo.³⁶²

Entretanto, esses mesmos setores eram vistos pela imprensa como pouco engajados na luta contra o comunismo, e tal comportamento era classificado como “crime de indiferença”,³⁶³ ou como preferiu antes *A Cruz*, “sinistras igualdades”. “Iguais aos comunistas os que confundem a paz com o comodismo, e a caridade para com Deus com a tolerância para com o diabo”.³⁶⁴ Dentro do campo da imprensa, mesmos os críticos do regime mantinham comunhão com o combate ao comunismo, fato que no imaginário coletivo conferia legitimidade à narrativa do perigo comunista. Dá conta desse fato o encontro entre Vargas e o jornalista Paulo Bitencourt que, mesmo sendo crítico contundente do regime, oferece apoio no combate do governo ao comunismo.³⁶⁵

³⁵⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. 1999. Op. cit., p. 87.

³⁶⁰ LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luzia. (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149 a 175. Um debate entre deputados sobre a invasão de redações e apreensão de materiais jornalísticos, comandados pelo Ministério da Justiça, citando nominalmente *O Imparcial*, *A Batalha*, e *Vanguarda*, dá uma clara ideia desses acontecimentos. Cf. Diário do Poder Legislativo. 06 de mar. de 1937, p. 27211.

³⁶¹ VARGAS, Getúlio. 1995. vol. 1 p. 398.

³⁶² Ibidem. p. 403.

³⁶³ *O Estado de Minas*. 10 de setembro de 1936. p. 2.

³⁶⁴ FILHO, Mauricéa. Sinistras Igualdades. *A Cruz*. Rio de Janeiro: 17 de mar. de 1935, p. 3.

³⁶⁵ VARGAS, Getúlio. 1995. vol. 1 p. 455.

Quanto ao modo de se empreender tal combate, seria a própria propaganda do regime sobre os eventos comunistas e suas ações, o norte. Como recomendado em circular interna, sob o título “A Insurreição” em referência aos eventos sediciosos de novembro de 1935, recomendava-se; “é preciso ter sempre em vista que toda ação exige uma reação, se não mais violenta, pelo menos igual. Estudemos, portanto as ações dos comunistas para reagir à altura”.³⁶⁶ Contra esses, na propaganda anticomunista, pesavam alegações de semearem o mal pelo mundo,³⁶⁷ serem corruptores, aviltantes, subversores da ordem social, da justiça e da moral, sanguinários, deturpadores do sentimento de bondade e humanidade, com o puro intuito de realizar seu ideal, que consiste em saquear, incendiar e matar.³⁶⁸ Essa era a narrativa oficial da propaganda anticomunista na tentativa de sedimentar na opinião pública o “comunismo” que o regime desejava, tal como a necessidade e a forma de combatê-lo.

A imprensa cumpriu seu papel. A ideia de que os comunistas deveriam ser tratados com a proporcional medida de seus atos foi alardeada. Alguns exemplos ilustrativos dessa narrativa podem ser observados nas posições de alguns jornais. Para o *Estado de Minas*; “a reação deve[ria] estar à altura da agressão. Os extremistas que são partidários do terror e da força, não têm do que se queixar por serem tratados com dureza”.³⁶⁹ O uso da força, e não de medidas jurídicas, era perfeitamente justificável, dado a gravidade do momento, sendo esse talvez o único meio que os comunistas entendessem, foi o que defendeu *O Jornal*.³⁷⁰ Essa narrativa que fundamentava a propaganda anticomunista evidencia, pelo menos em parte, o motivo da necessidade em apresentar o comunismo como criminoso, bárbaro e perigoso. “Quanto mais feio o inimigo, menor a piedade”,³⁷¹ e assim a opinião pública foi sendo enxertada pela opinião do regime, ou seja, a opinião publicada.

³⁶⁶ Fundo Góes Monteiro, Arquivo Nacional. Código de Referência: BR_RJANRIO_SA_0_PIT_TDV_0663_m0001de0001.

³⁶⁷ *O Diário*, 07 de jun. de 1935. p. 2.

³⁶⁸ FUJOL, Sebastião. As tendencias malignas do comunismo. *Jornal O Diário*, 1936. p. 4. O autor, Sebastião Fujol, era padre Claretiano, ordenado em 1912 na Espanha, sua terra natal em 1912, no ano seguinte foi enviado ao Brasil, tendo passagem como sacerdote por Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, após 1945 foi enviado para o Peru e Bolívia. Fujol produziu efusivos discursos anticomunistas, alguns transformados em artigos de jornais.

³⁶⁹ *Estado de Minas*, 08 de dezembro de 1935, p. 2.

³⁷⁰ CHATEAUBRIAND, Assis. Questão de força, *O Jornal*. Rio de Janeiro. 15 de dez. de 1935. p. 2.

³⁷¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020 op. cit., p. 221.

O historiador Rodrigo P. Sá Motta comenta que o papel da imprensa teve dupla relevância no combate ao comunismo. Ao mesmo tempo que o governo reclamava a participação da imprensa na disseminação dos perigos do comunismo, era importante para o próprio regime ser sempre alertado do seu “dever” em combater esse mal.³⁷²

Contanto, seria demasiado simples a suposição de que toda a manifestação da opinião pública tenha sido exclusivamente um reflexo da propaganda anticomunista veiculada pela imprensa e por discursos oficiais. Embora seja verdadeira essa assertiva, também é verdade que os meios de imprensa sofreram influência e passaram a repercutir a antipatia ao comunismo de alguns setores da sociedade. Esse consórcio de opiniões está na base e é o sustentáculo das atividades e atitudes político/repressivas do Estado, pressionando-o a não retroceder nas ações contra os insurgentes comunistas.

Nesse sentido são os apontamentos de Vargas em seu diário, pouco mais de dez dias após os movimentos revolucionários de novembro de 1935: “Continua a pressão [...] da população civil para um castigo exemplar aos rebeldes”³⁷³, voltando a comentar três dias depois que “Já se nota uma certa impaciência da opinião pública, através da imprensa, pela demora na punição aos culpados”.³⁷⁴ Essa impaciência da imprensa era expressa por meio de textos diretos e opinativos, como esse: “O governo não deve nem precisa esperar que o Poder Legislativo lhe dê armas para castigar os autores da mashorca de 27 de novembro. Só o fará se estiver no propósito de protelar sua ação repressora[...]”.³⁷⁵

Orlando de Barros observa que foram os eventos revolucionários de 1935 que deram a Vargas a “oportunidade de iniciar uma operação paulatina e paciente para enfeixar em suas mãos [...] o controle da opinião pública”.³⁷⁶ Embora a propaganda anticomunista antecederesse 1935, indiscutivelmente após os eventos ocorridos nesse ano ela ganha corpo e se estrutura, e os *meios* adquirem, sem dúvidas, papel de destaque. A partir de 1935, cada vez mais a imprensa passa a representar um ponto de “encontro”, de

³⁷² Ibidem.

³⁷³ VARGAS, Getúlio. 1995. p. 449.

³⁷⁴ Ibidem, p. 450.

³⁷⁵ *Correio da Manhã*. 06 de dez. de 1935, p. 3. *O Estado de São Paulo*. 07 de dez. de 1935, p. 13.

³⁷⁶ BARROS, Orlando de. Os incontaminados contra as toxinas letais do vírus fascista: a imprensa oposicionista nos últimos meses do DIP. In: FONSECA, Silvia C; CORRÊA, Maria Letícia (org.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2009, p. 230.

afluência de opiniões anticomunistas de diversos setores da sociedade e do regime. Entretanto, há que se considerar que o papel da imprensa foi além de uma simples propagandeadora do anticomunismo. Esse setor se apresentou como um agente ativo, autônomo e capaz de influir no debate político e influenciar no curso dos eventos e das circunstâncias.

As expectativas mútuas entre regime e imprensa convergiam no estado de interesse. Para o regime, a imprensa tinha papel fundamental na reeducação do povo, secundando a ação da Comissão Superintendente de Estado de Guerra. Nas palavras do General Newton Cavalcanti, “nas escolas e nos centros de estudos é que a imprensa deverá exercer com intensidade a catequese da população, ao mesmo tempo que combatendo o marxismo, também exaltar as instituições nacionais e o regime sob o qual temos vivido”.³⁷⁷ A imprensa por sua vez fazia coro, defendendo a necessidade de se abrir um campo de ação nos ambientes de ensino para desenvolver no Brasil “com maior urgência uma verdadeira mentalidade anticomunista”,³⁷⁸ em especial, no ensino superior.³⁷⁹

A relação da sociedade com a imprensa é um ponto crítico, o que leva ao entendimento comum do papel de “educadora” exercido por essa. Lippmann comenta que essa relação é unidirecional e casual, e caracteriza uma anomalia das sociedades, em especial porque se trata da utilização de uma medida ética para a imprensa diferente da usada para qualquer outro segmento da sociedade. “eticamente, um jornal é julgado como se fosse uma igreja ou uma escola”,³⁸⁰ sendo isso resultado direto da confusão entre notícia e verdade, amplamente difundido nos meios sociais.³⁸¹

O afinco dos meios de imprensa, em especial dos jornais, foi item fundamental para a sedimentação no imaginário coletivo do “perigo comunista”. As manchetes de jornais foram fundamentais para “carimbar” nesse imaginário a representação acerca dos insurretos como sendo criaturas más e perigosas, violentas. A fim de oferecer relevo ao

³⁷⁷ *O Imparcial*. 29 de outubro de 1937, p. 1.

³⁷⁸ *O Estado de São Paulo*. 26 de março de 1936. p. 3.

³⁷⁹ GODOI, Edgar de. Campanha anticomunista nas escolas superiores. *O Diário*, 01 de janeiro de 1936. p. 13. Seu nome completo era Edgar de Godoi da Mata Machado, foi membro fundador de *O Diário* periódico católico em Belo Horizonte, no ano de 1934, onde atuou até 1944. Posteriormente foi colaborador de outros grandes jornais do país.

³⁸⁰ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 276.

³⁸¹ *Ibidem*. p. 304.

tema, e garantir a eficiência da campanha, os *meios* mais dedicados tomaram por estratégia a manutenção da evidência, assim dedicavam-se quase que diariamente à matéria crítica ao comunismo. Buscou-se, por esse meio, a fixação do assunto – e do que ele deveria representar, ou seja, “um perigo iminente” – no imaginário popular e nos assuntos do dia a dia, e assim obter fortuna para a mensagem pretendida. É representativo nesse sentido um editorial de *O Estado de São Paulo* sobre a memória acerca dos eventos revolucionários de 1935. Nele, a opinião do editorialista era direta: “Esse horror precisa ser cultivado no coração dos brasileiros com o maior carinho”.³⁸²

3.2 Opinião pública: a transferência de interesse

Tem que haver uma manifestação. O curso dos eventos precisa assumir certa forma definitiva, e até que esteja numa fase onde algum aspecto é um fato realizado as notícias não se separam do oceano da verdade possível.

*Walter Lippmann*³⁸³

Embora toda a narrativa de iminente ameaça em relação aos levantes de 1935, esses movimentos insurrecionais constituíram verdadeira dádiva para Vargas e sua trajetória política. Ainda que a propaganda anticomunista fosse uma realidade em períodos anteriores, “foi a partir desses eventos que o talento de Vargas como grande manipulador apareceu verdadeiramente”.³⁸⁴ A partir desses acontecimentos a figura do presidente passa a ser vista como a figura do líder que conseguiu evitar a revolução e, por consequência, a degeneração da ordem. Líderes políticos, antes críticos, começaram a reformular a forma com que encaravam o chefe do governo, emprestando-lhe prestígio e reconhecimento.³⁸⁵ *O Jornal* teceu elogios a Vargas, alegando que sua postura e coragem

³⁸² *O Estado de São Paulo*. Apud Motta, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit. p. 184.

³⁸³ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 290.

³⁸⁴ RODRIGO, Patto Sá Motta. 2020. Op. cit., p. 219.

³⁸⁵ VARGAS, Getúlio. 1995. v I Op. cit., p. 447.

demonstradas eram credenciais de um grande líder, e aumentava o prestígio do governo na luta contra o comunismo.³⁸⁶

Até os levantes levados a cabo em 1935, o comunismo, embora apresentado como uma ameaça real, era no Brasil, pelo menos para a percepção popular, um assunto que existia na narrativa, mas não se apresentava na realidade concreta. Após esses eventos, tal fenômeno salta das páginas e manchetes dos jornais, dos discursos inflamados dos políticos para a existência prática e, logo, tornava-se uma ameaça real.

Contanto, é importante destacar que o nível de percepção ou a plausibilidade dessa cominação “vermelha” estava intimamente ligada à posição do indivíduo ou determinado grupo dentro da sociedade. Embora na propaganda anticomunista já estruturada anteriormente a ameaça estivesse sempre ligada a uma moral, uma ética nacional, fosse ela cívica ou religiosa³⁸⁷ – em vários momentos não havia distinção entre tais valores –, o temor e a reação nos grupos detentores de algum tipo de poder às tentativas revolucionárias foram imediatos, enquanto em outros, mais tardios. Tais grupos, ou setores da sociedade, como salientado por Vargas ainda antes das revoltas de 1935, formavam uma congregação de apoio ao regime, em especial no combate ao comunismo.

A ocorrência dos atos revoltosos em solo brasileiro, podendo então ser visto e sentido, independente de um possível exagero nas narrativas, amedrontou esses grupos. Esse fato reconfigurou a posição desses setores em relação ao regime, levando-os para, além o empréstimo de apoio, transformando-os em grupos de pressão³⁸⁸ em relação as medidas a serem tomadas contra os comunistas. Empresários, banqueiros, comerciantes, a Igreja, entre outros, compunham estes grupos. Embora dentre esses os interesses fossem distintos, os levantes comunistas era um inimigo comum.

³⁸⁶ *O Jornal*. 28 de novembro de 1935. p. 2. Portanto, um dia após os eventos ocorridos no Rio de Janeiro, que tiveram início com os acontecimentos de Natal 23 e Recife 24 de novembro de 1935.

³⁸⁷ A esse fenômeno, que é resultado dos conturbados parágrafos da propaganda, Lippmann se refere como invocadores da alma e do espírito nacional. Para ele, é essa alma nacional que irá submeter, ou impor a ordem sobre a opinião casual. Argumenta o autor, que essa “superalma” parece ser necessária para as emoções e ideias dos indivíduos não revelarem coisas ou eventos comuns e rotineiros, levando assim esses mesmos indivíduos a aceitarem a fórmula – contida na propaganda – como a manifestação verdadeira de sua própria opinião pública. Cf. LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 180.

³⁸⁸ Para Schwartzberg, um grupo de pressão, na realidade é um grupo de interesse que por determinado assunto ou ameaça passa a exercer pressão, ou empreender ação com finalidade de influenciar comportamentos e/ou decisões do poder público. Tal influência na maioria das vezes tem por finalidade a proteção de interesses postos em riscos ante a ameaça de intervenção de outros grupos ou mesmo do próprio poder político. Cf. SCHWARTZENBERG, R-Gérard. *Sociologia política: elementos de Ciência Política*. São Paulo: Difel, 1979.

A exigência de medidas “mais efetivas” contra os comunistas era ecoada através da imprensa, que de maneira especial, a partir de 1935 passou a servir de “ponto de convergência para diversos setores da opinião anticomunista”,³⁸⁹ ao mesmo tempo que se comportava como um agente ativo e interventor, com “força de pressão autônoma, influenciando nos rumos tomados pelos acontecimentos”.³⁹⁰ Aí tem-se um ponto de virada. É a partir desse momento, em que os meios de imprensa passam a um tema comum, contido em uma narrativa baseada discursivamente em códigos como lei, ordem, justiça, humanidade *etc.*, que se abre a possibilidade para amalgamar as emoções de diferentes facções que compõem a sociedade. Dada essa coalisão em torno de símbolos comuns, “os sentimentos fluem em direção à conformidade sob o símbolo, ao invés de irem à direção de um exame crítico das medidas”,³⁹¹ convertendo ou promovendo, a partir de tal arregimento do imaginário coletivo, a transferência dos interesses.

Convergidos os interesses, a imprensa cumpria seu papel em frente tripla: representar os interesses dos setores sociais – onde ela própria estava inclusa –, promover o convencimento das demais camadas da sociedade e pressionar o governo pela repressão aos “disseminadores do caos”. Afinal, como asserta o historiador Thiago Mourelle, “propaganda e convencimento andavam de mãos dadas com a repressão”.³⁹²

Eis aqui um ponto fundamental, a promoção do convencimento. Através dele é que o regime e os setores sociais diretamente ameaçados por uma possível modificação do poder vigente transferiam seus interesses aos demais extratos da sociedade. Por meio da propaganda, o comunismo deveria ser apresentado como um iminente perigo, não ao poder constituído, ou aos privilégios de determinados grupos, mas sim ao próprio sentido da vida, transformando assim o interesse de combate a tais ideias num objetivo comum. Embora essa prédica tenha se fortalecido e se transformado em capital político nos discursos do novo regime, ela já se fazia presente mesmo antes da chegada de Vargas ao poder, como mostra esse trecho do jornal *O paiz*:

³⁸⁹ MOTTA Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 234.

³⁹⁰ Ibidem.

³⁹¹ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 187.

³⁹² MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.). *A era Vargas: 1930-1945*. Vol. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 246.

O comunismo é o roubo da propriedade, a dissolução da família, a servidão do povo, a destruição da Pátria. Não há religião, não há lar, não há nação dentro dos princípios, das doutrinas e das práticas do bolchevismo. A ideia de Deus desaparece. A ideia de Pátria não existe. A ideia de propriedade é um crime. A ideia de família é uma desonra. A ideia de liberdade é um crime.³⁹³

Como destacado no recorte acima, o objetivo era promover a significação do comunismo como algo que fosse uma ameaça ao que se tinha como noção da própria existência humana, ou de sua natureza. O comunista era apresentado como um ser que ia contra princípios supostos como naturais e inquestionáveis, portanto, um cidadão considerado fora da trajetória social “normal”.³⁹⁴ Para além da repressão aos envolvidos diretamente com os atos revoltosos, o regime aproveitou o suporte da propaganda e colocou no bojo do comunismo qualquer que se opusesse a ele. A reclamação dos deputados opositoristas era de que os ataques eram livres, mas a defesa proibida,³⁹⁵ e que o assunto fugia da ordem política e entrava na ordem criminal, como afirmou o deputado Antonio A. Covello.³⁹⁶

O deputado Covello, quando se discutia a LSN na Câmara, foi enfático em afirmar que o regime utilizava da punição aos que “tentaram subverter a ordem” para calar o pensamento crítico, e a livre circulação de ideias, ou qualquer outra manifestação política que “ofendesse” o regime.³⁹⁷ A afirmação de Covello foi corroborada por seu colega, deputado Acyr Medeiros (Partido Proletário-RJ), que ponderou: “a subversão da ordem, aliás, é feita pela própria polícia política da situação, a qual, diariamente, está a matar operários por manifestarem seu pensamento, o que lhes é garantido pela constituição”.³⁹⁸

³⁹³ Jornal *O paiz*. 30 de maio de 1930. p. 1. A relação do citado jornal com o poder foi no mínimo conturbada. Apesar de existirem opiniões convergentes, como a acima citada, acabou tendo seu “enterro” organizado pelo mesmo algoz da Primeira República, a revolução de 30. Acusado de ser um jornal totalmente submisso à estrutura do poder do regime anterior, especialmente por ataques irrestritos a formação da Aliança Liberal, organização política que levou Vargas ao poder. Teve sua sede invadida, depredada, saqueada e incendiada logo após a vitória da revolução. Curiosamente, um de seus últimos redatores chefe, Azevedo Amaral, foi um dos intelectuais que estiveram na base ideológica do regime Vargas. Cf. SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996; BRASIL, Bruno. *O Paiz*. *Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

³⁹⁴ MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. 1998. Op. cit., p. 48.

³⁹⁵ MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., p. 257.

³⁹⁶ COVELO, Antonio Augusto. 1935. Op. cit., p. 56.

³⁹⁷ *Ibidem*.

³⁹⁸ *Ibidem*. p. 57.

Como comenta Thiago Mourelle, Vargas era suficientemente “convencido da eficácia da propaganda e da repressão [...]. A estratégia era alimentar a imprensa com notícias da ameaça comunista e, assim justificar a violência policial nas ruas”.³⁹⁹ O deputado paraense Luís Martins e Silva⁴⁰⁰ afirmou que o regime tinha como propósito espalhar o medo e, contava com o auxílio de verdadeiros “caçadores de oportunidades”, que buscavam conseguir “prestígio a custas do sacrifício alheio. [...] Há uma verdadeira porfia nas denúncias e afirmações mentirosas”.⁴⁰¹

O deputado afirma em sua fala que o que se via não era um simples combate ao comunismo. Ao reclamar da falta de acesso ao próprio presidente, ou ainda, de espaço na mídia onde pudesse se defender de acusações, alegou estar “sentindo que anda por aí o dedo de algum gigante, [...] esse gigante quer me ver incompatibilizado com as classes, sob esse falso pretexto comunista”,⁴⁰² explicável, segundo o deputado, pelo seu combate a propaganda ideológica do regime, dentro do Ministério do Trabalho enquanto líder sindical no Norte e no Nordeste.

Essa “falta” de espaço nas mídias para as críticas, ou para os opositores do regime, foi tema de reclamação alguns dias depois, em fala pronunciada pelo deputado Otávio Mangabeira (Partido Republicano da Bahia-BA). Ao citar uma entrevista ao *O Globo*, vetada pela censura, afirma que a situação que estava sendo criada “para os adversários do governo, sejam eles extremistas ou não, é em última análise a seguinte: podem ser atacados à vontade. Não o proíbe a censura. O que, porém, não podem, é defender-se. Isso a censura proíbe”.⁴⁰³ Para o deputado João Neves da Fontoura (Partido Republicano Riograndense-RS), líder das minorias coligadas, a censura policial buscava “truncar [...] as comunicações que os deputados fazem à nação por intermédio da imprensa”, e ainda

³⁹⁹ MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., p. 257.

⁴⁰⁰ LUÍS Martins e Silva era jornalista e líder sindical, estudante de medicina no Pará e no Rio de Janeiro, entretanto não concluiu o curso. Foi deputado constituinte, onde representou os empregados do livro e jornal. Elegeu-se deputado federal pelo Pará em 1934, cargo que ocupou até 1937. Em 1937 fundou do Partido Social Democrático-PA. Cf. CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 1963. v. 2.

⁴⁰¹ Diário do Poder legislativo. 11 de dez. de 1935. p. 8.859.

⁴⁰² Ibidem.

⁴⁰³ Apud. MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., p. 257.

segundo Neves, os jornais estavam se enfileirando no “novo partido da oportunidade melancólica, o de oposição a oposição, partido muito mais cômodo do que o de oposição ao governo”.⁴⁰⁴

É importante observar que o objeto de todas essas reclamações por parte de deputados oposicionistas tinha objetivo claro; possibilitar uma narrativa única, e colocar o regime – o gigante, nas palavras do deputado Martins e Silva – como o grande defensor desse pleito. Manter a dualidade “nós e os outros” ou “bem e mal”, era o mote do regime para a manutenção do poder. Partindo da propaganda anticomunista, seguindo-se pela ação policial:

“o governo pretendia mostrar à sociedade que agia de forma dinâmica e eficiente para assegurar definitivamente a estabilidade social que toda a população, envolta pelo sonho totalitário, imaginava. Na realidade, este domínio totalitário era garantido justamente pela instabilidade que o exercício do poder garantia”⁴⁰⁵

Diante do perigo comunista exposto pela propaganda nas muitas manchetes diárias, no imaginário coletivo foi sendo fixado do grande desejo do governo e aliados, que essa era uma luta de toda a sociedade, e não somente do poder político. Dessa forma o regime disseminava as bases do que temer ao mesmo tempo que orientava a reação e esse perigo. Assim, buscando organizar a experiência coletiva acerca desse assunto mantinha no foco seu objetivo, que era de determinar os resultados dessa luta em três dimensões; física, da narrativa, principalmente na simbólica. Referente a esse tema, asserta Lippmann, “o homem tem o instinto do medo, mas o que ele temerá e como tentará escapar é determinado [...] pela experiência”.⁴⁰⁶ Assim, o regime buscou seduzir mentes e corações ao seu projeto, fazendo e refazendo a significação do comunismo, elemento fundamental para a aglutinação social, bem como para evitar contestações ao próprio regime. Como bem colocou Elizabeth Cancelli: “o comunismo mantinha acesa uma chama importante para a manutenção do poder” por Getúlio Vargas e seu grupo.⁴⁰⁷

⁴⁰⁴ Diário do Poder legislativo. 21 de dez. de 1935. p. 1.496.

⁴⁰⁵ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit., p. 37.

⁴⁰⁶ LIPPIMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 172.

⁴⁰⁷ CANCELLI, Elizabeth. 1994 Op. cit., p. 92.

3.2.1 Depois da propaganda, a recompensa

Os dominados possuem fortes incentivos para adotar um discurso público de aceitação das hierarquias estabelecidas, ainda que ele não corresponda às suas convicções íntimas.

*James C. Scot*⁴⁰⁸

Vargas, no decorrer de todo o seu tempo de governo, viabilizou através de seus múltiplos mecanismos de propaganda o engajamento de parte substancial da sociedade no que era visto como uma campanha cívica para a construção de um novo país. Muito estimulada pela propaganda anticomunista, a denúncia era uma forma de inserção popular nessa campanha. “Entregar à polícia um comunista significava um ato de bravura”.⁴⁰⁹

Essa questão foi apontada na Câmara pelo deputado Martins e Silva. “Todo mundo quer ter o prazer e a glória de denunciar um comunista; é a coqueluche do momento”.⁴¹⁰ No que tange a essas denúncias, um ponto especialmente, merece destaque: trata-se da possibilidade dessas denúncias serem feitas diretamente ao gabinete da presidência da República.⁴¹¹ Tal fato, em essência, conferia peso e representação diferenciada de uma “simples” denúncia à própria força policial, pois representava a comunicação direta entre representados e representante.

É o caso de Deoclécio Borges, que escreveu a Vargas afirmando ter informações sobre células comunistas em formação. O remetente, embora se dissesse cego e paralítico, bem como não sair de casa, afirmava ter informações importantes para fornecer ao governo. Dizendo-se “profundamente contra o comunismo e, portanto, à Aliança

⁴⁰⁸ SCOT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven, Yale University Press. 1990, p. 9.

⁴⁰⁹ CANCELLI, Elizabeth. 1994 Op. cit., p. 93.

⁴¹⁰ MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., p. 258.

⁴¹¹ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit., p. 93.

Nacional Libertadora”, afirmava exercer vigilância e sindicância junto a civis e militares, a fim de conhecer as ideias de patriotismo e lealdade para com o governo da Nação.⁴¹²

Um cidadão chamado Luiz Paim também enviou carta ao presidente, denunciando o que ele descreveu como “judeus endinheirados”, que tentavam subornar autoridades. Esses judeus, citados como Kurt Adler e Ernest Herz, seriam comunistas, e teriam entrado no Brasil por Ponta Porã, com autorização de um tenente, também de origem alemã, Júlio Han.⁴¹³ Considerando que nenhum dos dois casos mencionados tiveram comprovadas suas denúncias, há que se levar em conta aquela “coqueluche” a que se referiu o deputado Martins e Silva, ou seja, de alguma forma, mesmo os cidadãos comuns queriam entrar no “jogo”.

Realizar uma denúncia era uma forma participar do “projeto” do regime, tomar um lado na disputa, sem efetivamente se comprometer, todavia, muitos casos iam além. Não foram raros os casos de ofertas para participar diretamente na pugna contra as ideologias exóticas alardeadas pela propaganda anticomunista.⁴¹⁴ É o caso de um tal Manoel Augusto Fernandes, que afirmava ter anteriormente sido militar. O remetente se dizia preocupado com o levante comunista, “por conhecer as mazelas dos agentes de Moscou”. Por fim se ofereceu para voltar ao serviço militar e assim poder colaborar na luta contra o comunismo ou qualquer outra adversidade que venha se levantar contra as instituições republicanas.⁴¹⁵

Uma moradora do bairro da Tijuca – cidade do Rio de Janeiro –, Sebastiana Penteado, ofereceu seu filho de 18 anos aos cuidados de Vargas, afirmando ter ele “vocação para o exército”, o que em suas palavras poderia ser útil à nação no combate ao

⁴¹² Carta de Deoclécio Borges: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40. O remetente solicitava uma audiência com Vargas, o que lhe foi negado. Convocado a comparecer ao Estado Maior do Exército para prestar esclarecimento, respondeu com a impossibilidade de sair de casa, sugerindo o envio de um oficial a sua casa. Feito isso, o remetente disse preferir não prestar as informações para não comprometer amigos. As conclusões do oficial, foi que suas declarações eram vagas e não pareciam suporta-se em bases sólidas.

⁴¹³ Carta de Luiz Paim. Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40. O assunto foi encerrado pelo Ministério da Guerra, sob alegação de se tratar de “interesse subalterno” movido por descontentamentos do denunciante. O comandante da 9ª de região de Ponta Porã, Pompeu Cavalcante encerrou; “a denúncia não tem nenhum fundamento, e o seu autor não inspira absolutamente confiança”.

⁴¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 223.

⁴¹⁵ Carta de Manoel Augusto Fernandes: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40. A oferta foi rejeitada.

extremismo que “abalou” o Brasil.⁴¹⁶ Acrescenta-se ainda outro caso, o de Milton Pereira de Macedo, ex-cadete, detido por supostamente “estar envolvido com os movimentos subversivos”, pediu indulto pelos atos, bem como justifica o pedido de perdão com a possibilidade de, por conhecer os elementos subversivos, poder efetivamente combatê-los.⁴¹⁷

Assim multiplicavam-se as cartas com pedidos e ofertas. Um homem chamado Newton Lemos escreveu afirmando que sonhava em ser militar. Afirmou que não tinha quem o ajudasse, e pediu a Vargas que fosse seu pistolão [sic]. Por ser admirador do presidente, a quem se refere como homem de grande capacidade, justifica-se dizendo que como militar seria um defensor da pátria.⁴¹⁸ Em outra correspondência, a senhora Pinho de Almeida solicitou a Vargas uma matrícula na escola militar para seu filho. Ela sustentou que o sonho do jovem era servir à pátria e assim poder combater o mal que aflige nosso país, o mal da violência estrangeira.⁴¹⁹ Já José Sales Dias, em carta intitulada *Tudo Pelo Brasil*, também queria matrícula em colégio militar, para dois de seus quatro filhos. Afirmou que reconhecia a atenção de Vargas a esse tipo de ensino, que seria a base da “construção de uma raça forte, sadia e progressista”. Parabenizou Vargas pelas “ações tomadas nesta hora difícil e delicada que atravessavam as nações” e disse que “o Brasil não necessita de importar ideologias, sejam elas quais forem”.⁴²⁰

Essa comunicação, pretensamente direta entre a base e o topo, atende à objetivos diversos. Seu significado ia muito além de “combate ao inimigo vermelho”. Para os governados – ou dominados – a busca por um intercessor que seja capaz de agir em seu favor nas esferas do poder, confere o sentimento de participes do próprio poder, enquanto

⁴¹⁶ Carta de Sebastiana Penteado: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 115. Nesta carta, a remetente também solicita a Vargas uma permissão para se casar novamente, uma vez que estava separada a muitos anos, mas não existia lei que atendesse a sua situação.

⁴¹⁷ Carta de Milton Pereira de Macedo: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁴¹⁸ Carta de Newton de Lemos: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁴¹⁹ Carta de Senhora Pinho de Almeida: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁴²⁰ Carta de José Sales Dias: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

para os governantes tem efeito de legitimação do poder que exercem.⁴²¹ Dizer isso de forma mais simplificada talvez seja simplesmente pronunciar o próprio *slogan* do Estado Novo; *não existem mais intermediários entre o governo e o povo*.⁴²²

A propósito, após o “golpe magistral”⁴²³ do Estado Novo esse *slogan* passa a ser uma espécie de *anima textus* para as cartas enviadas ao presidente. Como exemplo, tomamos a carta do cidadão Lauro de Paiva, assim iniciada: “Solicito-vos permissão para dirigir o presente que faço, [...] não obstante tardes [sic] declarado através do microfone nacional de que o povo brasileiro não necessita mais de intermediários para dirigir-se ao chefe do governo”.⁴²⁴ Essa ideia de que não havia mais intermediários, tomada como possível até para os atos mais corriqueiros, como uma matrícula numa escola militar ou ingresso no exército, ainda que não fossem atendidos os anseios dos remetentes, certamente atendia os do regime, que era sua legitimação perante os governados.

Legitimar o regime era, talvez, o principal sentido da propaganda anticomunista, embora como o próprio termo indica, o combate ao comunismo compusesse seu “pano de fundo”. Por mais dicotômico que isso possa parecer, pelo fato do primeiro governo Vargas ter sido na maior parte do tempo uma ditadura,⁴²⁵ e mesmo quando não o foi, se

⁴²¹ MIGUEL, Luis Felipe. O Representante Como Protetor: Incursões na representação política “vista de baixo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 44. DOI: 10.1590/S0102-69092012000200003. Acesso em: 26 mar. 2022.

⁴²² REIS, José Roberto Franco. “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo*”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). 2002. 243f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2002.

⁴²³ A expressão foi retirada da carta de Steliano da Costa Homem – anteriormente citada. Foi a forma em que o remetente usou para se referir à instauração do Estado Novo e a outorga da Constituição de 1937.

⁴²⁴ Carta de Lauro de Paiva: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 197.

⁴²⁵ Embora a historiografia brasileira, tenha voz quase unanime em denominar o período entre a chegada de Vargas ao poder e a outorga da constituição de 1934 como *governo provisório*, o próprio Vargas não o fez. Já em 1935, referindo-se ao período anterior a constituição, e dessa reclamando, se autointitula ditador. VARGAS, Getúlio. 1995. v I. Op. cit., p. 362. A reclamação de Vargas era sobre a impossibilidade de recusa para um aumento aos militares, devido os limites impostos pela constituição, o que seria no mínimo contraditório, se o interesse do regime fosse realmente combater o comunismo. No relatório da 7ª região militar para o ano de 1935, esse aumento aparece como uma ferramenta, talvez a mais importante para o combate as ideias subversivas. Para o Gal. Manoel Rabelo, que assina o documento, em um ambiente de necessidades, “todas as ideias subversivas proliferam, porque, para quem sofre de fome, é sempre uma esperança mudar de miséria”. Para o comandante, os vencimentos militares eram a única forma de aliviar esses “mocambos”, os parentes dos próprios militares, que viviam nos arredores das cidades, portanto, dos quarteis: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 114.

manteve longe de qualquer preceito democrático e buscou afastar os “freios constitucionais”,⁴²⁶ manter a legitimação via apoio popular era uma das preocupações dos líderes do governo. Nesse sentido, a concepção da narrativa anticomunista se dava de modo a definir a representação pública do regime, a fim de legitimar seu poder. Na prédica do regime, a revolução de 1930 tal como o Estado Novo nada mais eram do que concretizações de uma ambição popular. É o que se pode observar na cartilha distribuída pelo regime Vargas nas escolas, onde se lia: “Getúlio Vargas é o chefe da nação pela vontade do povo brasileiro”.⁴²⁷

Uma vez que a própria narrativa oficial apresentava o regime como expressão da vontade popular e seu líder era um protetor do povo de onde emanava essa vontade, está posto o ponto de confluência para a troca de interesses. O regime se faz entender, ao mesmo tempo em que o povo se vê em condições de se dirigir diretamente ao líder. Tal líder passa então a ser enxergado como uma espécie de pai, de protetor, de juiz ou, até mesmo, um enviado divino. É o que dá conta o teor apelatório-encomiástico de algumas mensagens enviadas a Vargas por populares.

“Magistrado supremo do povo brasileiro”,⁴²⁸ “Vargas, de espírito altruísta, caridoso e democrata”,⁴²⁹ “amantíssimo pai”,⁴³⁰ “patrono dos oprimidos, que a pátria há muito ansiava”,⁴³¹ “muito digno, ilustre e estimado presidente, de inigualável e

⁴²⁶ Governo Constitucional, 1934-1937. Orlando de Barros comenta que, ainda que existisse uma constituição, Vargas logo tratou de romper as barreiras impostas por ela, subordinou o congresso, e conseguiu leis excepcionais. O regime se enrijecia cada vez mais, contando com o apoio quase irrestrito de grupos de direita, que conspiravam abertamente a favor de um golpe. Cf. BARROS, Orlando de. *O pai do futurismo no país do futuro: as viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. p.

⁴²⁷ Apud: CAPELATO, Maria Helena Rolim. 1998. Op. cit., p. 246.

⁴²⁸ Carta de Ernestina Custódio do Carmo: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁴²⁹ Carta de “Senhora Pinho de Almeida: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁴³⁰ Carta de Paulo Augusto do Santos: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 115.

⁴³¹ Carta de João Evangelista da Mota: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 115.

inquebrantável justiça,⁴³² “benemérito chefe do país, magistrado supremo”,⁴³³ entre outros. Encerramos aqui alguns aspectos do que se pode ser vislumbrado em tais mensagens, da forma em que se dava o apelo dos brasileiros ao líder do regime, Getúlio Vargas. De modo geral, os assuntos de tais escritos eram: pedidos de emprego, retorno a postos militares, pedidos de indulto, matrícula em escolas militares, entre outros.

Junto a esses pedidos, seguiam os referendos a Vargas e suas ações. Em muitos deles, as ofertas em dispor-se ao serviço do regime, em especial, nos combates ao “inimigo” alardeado, vinha como uma espécie de trunfo para garantir o pleiteado, o que nem sempre ocorria. Entretanto, toda essa anuência ao regime e seu líder não deve ser tomada como uma sinceridade absoluta, ainda que a oposição entre pensamento original oculto e uma manifestação hipócrita não seja suficiente para expor a complexidade da relação entre a laudação ao detentor do poder, a ação simulada em busca de privilégios e um real juízo sobre “mundo”.

Acerca desse assunto, Edward Thompson afirmou que “um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelara o que realmente pensa”.⁴³⁴ Para James Scott, os governados, ou seja, o povo, imbuí-se de incentivos robustos para dissimular seus discursos públicos, de forma a aceitar as hierarquias estabelecidas, ainda que isso não corresponda as suas convicções individuais.⁴³⁵ Tal raciocínio compõe a base da assertiva de Michel Maffesoli sobre a condição da opinião pública. Para ele, essa tem plena “consciência da sua fragilidade, da sua versatilidade”,⁴³⁶ o que confere a ela todo esse grau de adaptabilidade, de dissimulação, anteriormente descritos.

Um outro ponto que merece destaque nesses pleitos é que, por serem feitos diretamente ao líder, o contexto seguia o da informalidade. Para o requisitante, não havia uma burocracia para impedir, era uma relação imediata. Por tal, essa invocação direta a esse “pai protetor”, configura-se em um meio de assegurar direitos, num exercício

⁴³² Carta de Luíz Gonzaga de Brito: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 115.

⁴³³ Carta de Steliano da Costa Homem: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 114.

⁴³⁴ THOMPSON, Edward. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras. 1998, p. 38.

⁴³⁵ SCOTT, James. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press. 1990.

⁴³⁶ MAFFESOLI, Michel. 2010. Op. cit., p. 10.

racional que foge a lógica do próprio Direito. A esse respeito José J. Queler comenta que o protetor é “ao mesmo tempo concebido como distribuidor de favores e assegurador de direitos prescritos em lei, sem que haja contradição entre estes elementos”.⁴³⁷ Conquanto Queler estivesse se referindo a Jânio Quadros, o parâmetro é igualmente válido para Vargas, pelo menos para período em questão, o primeiro governo de Vargas.

Tocante à receptividade do público quanto aos “perigos” expostos pela propaganda anticomunista, dão conta as ofertas de envolvimento direto por parte de populares na campanha anticomunista. Por conseguinte, essas mesmas ofertas representavam para o regime o reconhecimento da sua legitimidade como o representante desse embate, como defensor da nação, ideia que o próprio regime buscava, por meio da narrativa, inculcar no imaginário coletivo.

Ao comentar sobre as cartas enviadas às autoridades, Rodrigo Motta destaca que elas advinham dos mais variados setores sociais. “Operários, donas de casa, padres, profissionais liberais, dentre outros”.⁴³⁸ É o caso do operário José Francisco de Resende, que enviou uma carta com a finalidade de parabenizar Vargas pelo combate ao comunismo, uma dona de casa que sugere o uso do cinema como meio de educar o povo contra os perigos do comunismo,⁴³⁹ entre outros.

Conquanto Motta cite essas cartas como um bom indicador do impacto da propaganda anticomunista sobre a população, faz a ressalva de que seria demasiado ingênuo supor que se tratou de uma adesão unívoca à narrativa da propaganda anticomunista, ainda que o medo do comunismo fosse uma realidade. Para o historiador, embora o temor ao comunismo fosse característico das camadas mais abastadas da sociedade, “pelo que se vê nas cartas, também foram afetados elementos egressos das camadas mais baixas”.⁴⁴⁰

Elizabeth Cancelli comenta que, “durante todo o regime Vargas, o governo conseguiu fazer, através de seus múltiplos instrumentos de propaganda, com que grande parte da população se sentisse engajada nas campanhas cívicas pra a construção de um

⁴³⁷ QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. 2008. 234f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2008. p.234.

⁴³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 222.

⁴³⁹ Apud MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 222. O autor cita outros casos, de pessoas que ofereciam seus serviços para a luta anticomunista. Cf. p. 222-223.

⁴⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 225.

novo país”,⁴⁴¹ o que, sem dúvida significou fazer parte da campanha anticomunista. Ao comentar sobre essa participação popular, mais especificamente sobre o envio de cartas às autoridades, a autora afirma que motivos pessoais em muitas vezes estavam ocultos. Desde a realização de vinganças pessoais até o real desejo de participar ativamente, de ser útil e contribuir de alguma forma com o regime, eram motivos para tal expediente.

A resposta à propaganda anticomunista pode ser verificada por meio das manifestações individuais dos populares que se dignavam a escrever aos detentores do poder. Para Cancelli, estas manifestações de indivíduos que se “colocavam no papel de atentos delegados ideológicos do Estado eram fortalecidas porque, além de tudo, a sociedade como um todo estava tratando de punir os comunistas”.⁴⁴² Nossa ressalva aqui fica por conta de “a sociedade como um todo”. Os documentos aqui estudados não nos permitiram aferir os números desse engajamento, nem era esse nosso objetivo, mas apenas de constatar sua existência. Ademais, o simples fato de haver indivíduos devotados as ideias comunistas, bem como os eventos ocorridos em novembro de 1935, a nosso ver, já seriam suficientemente importantes, no sentido de contrapor tal afirmação.

Por fim, contudo não menos importante, as cartas de caráter unicamente encomiástico. Ainda que tais cartas não apresentassem em seu texto alguma oferta de envolvimento direto na campanha anticomunista do regime, seu conteúdo *conveniunt* para com as ações do governo, melhor dizendo, para com as ações do líder do governo, carregavam em si um significado de elevada importância. Tal significado era a chancela a essas ações, em grande parte, por assim dizer, como resposta à propaganda do regime.

É o caso de uma carta, considerada digna de resposta pelo regime. Nela o remetente parabenizava Vargas pelo discurso proferido em 10 de maio de 1935. Para ele, o presidente se firmou como um verdadeiro chefe de Estado, frente aos problemas que não só o Brasil estaria passando, mas a humanidade, quando enfeixava [sic] de frente o problema, “reforçando os vínculos da família, da religião e do Estado” e finaliza, “o idealismo é tudo na vida”.⁴⁴³ Idealismo é o que realmente não faltou no referido discurso. Nele, Vargas se diz sereno e confiante por ter cumprido seu dever, mas principalmente

⁴⁴¹ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit., p. 92-93.

⁴⁴² Ibidem. p. 95. Uma análise dos documentos estudados por Elizabeth Cancelli pode ser feita no subtítulo *A população em atividade*. p. 92-99.

⁴⁴³ Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40. Embora o documento estivesse rubricado, não foi possível identificar o emissor.

“pela certeza de contar com a vossa decidida solidariedade [...] porque amigos me serão todos os que me seguirem na defesa do Brasil, e parentes todos os que pertencem a grande família cristã que o comunismo quer destruir”.⁴⁴⁴

Tal afirmação, apesar do tom de agradecimento por algo já constatado, pode ser interpretado como um chamado para a população em apoio ao regime, e conclui:

a minha voz [...] conjugava a voz de cinquenta milhões de brasileiros [...] para a defesa do que lhes é mais sagrado – a existência da nacionalidade e, com ela, as instituições básicas da família e os princípios cristãos heranças de nossos antepassados – [...] tenho deveres a cumprir [...] hei de cumpri-los, enquanto tiver forças e não me faltar o vosso intransigente apoio.⁴⁴⁵

Outro caso foi o de Acyr Figueredo. Se dizendo discípulo de Vila Lobos, compôs e enviou um dobrado⁴⁴⁶ a Vargas. A resposta ao remetente foi de que o presidente aceitara de bom grado o presente. Na carta que acompanhou o dobrado, o emissor afirma que, se fossem “analisados sem paixão” os atos do governo, “não haveria nessa terra um só brasileiro capaz de contrariar o que tem V. Exa. realizado nesse lapso de tempo”. Para ele, qualquer brasileiro “consciente e justo” pode reconhecer o “quanto de honestidade, capacidade e sinceridade vai na pessoa de Getúlio Vargas, e quanto tem sido ele amigo da grande família brasileira”. Finaliza sua carta afirmando que conclama Deus, não só a reeleição de Vargas – referência ao pleito de janeiro de 1938, que não ocorreu – como mais cinquenta anos dele no poder.⁴⁴⁷

A existência de tais documentos históricos por si só já seria suficiente para nos dar uma comprovação, ainda que em certa medida, dos efeitos da propaganda anticomunista, planejada e levada à cabo pelo governo em consórcio com setores conservadores da sociedade. Vale ressaltar que não estamos pleiteando aqui uma busca

⁴⁴⁴ Biblioteca da Presidência da República. Discursos: Getúlio Vargas. *Necessidade e dever de repressão ao comunismo*. 10 de maio de 1936. p. 155-156. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/02.pdf/view>. Acesso em: 20 mar. 2020.

⁴⁴⁵ Ibidem.

⁴⁴⁶ Trata-se de um gênero musical mais identificado com a execução por bandas, em geral executado em ritmo de marchas militares, sendo essa sua origem, as músicas militares europeias. Cf. GRANJA, Maria de Fátima Duarte. *A Banda: Som e Magia*. 1984. 163f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Sistemas de Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

⁴⁴⁷ Carta de Acyr Figueredo: Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 114. No arquivo pesquisado, encontra-se a carta enviada a Vargas como sua resposta ao remetente, entretanto, a letra da música não consta.

por números exatos dos efeitos dessa campanha sobre a população – o que nem seria possível – mas sim sua existência. Os documentos aqui apresentados dão conta da manifestação de indivíduos de diferentes idades, perfis e endereços, o que denota a amplitude e a capilaridade que o temor ao comunismo adquiriu junto à sociedade.

O caráter laudatório dessas cartas evidencia ainda outro fato; a resposta positiva para outro pleito do regime em sua propaganda anticomunista. Tal pleito era se fazer reconhecido pela população como o legítimo representante do embate contra o comunismo. Uma vez o regime legitimado como tal, alçava-se a um novo patamar a disputa das forças políticas no contexto que antecedeu o golpe do Estado Novo. Cabia então ao regime, a Vargas como seu líder, bem como aos grupos sociais no entorno dos círculos do poder estabilizado no pós revolução de 1930, a fim de mantê-lo, instrumentalizar o medo do comunismo. E o governo possuía todos os meios para tal empresa; a propaganda anunciava a existência dos “maus” brasileiros, a polícia prendia, e a Justiça julgava, tudo sob os desígnios do mesmo poder, o do regime.

Aliás, punir um mau brasileiro, rebelde e que não aceita correção, ou seja, um comunista, era uma tarefa nobre, quase “divina”. Incitar outro brasileiro a fazê-lo, não menos que isso. Inspiração para essa operacionalização do medo não faltou. Talvez a mais “sagrada” delas:

Se alguém tiver um filho rebelde e indócil, que não obedece ao pai e a mãe e não os ouve, mesmo quando o corrige, o pai e a mãe o pegarão e levarão a porta do lugar, aos anciãos da cidade: “Este nosso filho é rebelde e indócil e não nos obedece, é devasso e beberrão”. E todos os homens da cidade o apedrejarão até que morra. Deste modo extirparás o mau do teu meio, e todo Israel ouvirá e ficará com medo. ⁴⁴⁸

Era nesse sentido em que a propaganda buscava representar os comunistas. Filhos rebeldes que dispensavam sua nacionalidade, sua pátria mãe, em prol de uma ideologia estrangeira. O regime chefiado por Vargas, corriqueiramente chamado de pai da nação, ou pai dos pobres, não hesitava em levar a praça pública, através das páginas diárias dos jornais, esses filhos rebeldes e indóceis para serem “apedrejados”. E assim, como na passagem de deuterônomo, todos viam, ouviam e ficavam com medo.

⁴⁴⁸ BÍBLIA. A.T. Deuterônomo. cap. 21, vers. 18-21. In: *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

4 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO MEDO COMO FERRAMENTA PARA A DOMINAÇÃO SOCIAL

A pessoas reagem ao medo, não ao amor. Eles não ensinam isso na catequese, mas é a realidade

Richard Nixon ⁴⁴⁹

A partir da idealização desse novo modelo de se fazer política, a adesão, e senão ela, a submissão do povo a esse desígnio do regime era vital à sua sobrevivência e, lançar mão de todos os recursos possíveis foi a solução encontrada. Enquanto o departamento de propaganda do regime se encarregava de promover os atos do governo e a figura do líder, o trato com os trabalhadores buscava interromper qualquer ideia revolucionária. ⁴⁵⁰ Após isso, ia-se à operacionalização do medo, fosse pela violência, ou pela rotulação de comunismo e de comunistas.

Qualquer um que se colocasse no caminho do regime deveria ser “inutilizado”. ⁴⁵¹ Prisões de opositores demandadas unicamente pela vontade do aparato policial, os decretos de Estado de Sítio, sua equiparação ao Estado de Guerra, a composição de tribunais especiais para julgamento dos “crimes contra a nação”, as “faxinas sociais” ⁴⁵²

⁴⁴⁹ São palavras de Richard Nixon – presidente dos EUA de 1969 a 1974 – ao comentar acerca da estratégia política para a sustentação do poder. Cf. GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo*. (L. Knapp, trad.). São Paulo: Francis, 2003. p. 39. O autor encaminha sua obra sobre marcadores importantes como, números mascarados, notícias enganosas e intenções obscuras, tomando-os como pressupostos para a defesa de sua tese de que cada vez mais tememos fatos com ocorrência cada vez menor, e paradoxalmente somos levados a ignorar os fatos que realmente importam, ou seja, os que realmente oferecem perigo à existência humana. Pesquisando nos meios de informação, o autor apresenta subsídio à sua teoria, o fato de que há interesse de pequenos, porém poderosos grupos em suscitar o medo, ou certos tipos de medo na população ou em determinados grupos sociais, ao mesmo tempo em que, esses mesmos grupos, buscam ofuscar um possível motivo de real preocupação para essa mesma população, ou grupos sociais.

⁴⁵⁰ BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério de Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org), op. cit. p. 308.

⁴⁵¹ MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Brasil a caminho do Estado Novo: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936-37)* 1. ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019. p. 85.

⁴⁵² Especialmente após a criação do Serviço de Fiscalização e Repressão à Mendicância e a Menores Abandonados, em 1934, que pretenda tirar das ruas menores e mendigos, encaminhando-os para instituições, especialmente as colônias agrícolas. Elizabeth Cancelli comenta que, durante a década de 1930 eram rotineiras as investidas policiais, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo para “livrar” as ruas dos sem trabalho. A autora comenta que “os vagabundos eram recolhidos e transportados para os

que ocorriam, tudo isso compunha o constante estado de terror que o regime impunha à população, a fim de mantê-la sob seu controle. Sobre as “faxinas sociais”, a historiadora Elizabeth Cancelli afirma que elas ocorriam, no pleno funcionamento de um Estado policial que foi desenvolvido neste período,⁴⁵³ que além do medo do perigo “oferecido” pelo comunismo, promoveu também o medo da prisão inexplicada de muitos, e o sumiço de outros tantos.

Nas colocações do historiador Thiago Mourelle, naquele momento da política nacional a “sensação de insegurança e incerteza era incentivada pelo governo que, assim, fazia do medo um aliado a fim de obter meios para agir violentamente contra seus inimigos”.⁴⁵⁴ Há aí sem dúvida, uma “pitada” de Maquiavel. Nas palavras do autor de *O Príncipe*, “é muito mais seguro ser temido do que amado” e aconselha: “o amor [...] rompe-se sempre que lhes aprouver, enquanto o medo que se incute é alimentado pelo terror do castigo, sentimento que nunca se abandona”.⁴⁵⁵ Embora para quem o apoiasse Vargas buscasse se firmar como um “Pai”, aos inimigos certamente esse sentimento não foi dispensado pois, neste caso, era melhor ser temido.

Desse modo, a perseguição aos opositores por meio das ações policiais, que poderiam acontecer livremente, e com a devida ressalva para agir contra quem quer que fosse, foi um fato. O número de encarcerados sem ordem judicial, nota de culpa, ou mesmo relatório da própria polícia era de grande soma. Desta forma o medo se generalizava, seja dos males do comunismo ou da própria ação do regime, e a população em sua maioria se aliava ou se submetia.

Contanto, merece ressalva aqui que o medo e a aculturação do medo estão na base de sustentação do poder desde os primórdios da organização humana, independente de qual seja a organização em debate. Assim sendo, o regime instaurado no Brasil com a revolução de 1930 foi só mais um caso em que o uso do medo para esse fim pode ser constatado. Essa orientação teve motivos claros ao longo da história, e é também pela história que temos a clareza da sua utilização pedagógica como meio de manutenção do poder.

confins de Goiás”. Cf. CANCELLI, Elizabeth. *Estratégia para o flagelo*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) -Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1984.

⁴⁵³ CANCELLI, Elizabeth. 1994. *passim*.

⁴⁵⁴ MOURELLE, Thiago Cavaliere. 2019. *Op. cit.* p. 27.

⁴⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. (O. Bauduh, Trad.) São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 64-65.

Sem ir mais longe ou fugir de um eixo que, por assim dizer, esteve no cerne da nossa formação, os preceitos religiosos que herdamos de séculos da filosofia judaico-cristã já nos ensinava que todo homem e mulher deve “continuamente temer *Iahweh* teu Deus”,⁴⁵⁶ Deus esse, aquele que se “opunha” diametralmente ao comunismo, de que tanto falava o regime e sua propaganda anticomunista. Maquiavel considerou o medo como um elemento fundamental para o exercício do poder, fato corroborado por seu contemporâneo, Symphorien Champier, que escreveu que os homens só obedecem e trabalham por pavor e medo.⁴⁵⁷ Para o Padre Manoel da Nóbrega, o medo era o que determinava a relação dos nativos brasileiros com o poder português. Segundo o jesuíta, a dominação, tanto a política quanto a religiosa, se davam pelo temor dos violentos castigos infligidos aos desobedientes.⁴⁵⁸

Desse modo, quando o regime Vargas juntamente com os grupos sociais que o apoiava investia no uso do medo como ferramenta para a manutenção do poder, recorria-se a um meio já provado na história. Ainda no século XVII, Thomas Hobbes indicava o medo como fonte do poder estatal. Para ele, o governante deve ter como chave de governo o temor dos governados a si,⁴⁵⁹ e o poder instituído após a revolução de 1930 não se furtou em lançar mão desse artifício.

É o que comenta Elizabeth Cancelli acerca do estado policial que se buscou implantar nos anos que seguiram a revolução de 1930.⁴⁶⁰ Prisões arbitrárias, torturas, diligências policiais sem ordem judicial... tudo isso cumpria mister de “manter no sistema um estado de prerrogativas para que todos soubessem que o governo e as forças policiais estavam acima da lei”.⁴⁶¹ O jornalista e político Costa Rego, ao escrever sobre o estado de sítio, comparando-o ao estado de alarme espanhol, concluiu: “é o estado em que o governo mesmo começa a emitir sinais de um perigo iminente ou suposto”, levando “o

⁴⁵⁶ BÍBLIA. A.T. Deuteronomio. cap. 14, vers. 23. In: *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

⁴⁵⁷ Apud. DELUMEAU, Jean. 2009. Op. cit., p 15.

⁴⁵⁸ MASSIMI, Marina; MIRANDA, Lilian. A paixão do medo nos documentos de viagens e na literatura espiritual e filosóficos jesuítas, no Brasil do século XVI. In: MASSIMI, M., SILVA, P. J. C. Os olhos veem pelo coração. Conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI A XVII. Ribeirão Preto, Holos, 2021.

⁴⁵⁹ HOBBS, Thomas. 2003. Op. cit., p. 127.

⁴⁶⁰ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit., p. 60.

⁴⁶¹ Ibidem. p. 30.

público a emocionar-se na expectativa e na incerteza do golpe descoberto; após, tranquiliza-se verificando que nada aconteceu porque o governo está forte”.⁴⁶²

Quanto ao temor, ou medo, a propaganda anticomunista cumpria oferecer o objeto para tal. Na assertiva hobbesiana, o indivíduo que assimilasse as convenções “sociais” escaparia às querelas com o soberano, e estar sob esse “guarda-chuvas” do Estado era a única esperança de ter uma vida confortável, segura.

Na propaganda anticomunista do regime não era diferente. Aos que se opusessem, o terror, mas os que assimilassem tinham a possibilidade de pendular entre a esperança e o medo, como é a própria teoria proposta por Hobbes. Cabe destacar aqui que, embora a propaganda do regime fosse sempre em prol da liberdade da nação, de se livrar de elementos alienígenas destrutivos da consciência de brasilidade, a pregação do sacrifício da própria liberdade em prol da “causa maior” era sinônimo de patriotismo.

Nesse sentido, voltava-se ao guarda-chuvas do Estado, apresentado por meio de propaganda como o garantidor da liberdade, do bem estar, do conceito de família, e por que não, em certa medida, até da vontade divina. É importante destacar que o que se apresentava como esperança se vinculava a uma vida segura, à fuga de uma morte violenta nas mãos de um inimigo traiçoeiro... O que por sua vez estava subentendido à necessidade da renúncia à liberdade individual, e adesão ou a crença nessa comunidade maior, o Estado, tal qual apresentado pela propaganda. Era para o que chamava a atenção a matéria de Costa Rego ao comentar o estado de sítio e/ou estado de guerra, afirmando que, “em qualquer um, o indivíduo precisa dar-se em holocausto à coletividade” pois é fundamental a esse tipo de “estado de transe, assegurar que a felicidade não existe sem garantias”⁴⁶³

Aí, a assertiva de Bauman sobre a ambivalência do medo e liberdade nas sociedades modernas – ou em busca da modernidade – pode ser constatada. Para Bauman, nessas sociedades “os esplendores da liberdade estão em seu ponto mais brilhante quando a liberdade é sacrificada no altar da segurança”.⁴⁶⁴ Para esse autor, essas sociedades buscam construir-se dentro de um arcabouço policial, em outras palavras, limitar as liberdades para evitar distúrbios, dissidências. Nesse caso, o termo liberdade é ressignificado, adquirindo um sentido muito particular; “mais liberdade” pode ser

⁴⁶² REGO, Pedro Costa. O Estado de Pânico. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de fev. de 1935, p. 2.

⁴⁶³ Ibidem.

⁴⁶⁴ BAUMAN, Zygmund *O Mal-Estar da Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998. p. 10.

interpretado como “menos mal-estar”, ou seja, menos contestações,⁴⁶⁵ ainda que estas sejam compelidas pelo temor de que falou Hobbes. A utilização ambivalente do medo como instrumento de controle social, para Antony Giddens, está suportada na forte ambiguidade em que se lastreia o Estado, que “de um lado significa o aparato de governo ou de poder e de outro é o sistema social como um todo subordinado a esse governo ou poder”.⁴⁶⁶

A assertiva de Giddens coaduna com as proposições teóricas de Max Weber, em que o Estado vai além do monopólio da força e dos processos administrativos por um regime, mas também possui legitimação na capacidade reivindicatória do poder sobre um determinado território.⁴⁶⁷ Cabe destacar que, na concepção weberiana, o território geográfico é representado pelos limites do espaço de ação de um determinado grupo social, assim, a busca para compor tal ordem, a fim de formar uma unidade interligada, salientou Giddens, é a busca pela edificação do próprio Estado-Nação.⁴⁶⁸

A historiadora Patrícia Funes afirma que o “problema” do Estado-Nação, desde a segunda década do século passado, integra não só o debate político, mas também o centro da reflexão intelectual.⁴⁶⁹ No Brasil, a evidência desse processo pode ser constatada não só pelo vislumbre destes dois elementos, mas também por uma forte interação entre eles. Como já mencionamos anteriormente, os assim chamados “autores autoritários” e a propaganda anticomunista, além de serem elementos cordiais do regime, se completavam, nessa luta intensa pela busca da almejada unidade nacional.

Como “nenhuma nação pode sobreviver sem um discurso de identidade”,⁴⁷⁰ a afirmação de Michel de Certeau e Dominique Julia faz sentido aqui. Segundo esses autores, o poder busca desde cedo a unidade nacional, “castrando”, selecionando, incluindo ou excluindo da narrativa toda e qualquer dissensão, sempre na tentativa de

⁴⁶⁵ Ibidem. p. 9.

⁴⁶⁶ GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991. p. 42.

⁴⁶⁷ WEBER, Max *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: UNB, 1991.

⁴⁶⁸ GIDDENS, Anthony. 1991. Op. cit., p. 47.

⁴⁶⁹ FUNES, Patrícia. *Salvar la Nación: Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

⁴⁷⁰ ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultural oficial. *Revive - Revista de Ciências do Estado*, v.1, n.2, 2016, p. 72-106. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revive/article/view/5009/3077>. Acesso em: 01 jul. 2020.

“eliminação de uma ameaça popular”.⁴⁷¹ A evidência desse objetivo, como base para o regime Vargas, é axiomática. “A delimitação e a definição do que deveria representar a identidade nacional brasileira estava, sem dúvida, entre as preocupações centrais do governo Vargas, desde aquele longínquo 3 de novembro de 1930, quando assumiu, então, a chefia do Governo Provisório”.⁴⁷² O próprio Vargas deu a síntese sobre o tema, ao discursar sobre o combate ao comunismo, em 10 de maio de 1936:

Precisamos recompor e estruturar solidamente os princípios básicos da nacionalidade. E isto só será possível mediante uma articulação completa e estreita de esforços, solidarizando vontades e consciências, reforçando os vínculos da família, da religião e do Estado, empenhando todos os nossos valores morais num movimento profundo e convergente de disciplina e educação, capaz de sobrepor-se aos particularismos e dissensões [sic] estéreis e de transformar-se numa corrente poderosa de opinião nacional.⁴⁷³

Uma breve observação, seguida de uma comparação entre os discursos de Vargas e a propaganda anticomunista do regime evidencia a comunhão de ideias, ou por que não, a intencionalidade da narrativa. Com base nas palavras de Vargas acima mencionadas, evidencia-se a tentativa de instituir uma “ficção de homogeneidade que articula a comunidade nacional”.⁴⁷⁴ Para Francisco Campos, que figura entre os principais artífices da ideologia do regime, “o Estado não é mais do que uma projeção simbólica da nação”,⁴⁷⁵ portanto, a “categoria intelectual das massas” não pode, segundo Campos, ter base no pensamento, mas sim nas imagens e nos mitos.⁴⁷⁶

⁴⁷¹ CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1989. p. 63.

⁴⁷² ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. 2016. Op. cit., p. 78.

⁴⁷³ Biblioteca da Presidência da República. Discursos: Getúlio Vargas. *Necessidade e dever de repressão ao comunismo*. 10 de maio de 1936. p. 155-156. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/02.pdf/view>. Acesso em: 20 març. 2020.

⁴⁷⁴ PALTÍ, Elias. Emergencia y descomposición del discurso antigenealógico de la nación. In: *La nación como problema*. Buenos Aires: Fondo do Cultura Económica, 2002. p. 89. Em sua obra, o autor trabalha a ideia de que a nação, especialmente a partir das primeiras décadas do sec. XX deixa de ser concebida com base na concepção genealógica do termo. A partir de então, para ele, a ideia de nação passa a ter suas bases em uma construção mental, ideológica, centrando-se em um novo mito. Como exemplo, cita o surgimento do autoritarismo fascista na Europa, e justifica com as palavras de Mussolini: “Nós temos que criar nosso mito [...] Nosso mito é a nação, nosso mito é a grandeza da nação. E é esse mito, a essa grandeza, que queremos traduzir em realidade [...]”. p. 93. (Tradução nossa)

⁴⁷⁵ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, Seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 12.

⁴⁷⁶ Ibidem. p. 13.

Moldar as imagens e os mitos ao imaginário coletivo estava na base da propaganda anticomunista que, em si, era a propaganda do próprio regime, uma vez que a esse ficava reservado o, digamos, honroso lugar de protetor dos “nacionais”. Ao propagar os “iminentes perigos” do comunismo internacionalista, a propaganda cumpria satisfatoriamente seu outro papel. Esse consistia em “evidenciar” que existia uma homogeneidade nacional – logicamente aquela contrária aos comunistas –, uma identidade nacional única, o que para Brito e Barp não passa de uma fabulação sociológica:

O Estado-Nação sobrevive por uma espécie de síntese de uma identidade, o que implica um engano sociológico – na medida em que a nação é compreendida como resultado de uma cultura homogênea, fundada, portanto, numa identidade nacional –, ou seja, o Estado-Nação é o amálgama de um coletivo falso: “o povo”. A nação e seu corolário – o nacionalismo – sacrificam a existência do gênero humano em nome do gentílico, cristalizando uma série de preconceitos. É por esse meio que temos o “civilizado” e o “bárbaro”.⁴⁷⁷

A distinção entre o “civilizado” e o “bárbaro”, entre o nacional e o alienígena, ou seja, entre comunistas e não comunistas, compunha o tema central da narrativa publicizada pela campanha anticomunista do regime. A disseminação de uma premente ameaça tinha objetivo de incutir o medo na sociedade, e é esse medo o exato elemento de liga do nacionalismo homogêneo falso. Aqui faz sentido a afirmação de Heidegger, em que “apenas o indivíduo em que, sendo, está em jogo seu próprio ser, pode temer. O medo abre esse ente, no conjunto de seus perigos, ao abandono a si mesmo”.⁴⁷⁸

A fim de instrumentalizar o medo, a técnica do regime era ambígua. Ao mesmo tempo em que se apresentava como “salvador”, era necessário tornar inolvidável à população a instância do perigo, sem que ele – na maioria das vezes – fosse além do texto da propaganda, logicamente, mas suficiente para manter o povo em alerta. É o estado de pânico a que ponderou Costa Rego, e assertou: “o estado de pânico é, deste modo, uma espécie de elemento de conservação para o governo”.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Ambivalência e Medo: faces dos riscos na modernidade. *Sociologias*, v. 10, n. 20, p 27, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819551003>. Acesso em: 02 abr. 2021.

⁴⁷⁸ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. (Trad) Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Vozes. 1989. p. 144.

⁴⁷⁹ REGO, Costa Pedro. O Estado de Pânico. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de fev. de 1935, p. 2.

Segundo Aristóteles, “o medo é uma dor ou uma agitação produzida pela perspectiva de um mal futuro, que seja capaz de produzir morte ou dor”.⁴⁸⁰ Assim, ao manter a narrativa de um perigo “real”, no presente, mas também para o futuro, o regime mantinha acesa a “chama” do medo na população e justificava -se como o “salvador”. Juntamente com a propaganda anticomunista, as ações policiais cumpriam esse papel, e o medo se transformava em elemento do dia a dia.

A associação de grupos ou entidades da sociedade civil, como imprensa, Igreja, sindicatos, associações, entre outros, emprestava legitimidade à narrativa anticomunista do regime. Esses organismos sociais também cumpriam outro papel importante dentro da campanha contra o comunismo; o de medrar a narrativa anticomunista da propaganda do regime ou, por que não, de ambos. Desse modo, esses organismos se transformaram em ferramentas ideais para a luta contra os “inimigos”. A partir disso, era uma questão de definir esses inimigos, e como aqueles filhos rebeldes e indóceis de deuteronômio, levá-los à praça pública para serem “apedrejados”. Ter as ferramentas e definir os alvos se mostrou preponderante nesse sistema de utilização do medo como meio de dominação social.

4.1 As ferramentas: os amplificadores do anticomunismo

4.1.1 A imprensa

A imprensa honesta, ‘a grande imprensa’ diária, que debate os assuntos à luz clara do dia não terá que temer, mesmo porque é ela a maior propugnadora da ordem.

*Protógenes Guimarães*⁴⁸¹

⁴⁸⁰ ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Edições Ediouro; Tecnoprint S.A. (Coleção clássicos de ouro). p. 19.

⁴⁸¹ Diário do Poder Legislativo. 26/02/1935. p. 1372. Trata-se de uma expressão do então ministro da marinha, Protógenes Guimarães, por ocasião da discussão do projeto 128/1935, que viria ser LSN. Em entrevista, a afirmação do ministro foi de que qualquer órgão de imprensa que não se curvasse a interesses contrários aos do regime, teria tranquilidade e o apoio desse para operar. Nas palavras do ministro, a imprensa teria um papel fundamental na propagação da “ordem”.

Sem dúvida, o papel da imprensa na difusão do anticomunismo foi de extrema relevância. Para o regime, a imprensa constituía uma ferramenta indispensável, e deveria se curvar frente a sua vontade, fosse pela “intervenção política nos jornais, mediante empastelamento e/ou depredações das redações”,⁴⁸² fosse pela vigilância daqueles que se aliavam. Sobre essa vigilância, o Ministério da Guerra foi enfático ao afirmar ao Presidente a necessidade de “policiar a imprensa, jornalística ou não”,⁴⁸³ a fim de não permitir qualquer menção que pudesse beneficiar a propaganda comunista.

O relatório ainda recomenda o endurecimento no trato do regime em relação ao que foi descrito como “imprensa [...] que exerce uma ação educacional negativa”,⁴⁸⁴ o que incluía não só “fazer propaganda para o comunismo”, mas também denunciar escândalos de qualquer autoridade do regime, assim redigido: “Vigilância da imprensa, inclusive no noticiário comum, vedando-se notícias tendenciosas [...] garantida pela liberdade de crítica documentada contra erros ou falhas de autoridade pública”.⁴⁸⁵ A isso, o autor do relatório denominou por “política de comunicação subordinada a um plano conjunto dos interesses nacionais”,⁴⁸⁶ e que hoje, distante quase um século, podemos interpretar como sendo a vontade do regime em executar a doma do que Habermas denominou por “lutas dos argumentos”.⁴⁸⁷ Para o autor, por meio dessa luta de argumentos é que a imprensa tem a capacidade de intermediar ou mesmo formar a opinião pública acerca de um determinado assunto.

Martins e Karawejczyk citam o dissenso existente na historiografia nacional quanto a interpretação ou a leitura que se pode fazer da atuação dos jornais no período correspondente ao primeiro governo Vargas. Para os autores, a controvérsia fica por conta das duas grandes matrizes de jornalismo existentes a época:

⁴⁸² MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica. A Imprensa e a radiodifusão no primeiro Governo Vargas: entre dinamismo e controle *In*: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., p. 20.

⁴⁸³ Relatório de ação contra o comunismo produzido pelo Ministério da Guerra. 08 de novembro de 1934. (versão encaminhada ao presidente Getúlio Vargas). Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁴⁸⁴ *Ibidem*. p. 4.

⁴⁸⁵ *Ibidem*. p. 6.

⁴⁸⁶ *Ibidem*. p. 5.

⁴⁸⁷ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 85.

A imprensa político-partidária, subordinada à política e, por isso, transformada em instrumento para a ‘manipulação de interesses’, e a imprensa comercial, estruturada como empresa de comunicação cuja principal finalidade seria a busca por lucro econômico.⁴⁸⁸

A alteração continua; havia condições de existência de uma imprensa comercial naquele momento? Havia um mercado de bens simbólicos⁴⁸⁹ que possibilitasse a manutenção de tal imprensa? Entre outras questões.⁴⁹⁰ Mas aqui não tomaremos parte nessa contenda. Há outros “óculos” para se descortinar o papel da imprensa, que aqui nos parece mais adequado ao período em questão. Um deles o que Upton Sinclair apresentou em sua obra *The Brass Check*.⁴⁹¹

Nessa obra, em especial no cap. 20, Sinclair, argumenta que a “notícia” tem um preço. Embora estivesse falando em relação a imprensa estadunidense, ou como ele se referiu a ela, “os formadores de opinião”, uma comparação com a imprensa brasileira, resguardadas as diferenças, é perfeitamente possível. O autor argumenta que esse “cheque de latão” é o pagamento pela cumplicidade de jornalistas para com quem está a pagar por sua lealdade, ou como ele preferiu, “é o preço da prostituição”.⁴⁹²

Nesse sentido, a relação de Vargas com a “imprensa comercial” foi frutífera. No dia 28 de janeiro de 1935, o chefe do executivo combina intervenções no projeto da LSN com os quais ele preferiu chamar por “amigos da imprensa”.⁴⁹³ Foi o próprio Vargas quem afirmou que esses amigos tinha um preço. Ao receber a visita de Assis Chateaubriand – fundador de *Os Diários Associados*, e um dos principais nomes da imprensa naquele período – em busca de dinheiro junto ao governo, Vargas comenta,

⁴⁸⁸MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWAJCZYK, Mônica. A Imprensa e a radiodifusão no primeiro Governo Vargas: entre dinamismo e controle In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., p. 22.

⁴⁸⁹ Para Bourdieu, a configuração de um bem simbólico se dá quando um objeto, seja ele cultural ou artístico, atinge valor mercantil. Assim, se consagra pelas leis de mercado os *status* de mercadoria. A partir daí, forma-se um mercado consumidor para esses bens, e por consequência, um grupo de produtores desses bens simbólicos. Está colocada a base para a sobrevivência do que se entende por imprensa comercial. Cf. BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: MICELI, Sergio (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 99-182.

⁴⁹⁰ MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWAJCZYK, Mônica. A Imprensa e a radiodifusão no primeiro Governo Vargas: entre dinamismo e controle In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., p. 22-24.

⁴⁹¹ SINCLAIR, Upton. *The Brass Check*. A studied of American journalism. Urbana: University of Illinois. 2003

⁴⁹² SINCLAIR, Upton. 2003. Op. cit., p. 116.

⁴⁹³ VARGAS, Getúlio. 1995. v I. Op. cit., p. 355.

“acho que ele vale o que pede”.⁴⁹⁴ É possível supor que essa relação tenha sido próspera, uma vez que, alguns meses depois, Vargas e Chateaubriand voltam a se encontrar, desta vez para combinar uma reação contra o que ele chamou de extremismo, por meio da imprensa.⁴⁹⁵

Outro caso interessante apontado por Vargas foi o de José Eduardo Macedo Soares. Jornalista e deputado (Diário Carioca/Partido Popular Radical-RJ), já havia tido colaborações importantes no trabalho anticomunista do regime. Com trânsito livre com o próprio presidente, prestava informações sobre o que julgava ser envolvimento de alguns colegas com o “radicalismo”.⁴⁹⁶ Contudo, já em outubro de 1935, ao ter negada uma solicitação para um encontro com Vargas, valendo-se da arma que tinha, critica o presidente em um artigo,⁴⁹⁷ por esse chamado de “amargo”.⁴⁹⁸ Em fevereiro de 1936, outra crítica a Vargas, disfarçada em elogios a Flores da Cunha,⁴⁹⁹ nesse momento, um desafeto político do presidente. O presidente classificou esse ocorrido como “azedumes do senador” e argumenta que eles “provêm da falta da entrega de 450 contos que ele pleiteia insistentemente [...] para adquirir uma máquina para seu jornal”.⁵⁰⁰

Assim vemos que o quesito dinheiro possuía importância na relação governo-imprensa. Elizabeth Cancelli comenta que no governo “não havia hesitação quando se tratava de conseguir verbas suplementares”⁵⁰¹ para esse fim. Tais verbas, em sua maioria, eram destinadas à chefatura de polícia. Essa, por sua vez, priorizava as propagandas pagas nos jornais, prática essa que sofreu aumento contínuo e progressivo desde a chegada de Vargas ao poder.⁵⁰² O plano de ação contra o comunismo, de 1934, afirmava que o

⁴⁹⁴ Ibidem. p. 373.

⁴⁹⁵ Ibidem. p. 398.

⁴⁹⁶ Ibidem. p. 411-415.

⁴⁹⁷ SOARES, José Eduardo de Macedo. Paixão e morte da Justiça Eleitoral. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 01 de out. 1935. p. 1.

⁴⁹⁸ VARGAS, Getúlio. 1995. v I. Op. cit., p. 424.

⁴⁹⁹ SOARES, José Eduardo de Macedo. O Espelho da Tolerância. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 22 fev. 1936. p. 1.

⁵⁰⁰ VARGAS, Getúlio. 1995. v I. Op. cit., p. 481.

⁵⁰¹ CANCELLI, Elizabeth. 1994. Op. cit., p. 59.

⁵⁰² ibidem p. 60.

provimento de verbas para o exercício da contrapropaganda, e o pagamento de seus agentes, era peça fundamental no combate ao comunismo.⁵⁰³

O regime Vargas, ainda em 1932, tratou da legalização desse mecanismo de doação de verbas secretas, com a criação das despesas extraordinárias para a repressão.

⁵⁰⁴ Elizabeth Cancelli relata que, a partir desse momento, o repasse de verbas extraordinárias passou a ser uma constante. Segundo ela:

Tratava-se de reforçar a parte sombria, secreta e invisível do regime que gerava medo, a insegurança e a instabilidade, bem ao encontro dos objetivos do Estado, que pretendia apreender a alma de todo e qualquer membro da sociedade.⁵⁰⁵

Esse é um ponto, mas obviamente não podemos supor que somente a questão dos “subsídios” seria suficiente para organizar o apoio da imprensa na repressão ao comunismo. É importante destacar que a imprensa tratada aqui é aquela que possuía finalidade comercial, que buscava atingir ou conquistar o maior número de leitores possíveis. Esse fato ganha ainda mais relevância ao mencionarmos os anúncios que tais páginas carregavam.

Tudo isso suscita uma importante questão. Por que a multiplicidade, as diferenças, e as divergências presentes no campo dos jornais tenderam a desaparecer quando o assunto era o comunismo? A resposta não é simples, pois, como afirma Patrick Champagne, ao mesmo tempo em que o papel da imprensa é o de criar um sentido para os fatos:

as mídias agem sobre o momento, e fabricam coletivamente uma representação social que, mesmo distante da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou retificados posteriores, porque tal representação não faz senão reforçar as interpretações espontâneas, mobiliza os preconceitos, e tende por aí, reforçá-los.⁵⁰⁶

Contudo, nem tudo o que se apresenta ou é apresentado na imprensa está sujeito a interpretação ou relativização. Existem eventos que são produzidos para se imporem

⁵⁰³ Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁵⁰⁴ Decreto 21.530 de 14 de julho de 1932. Trata-se da primeira liberação oficial de verbas para esse fim.

⁵⁰⁵ Ibidem. p. 58.

⁵⁰⁶ CHAMPAGNE, Patrick. La construction médiatique des 'malaises sociaux'. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. v.1, n. 90, p. 65, 1991. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1991_num_90_1_2997. Acesso em: 21 jan. 2021.

como notícia. Tais eventos fogem ao controle, ou pelo menos do controle total da imprensa, como um ato terrorista, um sequestro, ou mesmo a prisão de alguém que “oferecesse” perigo à sociedade.⁵⁰⁷ Não se trata aqui de fazer comparação entre o objeto de estudo de Miguel Rodrigo – os grupos terroristas bascos, na Espanha – e a polícia de repressão ao comunismo de Vargas, mas ao fato de operarem por meios parecidos. Ambos buscavam produzir eventos para serem notícias, embora seus sentidos de atuação histórica ficassem em campos opostos. Aos primeiros era interessante promover um atentado, um ato violento. Para o segundo, evitá-lo, ou simplesmente parecer tê-lo feito.

Desse modo, a propaganda anticomunista, associada às ações policiais, não só adquiriria a possibilidade de gerar notícias, mas também criar o que Costa Rego denominou por “estado de pânico”, e assim robustecer o regime perante a opinião pública:

A técnica do estado de pânico é esta: “revelar” a subversão no instante exato em que ela não apresenta mais nenhum perigo. O público emociona-se na expectativa e na incerteza do golpe descoberto; após, tranquiliza-se verificando que nada aconteceu, precisamente porque o governo está forte. Assim como da infecção se tira a vacina contra a infecção, é de sua fraqueza publicada que o governo se robustece perante a massa que pode nele acreditar.⁵⁰⁸

Dito isso, começamos a deslindar uma possível resposta para a questão anteriormente colocada. Uma vez que a causa anticomunista já era assimilada por parte considerável da sociedade, e os eventos relacionados à subversão comunista eram rotineiramente apresentados pela polícia, tal como os perigos que isso representava eram elencados pela narrativa da propaganda. Deixar de reportar tais eventos significava estar alheio a uma das “principais” mazelas da sociedade de então.

Vale lembrar que a questão aqui gira em torno dos jornais comerciais. Assim sendo, esses jornais se colocavam no mercado a título de venda, a preço fixo estampado na primeira página. Em outras palavras, não tratar de um assunto que se impunha como notícia, que “ameaçava” a todos – críticos ou apoiadores do regime – significava, na prática, perder mercado junto a leitores que de antemão já haviam sido colocados em um “lugar comum”, construído pela censura que a própria mídia exerce sobre a notícia.⁵⁰⁹ É o que a imprensa definir como importante que será publicado e irá influenciar a

⁵⁰⁷ RODRIGO, Miguel Alsina. *Los médios de comunicación ante al terrorismo*. Barcelona. Icaria. 1991.

⁵⁰⁸ REGO, Costa Pedro. O Estado de Pânico. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de fev. de 1935, p. 2.

⁵⁰⁹ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 289 a 294.

consciência do público sobre os “fatos”, o resto simplesmente não existirá como notícia, logo ninguém o publicará, sob o risco de perder público.⁵¹⁰

Perda de leitores era um ponto essencial, pois o número desses determina a venda de um “artigo de luxo” para os jornais; os anúncios. Tais anúncios, embora financeiramente vitais à sobrevivência da imprensa, punham limites às liberdades de crítica a determinados temas. Ao comentar sobre o tema, Miguel Reale afirmou que isso se dava porque não era possível criticar os interesses dos “*trustes*”, pois eram esses financiadores dos jornais com seus anúncios.⁵¹¹ Obviamente Reale não se referia ao comunismo, uma vez que, como integralista, o via como uma espécie de inimigo essencial. Contudo, o exemplo não pode ser mais claro; qualquer grupo social ou empresa que, na defesa seus interesses econômicos, buscava por tais anúncios, certamente não o faria junto a um jornal que advogasse as causas comunistas.

Dessa forma, a narrativa anticomunista unia as “vozes” da imprensa, gerando uma oposição quase unânime a esse, senão por convicção ideológica, pelo menos para manter seus *status quo*. Alceu Amoroso Lima foi incisivo ao descrever esse tipo de oposição ao comunismo, classificando-a como “oposição por interesse”:

Interesse econômico, dos que olham para seus capitais e veem o fantasma da desapropriação vindo na cauda da revolução marxista. Interesse político, dos que fazem das posições meio de vida ou dos que se apegam a elas por gosto do poder ou por ambição. Interesse social, dos que ocupam na sociedade uma situação de prestígio e veem em qualquer golpe comunista uma ameaça de cerceamento. Interesse egoístico, dos que vivem para o seu prazer, e veem em qualquer revolução, seja ela da esquerda, da direita ou do espírito, uma ameaça aos seus coquetéis, as suas corridas, aos seus *dancings*, as suas gravatas...⁵¹²

Assim sendo, volta a fazer sentido aqui a colocação de Bethânia Mariani de que, na imprensa de referência, independentemente de sua orientação política, não diferia muito a forma de se significar o comunismo. Desse modo, a narrativa uniforme acerca dos comunistas na imprensa se mostrou historicamente relevante por atuar na formação do discurso, sendo que esse, por sua vez, “tem como característica atuar na institucionalização dos sentidos”.⁵¹³

⁵¹⁰ Ibidem.

⁵¹¹ REALE, Miguel. Liberdade de Imprensa. *Acção*. São Paulo. 16 de nov. de 1936, p. 3.

⁵¹² Arquivo Nacional. Fundo Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75112395_an_01_d0001de0001.

⁵¹³ MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. 1998. Op. cit., p. 64.

No caso específico do discurso jornalístico sobre os comunistas, esta questão fica ainda mais realçada uma vez que o *discurso dos comunistas* praticamente inexistia na imprensa de referência. Não havendo lugar para o discurso – dos comunistas – o poder discursivo dos jornais torna-se mais incisivo: se não há espaço para confronto, réplicas ou polemicas, os sentidos da formação discursiva política se instalam e se disseminam com maior facilidade.⁵¹⁴

Dessa forma, a narrativa anticomunista se unificava na imprensa, e o regime ganhava espaço para seus movimentos de repressão. Ainda que a prédica anticomunista tenha, digamos, chegado ao poder com a revolução, a partir de 1935 ela se avolumou. O surgimento da ANL despertou preocupação no governo, que faz dessa organização o alvo principal da propaganda anticomunista. O início da apreciação pelo congresso do projeto da LSN, ainda em janeiro de 1935, foi mais uma prova da harmonia narrativa da imprensa em relação ao comunismo.

Nesse contexto, a ANL passou a ser “atacada intensamente com um forte discurso anticomunista”. A própria LSN, que limitava sensivelmente a atividade e a liberdade de imprensa, bem como previa prisão de jornalistas e apreensão de impressos - dispoñdo inclusive de um capítulo específico para isso -, despertou a reação de poucos órgãos da imprensa.⁵¹⁵ Desse modo, o regime, amparado por medidas legais de repressão, bem como com a “planificação” da narrativa da imprensa em relação ao comunismo, se reafirma como o principal “soldado” nessa luta. Embora o ambiente político já fosse tenso anteriormente, “desde que ocorreram os levantes da Aliança Nacional Libertadora, [...] a repressão havia tomado conta do país”.⁵¹⁶

Thiago Mourelle comenta que “os jornais deram enorme destaque à prisão de Prestes e seus aliados, com textos extensos, e imagens do acusado em primeira página, tratando o caso como uma trama policial digna de um filme *hollywoodiano*”.⁵¹⁷ A repressão ao comunismo foi um daqueles eventos que fogem ao controle da própria imprensa se deve ou não ser noticiado. O volume de propaganda em torno do tema e a comoção por ela gerada acabava por limitar qualquer exame sobre ele, criando um tipo de regra tácita: todos deveriam noticiar. Afinal, como observou Walter Lippmann, “as

⁵¹⁴ Ibidem. p. 64-65.

⁵¹⁵ MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica. A Imprensa e a radiodifusão no primeiro Governo Vargas: entre dinamismo e controle *In*: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., 35. passim.

⁵¹⁶ MOURELLE, Thiago Cavaliere. 2019. Op. cit., p. 25-26.

⁵¹⁷ Ibidem. p. 29.

notícias não são um espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se impôs”.⁵¹⁸ Por sua vez, essa manifestação quase unânime dos órgãos de imprensa, em relação a ameaça comunista, cumpria o papel de alardear o perigo e instrumentalizar o medo, nos mais diferentes setores sociais.

Esses “setores sociais amedrontados [...] emprestaram apoio decidido ao presidente, ato considerado imprescindível para o sustento das campanhas anticomunistas”.⁵¹⁹ Na falta dos “grandes espetáculos”, a imprensa e a propaganda, no esforço para manter vivo o medo do comunismo, davam maior importância que talvez tivesse a pequenos eventos. Manchetes como; “Prisões de indivíduos, estouro de células comunistas”,⁵²⁰ “Persistem nos seus planos diabólicos”,⁵²¹ entre outros, “pintavam de vermelho” as páginas diárias dos jornais.

Contando com a unificação da narrativa e com o temor ao comunismo sedimentado no imaginário social, o governo conseguiu manter uma sensação de “ameaça pairando sobre a ordem social [...] grave a ponto de suscitar o esquecimento de velhas rivalidades, notadamente indisposições contra o governo, transformadas em assunto secundário”.⁵²² Como noticiou um órgão de imprensa: “Urgia principalmente, promover a unificação das frações políticas até então ocupadas em suas pequenas disputas pelo poder, pois o comunismo destruiria a todas, independentemente da cor partidária”.⁵²³ O reconhecimento do papel da imprensa, seu esforço em colaborar com o governo foi feito pelo próprio presidente.⁵²⁴

Assim, podemos enxergar a imprensa, independente do seu posicionamento político, ou sua posição em relação ao governo, como uma espécie de amplificadora da propaganda anticomunista do regime. Por meio dessa posição dos meios de imprensa o regime pôde inculcar e operacionalizar o medo e, camuflado pela luta contra o comunismo, perseguiu seus opositores e até mesmo a própria imprensa.

⁵¹⁸ LIPPMANN, Walter. 2010. Op. cit., p. 291.

⁵¹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 218.

⁵²⁰ *Folha de Minas*. 11 de jul. de 1936. p. 1.

⁵²¹ *A Noite*. 07 de set. de 1936, p. 1.

⁵²² *Ibidem*. p. 219.

⁵²³ *O Estado de São Paulo*. Apud: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 220.

⁵²⁴ *O Diário*, 10 de jan. 1936, p. 1.

Até aqui tratamos da chamada imprensa comercial. Certamente, as publicações partidárias e/ou de ordem religiosa também tiveram seu papel nesse embate. Contudo, devido suas características peculiares, estas serão tratadas em tópicos específicos.

4.1.2 A perseguição como instrumento de medo e de governo: a LSN, o TSN, o estado de guerra e outros mecanismos

A repressão policial de alguns movimentos extremistas cria motivo psicológico para apresiar o andamento da Lei de Segurança.

*Getúlio Vargas*⁵²⁵

Oficialmente, a LSN⁵²⁶ possuía como objetivo específico tipificar condutas consideradas crime contra a segurança nacional. Embora seu objetivo estivesse bem especificado, não podemos afirmar o mesmo sobre objeto. Por se tratar de um tema amplo ou até abstrato, “crime contra a segurança nacional” poderia significar qualquer coisa que atendesse os interesses de quem os definisse, neste caso, o próprio regime. Ainda nos debates parlamentares sobre o então projeto 128/1935, suas “faces” abstratas, tal como sua dúbia possibilidade de aplicação, já eram apontadas.

O deputado Acyr Medeiros recobrava atenção para alguns pontos do projeto; incitar diretamente o ódio entre as classes sociais, art. 15: “mas de que forma, quando e como? O que aí está é muito vago. Já alguém, cultor do direito, afirmou que a aplicação desse artigo é perigosa, pois deixa ao critério subjetivo sua apreciação”. Instigar as classes sociais à luta pela violência, art. 16: “de que maneira se exerce essa violência? Pode ser pela palavra falada ou escrita, também pode ser materializando a violência”. O deputado observou que “todos quantos tenham seus direitos violados e que por essa razão levantem a voz reclamando, estão sujeitos a aplicação desse artigo e do anterior”. Instigar à luta

⁵²⁵ VARGAS, Getúlio. 1995. v I. Op. cit., p. 364.

⁵²⁶ A Lei de Segurança Nacional possuiu entre os anos de 1935 e 1945, três textos distintos: Lei nº 38 de 4 de abril de 1935, Lei nº136 de 14 de dezembro de 1935 e Decreto Lei nº 431 de 18 de maio de 1938.

violenta contra confissões religiosas, ou dessas entre si, art. 17: “não incorrerão neste artigo os representantes da religião católica apostólica romana, os padres que no exercício de suas funções investirem claramente de púlpito contra as religiões que contrariam aquela a que pertencem”?⁵²⁷

Outro ponto destacado pelo deputado foi a expressão “qualquer espécie” contida no art. 121, que tratava da formação e direção de sociedades “cuja atividade se exerça no sentido de, por meios não consentidos em lei [...]”. A reclamação do legislador veio por meio das seguintes indagações: “quais são os meios não contidos em lei”? “Por que não são suficientemente esclarecidos?”⁵²⁸

Na sequência do discurso, o deputado alerta para o ‘real motivo da necessidade’ da existência dessas dubiedades interpretativas em tal projeto. O governo, na busca por unificar a narrativa e eliminar toda espécie de antagonismo, tratou de deixar lacunas onde pudesse sancionar qualquer partido oposicionista – ou qualquer oposição – “pela simples razão de quererem opor-se a desmandos e a que seus direitos sejam feridos”, motivo pelo que são imediatamente “acoimados de comunistas”. “Acoimam-nos de comunistas só porque divergimos”.⁵²⁹

Para o deputado da minoria proletária, o que estava acontecendo naquele momento era uma tentativa clara de se obter um meio legal para a eliminação de qualquer tipo de entrave aos desmandos do regime. Nas palavras do deputado, por meio desse:

monstrengo, desse absurdo a que se dá nome de projeto de lei [...] nós mesmos, não só os representantes trabalhistas, como também os deputados burgueses da oposição, estamos sujeitos a sofrer os efeitos retroativos dessa lei, pela nossa ação parlamentar: nota-se bem o intuito de preparação de terreno nesse sentido pelos responsáveis no momento”. [...] o que está aí mascarado de liberal democracia, precisa de uma lei dessas, com efeito retroativo, a fim de que possa ferir àqueles que tiveram coragem de levantar a sua voz de protesto contra os desmandos dos atuais detentores do poder.⁵³⁰

Adolpho Bergamini argumentou que o presidente buscava tolher outros das mesmas ferramentas que o havia levado ao poder, e mais, estava a contrariar seus próprios argumentos. A prédica da Aliança Liberal, de que “nas democracias, a paz sem agitação de ideias e sem o pleno exercício dos direitos políticos não é paz, mas estagnação”, de

⁵²⁷ Diário do Poder Legislativo. 26 de fev. de 1935, p. 1370. *passim*.

⁵²⁸ *Ibidem*. p. 1370-1371.

⁵²⁹ *Ibidem*.

⁵³⁰ *Ibidem*. p. 1371. *passim*.

que “a paz na república não pode ser como a tranquilidade dos mangues, que é de decomposição”, não só estava sendo abandonada, como combatida. Para o deputado, esse era o objetivo do projeto em questão.

Bergamini afirma que o regime – com o intuito de aliciar a imprensa e unificar a narrativa – levantou a censura em troca da publicidade de “atentados” que “claramente obedecem a um plano sistemático concertado entre esta e os detentores do poder”.

A função política da imprensa [e dos] órgãos de publicidade revestiram-se de outra feição que os forra de maiores aborrecimentos, e de mais sérios prejuízos. Dedicam preferencialmente suas colunas ao noticiário policial [...] Campeia hoje o sensacionalismo”.⁵³¹

A existência desses acontecimentos já havia sido denunciada pelo deputado Álvaro Ventura,⁵³² que apontou a veiculação do que chamou de “golpe armado”, pela imprensa alguns dias antes.⁵³³

O deputado Bergamini afirmou que o Estado coexiste sobre o equilíbrio do que chamou de poder de governo e poder da nação. Os poderes de governo se baseiam na autoridade, cultura, força e tesouro, enquanto a nação se legitima por meio da opinião pública, da imprensa, das associações e da agitação erigida em protesto. Bergamini, citando o jurista italiano Silvio Longhi, argumentou que a possibilidade de uma sociedade se organizar em resistência é o corolário da estrutura jurídica do Estado livre e moderno, e que essa resistência não só é legítima como benéfica, e era exatamente essa capacidade de resistência que o regime buscava asfixiar.⁵³⁴

Para o deputado Zoroastro Gouveia (Partido Socialista Brasileiro-SP), cada dispositivo do projeto 128/1935 era um alçapão de tortura, de ameaça, de compressão e de violência.⁵³⁵ Álvaro Ventura argumentou que, depois de inúmeros atos de violência por parte do regime, ficou claro que o regime buscava “cópia fiel e aumentada das leis de

⁵³¹ Diário do Poder Legislativo. 01 de mar. de 1935, p. 1460. *passim*.

⁵³² O historiador Thiago Mourelle observa que o deputado Álvaro Ventura foi o primeiro parlamentar a levantar-se em oposição ao projeto que daria origem a LSN, ainda em janeiro de 1935. Os discursos inflamados do deputado contra o projeto fizeram popularizar a alcunha de “lei monstro” entre as camadas proletárias. Cf. MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. *Op. cit.*, p. 256.

⁵³³ Diário do Poder Legislativo 12/01/1935. p. 264. O discurso foi proferido pelo deputado, na câmara, no dia 14 de dezembro de 1935.

⁵³⁴ *Ibidem*.

⁵³⁵ *Ibidem*. p. 1463.

Hitler e Mussolini” e que o “Sr. Vicente Ráo [ministro da justiça], que tão lepidamente atendeu as injunções do Sr. Mussolini, teimosamente persiste em manter enclausurados, dezenas de operários sem uma simples nota de culpa”.⁵³⁶

O deputado Antonio Covello alertou durante os debates que tal projeto, se aprovado, seria a deturpação do conceito de independência dos poderes do Estado e o rompimento com o equilíbrio constitucional. Nas palavras do deputado, não seria “na multiplicação das leis criminais que os agentes do poder devem haurir a sua força”. Covello argumenta ainda que isso seria reflexo da impossibilidade do regime em manter o poder por vias democráticas, juntando-se assim ao que ele chamou de piores governos, que:

geralmente, são os que mais abusam dos recursos repressivos para o desempenho de suas funções e manutenção da sua estabilidade. E, também, por via de regra, só os governos impopulares e enfraquecidos pelo retraimento da confiança geral apelam para as demasias do rigor penal.⁵³⁷

A crítica do deputado paulista apontou para outro ponto importante do projeto; a possibilidade de criminalização da incitação e da instigação ou pelo uso equivocado desses conceitos. Em suas vindicações, “diante de uma lei dessas”, tudo passaria a constituir uma atividade manifestamente criminosa, até mesmo as “expansões próprias da intimidade, as confidências, as simples discussões, a simples exposição de um pensamento na tribuna ou na imprensa, estarão sujeitas à ameaça de pensamento”.⁵³⁸

O que observamos nas críticas dos deputados acerca do projeto em questão, em especial nas palavras de Covello, foi uma tentativa de “ressaltar que tal projeto estava maculado por vícios jurídicos insanáveis, o que lhe tornava um documento próprio das mais abjetas ditaduras”.⁵³⁹ O que o deputado denominou por “vícios jurídicos”, eram na verdade artifícios estrategicamente colocados pelo regime para se efetivar como a força de repressão incontestável, e ordenador da narrativa anticomunista. A Lei de Segurança não era apenas uma lei contra a “desordem” comunista, mas sim um instrumento para o fortalecimento do Executivo e mais uma “ferramenta” para eliminar os pensamentos divergentes e se legitimar como única forma de poder.

⁵³⁶ Diário do Poder Legislativo 12 de dez. de 1935. p. 265.

⁵³⁷ COVELLO, A. Augusto. 1935. Op. cit., p. 136. *passim*.

⁵³⁸ *Ibidem*. p. 144.

⁵³⁹ BISI, Adriana de Oliveira Gonzaga. 2016. Op. cit., p. 107.

Em 28 de março o projeto 128/1935, a essa altura já reconhecido como Lei de Segurança Nacional, foi aprovado na Câmara. Em seu voto de protesto, o deputado Plínio Tourinho (Partido Social Nacionalista-PR) afirmou tratar de uma Lei de Segurança opressora das liberdades públicas, que então iria subir à sanção do Executivo: “resta-nos a esperança de que o Exmo. Sr. Presidente da República não a sancione, porque incontestavelmente S. Ex. foi o mais benévolo ditador de que há notícia na história”.⁵⁴⁰ Quanto a esperança do deputado Tourinho e a benevolência do ditador, a história nos dá conta do contrário. Em 4 de abril de 1935 Vargas sancionou o projeto 128/1935, tendo origem assim oficialmente a Lei de Segurança Nacional, a primeira da história brasileira.

A partir desse momento, a repressão que, muito embora já existisse anteriormente, foi fortalecida, agora legalmente amparada. A essa altura, “Vargas estava convencido da eficácia do uso contínuo da propaganda e da repressão, com a primeira criando uma atmosfera favorável a segunda”.⁵⁴¹ Assim, com o “convencimento” da opinião pública e as perseguições, o Executivo foi cada vez mais se colocando como um poder “superior”, e suas medidas quase sempre buscavam fortalecer essa posição.

Após os movimentos revolucionários de novembro de 1935, essa empresa do regime ganha novo fôlego; buscou-se uma reforma da já “dura” LSN. Nas palavras do deputado Otavio Mangabeira, essa era mais uma tentativa do Executivo “encurrular o Legislativo, ou quem ali ousasse se opor ao regime. A reclamação dos deputados oposicionistas era de que, na narrativa do Executivo, seriam eles partícipes das revoltas e que nem mesmo a defesa lhes era assegurada.”⁵⁴² Não obstante as reclamações da oposição, por contar o regime com o apoio da maioria dos legisladores, a reforma foi aprovada.⁵⁴³

O significado foi o seguinte: mais crimes contra a ordem pública definidos, diminuição do direito de defesa, decretação sumária da perda de cargos vitalícios, facilitação para a expulsão de estrangeiros.⁵⁴⁴ Para o regime, ainda não era suficiente.

⁵⁴⁰ Diário do Poder Legislativo. 28 de Março de 1935. p. 2193.

⁵⁴¹ MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. Op. cit., p. 257.

⁵⁴² Diário do Poder Legislativo. 21 de dez. de 1935. p. 9.489.

⁵⁴³ Diário do Poder Legislativo. 31 de dez. de 1935. p. 10.403.

⁵⁴⁴ MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. 2011. Op. cit., p. 111.

Logo tratou-se de reformar a constituição. Naquele momento, o Executivo já não vislumbrava impedimento possível para suas vontades. Para permitir a reforma, o estado de sítio foi suspenso,⁵⁴⁵ sendo retornado dois dias depois, após à aprovação da medida.

Nessa toada, o regime se fortalecia e seu aparelho repressivo ia cada vez mais sendo “hipertrofiado”. Após a aprovação da LSN e da reforma constitucional, foi a vez de transformar o estado de sítio em estado de guerra.⁵⁴⁶ Em seu pedido ao congresso, Vargas alegou que: “se tornam indispensáveis as mais energéticas medidas de prevenção e repressão [para] defender [...] os princípios da autoridade e da ordem social”.⁵⁴⁷ Há muito a imprensa já preparava o terreno para essas ambições do regime. Meses antes, na esteira dos movimentos sediciosos de novembro de 1935, Assis Chateaubriand se referia a tais eventos como “uma revolução estrangeira”,⁵⁴⁸ que segundo ele, buscava implantar “uma ditadura do crime”.⁵⁴⁹ Dois dias após as revoltas, tratou de afirmar:

Estamos em guerra contra uma potência estrangeira, que jurou destruir os padrões éticos e jurídicos da nossa civilização centenária [...] é um erro supor que os conspiradores ocultos desse canibalismo, organizados em seita política, sejam brasileiros.⁵⁵⁰

A equiparação entre estado de sítio e guerra, ocorrida em março de 1936, e que permitiu ao regime lidar com os comunistas – ou opositores – como se fossem invasores estrangeiros não foi um ato político restrito àquele momento. O historiador Thiago Mourelle comenta que isso “era a consolidação do que estava sendo desenvolvido desde 1930: uma guerra contra o comunismo, considerado uma ideologia estrangeira”.⁵⁵¹ Foi o que afirmou o então ministro da justiça, Vicente Ráo, ao comentar sobre a necessidade

⁵⁴⁵ Os debates acerca da reforma da carta constitucional de 1934, tal como à medida que suspendeu o estado de sítio para possibilitar tal reforma pode ser conferidos em: *Diário do Poder Legislativo*. 18 de dez. de 1935, p. 9.191-9.213.

⁵⁴⁶ *Diário do Poder Legislativo*. 25 de mar. de 1936, p. 11.080. Essa é a data da publicação da ata, a data da autorização pelo congresso é 23 de março de 1935.

⁵⁴⁷ *Ibidem*.

⁵⁴⁸ *Diário de São Paulo*. 06 de dez. de 1935, p. 1. *O Estado de São Paulo*. 07 de dez. de 1935, p. 13.

⁵⁴⁹ *O Estado de São Paulo*. 06 de dez. de 1935, p. 12.

⁵⁵⁰ CHATEUABRIAND, Assis. Tártaros e Mongóis. *O Jornal*. Rio de Janeiro: 29 de nov. de 1935, p. 2.

⁵⁵¹ MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.) 2021. *Op. cit.*, p. 259.

do estado de guerra: “de fato, é contra um inimigo externo que combatemos”.⁵⁵² Porém o ministro foi ainda mais longe para justificar o instituto jurídico do estado de guerra, que segundo ele, não era mera obra do acaso, mas sim um acontecimento “guiado pelo dedo de Deus, visando a verdadeira significação: uma luta contra o estrangeiro, o estrangeiro que nos agride”.⁵⁵³

Orlando de Barros observa que, embora Vargas estivesse no poder democraticamente desde 1934, ainda que eleito indiretamente pelo congresso, naquele momento:

Já havia transposto de muito a fronteira da normalidade democrática, pois utilizava-se de leis excepcionais, obtidas sob coação do poder legislativo, mediante o pretexto da chamada “intentona comunista”, que, segundo o governo trouxera o perigo de uma sedição geral dos comunistas e seus aliados.
554

Esse também era o pretexto perfeito para se “prevenir” para um evento que se avizinhava; o início da campanha eleitoral para o Executivo federal, prevista para os primeiros meses de 1938, de acordo com a constituição de 1934. Embora o pretexto sempre tenha sido a iminência de um golpe comunista, nesse momento, se havia um golpe em curso, não era esse promovido pelos comunistas, mas pelo próprio governo. Segundo Orlando de Barros, “de fato, em 1936, os acontecimentos delineavam um desfecho golpista de direita”.⁵⁵⁵ O historiador comenta que, a essa altura, as forças antidemocráticas, com destaque para as de inspiração fascista – como o integralismo – já conspiravam de forma intensa para implantar um regime autoritário, com objetivo de abortar as futuras eleições.

Com todo esse arroubo autoritário, o regime não tardou em lançar mão das novas “ferramentas”. No dia 25 de março, o *Correio da Manhã* anunciava o ocorrido na véspera: a prisão de vários parlamentares, possibilitadas pelo estado de guerra. Alegando tê-las feito com base em documentos apreendidos com Luiz Carlos Prestes e Harry Berger,⁵⁵⁶

⁵⁵² *Correio da Manhã*, 17 de abr. de 1936, p. 5.

⁵⁵³ *Ibidem*.

⁵⁵⁴ BARROS, Orlando de. *O pai do futurismo no país do futuro: as viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. p. 169.

⁵⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁵⁶ Trata-se do cidadão alemão Arthur Ernest Ewert. O codinome Harry Berger foi adotado em um documento falsificado na argentina, em que lhe era atribuída a nacionalidade estadunidense. Harry Berger era membro da internacional comunista, participou dos levantes de 1935 no Brasil, pelo que foi preso e,

o comunicado do chefe de polícia do Distrito Federal listava os nomes dos parlamentares detidos: Abel Chermont, Otavio da Silveira, Domingos Velasco, Abgvar Bastos e João Mangabeira,⁵⁵⁷ o que a imprensa tratou logo de reproduzir. O texto do jornal enfatiza o “envolvimento” dos detidos com movimento subversivos que supostamente tramavam a subversão da ordem, sob pseudônimos escolhidos em sessão do PCB, o que seria o mais “claro acordo com as técnicas comunistas”.⁵⁵⁸ Questionado sobre as provas do envolvimento desses parlamentares, Vargas se limitou a dizer não as poder fornecer por motivos de segurança.⁵⁵⁹

Os desdobramentos dessas tramas policiais avançavam no tempo. Em dezembro de 1936, *O Imparcial* “prestava contas” do julgamento dos envolvidos nos eventos de 1935, tal como das prisões dos parlamentares, tratada como sendo a condenação dos “cabeças das revoltas”.⁵⁶⁰ Sobre esses “envolvidos” nos levantes de 1935, o historiador estadunidense Roberts Rose aponta que ainda antes dos acontecimentos o governo já dispunha de uma lista recheada de nomes de adversários que, com os levantes, o caminho foi aberto para persegui-los.⁵⁶¹

A prisão de Prestes foi outro daqueles eventos de enorme apelo midiático. Fotos do líder comunista em primeira página, acompanhadas por outras de “Allan Baron, o suicida denunciante”, “Olga Meireles ou Maria Bergner ou Maria Prestes, a companheira do ex-capitão”, “Julia Santos, a empregada de Prestes”, sob o título de efeito: “Preso afinal o cavaleiro da esperança: detalhes em torno da diligência que tanta sensação causou em todos os recantos da cidade”.⁵⁶² Era uma disposição de imagens e detalhes em primeira

segundo Marly Vianna, barbaramente torturado. Cf: VIANNA, Marly de A. G. As rebeliões de novembro de 1935. Revista *Novos Rumos*, n 34, p. 1-40,2003. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/revista_novos_rumos_rebelioes_1935.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022

⁵⁵⁷ *Correio da Manhã*. 25 de março de 1936, p. 1. O texto do *Correio da Manhã* apresenta João Mangabeira como advogado, o que era correto, contanto, Mangabeira também era deputado federal (PSB-BA) Foi fundador do Grupo Parlamentar Pró Liberdades Populares, na companhia do senador Abel Chermont e outros 19 deputados. Cf. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_mangabeira. Acesso em: 20 ago. 2022

⁵⁵⁸ Ibidem.

⁵⁵⁹ Diário do Poder Legislativo. 01 de abr. de 1936, p. 11.130.

⁵⁶⁰ *O Imparcial*, 16 de dez. de 1936. p. 4.

⁵⁶¹ ROSE, Roberts S. 2001. Op. cit., p. 107.

⁵⁶² *Correio da Manhã*. 06 mar. de 1936. p. 1.

página, que fazia *jus* àquela afirmação do deputado Adolpho Bergamini, de que na relação mídia/regime, acerca da repressão, campeava o sensacionalismo.

O *Diário da Noite* deu destaque a figura de Alan Baron. Seguindo a narrativa, ele havia denunciado o esconderijo de Prestes e, por arrependimento, suicidou-se,⁵⁶³ o que o pesquisador Robert Levine afirmou não passar de mais uma falsificação da política de repressão do regime.⁵⁶⁴ Na própria imprensa já havia surgido denúncias de que o regime, se não falsificava, exagerava na narrativa fornecida à mídia para a divulgação das ações de repressão ao comunismo. O mesmo *O Imparcial*, que anunciou a prisão dos “cabeças da revolta” ainda em 1935, publicou que o governo fazia confusão propositalmente, exagerando as coisas, para se montar casos que no fundo se transformam “apenas em pretexto para a circulação de dinheiro do governo para a campanha contra o comunismo”.

Desta forma, contando com a servilidade do Legislativo,⁵⁶⁶ com a anuência de grande parte da imprensa e com aparatos legais – ou mesmo lançando mãos de meios fora da lei – o regime pôde promover uma “faxina” contra seus opositores, tudo em nome da “caça os comunistas”.⁵⁶⁷ Como o próprio Vargas salientou, o *pari passu* entre repressão e propaganda deu ao regime a condição, criou o ambiente que possibilitou se livrar dos entraves ao seu projeto. O exagero dos fatos, na publicidade empregada para os eventos promovidos pelos comunistas, cumpriu seu papel; disseminou o medo, alarmou a população e amplificou a narrativa anticomunista. Foi mais uma “camada de pavimento” no caminho do autoritarismo, que levaria Vargas ao golpe de 10 de novembro de 1937.

Afinal, como afirmou *O Imparcial*: “Quando não há comunismo? Inventa-se!”⁵⁶⁸

⁵⁶³ *Diário da Noite*, 06 de mar. de 1936. p. 1.

⁵⁶⁴ Para o historiador, a morte de Baron, foi resultado de torturas praticadas pela polícia, a fim de conseguir a delação, e que o corpo foi atirado por uma janela, para simular o suicídio. Cf. LEVINE, Robert. 1980. Op. cit., p. 198.

⁵⁶⁵ *O Imparcial*. 24 de jul. de 1935. p. 3.

⁵⁶⁶ LEVINE, Robert. 1980. Op. cit., p. 199.

⁵⁶⁷ A expressão foi extraída da obra de Thiago Mourelle. Nela, o historiador traz em pormenores as medidas de repressão à oposição pelo regime Vargas, desde 1930 até as vésperas do golpe do Estado Novo. Cf. MOURELLE, Thiago Cavaliere. 2019. Op. cit., p. 23 *et. seq.*

⁵⁶⁸ *O Imparcial*. 09 jul. de 1935. p. 4.

4.1.3 O Integralismo

O movimento integralista, que se organizou a partir de 1932, conseguiu fruir de considerável ascensão até sua desarticulação, após o golpe do Estado Novo. Para Héglio Trindade, o integralismo foi o primeiro movimento de “massa” no Brasil, e “o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional, reunindo cerca de meio milhão de aderentes”.⁵⁶⁹ Outro ponto importante em relação ao movimento de Plínio Salgado foi sua capacidade de “organizar uma rede excepcional de imprensa”.

Todos esses pontos somados: crescimento continuado, organização política em âmbito nacional, e uma rede de imprensa, fazia do integralismo uma força política nada desprezível, em especial para quem deseja tomar o poder, ou como foi o caso de Vargas naquele momento, continuar nele. Atento a esses fatos, em setembro de 1937, um dos principais nomes por trás do golpe foi enviado por Vargas até o líder dos integralistas. Francisco Campos “garantiu a Salgado que o integralismo estaria na base da futura organização”.⁵⁷⁰

Não demoraria muito para que o próprio Vargas se encontrasse com Plínio Salgado. As impressões desse encontro foram registradas pelo presidente em seu diário, que anotou: “Na noite última, fui com o Macedo à casa do Rocha Miranda – Renato –, onde encontrei-me com Plínio Salgado, que de muito procurava falar-me. Caipira astuto e inteligente, mas entendemo-nos bem”.⁵⁷¹ Dessa forma, Vargas foi conquistando o apoio do integralismo, ao acender em seu chefe uma chama de expectativas em relação a ocupação de espaços políticos dentro da nova ordem que se articulava.

O desfile em honra a Vargas promovido pelo movimento integralista em primeiro de outubro, pouco mais de um mês antes do golpe, deu mostra do estado de ânimo de Salgado em relação a Vargas. Para o presidente, esse era um apoio e tanto, e significava aumentar seu campo de movimento, talvez por isso, em suas anotações, a ênfase foi para

⁵⁶⁹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1974, p.10.

⁵⁷⁰ VICTOR, Rogério Lustosa. Getúlio Vargas e o Integralismo: histórias de pescador. *Angelus Novus*, v. 1, n.3, p.63-82, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88854>. Acesso em: 24 abr. 2022.

⁵⁷¹ VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol. II (1930-1936). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. p. 78.

os números, afirmando que “certamente, mais de 20 mil desfilaram em continência ao chefe da nação”.⁵⁷²

A partir dos movimentos sediciosos de 1935, a busca por um consenso ou mesmo por algum tipo de consentimento social, com base em narrativas anti-extremistas e em ações de repressão, se tornou mais plausível, materializando-se de forma especial pela produção do sentido do discurso. A partir desses acontecimentos, o governo buscou justificar sua narrativa oferecendo destaque especial para as “ameaças” à nação. O âmago dessa prédica era “revelar” os grupos sectários dessas ideologias exóticas.

Nos embates entre comunistas e integralistas, independente do resultado, a culpa era quase sempre atribuída aos comunistas. Como a figura do comunista já vinha sendo significada há muito como o grande mal, o grande inimigo, quase todos os episódios de violência eram identificados como sendo por esses praticados. Quanto aos integralistas, eram quase sempre colocados como vítimas e, portanto, suas ações configuradas como atos de defesa.⁵⁷³ Ainda que pela polícia fossem identificados como duas faces de uma mesma moeda, por ambos serem adeptos de ideologias exóticas,⁵⁷⁴ naquele momento, por conveniência do regime não havia combate aos seguidores de Plínio Salgado. Contudo, tal fato tomaria outro rumo logo que se implantasse o Estado Novo,⁵⁷⁵ e com acirramento de tensão em maio de 1938, quando os integralistas tentaram um golpe contra Vargas.⁵⁷⁶

A proximidade entre Vargas e o integralismo, diante da animosidade dos embates na disputa pelo Catete, passou a ser questionada. O deputado Café Filho (Partido Social Nacionalista-RN) denunciou a manobra para aumentar os números do integralismo. Ele alegou que operários foram obrigados a votar em um plebiscito integralista. Os números começaram em um “milhão, depois meio... e assim por diante”, “o integralismo não é a

⁵⁷² VARGAS, Getúlio. 1995. v. II Op. cit., p. 79.

⁵⁷³ SILVA, Giselda Brito. No entre guerra, a situação dos integralistas na implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas. *Projeto História*, v. 30. p. 229-241, 2005.
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2264>. Disponível em: 26 mai 2021.

⁵⁷⁴ DOMENACH, Jean-Marie. A propaganda política. 2 Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

⁵⁷⁵ PIMENTA, Everton PEREIRA; Marco Antônio M. L. O perigo agora é verde: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Everton Fernando (Org.). *As direitas no Brasil: discursos, práticas, representações*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

⁵⁷⁶ GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 103-110.

força política que diz ser”. O deputado conclamou os dois principais nomes da eleição presidencial que se aproximava, Armando Salles e José Américo, a verbalizar suas repulsas pela “infiltração fascista”.⁵⁷⁷

Se referindo à denúncia do deputado Domingo Velasco, de que o regime havia permitido reunião da “internacional fascista” dentro de um prédio público, ele argumenta:

[...] um estrangeiro vem ao Brasil e, num prédio público realiza uma sessão para levar os fascistas brasileiros a uma organização internacional [...]. Terão autoridade, nesta altura dos acontecimentos, para combater os comunistas estrangeiros os que se acumpliciam aos fascistas estrangeiros [...]. E por que o Brasil, ou o governo do Brasil, abre as suas portas, cede os seus edifícios para que estrangeiros pretendem fundar aqui uma internacional fascista.⁵⁷⁸

O deputado conclui dizendo que as forças democráticas devem repudiar tanto comunistas como integralistas. Que a nação rejeitava ambos. Ao comentar esses pronunciamentos dos deputados, Vargas disse que não passavam de tentativas de exploração política da recepção aos integralistas, e concluiu: “sem conseqüências”.⁵⁷⁹ Contudo, na prática as ações do integralismo já eram interpretadas como um avanço de um grupo que oferecia risco ao regime. Em vários estados esses embates ocorriam. Na Bahia, porém, eles eram mais ferrenhos.⁵⁸⁰

O governador da Bahia, Juracy Magalhaes, promovia em seu estado uma luta de vida ou morte contra os integralistas, e recomendara o mesmo a Vargas. Para Magalhães, essa caçada aos seguidores de Plínio Salgado deveria ser empreendida em nível nacional.⁵⁸¹ O presidente comentou que isso era uma obsessão do governador, “que já não estava contente em persegui-lo na Bahia, com todas as vantagens do estado de guerra, quer que eu faça o mesmo em todo o Brasil”,⁵⁸² o que parece não ter ocorrido, pelo menos até ser outorgada a nova constituição e a corrida ao Catete ser enterrada de vez. Aliás, a compreensão por parte de Vargas, que o integralismo lhe poderia ser útil, não surgiu

⁵⁷⁷ Diário do Poder Legislativo. 17 de jun. de 1937. p. 31.969. Discurso pronunciado na sessão de 11 de junho

⁵⁷⁸ Ibidem.

⁵⁷⁹ VARGAS, Getúlio. 1995. v II. Op. cit., p. 55.

⁵⁸⁰ SILVA, Giselda Brito. 2009. Op. cit., p. 234.

⁵⁸¹ Acerca da oposição de Juracy Magalhães ao integralismo, *A Offensiva* publicou: “O Brasil não acreditou na denúncia do governador baiano, que atribuiu intenções subversivas ao movimento do sigma”. *A Offensiva*. 30 de set, de 1936. p. 1.

⁵⁸² VARGAS, Getúlio. 1995. v. II Op. cit., p. 22.

apenas em 1937. Ainda em março de 1935, quando da aprovação da LSN na Câmara, e da tentativa dos deputados em usá-la também contra o integralismo, em seu diário ele apontou: “enxertaram nela dispositivos contra o integralismo. Estou em dúvida se sanciono ou veto esse dispositivo O integralismo é [...] uma propaganda útil para disciplinar a opinião”.⁵⁸³

Assim, ao flertar com o integralismo, Vargas contava com um aliado de peso para atacar os comunistas e continuar perseguindo os que ousaram opor-se ao regime. Além dos confrontos diretos entre os “verdes e os vermelhos”,⁵⁸⁴ o regime ganhava de lambuja toda a rotulação e o vilipêndio que as mídias integralistas pudessem produzir acerca dos comunistas, bem como a importância do regime para a manutenção da ordem, e exaltações ao nome de Getúlio Vargas. “Um super-homem [...]. O povo quer Getúlio Vargas, com ou sem constituição. A vontade é soberana, contra ela não podem ser invocadas [...] as ambições de politikeiros”.⁵⁸⁵

Para *A Offensiva*, principal meio de imprensa e propaganda do integralismo, não bastava apresentar os eventos integralistas, mas salientar a atenção do presidente a eles: “50 mil camisas verdes desfilaram ontem pela avenida Rio Branco; o Presidente e altas autoridades militares assistiram à passagem das colunas integralistas”.⁵⁸⁶ Em referência aos atos revolucionários de 1935, escreveu-se: “a manutenção da ordem pública é um problema político”, contudo, na opinião do periódico a solução estava à vista, pois “a Nação confia[va] em seus leais defensores”,⁵⁸⁷ em clara exaltação a Vargas e ao regime. Sobre os comunistas, a crítica era direta: “destruidores de famílias”,⁵⁸⁸ “perseguidores a religiosos [...] piores mesmo que as próprias feras [...] matando apenas para satisfazer

⁵⁸³ VARGAS, Getúlio. 1995. v I. Op. cit., p. 373.

⁵⁸⁴ As expressões aparecem no discurso do deputado Café Filho, na Câmara dos deputados, em 17/06/1937.

⁵⁸⁵ ROCHA, Geraldo. Um Super Homem. *Acção*. São Paulo: 13 de out. de 1937, p. 2.

⁵⁸⁶ *A Offensiva*. 02 de out. de 1937, p. 03. Fundo Godofredo Tinoco. Arquivo Nacional. Código de Referência: BR_RJANRIO_TZ. O historiador Orlando de Barros ao comentar sobre esse desfile dos integralistas, afirma que sua finalidade era “encorajar Vargas a dar um golpe, assumindo posições de direita. Essas mobilizações gigantescas em meio a uma população, geralmente avessa às grandes demonstrações políticas foram a base principal da expressão de poder, que impressionava simpatizantes e atemorizava os inimigos, foi também a causa de seu fim”. Segundo Orlando de Barros, Vargas, com o Estado Novo pretendia “interpor aos extremismos de esquerda e de direita. A 3 de dezembro a AIB foi dissolvida”. BARROS, Orlando de. 1987. Op. cit., p. 30.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p 01.

⁵⁸⁸ *A Offensiva*. Apud. MOTTA. 2020. Op. cit., p. 98.

instintos perversos e impatrióticos”.⁵⁸⁹ Preparadores de uma “jornada de sangue”⁵⁹⁰ para destruir a nação.

A mídia integralista seguia a tática da propaganda anticomunista do regime. Qualquer crítica recebida era logo apresentada como uma postura comunista. Manipular o perigo do comunismo, ressignificando-o de acordo com o momento, passou a ser um importante recurso para vexar os adversários, independentemente da sua posição política. “Hostilizar o sigma em público, é fazer profissão de fé comunista”,⁵⁹¹ “combater o integralismo agora é agir de má fé, ou servir de instrumento aos planos do comunismo”,⁵⁹² A narrativa integralista foi além, ao tentar impor a ideia de que defender o integralismo era defender a democracia, ao afirmar que: “qualquer obstáculo que se ponha à propaganda e a difusão das ideias integralistas é um atentado contra a democracia”.⁵⁹³

Em 7 de junho de 1937, a medida tomada pelo ministro da Justiça, Macedo Soares, que excarcerou em grande monta detentos presos por suposto envolvimento nos movimentos de 1935, deu novo apelo as forças anticomunistas.⁵⁹⁴ Tal medida logo tomaria as páginas dos jornais, em especial dos integralistas, sob a alcunha de “macedada”. Rodrigo Motta comenta que “as manchetes dos jornais da AIB buscavam fazer retornar o pavor típico ao momento pós-intentona, apresentando seguidas denúncias sobre a trama comunista em marcha”,⁵⁹⁵ e a “descoberta” do Plano Cohen levou os integralistas a exultarem de contentamento. “O Brasil deu razão a Plínio Salgado”, regozijou-se *A Offensiva*.⁵⁹⁶

Entretanto, a *ordo rerum* entre o regime e o integralismo não resistiriam ao advento do Estado Novo. Não foi necessário mais que o próprio discurso de Vargas, por

⁵⁸⁹ *A Offensiva*. 24 de set. de 1936. p. 1.

⁵⁹⁰ *Acção*. 30 de set. de 1937. p. 1.

⁵⁹¹ *A Offensiva*. 05 de jun. de 1937. p. 1.

⁵⁹² *A Offensiva*. 29 set. de 1936. p. 1.

⁵⁹³ *A Offensiva*. 27 de set. de 1936. p. 1.

⁵⁹⁴ Vargas aponta que esse foi um movimento premeditado para movimentar a opinião pública. Quanto aos indivíduos liberados pela “macedada”, também Vargas os classifica como não sendo presos políticos, mas sim “batedores de carteiras e punguistas que o estado de guerra permitia sequestrar”. Cf. VARGAS. v. II op. cit., p. 52.

⁵⁹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 239. Motta assinala as edições de; *A Offensiva* de 06, 07 e 08 de agosto de 1937 como sendo as principais dessa companhia.

⁵⁹⁶ *A Offensiva*. Apud MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 188.

ocasião da promulgação da constituição de 1937, para Plínio Salgado perceber uma mudança na “direção dos ventos”. Ao escrever sobre o evento, Salgado foi assertivo:

Fiquei completamente convencido de que estávamos alijados desde o primeiro dia. Não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os integralistas. Entretanto, era um movimento e eram homens que tudo fizeram pela nação e que sempre foram leais para V. Excia. nos momentos mais difíceis.⁵⁹⁷

Para José Américo, um dos presidenciáveis para 1938, Getúlio Vargas se “apoiou no integralismo”⁵⁹⁸ para ter facilitada sua caminhada para o golpe, uma vez que a influência dos integralistas era grande em 1937. Para Jeová Mota,⁵⁹⁹ a alocação do integralismo como um alicerce para Vargas e o golpe foi responsabilidade de Francisco Campos, sob promessas de participação no poder:

Impõe-se que vocês se aliem a Getúlio, para enfrentar isso. Vocês não devem ter medo desta aliança. Ela é necessária e não é perigosa porque sem ela vocês não vão ao poder; e não é perigosa porque é uma aliança em que vocês são a organização, e o seu aliado não é organização é desorganização. Dessa aliança quem leva a melhor são vocês.⁶⁰⁰

Apesar das promessas, o que de fato o Estado Novo reservou ao integralismo foi algo bem distinto de uma participação no poder. Nas diligências contra diversos núcleos integralistas, em especial na Bahia e em Pernambuco, diversos de seus símbolos haviam sido apreendidos, e, com o Estado Novo, esses símbolos serviram de instrumento para ridicularizar a imagem do novo inimigo.⁶⁰¹ O integralismo passava então a ser acusado de tentar produzir novos distintivos e insígnias, distantes daqueles que, segundo o regime, representavam a verdadeira nacionalidade. Retratos de Plínio Salgado e a bandeira

⁵⁹⁷ SALGADO, Plínio. *O Integralismo Perante a Nação*. Rio de Janeiro, Liv. Clássica Brasileira, 1950, p. 118.

⁵⁹⁸ LIMA, Valentina da Rocha. *Getúlio: uma história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro, Record, 1986, p. 129. Depoimento de José Américo de Almeida.

⁵⁹⁹ Jeová Mota, em conjunto com o padre Helder Câmara e Severino Sombra, foram responsáveis pelos primeiros contatos com Plínio Salgado, acerca do que viria a ser a Ação Integralista Brasileira, fundada em outubro de 1932. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mota-jeova>.

⁶⁰⁰ LIMA, Valentina da Rocha. 1986. Op. cit., p. 110. Depoimento de Jeová Mota.

⁶⁰¹ Acerca da exposição negativa de um inimigo, Domenach trabalha a ideia de que são seus próprios elementos simbólicos que, desmontados, isolados, e classificados, oferecem os meios para combatê-los. Tal inimigo, uma vez despojado de seus instrumentos verbais e simbólicos, que lhe conferia *status* de “impressionante”, veem-se reduzidos a aspectos contraditórios o que permite a sua desmoralização ou mesmo ridicularização. Cf. DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. 2 Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. p. 82-84.

integralista “eram” exemplos incontestes da existência da busca pelo integralismo por novos símbolos, a fim de mudar ou reorientar valores patrióticos relacionados aos símbolos nacionais mais importantes: “a bandeira do Brasil e o retrato do Presidente do Brasil”.⁶⁰²

A eliminação do movimento de Plínio Salgado passou a ser um imperativo para o regime. Barbosa Lima Sobrinho comenta que para o núcleo de poder do entorno de Vargas, a partir de 1937, “era preciso criar dois terrores: o terror comunista e o terror do fascismo. Só assim abriria margem para a continuação de Getúlio Vargas”.⁶⁰³ No escopo dessa nova narrativa, “as lutas entre esquerda e direita no Brasil punham em perigo a democracia”,⁶⁰⁴ e a Constituição de 1937 foi apresentada como uma forma de evitar que esses “extremistas alienígenas”, fossem de direita ou de esquerda, tomassem as rédeas do poder no Brasil.⁶⁰⁵

Sobre a personalidade política de Vargas e sua relação com os demais atores deste campo, tomamos as palavras de Aspásia Camargo, que diz: “as grandes inflexões da vida política de Vargas são longamente preparadas. [...] O golpe de 1937, a ninguém surpreende: urdido em silêncio, reúne os seguimentos mais expressivos da comunidade política”.⁶⁰⁶ É possível supor, pelas palavras do próprio Vargas, que isso não era uma questão de momento, mas sim um comportamento e uma preocupação que o acompanhara de longa data.

Em uma conversa com seu filho Lutero, Vargas confidenciou que passou seus anos de estudos movido pela ânsia de encontrar na ciência e na filosofia uma fórmula para explicar a vida e o mundo. Uma das “chaves” por ele encontrada para tal foi na teoria de Darwin ou, diga-se, em uma interpretação particular dela: “vencer não é esmagar ou abater pela força todos os obstáculos que encontramos – vencer é adaptar-se”.⁶⁰⁷

⁶⁰² SILVA, Giselda Brito. 2009. Op. cit., p. 235.

⁶⁰³ LIMA, Valentina da Rocha. 1986. Op. cit., p. 129. Depoimento de Barbosa Lima Sobrinho.

⁶⁰⁴ Ibidem. Depoimento de Paulo Pinheiro Chagas.

⁶⁰⁵ Ibidem.

⁶⁰⁶ CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). As instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999, p. 13.

⁶⁰⁷ VARGAS, Getúlio. 1995. v II. Op. cit., p. 486.

Sugerindo dúvida de Lutero, ele explica: “adaptar-se não é conformismo, servilismo ou a humilhação; adaptar-se quer dizer tomar a coloração do ambiente para melhor lutar”.⁶⁰⁸

Talvez seja essa fala de Vargas um resumo de suas ações em relação aos seus “obstáculos” no campo político, não o sendo, é pelo menos uma possibilidade de entender o pensamento do homem que insinuou aliança com o integralismo, para tão logo que chegasse ao poder, defenestrá-lo.

4.1.4 O discurso religioso

Irmãos na fé e na bandeira [...] A hora que vivemos não comporta atitudes encapotadas. Entre a bandeira vermelha que está organizando por toda a parte o exército dos sem Deus, contra Deus, contra a Família e contra a Pátria, contra todas as reservas morais da humanidade; entre a bandeira vermelha que enrubesce de sangue a terra e está conspurcando o solo com a hediondez dos seus crimes inomináveis, entre o novo Barrabás, que destrói e mata, e o nosso Cristo que perdoa e salva, o Brasil tem que escolher!

*Cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra*⁶⁰⁹

Sem dúvidas, podemos afirmar que o papel da Igreja Católica, portanto, do discurso religioso, teve papel fundamental na narrativa anticomunista levada a termo pelo regime Vargas, compondo com o Estado e a imprensa o tripé de sustentação do anticomunismo no Brasil.⁶¹⁰ Para Rodrigo Motta, “a Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não estatal mais empenhada no combate aos comunistas ao

⁶⁰⁸ Ibidem. p. 487.

⁶⁰⁹ CINTRA, Cardeal Sebastião Leme da Silveira. Discurso do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra. *Revista Mensageiro do Coração de Jesus*. Órgão do Apostolado da Oração. Itu, São Paulo, novembro de 1936, p. 631-635.

⁶¹⁰ MOTTA, Rodriga Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 233.

longo do século XX”.⁶¹¹ Havia o consenso entre as lideranças católicas sobre o comunismo representar um inimigo irreconciliável da fé romana, contra o qual, a única opção era a luta. Para muitos, o comunismo representava nada mais que uma daquelas tentações postas ao próprio Cristo, e aos que seguiam Sua palavra:

Contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e Revolução Francesa; todos esses inimigos foram vencidos, também será o inimigo da undécima hora – o comunismo ateu.⁶¹²

Para Dom Gastão Liberal Pinto, o comunismo representava “a vingança de vinte séculos de ódios acumulados pelo judaísmo impenitente [...] sobre a vitória de Cristo e de sua Igreja, a Católica Apostólica Romana”.⁶¹³ Segundo o filósofo e teólogo Riolando Azzi, a década de 1930 abriu novas perspectivas à Igreja em relação à Primeira República. Para ele, aquele havia sido um momento em que a Igreja viveu uma crise profunda de legitimidade perante as autoridades brasileiras.⁶¹⁴ As agruras dessa crise já haviam sido expostas ainda no início da república pelo próprio episcopado católico:

Dirigimos ao Clero e aos fiéis da Igreja brasileira, alçamos bem alto o pendão católico, profligamos com energia, sim, mas também com calma cheia de dignidade, a clamorosa injustiça praticada contra a Igreja Católica, excluída de toda relação oficial com o Estado, banida das escolas, dos colégios, de todos os estabelecimentos do governo e esbulha da dotação que lhe era devida pelo erário nacional para sustentação e decoro do culto.⁶¹⁵

Nesse documento à comunidade católica, o alto clero nacional trouxe a ideia de que teria a constituição republicana de 1891 formalizado a apostasia.⁶¹⁶ A Carta Pastoral de 1900 era enfática ao afirmar que o Estado brasileiro de então protegia heresias, ao permitir o funcionamento da maçonaria, defender a laicidade, o casamento civil e nivelar a Igreja Católica a outras crenças por ela combatidas, como o protestantismo e o

⁶¹¹ Ibidem. p. 42. O historiador trata a Igreja neste caso, considerando-a no âmbito de instituição religiosa. No texto original, há a ressalva do Vaticano ser um Estado político efetivo.

⁶¹² CABRAL, José Maria. *A Igreja e o Marxismo*. São Paulo: Panorama, 1949, p. 30.

⁶¹³ *O Estado de São Paulo*. 13 de mar. de 1937, p. 9.

⁶¹⁴ AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 6, n. 17, p. 69-85, 1979. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2291>. Acesso em: 18 fev. 2022.

⁶¹⁵ Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro (19 mar. 1890). In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Org.). *A Igreja na República*. Brasília: Ed. UnB, 1981. p. 43.

⁶¹⁶ Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro (1900). Ibidem. p. 22.

espiritismo. O então recém empossado arcebispo de Olinda, Sebastião Leme, ainda em 1916, já apontava essa “fragilidade” da Igreja.

Para Dom Leme, a nacionalidade do Brasil era o catolicismo, e isso deveria ser usado como trunfo. Nas palavras do arcebispo, era necessário que a Igreja cristianizasse as instituições, desenvolvesse um quadro de intelectuais católicos e alinhasse aos meios ortodoxos, às práticas religiosas.⁶¹⁷ Seu retorno ao Rio de Janeiro em 1921, desta vez como arcebispo, e sua elevação à púrpura cardinalícia em 1930, ano da chegada de Vargas ao poder, constituíram etapas que possibilitaram a aproximação entres os dois poderes, o “sagrado e profano”. Thales Azevedo afirma que durante toda a Primeira República a Igreja Católica se preparou para se recolocar na sua antiga posição, e “recatolizar o regime político”.⁶¹⁸ Esse movimento ganhou força a partir da década de 1920, principalmente pela ocorrência de três eventos específicos; o início das publicações de *A Ordem*, a posse de Dom Leme no Rio de Janeiro em agosto de 1921 e a criação do CDV (Centro Dom Vital),⁶¹⁹ em abril de 1922.

É importante destacar que o catolicismo brasileiro naquele momento passava por um quadro de baixíssima produção intelectual leiga sobre a igreja e seus preceitos. Sobre esse fato, Francisco Iglésias comentou: “a inteligência nacional não é católica: se não é hostil à igreja, lhe é indiferente”.⁶²⁰ É nesse contexto que um grupo de intelectuais leigos, sob a orientação de Jackson de Figueredo e tendo como inspiração os ideais do próprio Dom Leme, fundou a revista *A Ordem*. Tal revista foi fruto da necessidade de se ter um

⁶¹⁷ LEME, Dom Sebastião. Carta Pastoral de 1916. Rio de Janeiro, Typografia Vozes de Petrópolis. 1916. p. 4-8. Já nas primeiras décadas do sec. XX, Dom Leme sucedeu a Dom Macedo Costa, como a principal liderança – antes mesmos de se tornar Primaz do Brasil – do episcopado brasileiro e o mais importante articulador das forças católicas. A primeira preocupação de Dom Leme era a falta de influência da Igreja nas instituições políticas da República e a inação social de seus fiéis, o que ele julgava ser o motivo da expansão de outras crenças, como a protestante e a espírita. Em suas palavras, o catolicismo no Brasil era “uma maioria inoperante, o que vale dizer, uma minoria de fato! Enquanto isso, nossos inimigos não cruzam os braços, mas agem com decisão e união de forças!”. Cf. MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil: Período Republicano e Atualidade*. São Paulo: Paulinas, 2003.

⁶¹⁸ AZEVEDO, Thales. *A religião Civil Brasileira: um Instrumento político*: Rio de Janeiro. Vozes, 1981, p. 79.

⁶¹⁹ A partir desse momento, a atuação de Dom Leme junto as forças leigas da Igreja alcançou outro feito importantíssimo para o reforçar da posição da Igreja junto aos fiéis, como também para o engajamento na campanha anticomunista, em especial pós 1930. Trata-se da organização da imprensa católica, para quem os intelectuais do CDV e principalmente as publicações da revista *A Ordem* eram uma espécie de norte. Quanto ao nome adotado para o Centro, foi esse uma homenagem ao bispo de Olinda, Dom Vital, o qual foi protagonista nas lutas em defesa do catolicismo no final do século XIX, especialmente contra a maçonaria.

⁶²⁰ IGLESIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p.132.

meio de expressão e divulgação das ideias do próprio grupo ⁶²¹ e, tendo sido bem aceita entre os fiéis e pelo concílio nacional, especialmente pelo próprio Dom Leme, foi pioneira nesse sentido. ⁶²²

A produção de *A Ordem* foi fortemente marcada pela defesa dos princípios católicos, com participação ativa nos debates acerca de assuntos problemáticos à sua ordem que a Igreja enfrentava naquele momento, com a questão comunista figurando entre os principais temas. Foi com esse pensamento que Jackson Figueredo, seu fundador e primeiro editor, conseguiu se impor e conquistar a adesão de vários outros intelectuais para essa esfera de pensamento, solidificando assim a existência e a “necessidade” de *A Ordem*. ⁶²³ Como comenta Moreira Rodrigues, essa suposta imprescindibilidade da publicação era fruto de uma narrativa dos próprios intelectuais que formavam seu corpo de colaboradores, que afirmavam ser eles os únicos propositores de soluções e novos rumos para o país. ⁶²⁴

Essa participação mais ativa da tertúlia católica no debate político nacional, por sua vez, passou a demandar uma maior organização, como formação de uma biblioteca bem como uma editora para os livros católicos. ⁶²⁵ Assim, pouco menos de um ano após o lançamento de *A Ordem*, em abril de 1922, sob a batuta mais uma vez de Jackson de Figueredo e a colaboração de outros intelectuais consórcios da publicação, foi fundado o CDV. ⁶²⁶ Para o teólogo Riolando Azzi, o objetivo que movia os interesses tanto para *A Ordem* quanto o Centro Dom Vital era o mesmo: “o ideal de contribuir para recatolizar o Brasil”. ⁶²⁷ Pensamento esse que ficou claro em um discurso de Sobral Pinto em que descreveu, anos mais tarde, a função e o motivo do surgimento do CDV. Em suas palavras: “O Centro D. Vital apareceu, então, no horizonte do pensamento cultural da

⁶²¹ RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

⁶²² AZZI, Riolando. *Os pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2003.

⁶²³ SALEM Tânia. Do Centro Dom Vital a universidade católica. IN: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982. p. 97-135.

⁶²⁴ RODRIGUES, Cândido Moreira. 2005. Op. cit., p. 16.

⁶²⁵ AZZI, Riolando. 2003. Op. cit., p. 99.

⁶²⁶ Ibidem, p. 42.

⁶²⁷ Ibidem, p. 99.

comunidade nacional, exatamente para reagir contra essa degradação espiritual da nossa terra e da nossa gente”.⁶²⁸

Ainda que o CDV tenha nascido e sido gerido por mãos leigas, para muitos era simplesmente uma obra da própria Igreja, ou melhor, do seu dirigente na capital federal naquele momento. Nas palavras da Irmã Maria Regina do Santo Rosário, “Jackson Figueredo e mais tarde Alceu Amoroso Lima realizaram fielmente uma obra grandiosa de apostolado que, sem deixar de ser deles, foi primacialmente obra de D. Sebastião”.⁶²⁹

Embora tenha sido um instituto católico pequeno, o CDV teve grande influência não só no desenvolvimento da igreja, mas também foi de suma importância para seu papel político.⁶³⁰ Tanto a revista *A Ordem* quanto o Centro Dom Vital possuíam perfil político-religioso, nesse caso, dedicados a uma formação religiosa com intuito de “combater qualquer manifestação revolucionária”,⁶³¹ o que representava legitimamente os interesses do arcebispo do Rio de Janeiro em eliminar as diferenças entre nacionalismo, patriotismo e religiosidade, como comentou Riolando Azzi.

Segundo Azzi, para Dom Leme, era “vital unir o binômio Pátria e Religião, sendo esta última o catolicismo”,⁶³² pensamento que remonta ao conselho de Dom Antonio Macedo Costa ao seu ex-aluno, Ruy Barbosa, ainda em 1889: “O que é certo, porém, é que se querem ter uma república, devem fazê-la cristã”.⁶³³ O arcebispo primaz da Bahia, Dom Augusto Álvaro da Silva, afirmou que a pátria se reconciliava com a sua fé, e por isso a via grande novamente. Se referindo ao que a Igreja chamava por seita, o comunismo e ao laicismo da Primeira República, afirmou: “Pátria estremecida, tu estás saudando

⁶²⁸ PINTO, Sobral. Homenagem a Hamilton Nogueira. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n. 4, abril de 1957, p. 242.

⁶²⁹ SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina. *O cardeal Leme*: Rio de Janeiro. José Olympio, 1962, p. 179.

⁶³⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁶³¹ SILVA, Welington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro *História Revista*, v. 13, n. 2, p. 541-563, 2008. p.557. DOI: 10.5216/hr.v13i2.6651. Acesso em: 4 ago. 2022.

⁶³² AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930). *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2398> . Acesso em: 30 mai. 2022.

⁶³³ Carta de D. Antônio de Macedo Costa à Rui Barbosa. Apud. AQUINO, Mauricio de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República. (1889-1930). *Rev. Bras. Hist.* v. 32, n. 63, p. 147, 2012. DOI: [10.1590/S0102-01882012000100007](https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100007). Acesso em: 21 abr. 2020.

assim toda a dívida que talvez tenhas contraído em teu passado com o Deus da tua nacionalidade”.⁶³⁴

Orientada por essa narrativa, a partir de 1930 a Igreja passa a atuar de modo especial junto aos líderes do país, nos campos político, militar e intelectual. Com tal aproximação, os *magister dixit* da Igreja vislumbravam a possibilidade de o Brasil se tornar “uma nação plenamente católica em suas estruturas e suas leis”,⁶³⁵ a fim de reforçar seu papel de orientadora da nação.

Nessa “nova” relação entre a fé romana e o “novo Estado” o comunismo teve papel fundamental; permitiu construir pontes para um lugar comum, onde convergiam interesses de Estado e Igreja. Para essa, as ideias comunistas e/ou socialistas, representavam uma concorrência na almejada orientação da nação, para aquele, um concorrente ao poder, se é que havia distinção entre ambos.

No novo contexto, surgido com a queda da Primeira República, a Igreja fortalece em seus discursos a exaltação do princípio da autoridade. Visando combater as ideias de participação popular, comumente alcunhadas de comunismo, corroborou a organização de um Estado forte e dotado de estabilidade por acreditar que esse seria o melhor caminho para o reestabelecimento da sua própria autoridade. Nesse sentido, algumas das diretrizes traçadas pelas autoridades eclesiásticas, a fim de consolidar a “presença” da Igreja ante a opinião pública, se confundiam com os objetivos do próprio regime, das quais duas julgamos as mais importantes:

- Prevenção rígida contra um eventual avanço das ideias socialistas e comunistas no Brasil, procurando mobilizar nesse sentido a opinião pública.
- Fortalecimento do princípio de autoridade em contraposição aos movimentos de cunho mais liberal ou socializante.⁶³⁶

Mobilizar a opinião pública também era o mote da propaganda⁶³⁷ anticomunista do regime, e seu “fortalecimento”, o objetivo. O papel da Igreja, como mobilizadora da

⁶³⁴ Discurso proferido por Dom Augusto Álvaro da Silva, por ocasião do primeiro congresso eucarístico nacional, em 3 de setembro de 1933. Livro do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro. p. 124-127, ACMS (Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador). Est. 6, cx. 35.

⁶³⁵ AZZI, Riolando. 1979. Op. cit., p. 69.

⁶³⁶ Diretrizes da restauração católica, 1930-1940. Apud. AZZI, Riolando. 1979. Op. cit., p. 70.

⁶³⁷ É interessante notar que o termo propaganda originalmente era empregado pela botânica, seu uso para o mundo das ideias tem origem justamente no contexto religioso. Seu primeiro uso remonta ao sec. XVI, mais especificamente à *comissão de propaganda fide*, formada por três cardeais responsável pela difusão da fé católica, estabelecida pelo Papa Gregório XIII (1572-1585). Somente durante a revolução francesa é que o termo perde seu significado eclesiástico, em favor do político. Seu significado mais amplamente

opinião, não ficou restrito às diretrizes católicas. O plano de combate ao comunismo, de 1934, também salientava esse papel da Igreja, especialmente as organizações religiosas católicas. Nesse caso, a atenção deveria estar fitada em dois pontos julgados fundamentais: exercer vigilância sobre manifestações e realizar contrapropaganda a fim de oferecer ao povo a “real” significação do comunismo.⁶³⁸

Desse modo, há de se supor que uma aproximação entre regime e Igreja tenha sido uma questão quase natural pois, mesmo antes de 1934, os interesses de ambos já convergiam. Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, que havia se oposto ferrenhamente à revolução de 1930,⁶³⁹ frente a questão do comunismo, e ao interesse do regime em combatê-lo, declarou em 1931: “as exigências da atual situação do país manifestam a vontade de Deus”.⁶⁴⁰ O discurso de Dom Becker estava alinhado com uma preocupação da Sé Romana, ainda do século anterior, e que ganhou destaque em 1878, com a *Quod Apostolici Muneris*.

Nesta Encíclica, o Papa Leão XIII adverte os bispos para o que ele chamou de uma nova seita, ainda não muito bem definida, mas bárbara, na qual seus membros se identificavam como socialistas ou comunistas. Em relação a tal “seita”, sua recomendação foi: “É necessário [...] que trabalheis para que os filhos da Igreja Católica não ousem, seja debaixo de qual pretexto for, filiar-se na seita abominável, nem favorecê-la”.⁶⁴¹ Após pouco mais de uma década, outra circular papal, a *Rerum Novarum* (1891) voltou a levantar a questão.

aceito é; espalhar, estender ou propagar com a ajuda de leigos. Cf. Fellows, Erwin W. Propaganda: History of a Word. *American Speech*, vol. 34, no. 3, 1959, p. 182–189. <https://doi.org/10.2307/454039>. Acesso em: 30 mai. 2022.

⁶³⁸ Relatório de ação contra o comunismo produzido pelo Ministério da Guerra. 08 de novembro de 1934. (versão encaminhada ao presidente Getúlio Vargas). BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁶³⁹ Pouco antes da eclosão dos eventos finais que levaram Vargas ao poder, Dom Becker foi categórico em condenar a revolução em marcha. O motivo? Na sua concepção, tratava-se de um movimento de forte cunho comunista, o que o fez procurar o então presidente Washington Luís, a fim de garantir a estabilidade do Rio G. do Sul e tentar o enfraquecimento do que ele chamou de “credo do bolchevismo”. Poucos dias de Vargas no poder, porém já foram suficientes para ele mudar de opinião. Ainda em 1930 afirmou que a revolução era alheia ao comunismo e traria grande prosperidades à nação. Cf. SILVA, Hélio Ribeiro da. *A Revolução Traída: O Ciclo de Vargas*, vol. 3. Rio de Janeiro. L&PM Editores, 1972.

⁶⁴⁰ BECKER, João Dom. *Cristo e a República: Vigésima carta pastoral*. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1931, p. 5.

⁶⁴¹ LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Quod Apostolici Muneris*: sobre o socialismo e o comunismo. Petrópolis: Vozes, 1951, p. 15.

Nessa carta, Leão XIII afirma que sem apelo à religião não há solução eficaz para a questão social, e que a salvação apresentada pelo socialismo nada mais faria que levantar a inveja e o ódio dos pobres aos que possuíam propriedades, “tendendo para a subversão completa do edifício social”. Com uma defesa da propriedade como um direito natural, divinamente instituído, afirma que o “comunismo é o princípio do empobrecimento”, causador de “funestas consequências”. Segundo a carta *ex pontifex*, a única igualdade que o comunismo poderia produzir seria “na nudez, na indigência e na miséria”.⁶⁴²

A chegada de Vargas ao poder em 1930 deu novo ânimo a hierarquia católica na reconquista de espaço, não só junto ao governo, mas também perante a opinião pública. Um subsídio importante na busca da coparticipação no poder junto às autoridades civis foi a carta encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, publicada em maio de 1931. Como o próprio título bem define, foi lançada no quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*, tratando-se nesse caso, para além de outros pontos, de uma reafirmação da posição da igreja em relação ao comunismo, conforme a interpretação de Leão XIII.

Sob o pretexto de explicar a *Rerum Novarum*, a carta de Pio XI introduziu uma defesa das autoridades civis que foi ao encontro dos interesses do regime Vargas. Segundo a carta encíclica de 1931, as autoridades civis deveriam, a fim de combater o liberalismo – também um dos objetivos do regime –, não se limitarem em “tutelar os direitos e a ordem pública” e “que a própria organização do Estado deveria dimanar espontaneamente da nação”. “Aos governantes compete defender toda a nação e os membros que a constituem” do “partido da violência ou comunismo [...], das doutrinas que porão [poriam] a sociedade a ferro e fogo”.⁶⁴³

Com uma narrativa que comungava com o objetivo da prédica anticomunista e, em certa medida, com o autoritarismo do regime, “a Igreja buscou de forma persistente junto ao Estado brasileiro seu reconhecimento no papel da definição e conservação da

⁶⁴² LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. Disponível em: <https://www.veritatis.com.br/rerum-novarum-leao-xiii-15-05-1891/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

⁶⁴³ LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno*: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no 40º aniversário da encíclica de Leão XIII "Rerum Novarum". Disponível em: <https://www.veritatis.com.br/rerum-novarum-leao-xiii-15-05-1891/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

“alma da Pátria”, bem como na formação da consciência e do caráter nacional”.⁶⁴⁴ O resultado desse processo segundo Pierre Sanchis foi que a Igreja Católica se afirmou como uma das “instituições-chaves” que mais se empenharam para desenvolver o que ele denominou por “retratos do Brasil”. Para o autor, a igreja foi uma ferramenta fundamental na produção de “ideologias nacionais”, dado que essas também eram os “instrumentos estratégicos para a conquista, ou reconquista, de uma hegemonia”.⁶⁴⁵

Uma vez definido os rumos da relação entre a Igreja e o regime, foi a vez da reconquista junto à opinião pública. Nesse sentido, os anos de 1931/32 foram de grandes eventos promovidos pela Igreja. A imagem de Nossa Senhora Aparecida peregrinou por uma semana pelo Rio de Janeiro, a inauguração do Cristo Redentor foi um evento apoteótico, e uma campanha de oração com o sugestivo lema “O Brasil precisa de Deus em suas leis e seus homens” foi lançada.⁶⁴⁶

Uma legislação cristã foi o que reclamou Dom Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, por ocasião do primeiro congresso eucarístico realizado em Salvador.⁶⁴⁷ Os congressos eucarísticos realizados na década de 1930,⁶⁴⁸ para Riolando Azzi, constituíram marcos importantes na busca da Igreja Católica em marcar presença junto a sociedade, bem como junto ao regime político.⁶⁴⁹ Se no primeiro a tônica havia sido a tentativa de convencer o regime de que o discurso católico era uma ferramenta importantíssima no combate ao comunismo, no segundo o clima já era de agradecimento. Ao encerrar o evento, Dom Leme exaltou enfaticamente a colaboração já consolidada entre a Igreja e o regime no combate ao inimigo comum, o comunismo. Em suas palavras “injustiça seria se [...] eu aqui não frisasse a colaboração eficaz e leal do governo do

⁶⁴⁴ PEREIRA, Marco Antonio Lima. O anticomunismo católico em cena. *Revista Nures* nº 11 – Janeiro/Abril 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/7355>. Acesso em: 02 ago. 2022.

⁶⁴⁵ PIERRE Sanchis. Os Brasis da Igreja Brasileira. *Geraes Ufmg*, Belo Horizonte, v. 46, p. 9-12, 1987 p. 09, *loc. cit.*

⁶⁴⁶ AZZI, Riolando. O Episcopado Brasileiro frente à revolução de 1930. *Síntese – Revista de Filosofia*, v.5, n. 12, p. 47-78, 1978. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2391>. Acesso em: 17 mar. 2022.

⁶⁴⁷ Livro do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro. p. 73, ACMS (Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador) est. 6, cx. 35. Discurso de Dom Antonio dos Santos Cabral.

⁶⁴⁸ Foram três; Salvador em 1933, Belo Horizonte em 1936 e Recife em 1939.

⁶⁴⁹ AZZI, Riolando. 1979. Op. cit., p. 82.

Estado”⁶⁵⁰ que, como nunca, era o representante legítimo dos interesses do povo brasileiro.

O empenho de Dom Leme em tornar a igreja partícipe do poder civil levou em 1932 a criação da LEC (Liga Eleitoral Católica). Tal Liga visava mobilizar o eleitorado católico em apoio a candidatos que se comprometessem com a doutrina social da igreja nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1933. Naquele momento, a LEC encampava duas preocupações básicas da igreja, sendo elas: a “defesa dos direitos políticos da igreja [...] e uma política social baseada nas encíclicas”.⁶⁵¹ Contudo, um ponto do programa da LEC já para as eleições posteriores à Constituinte demonstrava a boa vontade da igreja em legitimar candidatos alinhados com a narrativa do regime, ou em outras palavras, o interesse em se juntar a ele: “preservar a ordem social contra qualquer atividade subversiva”.⁶⁵²

Outro elemento importante na aproximação entre o regime e a Igreja foi a organização dos COCs (Círculos Operários Católicos), sob a liderança do jesuíta Leopoldo Brentano no Rio Grande do Sul em 1932. Tais círculos atendiam aos chamados da Sé Romana, especialmente dos Papas Leão VIII e Pio XI, que exortavam os fiéis católicos a organizarem entidades trabalhistas na busca de afastar operários do comunismo.⁶⁵³ Embora tenha permanecido como uma experiência restrita ao estado do Rio Grande do Sul, pelo menos até os levantes de 1935. A partir desses eventos, as lideranças católicas do Rio de Janeiro voltaram suas atenções para a iniciativa, e Brentano foi rapidamente convocado à capital federal onde, articulando-se com lideranças do regime e com membros da hierarquia católica, fundou a CNOC (Confederação Nacional dos Operários Católicos).⁶⁵⁴

⁶⁵⁰ *Mensageiro do Coração de Jesus*. Órgão do Apostolado da Oração. Itu, São Paulo, 1936, novembro, p. 625.

⁶⁵¹ ABREU, Alzira Alves & outros (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-30*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p. 3118 (Verbete Liga Eleitoral Católica).

⁶⁵² *Ibidem*, p. 3119. Outros pontos que compunham o programa mínimo da LEC para o endosso de um candidato eram: “promulgação da Constituição em nome de Deus [...]”; “indissolubilidade do casamento religioso”; “adoção de instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas [...]”; “concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, às prisões, e aos hospitais”.

⁶⁵³ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense 1979, p. 108-110.

⁶⁵⁴ MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via: a Igreja no Brasil de 1889 a 1945*. 1995. 206f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p. 120.

Ralph Della Cava comenta que a organização dos Círculos Operários, além de demonstrar o medo que tal instituição tinha de uma possível infiltração comunista nos meios operários, mostrou ao regime o quão valiosa seria a colaboração com Igreja. Para Della Cava:

A sumaria repressão de Vargas ao partido comunista, em 1935, foi combinada com o apoio dado ao ativismo religioso na área dos sindicatos de trabalhadores, onde ambos os lados estavam comprometidos na vigilância contra a infiltração comunista.⁶⁵⁵

Rodrigo Motta comenta que os COCs contavam com extensa simpatia e auxílio do regime Vargas, que os considerava imprescindíveis ao combate à infiltração comunista nos meios operários. Mesmo em “fase em que a repressão a entidades e militantes era muito intensa, os ativistas cristãos não só eram poupados pela polícia, o que já constituía uma vantagem considerável, como recebiam o beneplácito das autoridades públicas”.⁶⁵⁶

Outro meio de perceber o engajamento da Igreja no embate com o comunismo foram as cartas pastorais. Com o acirramento da narrativa anticomunista, às vésperas do golpe do Estado Novo a Igreja publicou duas delas, inteiramente dedicadas ao tema.⁶⁵⁷ Em janeiro de 1937, Dom Gastão Liberal Pinto publicou a carta pastoral intitulada *Sobre o Comunismo*,⁶⁵⁸ em outubro foi a vez do documento conjunto do episcopado brasileiro, intitulado *O Comunismo Ateu*.⁶⁵⁹ A publicação dessas duas cartas pastorais dedicadas ao anticomunismo, em um mesmo ano, dá conta da importância que a Igreja dispensava ao tema.

Com uma retórica totalmente anticomunista, que se alinhava com a propaganda do regime, e uma exaltação às autoridades constituídas, esses documentos caracterizaram verdadeiros suportes às ambições de Vargas. Isso fica ainda mais latente por ser 1937 o ano em que ocorreu o golpe e teve início o Estado Novo. Quanto à importância dada pelo regime à Igreja como parceira no projeto anticomunista, essa pode ser percebida para

⁶⁵⁵ CAVA, Ralph Della. *Igreja e Estado no Brasil do século XX*. São Paulo: Brasiliense, 1975. p. 19.

⁶⁵⁶ MOTTA. Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 52.

⁶⁵⁷ Entre 1930 e 1962 foram sete cartas pastorais inteiramente dedicadas ao combate das ideias comunistas. Inúmeras outras embora não integralmente dedicadas a esse propósito, não deixaram de abordar o assunto. Cf. MOTTA. Op. cit. passim. p. 49.

⁶⁵⁸ PINTO, Dom Gastão Liberal. *Sobre o Comunismo*. São Paulo: Oficinas Gráficas, Ave Maria, 1937.

⁶⁵⁹ *O Comunismo Ateu: Carta pastoral e mandamento do episcopado brasileiro*. Documento conjunto do episcopado brasileiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/367729/per367729_1937_00083.pdf Acesso em: 07 jan. 2022.

além dos discursos e dos encontros entre suas lideranças. O plano de combate ao comunismo de 1934 era enfático: “Será indispensável prover meios financeiros para [...] auxílio às organizações religiosas que se propõem espontaneamente a combater o comunismo”.⁶⁶⁰

O engajamento da Igreja na campanha anticomunista, porém, foi além dos discursos inflamados aos fiéis em eventos grandiosos, dos documentos internos da Igreja ou dos sermões dominicais. A imprensa católica cumpria eficientemente o papel de carregar a mensagem anticomunista para fora das paredes dos templos, atingindo assim àqueles católicos não praticantes.

Sergio Miceli argumenta que a imprensa católica era “ponta de lança”, a voz de uma série de organizações católicas, paralelas à hierarquia eclesiástica, dirigida por intelectuais leigos, com a finalidade de ampliar a influência da Igreja na sociedade. Segundo o autor, isso foi fruto da “tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos”.⁶⁶¹ Nos argumentos de Miceli, a Igreja soube aproveitar essa crise para:

Firmar uma sólida aliança político-doutrinária com os setores dos grupos dirigentes favoráveis às pretensões católicas e cientes da colaboração eficaz que a Igreja estava em condições de prestar à consolidação da nova ordem social e política.⁶⁶²

A mudança do regime político na década de 1930 foi fundamental para fortalecer essa aliança entre Estado e Igreja. Nesse período, os escritos de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), pensador conservador e editor da revista *A Ordem*, mantinham uma linha de defesa da autoridade contra a liberdade, de primado da hierarquia e de uma forte crítica ao comunismo. Seus escritos davam o tom para a maioria dos impressos católicos. A partir de 1935, esse embate ganhou novas proporções. Paralelo às querelas entre o regime e os comunistas, “Tristão de Athayde” publica um artigo contundente sobre o tema comunismo.

Nesse artigo, embora com o objetivo de enumerar e classificar as forças políticas que se defrontavam com a Igreja, a oposição ao regime e a ANL mereceram amplo destaque. Amoroso Lima enxergava na Aliança Nacional Libertadora uma grande ameaça

⁶⁶⁰ Relatório de ação contra o comunismo produzido pelo Ministério da Guerra. 08 de novembro de 1934. (versão encaminhada ao presidente Getúlio Vargas). BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁶⁶¹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.127.

⁶⁶² MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 115.

aos interesses católicos, e principal opositor dos interesses nacionais. Lima defendeu que o melhor remédio contra o comunismo seria a Igreja dar auxílio ao governo para a construção de um novo período para a civilização brasileira, denominado por ele de “Idade Nova”.⁶⁶³ O papel da Igreja ia além da defesa da fé, era também a defesa da sociedade e do Estado, uma vez que “o comunismo [seria] em todos os campos: religioso, moral, social, político e econômico, a mais radical negação dos princípios substanciais, de que tem vivido o mundo civilizado”.⁶⁶⁴

Em outubro de 1935, a pouco menos de um mês dos eventos revolucionários da chamada “intentona”, Amoroso Lima organizou uma conferência na escola do exército, denominada *O Socialismo*. Após a eclosão da tentada revolução comunista, *A Ordem* tratou de reverberar a fala do seu editor.⁶⁶⁵ Nessa conferência, Amoroso Lima resumiu o socialismo como sendo “o combate a toda filosofia do espírito, a negação direta ou indireta da alma humana imortal”, ancorando suas bases na “supressão da família, meio de afirmação da liberdade do ser humano contra a tirania das massas”.⁶⁶⁶

Para Amoroso Lima, os levantes de 1935 carregavam o grande mérito de “ter revelado ao país um dos grandes inimigos a ser combatido: o comunismo”.⁶⁶⁷ Contudo, afirmava que tal adversário era demasiadamente perigoso, justamente por se revestir de uma “aparência de justiça, do êxito e do progresso”.⁶⁶⁸

A conferência *O Socialismo* foi uma das edições de uma série de conferências sobre as diretrizes da educação, promovida pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, de Gustavo Capanema. Educação para o combate ao comunismo também foi o tema de uma extensa reportagem de *A Cruz*:

Não é só com medidas de força que conseguiremos esmagar o peçonhento réptil das estepes geladas da Stalínia [sic] combatamos o comunismo educacionalmente, intelectualmente. Será demorada, contudo, bem certa a

⁶⁶³ ATHAYDE, Tristão de. A igreja e o momento político. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 65, p. 09, jul. de 1935.

⁶⁶⁴ *A Cruz*. 29 de set. de 1935. p. 5.

⁶⁶⁵ LIMA, Alceu Amoroso. O socialismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 71, p. 62-79, jan. de 1936.

⁶⁶⁶ *Ibidem*. p. 64.

⁶⁶⁷ LIMA, Alceu Amoroso. Educação e comunismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 69, p. 318-334, abr./maio de 1936. Discurso de Alceu A. Lima na conferência sobre as diretrizes da educação, promovida por Gustavo Capanema, ministro da educação e saúde pública, em maio de 1936.

⁶⁶⁸ LIMA, Alceu Amoroso. Em face do comunismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n. 69 p. 346-356, abr./ maio de 1936.

vitória, pois mostrando ao povo os erros da doutrina né-max-engeliana [sic] e atualmente materialista-judaica, vamos aos poucos ganhando terreno da consciência e da razão.⁶⁶⁹

Tanto a fala de Amoroso Lima, publicada pela *A Ordem*, quanto a reportagem de *A Cruz*, assinada por Rubens A. de Serpa Pinto, evocavam o discurso de Vargas proferido dias antes em 1º de janeiro de 1936.⁶⁷⁰ No referido discurso, Vargas, argumenta Serpa Pinto, “salientou para a necessidade de se combater o comunismo [...] com uma intensa e eficiente campanha doutrinária”, o que não diferia do que Serpa Pinto reclamava como educação. Se referindo a expansão das ideias comunistas entre as camadas menos esclarecidas, assertou: “Iluminemo-los com os ensinamentos da verdade de Cristo, e neles teremos os melhores soldados contra a Moscóvia judaica”,⁶⁷¹ pois “o homem que tem religião, que crê em Deus [...] não aceita o comunismo”,⁶⁷² garantiu um Hugo da S. Lobo.

Um longo artigo sob o título *O Comunismo e a Educação*, foi resumido assim:

Como o comunismo visa destruir as respeitáveis instituições da Família, da Pátria, e anular a crença do povo no seu Criador, julgamos que um combate ao comunismo só será eficiente fortalecendo-se na população a fé em Deus, o amor à Pátria e o respeito à Família”.⁶⁷³

Uma luta contra Deus, pátria e família também foi o tema central de um artigo especial para *A Cruz*, de Laurinda Lacerda Dias. Luta essa definida por ela como sendo “o combate [...] para arrancar do solo pátrio a planta daninha do comunismo ateu [...] com aquele mimetismo diabólico que só o mal possui o segredo”⁶⁷⁴ Descrevendo o comunismo como um “polvo de mil tentáculos” que tenta infiltrar-se por pequenas brechas nas famílias brasileiras, ela deixa uma pergunta retórica, que em seguida trata ela mesma de responder:

⁶⁶⁹ PINTO, Rubens A. de Serpa. *Combate ao Comunismo*. *A Cruz*. Rio de Janeiro. 05 de jan. de 1936. p. 3.

⁶⁷⁰ *A Cruz*. 05 de jan. de 1936. p. 1-2. O discurso do Presidente foi proferido em primeiro de janeiro, por ocasião da passagem do ano, e repercutido pelos principais órgãos de imprensa do país.

⁶⁷¹ PINTO, Rubens A. de Serpa. Op. cit., passim.

⁶⁷² LOBO, Hugo da Silveira. *Jamais satisfaremos ao operário materialista*. *A Cruz*. Rio de Janeiro 02 de ago. de 1936. p. 3.

⁶⁷³ BACKHEUSER, Everardo. *O Comunismo e a Educação*. *A Cruz*. Rio de Janeiro 08 de abr. de 1936. p. 8.

⁶⁷⁴ DIAS, Laurinda Lacerda. *A Grande Campanha*. *A Cruz*. Rio de Janeiro. xx de janeiro de 1937, p. 2. Devido a danos no material consultado, não foi possível aferir o dia correspondente à publicação.

E como age o inimigo? Orientando os costumes brasileiros por uma elegância copiada dos grandes centros pervertidos e que chega doirada pelo ‘reclame’ sensacional, pela sedução dos figurinos e das telas do cinema. Os judeus comunistas, sob as ordens do Komintern, envolvem a mulher patricia, inexperiente e vaidosa, na teia de sedução dos hábitos imodestos e modas reprováveis e todos os princípios cristãos são taxados de preconceitos ridículos e arcaicos.⁶⁷⁵

O texto escrito por Laurita Dias é relevante nesse sentido, dada sua influência nos setores conservadores da sociedade de então, em especial nos meios católicos.⁶⁷⁶ A autora, que capitaneava uma ferrenha luta contra o que posteriormente se convencionaria denominar por “igualdade de gênero”,⁶⁷⁷ fez questão de enumerar vários pontos do que ela preferiu chamar por “degradação moral”. Tais pontos que iam de trajes de praia, alguns tipos de vestidos femininos, igualdade de sexo, ao voto feminino,⁶⁷⁸ julgou por bem a autora colocá-los na conta do comunismo, motivo pelo qual defendeu que:

A grande campanha que o governo deve mover dentro dessa guerra sem tréguas ao comunismo, é a campanha contra a imoralidade, em todos os aspectos, é a campanha contra a dissolução de costumes. [...] defender por todos os meios o sentido moral da vida! Só assim o Brasil não cairá na maior de todas as desgraças!⁶⁷⁹

A verborragia anticomunista, tanto na imprensa temporal quanto religiosa, era coincidente em apresentar o comunismo como algo oposto a Deus e a seus desígnios. Contudo, na mídia confessional por vezes a narrativa ultrapassava o limite de ser o comunismo uma organização humana voltada para a realização do mal, apresentando-o como o próprio mal. Luiz Soares Arruda, diretor-gerente de *A Cruz*, não hesitou em inserir o comunismo em um dos capítulos mais sombrios da escatologia bíblica.

⁶⁷⁵ Ibidem.

⁶⁷⁶ Uma noção dessa influência pode ser percebida pelo seu engajamento para a construção da estátua do Cristo Redentor ainda em 1922. Na ocasião, Laurita L. Dias organizou e entregou ao então presidente Epitácio Pessoa, um requerimento contendo 20 mil assinaturas de mulheres. Cf. PIRES, Charlaïne da Silva. O Processo de Secularização do Monumento ao Cristo Redentor na Cidade do Rio de Janeiro. 2008. 81f. Monografia (Bacharelato em Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

⁶⁷⁷ Cf. BARROSO, Carmem. Metas e Desenvolvimento do Milênio, Educação e Igualdade de Gênero. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, 2004, p. 573-582. DOI: [10.1590/S0100-15742004000300004](https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000300004). Acesso em: 21 abr. 2020.

⁶⁷⁸ A referência ao voto feminino não aparece no texto publicado no jornal *A Cruz* e assinado por Laurita Lacerda Dias. A opção de incluí-lo foi devido a intensa campanha em que Laurita Dias travou contra o tema, sob o pretexto de ser uma ingerência do comunismo na sociedade brasileira. Cf. ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980. O voto feminino foi instituído pelo decreto 21.076/§ 2º/caput. de 25/02/1932.

⁶⁷⁹ DIAS, Laurita Lacerda. Op. cit., p. 2.

Referindo-se ao Livro das Revelações, onde ao apóstolo João teria sido apresentado às mazelas que incorreriam à humanidade em seus dias derradeiros; peste, fome, guerra e morte, os chamados quatro cavaleiros do apocalipse,⁶⁸⁰ o autor tratou logo de meter o comunismo entre esses. Nesse caso, seria o comunismo o quinto cavaleiro e, se é que fosse possível, o pior deles. Na interpretação popular, a guerra seria a manipuladora dos demais cavaleiros, mas para o autor, não mais. Fazendo questão do destaque ele escreve:

ATÉ AQUI, comumente, era ela quem punha em maior atividade seus companheiros sinistros: a peste, a fome e a morte [...], mas para infelicidade do mundo [...] como tremendo castigo de Deus aos homens que O esqueceram, uma nova figura se juntou ao quarteto apocalíptico, a figura sinistra que tomou lugar à guerra no manejo desse conjunto de terríveis inimigos dos homens: o comunismo.⁶⁸¹

Sobre a “incompletude” da revelação a João, o autor alega que talvez tenha querido Deus “furtar às vistas do seu discípulo, os horrores que o comunismo semearia, indubitavelmente mais terríveis que os da peste, os da fome e os da própria guerra”.⁶⁸² Argumentar ser o comunismo um inimigo tão terrível a ponto de o próprio Deus preferir poupar a visão do suposto autor do mais temível livro da bíblia, eleva-o a um patamar superior. Para quem cria que o apocalipse fosse a revelação divina das últimas coisas, o comunismo passaria a um novo significado. Era a completa ideia de que seus malefícios não se restringiam ao plano material, das mazelas do mal contra o homem em si, mas também contra sua alma, contra o que viria com a eternidade, contra a conquista do paraíso celestial.

Essa argumentação e a narrativa anticomunista da propaganda do regime se retroalimentavam. Uma vez que o comunismo era quase sempre apresentado como um inimigo da vontade divina, o que melhor para combatê-lo do que a própria doutrina “de Cristo”? “Contra o olho de Moscou, só o olho de Roma”,⁶⁸³ foi o que salientou o deputado Carlos Reis (Partido Republicano-MA), ao fazer a defesa do projeto 128/1935 na câmara.

⁶⁸⁰ BÍBLIA. N. T. Apocalipse. cap. 6, vers. 1-8. In: *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

⁶⁸¹ ARRUDA, Luiz Soares. *O Quinto Cavaleiro do Apocalipse*. A Cruz. Rio de Janeiro. 08 de abr. de 1936. p. 3.

⁶⁸² *Ibidem*.

⁶⁸³ Diário do Poder Legislativo. 26 de fev. de 1935, p. 1370.

Com o embate entre governo e seus opositores – comunistas ou não – apresentado com um “perpétuo conflito entre a luz e as trevas”, contra a “missão satânica de Moscou”,⁶⁸⁴ e “considerando que a população brasileira era majoritariamente católica, não é difícil imaginar o resultado desse empenho anticomunista da Igreja”.⁶⁸⁵ Portanto, ainda que a instituição tivesse genuínos interesses nessa campanha, inegavelmente, em grande medida subsidiou os interesses do regime e amplificou sua narrativa.

4.2 Os alvos preferenciais

Quem não for contra o comunismo é comunista! Não são inimigos da Pátria apenas os adeptos ou simpatizantes do comunismo, mas, também os indiferentes.

*Jornal Acção*⁶⁸⁶

Como fica evidente nesse recorte do diário integralista *Acção*, a bússola do anticomunismo não tinha um norte definido. O que ditava o magnetismo de atração do ponteiro era o interesse do momento, e seu norte, a depender, poderia estar muito longe de Moscou. A ideia de que se poderia acusar qualquer um de comunista tomou proporções generalizadas, especialmente após os eventos revolucionários de 1935. Fosse pela imprensa, fosse pela acusação de alguma autoridade, ou por um consórcio dessas, bastava não atender às expectativas para ser rotulado pela palavra do momento: comunista.

Na imprensa, a predica anticomunista era assertiva: “Já é tempo de definições mais claras. E não nos iludamos. Quem não vier para a direita, na esquerda é o seu lugar”!⁶⁸⁷ Reverberando as falas dos generais da comissão executora do estado de guerra, as vésperas do Estado Novo, *O Imparcial* destacou: “de uma coisa senhores, fiquem bem certos, quem não for contra o comunismo, é comunista. Este é o pensamento da

⁶⁸⁴ ARRUDA, Luís Soares. A Luta Contra Deus. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 15 de set. de 1935. p. 5.

⁶⁸⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 50.

⁶⁸⁶ *Acção*. 10 de out. de 1937, p. 1.

⁶⁸⁷ FILHO, Mauricéa. Sinistras Igualdades. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 17 de mar. de 1935, p. 3.

comissão”,⁶⁸⁸ garantiu o almirante Paes Leme. Ainda os argumentos do general Newton Cavalcante: “É preciso abolir as fórmulas vagas, como ‘extremismo’, e dizer claramente que se é contra o comunismo russo, o comunismo soviético, o bolchevismo”.⁶⁸⁹

É importante notar que a fala do gal. Cavalcante, que teve vez em *O Imparcial*, também foi destacada pelo *Jornal do Brasil*,⁶⁹⁰ foi reproduzida fielmente pelo diário integralista *Acção*, no dia seguinte, por *A Noite* alguns dias depois, sob o título de “Guerra de Extermínio ao Comunismo”,⁶⁹¹ entre outros órgãos da imprensa. Esse fato atende a dois pretextos possíveis; primeiro, se pode imaginar uma unicidade da forma de se enxergar o comunismo por tais meios, e segundo, uma possível resposta a própria fala do general, que por sua vez não era nenhuma novidade. A ideia de que ficar indiferente às lutas anticomunistas, em verdade, representava uma atitude colaborativa com os comunistas já havia sido apresentada por Amoroso Lima, pouco após os levantes ocorridos no final de 1935.⁶⁹²

Mesmo para aqueles que desembainhavam espadas na campanha contra os “vermelhos”, comunista era um rótulo que muitas vezes lhes eram atribuídos, e o motivo era simples. Tal rótulo representava àquela época “um sinal de ignomínia e até mesmo uma arma com que o inescrupulo [sic] dos homens tenta tisonar a dignidade dos que odeiam”,⁶⁹³ foi o que observou o *Estado de Minas*. É possível que o texto do jornal tenha sido, digamos, cauteloso, ao destacar a existência de ódio sob essa rotulação. Na prática, bastava uma discordância sobre algum ponto, para que o ódio, sob tal rótulo fosse despejado.

Nesse sentido, uma figura que se destacou foi o deputado Adalberto Corrêa. Com a projeção adquirida pela presidência da CNRC (Comissão Nacional de Repressão ao

⁶⁸⁸ *O Imparcial*. 09 de out. de 1937, p. 3.

⁶⁸⁹ *Ibidem*.

⁶⁹⁰ *Jornal do Brasil*. 09 de out. de 1937, p. 7.

⁶⁹¹ *A Noite*. 17 de out. de 1937, p 1-4.

⁶⁹² LIMA, Alceu Amoroso. Em face do comunismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n 68 p. 253-259, fev./ mar. de 1936. Uma versão do texto publicado pela *A Ordem*, encontra-se também disponível em: Fundo Nacional de Informação. Arquivo Nacional. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75112395_an_01_d0001de0001. Contudo, o documento existente no AN, possui características datilográficas diferente, tal como número de páginas, além de não carregar nenhuma marca de órgão de imprensa. Embora não datado, é possível que se trate de um material original, posteriormente publicado pela *A Ordem*.

⁶⁹³ *Estado de Minas*. 03 de set. de 1936, p. 2.

Comunismo), Corrêa passou a “enxergar” e apontar comunistas em todos os cantos, inclusive dentro do próprio regime. Em março de 1936, nas discussões sobre o estado de guerra, o deputado foi à tribuna da Câmara para acusar o ministro interino da Justiça de envolvimento com comunistas e traição.⁶⁹⁴ Em referência ao Ministério da Justiça, afirmou ser “uma quadrilha organizada pelo Sr. Agamenon Magalhães”.^{695 696}

Nem mesmo o aparato repressivo do regime escapava ao deputado. Na mesma sessão, Corrêa, se referindo ao chefe de polícia – Filinto Müller – afirmou: “[...] vive protegendo comunistas poderosos do país”.⁶⁹⁷ Os exageros de Adalberto Corrêa podem ser percebidos pela ironia do deputado Mota Lima (PLD-AL): “Só falta V. Ex. acusar também de comunista o próprio Sr. Presidente da República”.⁶⁹⁸

Esse era o “clima” no âmbito político e policial, especialmente no período entre novembro de 1935 e o início do Estado Novo. As acusações de ligação com o comunismo se proliferavam para todos os lados. O deputado João Mangabeira alertou que nem mesmo a polícia se preocupava em provar suas alegações, qualquer um poderia ser preso como comunista.⁶⁹⁹ Contudo, fosse o campo geral do anticomunismo dominado por tais exageros, na narrativa oficial dois elementos se destacavam: os judeus e os intelectuais. Estes recebiam atenção especial do regime pelo tipo de interação que promoviam junto à sociedade, e aqueles, muito mais como uma justificativa para tal campanha, pelo misticismo religioso.

⁶⁹⁴ Diário do Poder Legislativo. 10 de mar. de 1937, p. 27468. A fala do deputado foi repercutida por: *O Diário*, 10 de mar. de 1936, p. 4.

⁶⁹⁵ Diário do Poder Legislativo. 10 de mar. de 1937, p. 27472.

⁶⁹⁶ Durante nossas pesquisas, notamos em quase todas as sessões do mês de março de 1937, discussões entre Adalberto Corrêa e alguns colegas deputados, acusando ou defendendo o ministro Agamenon Magalhães. Tinham como pano de fundo uma questão financeira, de prestação de contas que deveriam ter sido, ou haviam sido feitas – a depender de quem falava – sobre as verbas destinadas a CNRC pelo Ministério da Defesa. Tais discussões levaram, no início de abril, ao requerimento de um Comissão Parlamentar de Inquérito, destinadas a investigar “a boa aplicação do dinheiro público a ela destinados”. É possível que esse fato tenha contribuído para o desarranjo entre Corrêa e Magalhães. Cf. Diário do Poder Legislativo. 07 de abr. de 1937, p. 28889.

⁶⁹⁷ Diário do Poder Legislativo. 10 de mar. de 1937, p. 27469. Na imprensa, a fala do deputado foi interpretada: “O Sr. Adalberto Corrêa reafirma suas declarações [...] acrescentando que a Central de Polícia do Rio é um ninho de comunistas”. *Estado de Minas*. 10 de mar. de 1937, p. 1.

⁶⁹⁸ Diário do Poder Legislativo. 10 de mar. de 1937, p. 27469.

⁶⁹⁹ *O Imparcial*. 02 de fev. de 1936, p. 5.

4.2.1 Os intelectuais

Há os pregadores, os professores...

Jornal O Imparcial ⁷⁰⁰

Esse grupo mereceu especial atenção na guerra contra o “comunismo” travada pelo regime e por determinados setores da sociedade, e dentre esses, alguns mereciam ainda mais aos olhares dos anticomunistas: os professores. Rodrigo Motta comenta que:

os setores anticomunistas guardavam especial rancor em relação aos professores [...], considerando-os perigosos propagadores das ideias revolucionárias. Temia-se o contato dos ‘mestres comunistas’ com os jovens estudantes, que poderiam ser levados a abraçarem as doutrinas exóticas por influência de tais professores. ⁷⁰¹

O “perigo” dos professores foi tema do plano de ação contra o comunismo, elaborado pelo Ministério da Guerra. Tal perigo, seria:

[...] divulgação das ideias principais da doutrina e dos pseudos sucessos maravilhosos, de sua aplicação na Rússia, feita pela palavra escrita e oral; pelo livro [...], pela cátedra. [...] professores que destroem na juventude sua solidariedade com a tradição social e nacional, pregando o credo revolucionário moscovita [...] se prevalecem da posição oficial que ocupam para inocular no espírito daqueles que caem em sua esfera de ação, a doutrina destruidora. ⁷⁰²

Aos professores – como a outros colaboradores do comunismo – ainda coube uma “honrosa” descrição: “são elementos sem escrúpulos e insinceros, [...] que deservem a pátria, servindo aos verdadeiros comunistas”. ⁷⁰³ Para Amoroso Lima, esse “comunismo teórico” era o mais nocivo à sociedade, e não tinha dúvidas em apontar seu campo mais profícuo:

Nas classes intelectuais, porém, e que esse comunismo teórico lavra, hoje em dia, mais intensamente entre nós. Os intelectuais – estudantes, professores, [...]

⁷⁰⁰ *O Imparcial*. 01 jan. 1936. p. 2.

⁷⁰¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 232-233.

⁷⁰² Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

⁷⁰³ *Ibidem*.

tem uma tendência natural a aceitar facilmente tudo o que seja inovação, seja em matéria de cultura, seja em matéria social.⁷⁰⁴

Adalberto Corrêa, em seu discurso em defesa dos tribunais especiais, afirmou serem os catedráticos um verdadeiro problema a ser resolvido. Para ele, esses corrompiam a mocidade com práticas degradantes e ideias perigosas.

Com tais ideias observadas e estudadas nos lupanares em que habitam, esses pregadores e catedráticos das nossas escolas pretendem modificar os ensinamentos da natureza humana e da moral social, traçando para nossa inexperiente mocidade o rumo da prostituição, da perda da personalidade e da escravização completa do indivíduo.⁷⁰⁵

Corrêa foi enfático em afirmar que essa era uma questão que urgia em ser resolvida. Para ele, os intelectuais constituíam “uma causa permanente de corrupção da mocidade e conseqüentemente de todas as classes sociais”.⁷⁰⁶

Na imprensa, a ideia do perigo oferecido pelos professores já era ventilada há muito. A prédica era de recomendação ao regime: “Urge ser bem fiscalizada e impedida a atividade de intelectuais comunistas que fazem obra antipatriótica”.⁷⁰⁷ “Não se deve permitir [...] nas cátedras de nossas escolas, o apostolado comunista. Queremos que o Sr. Getúlio Vargas se valha dessa oportunidade para uma justa triagem”.⁷⁰⁸ Julgando ter sido fraca a ação do regime em relação aos professores “comunistas”, às vésperas do Estado Novo, o *Correio da Manhã* deixou a sugestão e passou à cobrança:

Pregou-se o comunismo na cátedra, [...] sob amparo dessa lamentável cegueira governamental. Quando se denunciou a perversão do espírito da mocidade por professores comunistas, resguardados, na sua tarefa sinistra, pela liberdade de

⁷⁰⁴ Fundo Nacional de Informação. Arquivo Nacional. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75112395_an_01_d0001de0001.

⁷⁰⁵ *Correio da Manhã*. 02 de set. de 1936, p. 4.

⁷⁰⁶ Ibidem. Em seu discurso, Adalberto Corrêa afirmou que os intelectuais comunistas são perigosos, pois vivem às sombras das suas prerrogativas funcionais, e quando instados a se posicionarem, negavam veementemente suas simpatias pelo comunismo – em outra ocasião ele se referiu a essa questão como sendo de “gente sem vergonha” –. Por esse motivo ele fez a defesa de uma mediada efetiva por parte do regime, pois, segundo o deputado, se assim não fosse, voltariam as mesmas práticas, bastando para isso retornar a liberdade. Embora não tenha citado qual seria essa medida, o deputado Adalberto Corrêa, em reunião com o presidente, defendeu o fuzilamento para os acusados de envolvimento com o comunismo. Cf. Vargas, 1995. Op. cit. passim, p. 488. A ideia já havia sido defendida por órgãos da imprensa cerca de três meses antes. “Um bom revólver com um tambor de balas. Hipócritas! Quem não tem vergonha, não tem direito a vida”. *A Batalha*. 05 de dez. de 1935, p. 4. *O Estado de São Paulo*. 07 de dez. de 1935, p. 13.

⁷⁰⁷ *Correio da Manhã*. 16 de Jan. de 1935, p. 4. O texto insinua ser estes intelectuais assalariados por Moscou, motivo pelo qual, sugere, “deveriam ser considerados estrangeiros deportados”.

⁷⁰⁸ *O Estado de Minas*. 05 de dez. de 1935, p. 2.

cátedra, o Departamento de Educação Nacional [...] transigiu com os fatos e guardou o silêncio.⁷⁰⁹

A preocupação em ligar os professores ao comunismo era uma questão que rondava a cúpula do poder e, por sua vez, foi reverberada pela imprensa a título de *res gestae*. Na “superfície” era tudo muito simples, era uma luta do bem contra o mal, entre os que detinham uma verdade divina e os que desejavam destruí-la. Contudo, o verdadeiro objetivo dessa narrativa era uma luta ferrenha pelo poder, ou pelo medo de perdê-lo. Trocando em miúdos, era uma luta pela manutenção do *status quo*, e por ser a educação um agente de mudança social, seus operadores foram os primeiros alvos.

Na capital federal, naturalmente o centro do poder, essa luta foi ainda mais dramática atacando, além dos professores, o próprio sistema. Quando Pedro Ernesto, então prefeito da capital, buscou integrar as zonas norte e oeste da cidade à economia por meio de promoção de políticas públicas que atendesse as necessidades dessas populações, especialmente, inserindo-as no projeto educacional, não demorou a surgir quem se opusesse, tudo em nome do comunismo. Não obstante o projeto capitaneado por Anísio Teixeira – Secretário de Educação – ter suas bases no modelo capitalista, de igualdade de oportunidade no mercado de trabalho,⁷¹⁰ pela possibilidade da exclusão do ensino religioso do currículo escolar: “a Igreja Católica [...] disparou contra Teixeira as mais contundentes acusações de comunismo”.⁷¹¹ E a Igreja não brigava por pouco, como comenta Orlando de Barros, até aquele momento “a Igreja exercia um quase virtual monopólio das escolas”.⁷¹²

O que se passava no momento em questão era mais um daqueles casos em que, na dita luta contra o comunismo, a lógica era posta à parte, em qualquer ação. Ante a possibilidade da perda de espaço na formação educacional da sociedade, a Igreja não hesitou em colocar mais essa questão na conta do comunismo. Tudo isso, ainda que o projeto do então prefeito visasse o contrário.

Uma observação feita por Thiago Mourelle, sobre os objetivos desse projeto, nos ajuda a entender a importância do “comunismo” nessa luta. Em suas palavras, o projeto visava “atingir diretamente os mais necessitados, ampliando a esfera de influência do

⁷⁰⁹ *Correio da Manhã*. 20 de ago. de 1937, p. 4.

⁷¹⁰ MOURELLE, Thiago Cavaliere. 2010. Op. cit., p 61.

⁷¹¹ *Ibidem*. p. 62.

⁷¹² Barros, Orlando de. 1987. Op. cit., p 10.

Estado e obtendo a simpatia de parte da população que estava esquecida pelo poder público e, conseqüentemente mais suscetível a aderir a movimentos de esquerda”.⁷¹³ Esse era também o entendimento dos militares à época, e não só. No relatório dos negócios militares, do ano de 1935, a miséria foi apontada como a principal causa para a aceitação das chamadas ideias subversivas, situação que o próprio presidente “reputou premente”.

Embora o relatório não fosse específico para o Rio de Janeiro, as questões nele levantadas eram as das periferias, atingidas pela:

[...] incúria do governo e pela exploração criminosa dos magnatas, que [...] não querem ouvir falar de levantamento do proletário [...] que vive o espetáculo contristador de desconforto, de falta de higiene, de degenerescência, enfim, da mais impressionante miséria da população proletária daquelas paragens, a qual se arrasta a uma existência de verdadeiros párias. Nesses ambientes, todas as ideias subversivas proliferam [...].⁷¹⁴

É fato que o regime buscou atacar de frente a questão social, haja visto a criação do Ministério do Trabalho, de leis trabalhistas e outras medidas. Mas também é fato que tudo isso seguia a cartilha autoritária do regime e dos setores já estabelecidos na hierarquia social. Não seria por meio de uma educação livre e democrática, que ameaçasse esses potentados, que se daria a ascensão social, como afirmou o próprio ministro da educação, Gustavo Capanema:

[...] a educação ficará ao serviço da Nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado.⁷¹⁵

O ataque aos professores constituiu uma ferramenta bastante eficaz para a manutenção da “ordem das coisas”. Pintar os professores com o vermelho de Moscou, suscitava o medo do perigo que a educação poderia representar, pelo menos aquela que estivesse fora dos preceitos morais definidos pelo regime. Quanto ao professor, estar fora de tais preceitos significavam ser transformado em alvo para a artilharia anticomunista. Como bem observou Rodrigo Motta, nesse caso, como em tantos outros, o adjetivo

⁷¹³ Ibidem.

⁷¹⁴ Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de Referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 114.

⁷¹⁵ BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. 6 Ed. São Paulo: Atual, 1990. p. 55.

comunista foi usado de modo impreciso, a fim de abranger intelectuais sem qualquer relação com o comunismo.⁷¹⁶

Em abril de 1936, quando o governo apertou o cerco contra os professores, a essa altura munido pelo estado de guerra, a imprensa não hesitou em comemorar, classificando as medidas adotadas contra os professores como “atitude recomendável”⁷¹⁷ ou “saneamento”.⁷¹⁸ Todo o empenho da propaganda anticomunista foi coroado em novembro de 1937, quando a comissão executora do estado de guerra recomendou, e o Ministério da Educação designou “uma comissão para elaborar medidas de ordem educativa que serão tomadas no sentido de preservar as instituições das influências do comunismo”.⁷¹⁹ Desse modo, a narrativa organizada contra o comunismo disseminava o medo em ambas as direções, tanto a sociedade ficava em alerta contra os “pregadores do credo vermelho”, quanto os professores se viam acuados, temendo as represálias.

4.2.2 Judeu: um rótulo para os rotulados

Em grande medida, a tentativa de ligar comunismo e judaísmo tinham suas fontes nas mídias e nos intelectuais integralistas, devido as inspirações fascistas, que compunham a base de orientação de tal movimento. Um nome que, sem dúvidas, merece destaque na tentativa de ligar o comunismo ao judaísmo foi Gustavo Barroso⁷²⁰ – líder integralista –, a quem Orlando de Barros descreveu como “o mais virulento deles”. Barroso tratou do tema em algumas obras, no entanto, talvez a mais significativa tenha sido a sua versão de *Os Protocolos dos Sábios de Sião*.⁷²¹ Barroso se aproveitou das

⁷¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2020. Op. cit., p. 233.

⁷¹⁷ *Correio da Manhã*. 02 de abr. de 1936, p. 4.

⁷¹⁸ *O Diário*. 03 de abr. de 1936, p. 4.

⁷¹⁹ *Estado de Minas*. 10 de nov. de 1937, p. 1.

⁷²⁰ Para Gustavo Barroso, todo o comunismo tinha sua origem em mentes judias, e no Estado soviético, não havia um cargo de importância que não fosse ocupado por um judeu. Uma outra curiosidade acerca de Barroso era sua enfática afirmação de Karl Marx era na verdade apelido de um judeu chamado Mardoqueu: Cf. BARROSO, Gustavo. O grande culpado. *A Offensiva*. Rio de Janeiro. 30 de Set. de 1936, p. 30.

⁷²¹ Obra sabidamente falsa desde 1920. Cf. ROSENFELD, Anatol. *Mistificações literárias: “Os Protocolos dos Sábios do Sião”*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

“revelações” da obra, sobre a existência de um plano de dominação mundial promovida por judeus, para destacar alguns meios pelos quais se daria tal dominação:

- pela corrupção das mentes dos jovens através da divulgação do ensino subversivo;
- pela destruição da família e da Igreja;
- por criar o descontentamento universal e o ódio entre as classes;
- pelo despojamento da aristocracia de suas terras e tradições;
- pela desmoralização das classes superiores e dos religiosos
- pelo estímulo a todas as utopias impraticáveis;
- por criar o caos, enfim.⁷²²

Em tal caso, a culpa pela destruição do mundo tradicional, especialmente baseado em valores cristãos, seria dos judeus. A destruição desses valores teria por objetivo facilitar a implantação de um reino mundial e a escravização da humanidade, tudo isso movido por forças e intensões malignas, aquelas mesmas que moveriam o comunismo segundo a propaganda anticomunista. É fato que a obra original, *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, não trata a questão do comunismo, uma vez que sua publicação antecede a Revolução Russa, momento em que essa questão ganha corpo e se internacionaliza, contudo, sua narrativa atendia perfeitamente a prédica anticomunista, e Barroso não hesitou em aproveitá-la.

Como líder integralista, certamente foi no nazifascismo europeu que Barroso encontrou a inspiração para promover a disseminação do mito judaico-comunista, pois essa não era uma ideia exatamente nova. A aproximação desses dois elementos, o judeu e o comunista, já havia sido feita pelo discurso nazista, que buscou transformá-los nos grandes vilões, promotores do caos e da destruição, ainda que disfarçados de boa intenção. Em sua obra, Hitler afirmou:

Devemos enxergar no bolchevismo russo a tentativa do judaísmo, no século vinte, de apoderar-se do domínio do mundo, justamente da mesma maneira porque, em outros momentos da história, ele procurou, por outros meios, embora intimamente parecidos, atingir os mesmos objetivos. A sua inspiração tem raízes na sua maneira de ser [...] o judeu não renuncia espontaneamente a sua aspiração de uma ditadura mundial [...]. Ou ele será repellido por forças exteriores para outro caminho ou o seu desejo de domínio universal só desaparecerá com a extinção da raça.⁷²³

Na edição nacional de *Os Protocolos...*, feita por Barroso em 1934, o autor também buscou apresentar argumentos a fim de promover essa associação, entre o

⁷²² BARROSO, Gustavo. (org.) *Os Protocolos dos sábios do Sião*. Porto Alegre: Ed. Revisão, 1989. p. 51.

⁷²³ HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Ed. Moraes, 1983. p. 441.

comunismo e o judaísmo, colocar os dois como faces de um mesmo mal. Para Barroso, o comunismo seria o *magnitudo momentum* da conspiração, seu triunfo, enquanto a etapa anterior teria sido o capitalismo, ainda que isso significasse forçar qualquer lógica.

Há que se dizer que a lógica não era uma questão muito observada na tentativa de ligar judeus e comunismo, especialmente ao colocar numa esteira de acontecimentos, esse e o capitalismo. Orlando de Barros fez uma importante observação a esse respeito:

Frequentemente, nos escritos integralistas [...] os judeus são tratados como banqueiros e grandes comerciantes que formariam associações secretas, sempre prontos a sabotar a economia das nações onde se instalavam, em proveito próprio. Não se perguntou, em qualquer caso, se esses banqueiros e comerciantes, por assim dizer capitalistas, não se sentiriam prejudicados com a abolição da propriedade privada e da produção preconizada pelo comunismo.
724

Na narrativa nazista, o judeu, a fim de angariar apoio popular, iniciava sua empreitada pela pregação da democracia e das liberdades,⁷²⁵ contudo, uma vez no poder, despia-se da máscara e mostrava seu verdadeiro rosto, o do “judeu sanguinário e tiranizador dos povos”.⁷²⁶ O comunismo, nesse caso, seria somente mais uma das manobras na luta dos judeus para dominar o mundo. Por aqui, especialmente entre os artífices intelectuais do regime, o comunismo também era encarado como um fruto dessa mesma árvore. Um dos principais nomes entre esses, Francisco Campos, enxergava o comunismo como uma espécie de fruto espiritual dessas mesmas liberdades democráticas.⁷²⁷ Embora Campos não tivesse – pelo menos na obra citada – apontado os judeus como executores do comunismo, a imprensa logo tratou de fazê-lo.

Plínio Corrêa de Almeida, pelas páginas de *A Ordem* buscou traçar uma ligação entre esses dois elementos em uma linha histórica bastante alongada. Na tentativa de justificar seus argumentos, retrocedeu até a morte de Cristo, infligindo aos judeus a culpa por “deicídio doloso”, o que teria atraído sobre eles a ira divina. Por esse motivo, teriam os judeus caminhado errantes sobre a terra, até que:

prepararam a reforma protestante, suscitaram novas concepções artísticas, influenciando pintores e escultores da renascença, despertaram na inteligência

⁷²⁴ BARROS, Orlando de. 1987. Op. cit., p. 34-35.

⁷²⁵ Por aqui ideia foi bem aproveitada e defendida pelos escritos integralistas: Cf. MELO, Olbiano. O lobo no redil. *A Offensiva*. Rio de Janeiro. 30 de set. de 1936, p. 2

⁷²⁶ Ibidem. p. 211.

⁷²⁷ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940. p. 61.

dos sábios as primeiras noções de humanismo, prepararam a mentalidade da qual saíram os espíritos incréus de Voltaire, Rousseau e outros que provocaram a revolução francesa, o movimento liberal de 1830 em França, e finalmente o socialismo. [...] O mundo está hoje em mãos de potências desconhecidas, que governam nos bastidores e [...] a influência do judaísmo se faz sentir por toda a parte [...]. Quem ignora que Marx era judeu? Quem ignora que a grande maioria dos cargos da administração soviética está confiada aos judeus? Quem desconhece a origem judaica de Trotsky? ⁷²⁸

Para Almeida, a sociedade naquele momento estava frente a um dos seus maiores dilemas, “a influência dos judeus, em benefício do comunismo”. ⁷²⁹ Embora não tenham sido raros os casos de associação entre o comunismo e os judeus na imprensa em geral, na integralista essa concepção foi ampliada. A fim de justificar a narrativa, até mesmo o conceito de judeu foi relativizado: “Judeu não é só aquele que possui sangue dessa raça abjeta, mas todo que, como se fosse, procede como eles”. ⁷³⁰

Esse esforço do integralismo em colar um rótulo sobre o principal elemento rotulador de então, o comunismo, certamente não era isenta de interesses, constituía na verdade mais um elemento na aguerrida luta pelo poder. Ao mesmo tempo que a mídia integralista buscava abrir essa nova brecha na narrativa anticomunista, apresentava o único elemento capaz de colmatá-la; a obediência ao líder máximo do integralismo, Plínio Salgado, “pois somente ele evitará que o comunismo judeu [...] esfrangalhe o Brasil”. ⁷³¹

Dentro do pequeno círculo do poder, talvez o exemplo mais significativo de expressão do antissemitismo tenha sido a “descoberta” do Plano Cohen. Tal plano conspiratório teria sido urdido às escondidas para realizar o que não havia sido possível em 1935, um golpe comunista. Era uma trama recheada com ingredientes típicos do imaginário anticomunista e antissemita. As ações previstas em tal engenharia golpista deveria poupar entidades e embaixadas estrangeiras, eram destinadas unicamente contra os brasileiros, como uma espécie de vingança pelo impedimento de um sucesso nos eventos de 1935. Com um caráter sinistro e traiçoeiro, tais ações tinham como base a

⁷²⁸ ALMEIDA, Plínio Corrêa de. A Igreja e o Socialismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro. Mar./abr. de 1935, p. 46.

⁷²⁹ *Ibidem*.

⁷³⁰ MAGALHÃES, Aristides. A odisseia do comerciário. *A Offensiva*. Rio de Janeiro. 30 de set. de 1936, p. 9.

⁷³¹ Vitória do Integralismo. *A Offensiva*. Rio de Janeiro. 13 de ago. de 1936, p 3-4.

“planificação da violência” devendo essa ser “útil e completa”, o que logo a imprensa tratou de destacar como um plano comunista internacional.⁷³²

As recomendações, para evitar repetir o fracasso de 1935, iam da matança de chefes militares, agitação dos operários e estudantes, a defesa da democracia, exploração do clero e aproveitar o momento das eleições presidenciais para agir entre outros pontos. Bem, o que isso tudo tem a ver com a ação dos comunistas? Possivelmente nada, contudo, foi extremamente útil para legitimar “a implantação da ditadura estadonovista”.⁷³³ Não por se tratar de uma trama comunista iminente, mas por ter sido, se não criado, mas aproveitado para se justificar a repressão e o enrijecimento das ações do regime.

Nas palavras do historiador Orlando de Barros, o Plano Cohen não passava de uma falsificação grosseira, fato plenamente conhecido pelas autoridades do regime, mas não suficiente para impedirem tal embuste de ser levado adiante, pois “Cohen seria judeu e comunista, isso era convincente para os propósitos, e bastava”.⁷³⁴ Tal plano atendia perfeitamente a essa dupla narrativa; a anticomunista e a antisemita, pois:

[...] apresentava a marca de ser supostamente criado por alguém de sobrenome judeu e, não menos, comunista. Tratar-se-ia de um projeto cuja finalidade era a de desfechar uma ação geral dos comunistas contra o governo, mas, na verdade, nada mais era que uma falsificação oportunista. [...] ⁷³⁵

Além das obras rebuscadas de formalismo e supostas teorias antijudaicas, oriundas das mentes mais importantes do pensamento autoritário nacional, não faltaram também aquelas de cunho mais popular, quase simplórias, porém nem por isso, menos importante ao propósito. Utensiliando quase sempre o mesmo método de construção de narrativa, partia-se de alguma elocução do presidente para um suposto diálogo com o leitor. Com um texto simples, porém bem encadeado, um volume pequeno e por isso, provavelmente um preço acessível, constituíam uma tentativa de trazer às camadas inferiores da sociedade aquelas discussões que importavam aos círculos de poder, e por sua vez ao regime.

⁷³² As instruções do Komintern para a ação dos seus agentes contra o Brasil: *Correio da manhã*. Rio de Janeiro. 01 de out. de 1937, p. 3, passim. Também publicado por: MACIEL, J. S. Violência útil e completa. *O Imparcial*. Rio de Janeiro. 01 de out. de 1937, p. 4.

⁷³³ MOTTA, R. P. S. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História*, n. 138, p. 93-105, 1998. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i138p93-105. Acesso em: 18 mai. 2022.

⁷³⁴ BARROS, Orlando de. 1987. Op. cit., p. 45.

⁷³⁵ Ibidem. p. 44-45.

Um bom exemplo dessa literatura é um livreto editado por um tal C. Marques, em 1936. Nele, o autor transcreveu todo o discurso de Vargas, proferido em primeiro de janeiro deste mesmo ano, e a partir dele, levantando questões e oferecendo respostas, buscou justificar as “devidas providencias” tomadas pelo regime. A certa altura, depois de descrever os diabolismos e os perigos do comunismo, o autor coloca algumas questões. “Onde estão os fatores ocultos desse envenenamento do mundo? Quem ideou todo esse absurdo? Quem o pôs em prática na Rússia e tenta fazer em outros estados?”⁷³⁶

Para essas questões, foram oferecidas respostas afirmativas: “Foram os judeus que idearam o marxismo, são os judeus que com ele tentam há dezenas de anos revolucionar o mundo, são os judeus que hoje ainda estão a frente dele em todos os países”.⁷³⁷ Tais respostas evidenciam uma clara intenção de unificar judaísmo e comunismo. A influência nazifascista nesse tipo de narrativa evidencia-se ao lermos a última sentença do livro, que diz: “Nós, porém, na nossa qualidade de fiel e obediente velha guarda do partido do Führer sentimo-nos felizes por termos a honra de, nessa luta, a mais decisiva que a história já viu, estarmos enfileirados sob as suas bandeiras”.⁷³⁸

A nível de diplomacia brasileira, o judeu, em dado momento passou a ser encarado como um problema, e a questão judaica, assunto de segurança nacional. Estudos, pareceres, ofícios e discursos de diplomatas acerca do tema não eram raros.⁷³⁹ Um bom exemplo desses documentos diplomáticos, de como a “raça” judaica era encarada, foi uma carta de Pedro Rocha, encarregado comercial em Varsóvia, que assim a definiu:

Ingrata, sem patriotismo e altamente prejudicial ao país que a abriga. Psicologicamente degenerada, estupidamente intolerante em matéria religiosa considera inimiga, o resto da humanidade. [...] quase todos são comunistas militantes ou simpatizantes do credo vermelho.⁷⁴⁰

⁷³⁶ MARQUES. C. Op. cit., p. 86.

⁷³⁷ Ibidem. 87.

⁷³⁸ Ibidem. p. 103.

⁷³⁹ Orlando de Barros observa que a tomada de posições por essas autoridades estava dentro de um contexto histórico bastante particular. Mesmo sendo o Brasil inteiramente mestiço, havia, naquele contexto histórico uma certa aspiração ao branqueamento da população brasileira, que se efetivaria por meio de introdução no país de grande monta de indivíduos europeus. Para o historiador, a base desse pensamento era propaganda racista do 3º Reich e uma época histórica, aquela, marcada pela intolerância. Barros afirmam ainda que, não fosse esse contexto, “talvez algumas figuras ilustres da vida política e intelectual não tivessem a coragem para expressar posição racista, as vezes abertamente”. Cf. BARROS, Orlando de. Op. cit., p. 26.

⁷⁴⁰ Carta de Pedro Rocha, delegado comercial do Brasil em Varsóvia, para Jorge Latour, encarregado de negócios do Brasil. Apud. CARNEIRO, M. Luiza Tucci. Sob a máscara do nacionalismo. Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). *Estudios Interdisciplinarios de América Latina Y El*

Ou ainda uma carta do embaixador brasileiro na Alemanha, Moniz Aragão, em que afirmava ao chanceler Macedo Soares estar a embaixada atenta a questão dos judeus, exercendo “severa vigilância”.⁷⁴¹

A narrativa antissemita levada a cabo aqui no Brasil – especialmente pela pregação integralista – com clara inspiração na propaganda do Nacional Socialismo alemão, encontrou abrigo sob algumas autoridades, ainda que a questão judaica não estivesse dentre os interesses do regime, pelo menos oficialmente. A questão antijudaica beirava a insanidade pois mesmo intelectuais respeitáveis, talvez pelo insano clima antissemita, sucumbiram a essas ideias. Exemplo disso, podemos citar Afonso Arino de Melo Franco, que afirmou: “eu me filio aos que consideram o movimento das doutrinas internacionalistas como uma consequência natural da atividade Hebraica no campo da política”.⁷⁴²

Desse modo, ainda que pese o fato de a questão antijudaica não ter estado entre as prerrogativas oficiais da propaganda anticomunista do regime, ou ainda que o antissemitismo não tenha obtido lastro na mentalidade social,⁷⁴³ indiscutivelmente foi uma questão importante nessa “luta”. O fato de nomes importantes dentre os intelectuais de então terem tomado partido na questão, emprestou certa legitimidade ao tema e possibilitou sua reverberação pela imprensa, que cedeu às histerias antissemitas. Os escritos integralistas, como já dito, há muito se dedicavam de forma especial a esse particular. Somando-se isso a outras obras de cunho popular, a questão antissemita, embora não tenha se avolumado e se tornado um tema, digamos, autônomo, sem dúvidas foi um excelente veículo para o anticomunismo. De qualquer forma, a pedra era atirada e, se não acertasse o judeu, certamente acertaria o comunista

Caribe, v.1, n.1, p. 23-40, 1990. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1309>. Acesso em: 24 abr. 2022.

⁷⁴¹ Apud. BARROS, Orlando de. 1987. Op. cit., p 36.

⁷⁴² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Preparação ao Nacionalismo*: cartas aos que tem vinte anos. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1934, p. 33.

⁷⁴³ BARROS, Orlando de. 1987. Op. cit., passim.

CONCLUSÃO

Época de mudanças, de desenvolvimento industrial e crescimento urbano, o período entre 1930-45, a chamada “Era Vargas”, caracteriza-se também por um notável incremento dos meios de comunicação social, mormente o rádio. O governo Vargas valeu-se desses meios para promover a integração de um País ainda formado por regiões mal integradas, utilizando-se enfaticamente do rádio e da imprensa, e subsidiariamente do cinema e do teatro. Entretanto, somente as emissoras não encontravam barreiras a uma comunicação instantânea e permanente, levando as mensagens de um Brasil urbano ao campo, sinalizando com as identidades nacionais, informando sobre a ordem política, dando a conhecer sobre as aquisições técnicas, sobre os benefícios sociais limitados que a Revolução de 1930 havia desencadeado. [...] Dada a importância política desse sistema de comunicação, ele foi impregnado fortemente pelos interesses do Estado, corroborando o discurso vigente, tematizando o momento político.

*Orlando de Barros*⁷⁴⁴

Dispondo o governo desse então moderno aparato de comunicação, não hesitou em lançar mão dele para cumprir seus objetivos, fosse para divulgar seus feitos, fosse para alardear um perigo iminente de uma outra ideologia política. Considerando que o regime em questão estava recém saído de um processo de ruptura, há de se conceber que a preocupação com a manutenção do poder era uma constante. Contudo, tal medo estava longe de ser uma exclusividade e, apesar do processo de descontinuação em relação ao sistema anterior, pode-se afirmar que esse medo foi uma continuidade, uma espécie de legado das estruturas políticas anteriores.

⁷⁴⁴ BARROS, Orlando de. 2001. Op. cit., p 369. *loc. cit.*

Desde os tempos coloniais, os detentores do poder já viviam a aflição de movimentos que pudessem inverter o *status quo* e, esse medo se transformou em verdadeiro fator detonador das mais variadas estratégias numa busca sem fim para neutralizar e disciplinar os governados. Embora tais estratégias e meios possam ter sido dos mais variados, para o período especificado neste trabalho, o anticomunismo foi o artifício principal, e a sua propagação, especialmente por meio da imprensa, a estratégia.

Com a utilização massiva da propaganda, o regime trabalhou para promover uma ressignificação do comunismo perante a sociedade e assim transformá-lo em um adversário a ser combatido não só por ele, mas por todos. Em outras palavras, ressignificou o inimigo para ressignificar o medo, e assim, a reação a ele. A participação ativa dos meios de imprensa nesse projeto foi fundamental para o seu sucesso e, ainda que pesasse singularidades nessa representação, entre um ou outro veículo, os comunistas eram sempre qualificados como personagens infestos e malignos, com os mais variados rótulos: ateus, imorais, víboras, carrapatos, vermes, assassinos, entre outros.

Com o emprego de tais rótulos aos comunistas pelo regime e seus compartes, uma verdadeira cultura do medo acerca do comunismo foi desenvolvida no imaginário coletivo e o anticomunismo configurou como seu principal motor. Contudo, há que se observar que a manipulação era um elemento constante da narrativa anticomunista e, portanto, qualquer movimento político que se opusesse à ordem estabelecida era propalado como signatário do “credo vermelho” e, como tal, um perigo à sociedade. Desse modo, tal terror foi artificialmente ampliado visando a manutenção do poder e, a possibilidade de canalizar medos sociais já consolidados para a questão comunista permitiu ao regime “acessar” o imaginário coletivo.

Assim percebemos não somente o combate, mas a criação de uma cultura política baseada no medo orientada pela narrativa anticomunista, fosse a partir de publicações oficiais ou da imprensa. Indivíduos de diferentes setores da sociedade, movidos pelo medo, tomaram partido contra o comunismo e, voluntariamente ou não, o lado do regime. A partir da consolidação dessa cultura do medo, mais especificamente do medo do comunismo, foi possível ao regime, de certo modo, selecionar os acontecimentos políticos por meio da relevância a eles destacada através da propaganda, o que atendia para legitimar o governo como o orientador da luta contra o comunismo.

A partir daí, dois pontos nortearam a campanha anticomunista do regime Vargas. O primeiro era conduzir o tom da narrativa sobre os eventos comunistas para o estereótipo

criminoso, sob argumentos que associava o comunismo à destruição de valores, da tradição moral e ética da nossa sociedade, como honestidade, religiosidade, civilidade, respeito à família, a Deus..., e o segundo, apresentar o regime como o legítimo representante e defensor desses valores.

Embora o interesse por esse processo fosse não só do governo, mas também de grupos conservadores da sociedade, Vargas trabalhou continuamente para se firmar como a figura principal dele. A propaganda do regime buscava imprimir um tom de evidência à pessoa do presidente, ao mesmo tempo em que orientava a narrativa a fim de forjar o comunismo como o inimigo a ser combatido. Eleger o comunismo como adversário número um e, a luta contra ele, foi a base para o processo mitificador do personagem político central do regime. Com a narrativa anticomunista repetida *ad nauseam*, buscou-se consolidar símbolos e estereótipos tanto para Vargas quanto para o comunismo, a fim de que esses atuassem como lentes para a receptividade das “massas” sobre os fatos narrados.

Essa ideia de se construir como um líder forte, o timoneiro do regime, era oriunda de um processo de enfraquecimento dos pressupostos e instituições do Estrado liberal-democrático, provocado principalmente pelos danos materiais e humanos deixados pelos conflitos da Primeira Guerra. A solução, contudo, não estaria somente na liderança, mas na implantação de um Estado forte e centralizado, autoritário.

Na política nacional, a bandeira do autoritarismo foi levantada por Vargas, mas também foi uma proposta defendida por grande parte da elite econômica e por vários intelectuais. Segundo essa linha de pensamento, ser autoritário significava defender a verdadeira democracia, o que na prática significava um Estado como uma força organizatória, capaz, e acima de qualquer grupo, especialmente liberais e comunistas.

Para Francisco Campos, talvez o principal nome dentre os intelectuais que ideavam o regime Vargas, o problema era nesta ordem; liberalismo e comunismo. Portanto, suprimir as liberdades políticas e econômicas, segundo Campos, era uma forma de se evitar o surgimento, ou quando não esse, o florescimento do comunismo, fruto espiritual do liberalismo. Para esses intelectuais partidários do autoritarismo, a opinião pública precisava ser moldada nesse sentido e o governo não tardou em empenhar-se nisso.

Por meio da intensa campanha contra o comunismo e a ocupação dos meios culturais, o regime buscou não deixar espaço para os pensamentos divergentes. No rádio,

no teatro, no cinema, entre outros meios, o governo difundia seus ideais como única forma possível de civilização, a base para o nacionalismo que o regime desejava construir. Assim, ocupando todos os espaços possíveis, os propagandeiros do anticomunismo buscavam não deixar brechas para a opinião pública e facilitar a aceitação da opinião oficial transmitida pela propaganda como tal. O objetivo era influenciar a forma de pensar e, por conseguinte, de agir da sociedade, oferecendo novos signos e símbolos para através deles a população interpretar a nova realidade que se impunha, para a qual o medo do comunismo tinha papel central.

A instrumentalização desse medo pelo regime contou com as mais variadas formas de realização, das perseguições policiais aos “crimes contra a nação”, das “faxinas sociais” ao constante estado de terror que se impunha à população. Contudo, a possibilidade do regime em contar com a “colaboração” de setores conservadores da sociedade nessa campanha foi preponderante para o seu sucesso em introduzir no imaginário coletivo o pavor em relação ao comunismo. O alinhamento de grande parte da mídia, o discurso religioso, e as bandeiras anticomunistas defendidas pelo integralismo formaram barreiras como grandes amplificadores da prédica do regime, na medida em que grupos de outras correntes de pensamento, ainda que não fossem comunistas, eram por esses afrontados.

Intelectuais progressistas, dentre esses, especialmente os professores, eram rotineiramente atacados e rotulados como criminosos e pervertedores da ordem. Comumente apresentados como colaboradores do comunismo, sofriam perseguições podendo ser afastados dos seus cargos ou mesmo presos. A figura do estrangeiro era também outra corriqueiramente maculada pela narrativa anticomunista, e o judeu foi um dos seus representantes máximos. Já consagrado como inimigo da igreja – ou parte dela – por suposta “culpa” na morte de Cristo, e do integralismo pela apropriação de discursos dos regimes fascistas europeus, especialmente do nazismo, a figura do judeu era constantemente utilizada como rótulo nos ataques aos comunistas.

De qualquer modo, é fato dado pela história que o regime Vargas desde seu início tratou de suprimir os opositores, aos quais logo procurou criminalizar e desumanizar. Fato esse que manteve íntima relação com a intensa campanha para ressignificar o comunismo perante a opinião pública como algo não só alheio à realidade do Brasil, mas também delituoso, bestial, réprobo e incontrito. A partir dessa ressignificação do comunismo no imaginário coletivo, qualquer adversário político assim rotulado passava a representar um

inimigo da sociedade e, portanto, algo a ser eliminado. Assim sendo, pode-se considerar que o anticomunismo foi transformado em um dos pilares de sustentação de poder para o regime Vargas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1938-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ABREU, Alzira Alves & outros (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-30*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 3118 (Verbete Liga Eleitoral Católica).

ALMEIDA, Plínio Corrêa de. A igreja e o socialismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, mar./abr. de 1935.

ALMOND, Gabriel Abraham; BINGHAM JR, Powell. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMARAL, Amadeu. *Política humana*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'âge d'homme, 1983.

AQUINO, Mauricio de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República. (1989-1930). *Rev. Bras. Hist.* v. 32, n. 63, p. 147, 2012. DOI: [10.1590/S0102-01882012000100007](https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100007). Acesso em: 21 Abr. 2020.

ARARIPE JR. (sob o pseudônimo de Cosme Velho). Diálogos das novas grandezas do Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1909.

ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultural oficial. *Revive - Revista de Ciências do Estado*, v.1, n.2, p. 72-106, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revive/article/view/5009/3077>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ARAÚJO, Nilton S. *Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica*. 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Coleção clássicos de ouro. Rio de Janeiro: Edições Ediouro, 2003.

ARRUDA, Luís Soares. A Luta Contra Deus. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 15 de set. de 1935.

_____. O Quinto Cavaleiro do Apocalipse. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 08 de abr. de 1936.

ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas (1892- 1893)*. Obras completas. 1ª Ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Hucitec, 1996.

ATHAYDE, Tristão de. A igreja e o momento político. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n 65, jul. de 1935. p. 09

AZEVEDO, Thales. *A religião Civil Brasileira: um Instrumento político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

AZZI, Riolando. O Episcopado Brasileiro frente à revolução de 1930. *Síntese – Revista de Filosofia*, v.5, n. 12, p. 47-78, p. 47-78, 1978. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2391>. Acesso em: 17 mar 2022.

_____. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 6, n. 17, p. 69-85, 1979. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2291>. Acesso em: 18 fev. 2022.

_____. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930). *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2398> . Acesso em: 30 mai. 2022.

_____. *Os pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2003.

BACKHEUSER, Everardo. O Comunismo e a Educação. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 08 de abr. de 1936. p. 8.

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaries sociaux*. Paris: Payot, 1984.

BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac; VILELLA, Annibal. As modificações no papel do estado na economia brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 4, n. 3, 1974. p. 883-912. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6554/1/PPE_v3_n3_As%20modifica%c3%a7%c3%b5es.pdf . Acesso em: 15 jun. 2021.

BALANDIER, George. *O poder em cena*. Trad. Luíz Tupy Caldas de Moura. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1980.

BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *Mudança Constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. 2009. 409f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História, um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (Org.). *História e Imprensa - homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 2001.

BARROS, Orlando de. *Custódio Mesquita: Um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-45)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. *O pai do futurismo no país do futuro: as viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

_____. Os incontaminados contra as toxinas letais do vírus fascista: a imprensa oposicionista nos últimos meses do DIP. In: FONSECA, Silvia C; CORRÊA, Maria Letícia (Org.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 229-271.

_____. Os intelectuais de esquerda e o ministério de Lindolfo Collor. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 297-330.

BARROSO, Carmem. Metas e Desenvolvimento do Milênio, Educação e Igualdade de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, 2004, p. 573-582. DOI: [10.1590/S0100-15742004000300004](https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000300004). Acesso em: 21 Abr. 2020.

BARROSO, Gustavo (Org.) *Os Protocolos dos sábios do Sião*. Porto Alegre: Ed. Revisão, 1989.

BARROSO, Gustavo. O grande culpado. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, 30 de set. de 1936, p. 30.

BARTHES, Roland. Semiologie et Urbanisme. *Architecture d'aujourd'hui*, n.153, 1970/1971, p. 11-13, 1970/1971. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1974_num_3_2_1459. Acesso em: 01 jul. 2021.

BAUMAN, Zygmund *O Mal-Estar da Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKER, João Dom. *Cristo e a República: Vigésima carta pastoral*. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1931.

BENEDICT, Anderson. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, London, Verso, 1983. Tradução portuguesa: Comunidades imaginadas. Lisboa: Edições 70, 2005.

BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. 6 ed. São Paulo: Atual, 1990.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 57-98.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

Biblioteca da Presidência da República. Discursos: Getúlio Vargas. *A missão social do jornalismo brasileiro*. 16 de julho de 1936. p. 174-175. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/04.pdf/view>. Acesso em 13 jan. 2022.

Biblioteca da Presidência da República. Discursos: Getúlio Vargas. *Necessidade e dever de repressão ao comunismo*. 10 de maio de 1936. p. 155-156. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/02.pdf/view>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BISI, Adriana de Oliveira Gonzaga. *(In)Justiça de Segurança Nacional: a criminalização do Comunismo no Brasil entre 1935-1945*. 2016. 324f. Tese (Doutorado em Direito e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen Varriale, Gaetano Mônaco, João Ferreira, Luis Pinto e RenzoDini. Vol.1, 11ª Ed. Brasília: ED. UnB, 1998.

_____. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: EDUnB, 1985/ 1986.

BOORSTIN, Daniel Joseph. *The Image: a Guide to Pseudo-events in America*. New York: Atheneum, 1962.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1329191>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica e investigação social e enquête operária*. São Paulo: Editora Polis, 1982. p. 1-12.

_____. O mercado dos bens simbólicos. In: MICELI, Sergio (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 99-182

BRASIL, Bruno. O Paiz. *Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL, Casa Civil. *Lei nº 38, de 4 de abril de 1935*. Sobre os crimes contra a ordem política e social.

BRASIL. *Decreto Nº 19.395, de 8 de novembro de 1930*. Que concede anistia a todos os civis e militares envolvidos nos movimentos revolucionários ocorridos no país.

BRASIL. *História do exército brasileiro*. Perfil Militar de Um Povo. Edição do Estado-Maior do Exército. Vol. 3. Rio de Janeiro: Gráfica Fundação IBGE, 1972.

BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Ambivalência e Medo: faces dos riscos na modernidade. *Sociologias*, v. 10, n. 20, p 20-47, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819551003>. Acesso em: 02 abr. 2021.

CABRAL, José Maria. *A Igreja e o Marxismo*. São Paulo: Panorama, 1949.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999, p. 13-34.

CAMPOS, Francisco. A política e o nosso tempo (1935). In: CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, Seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 1-32.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, Seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CANCELLI, Elisabeth. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 27-36.

CANTO-SPERBER, Monique. *A inquietude moral e a vida humana*. São Paulo: Loyola, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A propaganda política no Varguismo e no Peronismo: aspectos teóricos – metodológicos de uma análise sobre história política. *História: Questões e Debates*, v. 14, n. 26/27, p. 196-218, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2858>. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus/FAPESP, 1998.

CARDOSO, Mariana dos Santos Ribeiro. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). *Prisma Jurídico*, v. 7, n. 1, p. 163-183, 2008. DOI: 10.5585/prismaj.v7i1.1049. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARNEIRO, M. Luiza Tucci. Sob a máscara do nacionalismo. Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). *Estudios Interdisciplinarios de América Latina Y El Caribe*, v.1, n.1, p. 23-40, 1990. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1309>. Acesso em: 24 abr. 2022.

CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

CARR, Edward Hallet. *Vinte anos de crise (1919-1939)*. Brasília: UnB, 1981.

CARVALHO, José Murillo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2310>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*. v. 13, n.38, 1998, p. 63-69. DOI: 10.1590/S0102-69091998000300004. Acesso em: 20 set. 2020.

CARVALHO, Menelick de. Democracia objetiva e liberalismo romântico. *Revista Cultura Política*. v. 2, n. 16, p. 29-37, 1942. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/163538/per163538_1942_00016.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

CASASSANTA, Mário. Executivo forte, tendência nacional. *Cultura Política*. v 1, n. 7, p. 135-141, 1941. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/163538/per163538_1941_00007.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 453-492.

CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*., v. 32, n. 64, p. 65-86, 2012. DOI: 10.1590/S0102-01882012000200006. Acesso em: 21 jan. 2021.

CAVA, Ralph Della. *Igreja e Estado no Brasil do século XX*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1989. p. 63.

CHAMPAGNE, Patrick. La construction médiatique des 'malaises sociaux'. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. v.1, n. 90, p. 64-76, 1991. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1991_num_90_1_2997. Acesso em: 21 jan. 2021.

CHATEAUBRIAND, Assis. Questão de força, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1935. p. 2.

_____. Tártaros e Mongóis. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 29 de nov. de 1935, p. 2.

CINTRA, Cardeal Sebastião Leme da Silveira. Discurso do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra. *Revista Mensageiro do Coração de Jesus*. Órgão do Apostolado da Oração. Itu, São Paulo, novembro de 1936, p. 631-635.

COELHO, Teixeira (Org). *Dicionário crítico de política cultural*, Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazonia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CORREIA, Paulo Celso Liberato. Massa, mito e Estado em Francisco Campos: a política de uma era de transição. *Revista de Ciência Política*. n. 42, p. 72-95, 2009. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/42/paulo_celso_42.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COVELLO, A. A de. *A Lei de Segurança Nacional*. Trabalhos Parlamentares. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Vol. II. Belém: UFPA, 1963.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As Instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DAEFIOL, Regina Célia. Os mitos políticos e sua relação com a cultura política. *Revista Espaço Acadêmico*. v. 20, n. 224, 2020, p. 218-2. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/48995>. Acesso em: 25 fev. 2021.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

DEBRAY, Régis. *O Estado Sedutor*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Decreto 21.530 de 14 de julho de 1932. Trata-se da primeira liberação oficial de verbas para esse fim.

DELUMEAU, Jean. *A História do Medo no ocidente 1300 – 1800: uma cidade sitiada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEMIER, Felipe. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DEWEY, John. *How We Think*. Chicago: D. C. Heath & Co Publishers. 1910.

DIAS, Laurinda Lacerda. A Grande Campanha. *A Cruz*. Rio de Janeiro, janeiro de 1937, p. 2.

DOMENACH, Jean-Marie. A propaganda política. 2 Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

DÓRIA, Antonio de Sampaio. *O comunismo caminha no Brasil*. São Paulo: Ed. Limitada, 1933.

DULLES, John Watson Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ: Belo Horizonte: ed. UFMG, 1997.

EDELMAN, Murray. Political Language and Political Reality. *Political Science and Politics*. v. 18, n. 1, p. 10-19, 1985. DOI: 10.2307/418800. Acesso em: 18 dez. 2020.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar. 1997.

FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo. In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p.29-43.

FAUSTO, Boris. *Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial. (1920-1945): uma revisão*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1988.

_____. *A Revolução de 30*. 13ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *A História do Brasil*. 12ª Ed., Didática 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Fellows, Erwin W. Propaganda: History of a Word. *American Speech*, v. 34, n. 3, 1959, p. 182–189. DOI: [10.2307/454039](https://doi.org/10.2307/454039). Acesso em: 21 mar. 2022.

FERRARI, Alceu Ravello. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes – resultados preliminares. *Cadernos de Pesquisa*: Fundação Carlos Chagas. n. 52, 1984, p. 35-49. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1360/1361>. Acesso em: 25 fev. 2021.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder*: Análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: Annablume. 2005.

FILHO, Mauricéa. Sinistras Igualdades. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 17 de mar. de 1935, p. 3.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso* - Série: Repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Contexto/Universidade de São Paulo, 1989.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FRAGA, André Barbosa. A “biblioteca do impossível”: levantamento da produção editorial do DPDC/DNP. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 86, p. 135-158, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TkdnVpPSNBMTvvD4MqYRdPb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

FRAGA, André Barbosa. *Os heróis da pátria*: política cultural e história do Brasil no governo Vargas. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2012.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Preparação ao Nacionalismo*: cartas aos que tem vinte anos. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1934.

FREIRE, Silene de Moraes. Suportes ideológicos do corporativismo brasileiro. *Plural*, v. 1, p. 64-86, 1994. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.1994.68055. Acesso em: 12 mai. 2021.

FUJOL, Sebastião. As tendencias malignas do comunismo. *Jornal O Diário*, Rio de Janeiro, 1936. p. 4.

FUNES, Patrícia. *Salvar la Nación*: Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. On the Circle of Understanding. In: CONNOLLY, John M.; KEUTNER, Thomas (Orgs.). *Hermeneutics versus science?* Three german views. Notre Dame: University of Notre Dame Press. 1988. p.10-25.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEERTZ, Clifford. *Negara*: o teatro do estado no século XIX. Lisboa: Difusão Editorial, 1991.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo*. (L. Knapp, trad.). São Paulo: Francis, 2003.

GODOI, Edgar de. Campanha anticomunista nas escolas superiores. *O Diário*, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1936. p. 13.

GOMES, Ângela de Castro. O mito Vargas. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), c2020. *Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/MitoVargas>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.

GOMES, Flavio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed ver. e ampl. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Ânimos Timoratos: Uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências*. 1995. 297f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1995.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 103-110.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRANJA, Maria de Fátima Duarte. *A Banda: Som e Magia*. 1984. 163f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Sistemas de Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultix, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (Org.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

HAUSSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 1ª Ed. Porto Alegre: Edipruers, 1997.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. (Trad) Márcia de Sá Cavalcanti. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Ed. Moraes, 1983.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. (Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cláudia Berliner.) 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *Estratégias para uma Esquerda Racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOCHÉ, Aline de Almeida. *A hora da juventude: a mobilização dos jovens no Estado Novo (1940-1945)*. 2015. 178f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2015.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política. Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

HUNGRIA, Nelson. A Evolução do direito penal brasileiro. *Revista Forense*. v. 40, n. 95, p. 5-13, 1943. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:revista:1904;00034864> 5. Acesso em: 26 fev. 2021.

IGLESIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p.132.

IMBERT, Gérard. *Los escenarios de la violencia; conductas anómicas y orden social en la España actual*. Barcelona: Icaria, 1992.

JOHN, Rawls. *O Liberalismo Político*. Lisboa: Editoria Presença, 1993.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LACAVE, José Luis. *Juderías y Sinagogas Españolas*. Coleção Sefarad. Madrid: Editora Mapfre, 1992.

LAUERHASS, Junior Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

LEAL, Cláudia. *Pensiero e dinamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. 2006. 191f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, São Paulo, 2006.

LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no 40º*

aniversário da encíclica de Leão XIII "Rerum Novarum". Disponível em: <https://www.veritatis.com.br/rerum-novarum-leao-xiii-15-05-1891/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. Disponível em: <https://www.veritatis.com.br/rerum-novarum-leao-xiii-15-05-1891/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Quod Apostolici Muneris*: sobre o socialismo e o comunismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1951, p. 15.

LEFORT, Claude. *A Invenção democrática*. Os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935, sobre os crimes contra a ordem política e social.

LEME, Dom Sebastião. *Carta Pastoral de 1916*. Rio de Janeiro: Vozes, 1916.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. Educação e comunismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n 69, abr./maio de 1936, p. 318-334.

LIMA, Alceu Amoroso. Em face do comunismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n 69, abr./maio de 1936, p. 346-356.

LIMA, Alceu Amoroso. Em face do comunismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n 68, fev./mar. de 1936, p. 253-259.

LIMA, Alceu Amoroso. O socialismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 71, jan. de 1936, p. 62-79.

LIMA, Alceu Amoroso. *Política*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1956.

LIMA, Valentina da Rocha. *Getúlio*: uma história oral. 2 Ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. 2ª Ed. Coleção Clássicos da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LOBO, Hugo da Silveira. Jamais satisfaremos ao operário materialista. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 02 de ago. de 1936. p. 3.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luzia (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

LUTERO, Martinho. *Dos Judeus e Suas Mentiras*. Porto Alegre: Revisão, 1993.

MACIEL, J. S. Violência útil e completa. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 01 de out. de 1937, p. 4.

MAFFESOLI, Michel. *Apocalypse: opinião pública e opinião publicada*. Tradução: Andrei Neto e Antoine Bollinger. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAGALHÃES, Aristides. A odisseia do comerciário. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, 30 de set. de 1936, p. 9.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALAGUTI, Batista Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. (O. Bauduh, Trad.) São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARÇAL, Heitor. *Jornal A Offensiva*. Rio de Janeiro, 18 out. 1934.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan. 1998.

MARQUES, C. *Pelo Brasil, A luta contra o comunismo*. 2ª Ed. 1936.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. *Repressão política e usos da constituição no Governo Vargas (1935-1937): a segurança nacional e o combate ao comunismo*. 2011. 217f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2011.

MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via: a Igreja no Brasil de 1889 a 1945*. 1995. 206f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica. Imprensa e rádio difusão no primeiro Governo Vargas: entre dinamismo e controle. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.). *A era Vargas: 1930-1945*. Vol. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 19-50.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

MASSIMI, Marina; MIRANDA, Lilian. A paixão do medo nos documentos de viagens e na literatura espiritual e filosóficas jesuítas, no Brasil do século XVI. In: MASSIMI, M., SILVA, P. J. C. *Os olhos veem pelo coração*. Conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI A XVII. Ribeirão Preto: Holos, 2021. p. 24-148.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil: Período Republicano e Atualidade*. São Paulo: Paulinas, 2003.

- McCOMBS, Maxwell.; SHAW, Donald Lewis. A função do agendamento dos media, 1972. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MELO, José Marques de. *Os impasses do jornalismo científico*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- MELO, Olbiano. O lobo no redil. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, 30 de set. de 1936, p. 2
- MESSADIÉ, Gerald. *História Geral do Anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MIGUEL, Luís Felipe. Em Torno do Conceito do Mito Político. *Dados*, v. 41, n. 3, p. 635-661, 1998. DOI: 10.1590/S0011-52581998000300005. Acesso em: 26 mar. 2022.
- MIGUEL, Luis Felipe. O Representante Como Protetor: Incursões na representação política “vista de baixo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79. p. 31-47. DOI: 10.1590/S0102-69092012000200003. Acesso em: 26 mar. 2022.
- MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e de Constituição*. Rio de Janeiro: ed. Forense, 2006.
- MONTEIRO, Fabricio Pinto. O terrorismo anarquista no Brasil da Primeira República: construções de sentidos de militantes e a repressão governamental. *REH*. v. 4, n. 8, 2017. Disponível em: <https://www.escritadahistoria.com/index.php/reh/article/view/90>. Acesso em: 02 set. 2021.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1990.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EdUFF, 2020.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História*, n. 138, p. 93-105, 1998. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i138p93-105. Acesso em: 18 maio. 2022.
- MOURA, G. A. C. Citações e referências de documentos eletrônicos. [S.l.: s.n., 19--]. 86 p. Disponível em: Acesso em: 9 dez. 1996.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. 2015. 254f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Trabalhismo de Pedro Ernesto: limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos Anos 1930*. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *O Brasil a caminho do Estado Novo: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936-37)*. 1 Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

_____. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.). *A era Vargas: 1930-1945*. Vol. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 243-272.

NAUD, Leda Maria. Estado de sítio e suspensão das liberdades individuais. *Revista de Informação Legislativa*, v. 3, n. 12, p. 227-238. 1966. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180695>. Acesso em: 22 jun. 2021.

NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria & variações*. Rio de Janeiro: Fumec, 2001.

NOVINSKY, Anita. *A inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NUNES, Diego. *O percurso dos crimes políticos durante a Era Vargas (1935-1945): do Direito Penal político italiano ao Direito da Segurança Nacional brasileiro*. 2010. 326f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010.

O Comunismo Ateu: Carta pastoral e mandamento do episcopado brasileiro. Documento conjunto do episcopado brasileiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/367729/per367729_1937_00083.pdf Acesso em: 07 jan. 2022.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Viana*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV / INL-MEC, 1980.

OLIVEIRA, Rafael Serra. *Consenso no Processo Penal: Uma Alternativa para a Crise do Sistema Criminal*. São Paulo: Almedina, 2015.

OXFORD. *Dictionary Cambridge*. 3 Ed. Reino Unido. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/oxford>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PALTI, Elias. Emergencia y descomposición del discurso antigenealógico de la nación. In: *La nación como problema*. Buenos Aires: Fondo do Cultura Econômica, 2002. p. 89-146.

PEREIRA, Marco Antonio Lima. O anticomunismo católico em cena. *Revista Nures* n° 11 – Janeiro/Abril 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/7355>. Acesso em: 02 ago. 2022.

PIERRE Sanchis. Os Brasis da Igreja Brasileira. *Geraes Ufmg*, Belo Horizonte, v. 46, p. 9-12, 1987 p. 09, *loc. cit.*

PIMENTA, Everton PEREIRA; Marco Antônio M. L. O perigo agora é verde: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Everton Fernando (Org.). *As direitas no Brasil: discursos, práticas, representações*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922- 1935)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, Dom Gastão Liberal. *Sobre o Comunismo*. São Paulo: Oficinas Gráficas, Ave Maria, 1937.

PINTO, Rubens A. de Serpa. Combate ao Comunismo. *A Cruz*, Rio de Janeiro, 05 de jan. de 1936. p. 3

PINTO, Rubens A. de Serpa. Mocidade. *A Cruz*. 24 nov. 1935.

PINTO, Sobral. Homenagem a Hamilton Nogueira. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n. 4, abril de 1957, p. 242.

PIRES, Charlaine da Silva. O Processo de Secularização do Monumento ao Cristo Redentor na Cidade do Rio de Janeiro. 2008. 81f. Monografia (Bacharelato em Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Medo, comunismo e revolução Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Universitária UFPE, 2009.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. v. XXX, n. 1, p. 101-120, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134618603007>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *A propriedade é um roubo*. Tradução de Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 2014.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. 2008. 234f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 57ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.

REALE, Miguel. Liberdade de Imprensa. *Acção*, São Paulo, 16 de nov. de 1936, p. 3.

REGO, Costa Pedro. O Estado de Pânico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de fev. de 1935, p. 2.

REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. v.1, n. 2, p.187-203, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2166>. Acesso em: 20 ago. 2021.

REIS, José Roberto Franco. “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo*”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). 2002. 243f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os comunistas brasileiros na literatura escolar (1922-1926). In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; RIBEIRO, Jayme Fernandes; CIAMBARELLA, Alessandra (Org.). *Ensino de história: usos do passado, memória e mídia*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2014. p. 113-141.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. O Rio de Janeiro e a insurreição comunista de 1935. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologia, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 79-104.

ROCHA, Geraldo. Um Super Homem. *Acção*, São Paulo, 13 de out. de 1937, p. 2.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Universitária UPF, 2003.

RODRIGO, Miguel Alsina. *Los médios de comunicación ante al terrorismo*. Barcelona. Icaria. 1991.

RODRIGUES, Anna M. Moog (Org.). *A Igreja na República*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979.

_____. *Quem tem medo do anarquismo?* Rio de Janeiro, Achiamé, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Vol. II. A Metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Editora Nacional: INL, 1978-1988.

ROMANO, Roberto. O conceito de totalitarismo na América Latina: algumas considerações. In: *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. São Paulo: Edusp/Expressão e cultura, 1996. p. 296- 316.

ROSE, Robert S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil/ 1930-1954*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- ROSENFELD, Anatol. *Mistificações literárias: “Os Protocolos dos Sábios do Sião”*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- SALEM Tânia. Do Centro Dom Vital a universidade católica. IN: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982. p. 97-135.
- SALGADO, Plínio. *O Integralismo Perante a Nação*. Rio de Janeiro, Liv. Clássica Brasileira, 1950.
- SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo; COLSON, Daniel; MINTZ, Frank. et.al. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo/São Caetano do Sul: Imaginário/IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004. p. 125-189.
- SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-37)*. Goiânia: Editora da UFG, 2012.
- SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina. *O cardeal Leme*: Rio de Janeiro. José Olympio, 1962, p. 179.
- SANTOS, André Luís Rodrigues. Revolta dos Malês (1835): Apontamentos sobre o Levante dos Nagôs islamizados. *Revista Eletrônica Discente História.com*. v. 7 n. 14, 2020. p. 327-339 Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/2574>. Acesso em: 01 out. 2021
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SARTÓRIO, Lúcia Ap. Valadares. A comuna de Paris e a perspectiva do trabalho. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14.
- SAUVY, Alfred. *Mythologies de Notre Temps*. Paris: Payot, 1971.
- SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político/Teoria do Partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- SCHWARTZENBERG, R-Gérard. *Sociologia política: elementos de Ciência Política*. São Paulo: Difel, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SCOT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven, Yale University Press. 1990.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931 – 1934)*. Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

SILVA, Giselda Brito. No entre guerra, a situação dos integralistas na implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas. *Projeto História*, v.30. p. 229-241, 2005. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2264>. Disponível em: 26 mai 2021.

SILVA, Hélio Ribeiro da. *A Revolução Traída: O Ciclo de Vargas*. Vol. 3. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 1972.

SILVA, Hélio. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *A ameaça vermelha: O Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, Welington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro *História Revista*, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez. 2008. p.557. DOI: 10.5216/hr.v13i2.6651. . Acesso em: 4 ago. 2022.

SIMIS, Anita. Cinema e Cineastas Em Tempo de Getúlio Vargas. *Revista de Sociologia e Política.*, n. 9, p. 75-80, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39299/24118>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume. 1996.

SINCLAIR, Upton. *The Brass Check*. A studied of American journalism. Urbana: University of Illinois. 2003.

SIQUEIRA, José Oswaldo; MOREIRA, Fátima Maria; GRISI, Breno; HUNGRIA, Mariangela; ARAUJO, Ricardo. *Microrganismos e processos biológicos do solo*. Perspectiva Ambiental. Brasília: Embrapa SPI, 1994.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-64)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SMITH, Bradeley F; PETERSON, Agnes F. *Heinrich Himmler, Discours secrets*. Paris: Gallimard. 1978.

SOARES, Gláucio Ary Dilon. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, política e classe durante a Segunda República*. São Paulo: DIFEL, 1973.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Paixão e morte da Justiça Eleitoral. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 01 de out. 1935. p. 1.

_____. O Espelho da Tolerância. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1936. p. 1.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 1996.

- SOUSA, Luiz Ricardo de. Autoritarismo, Cultura e identidade Nacional. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel. n. 15, p. 107, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30282>. Acesso em: 21 ago. 2021
- SOUZA, José Inácio de Melo. *Ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. 1991. Dissertação (Mestrado em Comunicações e Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.
- STEPHANIDES, Menelaos; Michael, Marylene Pinto (trad). *Jasão e os Argonautas*. 4ª Ed. São Paulo: Odysseus, São Paulo. 2000.
- STERNHELL, Zeev. *El nacimiento de la ideología fascista*. Madrid: Siglo XXI, 1994.
- SZABO, Denis. Political crimes: a historical perspective. *Denver Journal of International Law and Policy.*, v. 2, n. 1, p. 7-22, 1972. Disponível em: <https://digitalcommons.du.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2154&context=djilp>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- THOMPSON, Edward. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRAVERSO, Enzo. Do Facismo ao Pós-Facismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas.*, v.13, n.2, p. 12-44, 2019. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/enzo-traverso-do-facismo-ao-pos-facismo-qnjxrmxwdw86>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- TRINDADE, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1938.
- VARGAS, Getúlio. O cinema nacional: elemento de aproximação dos habitantes do País. In: *A nova política do Brasil*. Vol. III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 183-189.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol. I (1930-1936). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- VASCONCELLOS, Pedro Lima. Uma nova visita a um velho preconceito: os “judaizantes” como judeus. In: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza; FUNARI, Pedro Paulo Abreu.; COLLINS, John (Org.). *Identidades fluidas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 332-345.
- VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos deputados, 1981.

VIANNA, Ataliba. *Gente sem raça*. São Paulo: ed. Nacional, 1944.

VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

_____. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Comp. das Letras, 1992.

VICTOR, Rogério Lustosa. Getúlio Vargas e o Integralismo: histórias de pescador. *Revista Angelus Novus*, v. 1, n.3, p.63-82, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88854>. Acesso em: 24 abr. 2022.

_____. As rebeliões de novembro de 1935. *Revista Novos Rumos*, n 34, p. 1-40, 2003.

Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/revista_novos_rumos_rebelioes_1935.pdf

Vitória do Integralismo. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, 13 de ago. de 1936.

WEBER, Max *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: UNB, 1991.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6 Ed. Lisboa: Presença, 2001.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão*. Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). São Paulo: Intermeios/ Fapesp, 2016.

ZIERER, Otto. *História da América*. 1 vol. Rio de Janeiro: Vozes, 1964. p. 91.

FONTES

- Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador
- Arquivo Nacional.

Fundo Gabinete Civil da Presidência da República

Fundo Godofredo Tinoco

- Biblioteca Presidência da República

Site: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

- Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

- Diários da Câmara dos Deputados.

Site: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D>

- Jornal *O Estado de São Paulo*. Acervo Estadão.

Site: <https://acervo.estadao.com.br/>

- Sistemas de Informação do Arquivo Nacional.

Site: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

Fundo Góes Monteiro

Fundo Agência Nacional

Fundo Nacional de Informações

Fundo Tribunal de Segurança Nacional

Fundo Correio da Manhã

- Veritatis Splendor. Archives for Encíclicas

Site: <https://www.veritatis.com.br/categoria/documentos-da-igreja/enciclicas/>

Periódicos pesquisados:

A Cruz

A noite

A Offensiva

Acção

Correio da Manhã

Estado de Minas

O Diário

O Globo

O Jornal

A Batalha

Jornal do Brasil

O Estado de São Paulo

Diário da Noite

Diário de São Paulo

Folha de Minas

Diário Carioca

O Paiz

Revistas pesquisadas:

A Ordem

Cultura Política

Mensageiro do Coração de Jesus

Rádio:

Programa *A hora do Brasil*